

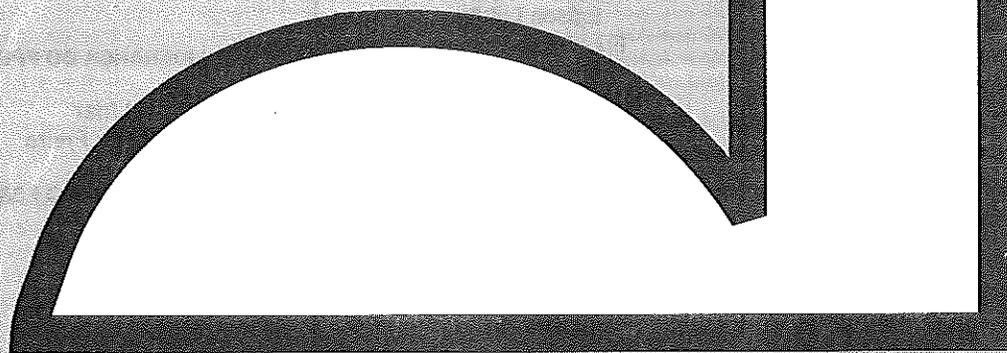
EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil



EXEMPLAR ÚNICO



EXEMPLAR ÚNICO

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO L - N° 042

SÁBADO, 2 DE DEZEMBRO DE 1995

BRASÍLIA - DF

MESA**Presidente**

José Samey – PMDB – AP

1º Vice-Presidente

Teotônio Vilela Filho – PSDB – AL

2º Vice-Presidente

Júlio Campos – PFL – MT

1º Secretário

Odacir Soares – PFL – RO

2º Secretário

Renan Calheiros – PMDB – AL

3º Secretário

Levy Dias – PPB – MS

4º Secretário

Emandes Amorim – – RO

Suplentes de Secretário

Antonio Carlos Valadares – PSB – SE

José Eduardo Dutra – PT – SE

Luiz Alberto de Oliveira – PTB – PR

Ney Suassuna – PMDB – PB

CORREGEDORIA PARLAMENTAR**Corregedor**

(Eleito em 16-3-95)

Romeu Tuma – – SP

Corregedores Substitutos

(Eleitos em 16-3-95)

1º) Senador Ramez Tebet – PMDB – MS

2º) Senador Joel de Holanda – PFL – PE

3º) Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior – PMDB – AC

Waldeck Ornelas – PFL – BA

Emília Fernandes – PTB – RS

José Ignácio Ferreira – PSDB – ES

Lauro Campos – PT – DF

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Elcio Alvares – PFL – ES

Vice-Líderes

José Roberto Arruda – PSDB – DF

Wilson Kleinübing – PFL – SC

Ramez Tebet – PMDB – MS

Luiz Alberto de Oliveira – PTB – PR

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Ronaldo Cunha Lima

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvan Borges

Fernando Bezerra

Gilberto Miranda

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Hugo Napoleão

Vice-Líderes

Edison Lobão

Francelino Pereira

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Sérgio Machado

Vice-Líderes

Geraldo Melo

José Ignácio Ferreira

Lúdio Coelho

LIDERANÇA DO PPB**Líder**

Epitácio Cafeteira

Vice-Líderes

Leomar Quintanilha

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PDT**Líder**

Júnia Marise

LIDERANÇA DO PT**Líder**

Eduardo Suplicy

Vice-Líder

Benedita da Silva

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Valmir Campelo

Vice-Líder

Arlindo Porto

LIDERANÇA DO PPS**Líder**

Roberto Freire

LIDERANÇA DO PSB**Líder**

Ademir Andrade

EXPEDIENTE**AGACIEL DA SILVA MAIA**

Diretor-Geral do Senado Federal

CLAUDIONOR MOURA NUNES

Diretor Executivo do Cegraf

JÚLIO WERNER PEDROSA

Diretor Industrial do Cegraf

RAIMUNDO CARREIRO SILVA

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

MANOEL MENDES ROCHA

Diretor da Subsecretaria de Ata

DENISE ORTEGA DE BAERE

Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

DIÁRIO DO SENADO FEDERALImpresso sob a responsabilidade da
Presidência do Senado Federal
(Art. 48, nº 31 RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 204ª SESSÃO NÃO-DELIBERATIVA, EM 1º DE DEZEMBRO DE 1995

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Ofício do 1º Secretário da Câmara dos Deputados

Encaminhando à revisão do Senado Federal autógrafos do seguinte projeto:

Projeto de Decreto Legislativo nº 188, de 1995 (nº 167, de 1995, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Técnica no Domínio Militar, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde, em Praia, em 21 de dezembro de 1994..... 04471

1.2.2 – Pareceres

Referentes às seguintes matérias:

Proposta de Emenda à Constituição nº 17, de 1995, de autoria do Senador Pedro Simon e outros Srs. Senadores, que altera a redação do inciso VII do art. 129 da Constituição Federal..... 04473

Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 1995, de autoria da Senadora Marluce Pinto e outros Srs. Senadores, que altera o inciso III do art. 235 da Constituição Federal. 04474

Proposta de Emenda à Constituição nº 27, de 1995, que dá nova redação à alínea e do inciso II do § 5º do art. 128 da Constituição Federal..... 04475

1.2.3 – Comunicações da Presidência

Abertura de prazo de cinco dias úteis, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para recebimento de emendas ao Projeto de Decreto Legislativo nº 188, de 1995, findo o qual a Comissão terá quinze

dias, prorrogáveis por igual período, para opinar sobre a proposição..... 04476

Recebimento do Relatório nº 3, de 1995, apresentado como conclusão dos trabalhos da Comissão Especial Temporária criada pelo Requerimento nº 480, de 1995, destinada a promover ampla discussão acerca de políticas, programas, estratégias e prioridades visando ao desenvolvimento do vale do São Francisco..... 04476

1.2.4 – Ofício

Nº 81, de 1995, do Presidente da Comissão Especial Temporária Interna, referente ao resultado do Relatório final aprovado pelo Plenário daquela Comissão, em reunião realizada no dia 28-11-95, concluindo pela apresentação de projeto de lei..... 04477

1.2.5 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 319, de 1995, de autoria da Comissão Especial Temporária do Vale do São Francisco (Requerimento nº 480/95), que cria o Comitê de Gestão dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e dá outras providências..... 04477

1.2.6 – Comunicações da Presidência

Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 319, de 1995, lido anteriormente..... 04477

Edição, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.209, de 28 de novembro de 1995, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais e dá outras providências. Designação de Comissão Mista e fixação de calendário para a tramitação da matéria..... 04479

Edição, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.210, de 28

de novembro de 1995, que dispõe sobre o número de cargos de Natureza Especial, de cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores e de Funções Gratificadas existentes nos órgãos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências. Designação de Comissão Mista e fixação de calendário para a tramitação da matéria. 04479

Edição, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.211, de 28 de novembro de 1995, que cria a Gratificação de Condição Especial de Trabalho – GCET, para os servidores militares federais das Forças Armadas, e dá outras providências. Designação de Comissão Mista e fixação de calendário para a tramitação da matéria. 04480

Edição, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.212, de 28 de novembro de 1995, que dispõe sobre as contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP, e dá outras providências. Designação de Comissão Mista e fixação de calendário para a tramitação da matéria. 04480

1.2.7 – Discursos do Expediente

SENADOR VALMIR CAMPELO – Conservação precária das vias públicas do Distrito Federal. 04481

SENADOR JOSÉ EDUARDO DUTRA – Enfraquecimento do Congresso Nacional, tendo em vista a edição abusiva de medidas provisórias. Falta de comunicação do Poder Executivo com o Congresso Nacional. 04482

SENADOR JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Contribuição do Exército Brasileiro à reforma agrária, com a doação de terras de seu patrimônio. Necessidade da manutenção das famílias assentadas com as mínimas condições de produção. 04486

SENADOR EDISON LOBÃO – Segundo Encontro da Federação das Associações Empresariais do Maranhão. 04492

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – RETIFICAÇÃO

Ata da 201ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 29 de novembro de 1995. (Publicada no DSF, de 30 de novembro de 1995) 04494

3 – ATAS DE COMISSÕES

25ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, realizada em 9 de novembro de 1995. 04495

44ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 23 de novembro de 1995. 04503

1ª e 2ª Reuniões Conjuntas das Comissões de Assuntos Econômicos; de Relações Exteriores e Defesa Nacional; e Comissão de Fiscalização e Controle, realizadas em 28 e 29 de novembro de 1995, respectivamente. 04512

17ª Reunião da Comissão Especial Temporária, destinada a promover ampla discussão acerca de políticas, programas, estratégias e prioridades visando ao desenvolvimento do vale do São Francisco, realizada em 23 de novembro de 1995. 04583

4 – MESA DIRETORA

5 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

6 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

7 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

10 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 204ª Sessão Não-Deliberativa em 1º de dezembro de 1995

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura
Presidência dos Srs. José Eduardo Dutra e Edison Lobão.

(Inicia-se a sessão às 9 horas.)

MENSAGEM Nº 397, DE 1995

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Dutra) – Declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Jefferson Péres, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

Ofício do 1º Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando à revisão do Senado autógrafos da seguinte matéria:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 188, DE 1995

(Nº 167/95, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Técnica no Domínio Militar, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde, em Praia, em 21 de dezembro de 1994.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo sobre Cooperação Técnica no Domínio Militar, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde, em Praia, em 21 de dezembro de 1994.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à apreciação do Congresso Nacional o Protocolo Adicional referido no art. II do Acordo, bem como quaisquer atos que impliquem modificação do texto pactuado, e ainda quaisquer atos que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário

Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo sobre Cooperação Técnica no Domínio Militar, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde, em Praia, em 21 de dezembro de 1994.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

De conformidade com o disposto no art. 49, inciso I, da Constituição Federal, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, texto do Acordo sobre Cooperação Técnica no Domínio Militar, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde, em Praia, em 21 de dezembro de 1994.

Brasília, 5 de abril de 1995.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 187/MRE, DE 31-3-95 DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo texto do Acordo sobre Cooperação Técnica no Domínio Militar, celebrado em Praia, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde, em 21 de dezembro de 1994.

2. No acordo em apreço, o Brasil surge solidariamente como prestador de serviços e repassador de tecnologias, visando contribuir para o desenvolvimento de Cabo Verde.

3. Em seu texto, esse documento retrata o claro desejo de fortalecimento dos laços históricos existentes entre os dois países, através do desenvolvimento e facilitação das relações de prestação técnica mútua no domínio militar.

4. Nessas condições, permito-me submeter a Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem ao Congresso Nacional, juntamente com cópias autênticas do Acordo, com vistas a seu encaminhamento à apreciação do Poder Legislativo.

Respeitosamente, — **Luiz Felipe Lampreia**, Ministro de Estado e das Relações Exteriores.

ACORDO SOBRE COOPERAÇÃO TÉCNICA NO DOMÍNIO MILITAR ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DE CABO VERDE

O Governo da República Federativa do Brasil e

O Governo da República de Cabo Verde,

Animados pelo desejo de fortalecer os laços de amizade existentes entre os dois países;

Decididos a desenvolver e a facilitar as relações de cooperação;

Considerando os propósitos expressos no Tratado de Amizade e Cooperação, de 7 de fevereiro de 1979, e no Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica, de 28 de abril de 1977;

Decidem, numa base de plena independência, respeito pela soberania, não-ingerência nos assuntos internos e reciprocidade de interesses, concluir o seguinte Acordo:

Artigo I

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde, adiante designados Partes, comprometem-se, na medida de suas possibilidades, em regime de reciprocidade e quando para tanto solicitadas, à prestação mútua de cooperação técnica no domínio militar.

Artigo II

1. A cooperação técnica no domínio militar compreenderá ações de formação de pessoal, fornecimento de material e prestação de serviços.

2. Os termos da cooperação a desenvolver-se em qualquer das modalidades previstas poderão ser objeto de regulamentação própria por Protocolo Adicional.

Artigo III

As ações de cooperação previstas no presente Acordo integrar-se-ão em programa de cooperação cujo âmbito, objetivo e responsabilidade de execução serão definidos, caso a caso, pelos serviços ou organismos designados como competentes pela legislação de cada Parte.

Artigo IV

1. Nos casos em que a execução das ações da cooperação previstas no presente Acordo exija o deslocamento de pessoal para tratar de assunto específico, a Parte solicitada para prestar e coordenar as referidas ações poderá enviar, para o território da

Parte solicitante, uma missão cuja permanência, entretanto, será por tempo determinado e em caráter transitório.

2. A Parte solicitante assegurará ao pessoal integrante da missão acima referida hospedagem, transporte (quando em viagem a serviço no interior do país) e assistência médico-hospitalar.

Artigo V

1. O pessoal de uma das Partes que freqüente cursos ou estágios em unidades ou estabelecimentos militares da outra Parte ficará sujeito a um regime jurídico que definirá, nomeadamente, as condições de freqüência dos referidos cursos ou estágios e as normas a que ficará sujeito.

2. O regime jurídico referido no número anterior será definido pelas competentes autoridades de cada Parte, dele devendo ser obrigatoriamente dado conhecimento à outra Parte por meio da troca de Notas diplomáticas.

Artigo VI

Com o objetivo de implementar as disposições do presente Acordo e assegurar a sua realização nas melhores condições, será constituída uma Comissão Mista paritária que se reunirá alternadamente no Brasil e em Cabo Verde, devendo as suas reuniões, na medida do possível, coincidir com as da Comissão Mista previstas no Tratado de Amizade e Cooperação, de 7 de fevereiro de 1979.

Artigo VII

Para execução do presente Acordo, a Parte brasileira concederá, na medida das suas possibilidades, bolsas para formação profissional e estágios, bem como procurará implementar outras formas de apoio ao desenvolvimento dessas ações de formação.

Artigo VIII

1. Constitui encargo da Parte solicitante, nas condições que, para efeito de liquidação, vierem a ser estabelecidas, por mútuo acordo, o custo do material fornecido pela Parte solicitada.

2. O deslocamento de instrutores, de técnicos para prestação de serviço de pessoal para frequentar cursos ou estágios, de uma Parte para o território da outra Parte, no âmbito do presente Acordo, será efetuado nos seguintes termos:

a) a Parte que envia custeará as passagens de ida e de regresso;

b) serão da responsabilidade da Parte que recebe, todos os encargos inerentes à hospedagem,

ao transporte quando em viagem a serviço no interior do país e à assistência médico-hospitalar;

c) a provisão de alimentação e de estipêndio será definida caso a caso.

Artigo IX

1. O presente Acordo entrará em vigor na data da última notificação do cumprimento das formalidades exigidas pela ordem jurídica de cada uma das Partes e será válido por um período de três anos, prorrogável por períodos iguais e sucessivos, salvo denúncia de uma das Partes por escrito, com antecedência de, pelo menos 180 (cento e oitenta) dias antes de sua expiração.

2. As Partes reservam-se o direito de suspender a execução, no todo ou em parte, do disposto no presente Acordo, ou, independentemente de qualquer aviso, proceder a sua denúncia parcial ou total, se sobreviver modificação substancial das condições existentes à data da assinatura, que seja de molde a pôr em causa a continuidade da cooperação nele prevista.

3. A suspensão da execução ou a denúncia nos termos referidos no número anterior, as quais deverão ser objeto de notificação escrita à outra Parte, não serão consideradas atos inamistosos e delas não resultará, para a Parte que exerceu esse direito, qualquer responsabilidade perante a outra Parte.

Artigo X

As Partes signatárias obrigam-se a resolver, com espírito de amizade e compreensão mútua, qualquer dúvida relacionada com a interpretação ou aplicação deste Acordo.

Feito em Praia, em 21 de dezembro de 1994, em dois exemplares originais, em língua portuguesa, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil, **Nuno Álvaro Guilherme d'Oliveira**, Embaixador da República Federativa do Brasil em Cabo Verde – Pelo Governo da República de Cabo Verde, Major **Antero Matos**, Diretor do Gabinete de Estudos e Planejamento do Ministério da Defesa Nacional.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

PARECER Nº 820, DE 1995

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania à Proposta de Emenda à Constituição nº 17, de 1995, de autoria do Senador Pedro Simon e outros Senhores Senadores, que "altera a redação do inciso VII do art. 129 da Constituição Federal".

Relator: Senador Ramez Tebet

Vem a esta Comissão, para exame, a Proposta de Emenda à Constituição nº 17, de 1995, de autoria do Senador Pedro Simon e outros, que "altera a redação do inciso VII do art. 129 da Constituição Federal". A proposta atende aos requisitos constitucionais e regimentais.

Trata-se de uma pequena alteração no texto constitucional, mas de grandes repercussões práticas. O texto atual diz o seguinte:

"Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:

.....
VII – exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar mencionada no artigo anterior;"

Conforme a proposta, o inciso VII passaria a ter a seguinte redação:

"VII – exercer o controle externo da atividade policial, *direcionando a investigação criminal, com o auxílio dos órgãos da polícia judiciária, na forma da lei;*" (grifos nossos)

As conseqüências dessa alteração seriam significativas. De pronto, as investigações criminais, hoje dirigidas por delegados dos órgãos policiais, seriam agora responsabilidade do Ministério Público. Os delegados passariam a subordinar suas atividades às diretrizes emanadas daquele órgão. Note-se que o texto proposto ainda menciona que a polícia judiciária auxiliará o Ministério Público – vale dizer, o Ministério Público poderia desempenhar atividades investigantes próprias.

Ao contrário do texto atual, a proposta remete a regulamentação desse mandamento a uma lei ordinária e não a uma lei complementar. O texto vigente já se encontra regulamentado pela Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica do Ministério Público).

Duas objeções se apresentam contra a proposta. A primeira é de ordem processual. O objetivo da justiça criminal é a verdade – determinar que o culpado pela prática de um crime seja identificado e condenado. Para chegar a esse fim, o procedimento criminal passa por uma fase pré-processual – normalmente o inquérito policial – e por uma fase processual – o julgamento propriamente dito. Conforme o procedimento hoje em vigor, a polícia judiciária se encarrega da fase pré-processual e encaminha suas descobertas ao juiz. O juiz remete os autos ao Ministério Público, que, senhor da ação penal, decide se formula ou não denúncia com base naquelas infor-

mações. Se a denúncia for oferecida, inicia-se então a fase processual; nela, uma das partes é o Ministério Público e a outra é o réu. O inquérito policial, embora remetido ao Ministério Público, integra o processo – e as informações nele contidas podem aproveitar à defesa ou à acusação.

A correta relação processual exige duas partes e um juiz. Nem se admite que uma das partes seja privilegiada. Infelizmente, isso é o que ocorreria sob o procedimento da proposta em estudo. De fato, se o Ministério Público coordena a investigação criminal, pode determinar que tais provas sejam colhidas ou que outras sejam ignoradas – privilegiando as provas que favorecem a sua tese e ignorando as provas contrárias. Mas o réu não tem o mesmo poder, donde resulta um insuportável desequilíbrio na relação processual.

A outra objeção é de ordem mais prática. As dimensões de nosso País militam contra a eficiência administrativa. Muitas localidades não dispõem ainda de um delegado – às vezes dispõem apenas de uns poucos policiais militares. A presença do Poder Judiciário e do Ministério Público é ainda menor. Naturalmente, as delegacias de polícia estão assoberbadas de trabalho. O Ministério Público encontra-se sob dificuldades ainda maiores, com um volume de trabalho equivalente ao das delegacias e com ainda menos integrantes que os órgãos policiais.

Porém, conforme a proposta em estudo, acrescentar-se-ia ao Ministério Público ainda outra tarefa: controlar as investigações criminais. Isso, além de, no mínimo, duplicar a carga de trabalho atual do Ministério Público, ainda cria um problema para aquelas localidades afastadas: ainda que tenham um delegado, para que ele possa investigar um crime, dependerá do representante mais próximo do Ministério Público – que pode estar a dezenas, quiza centenas, de quilômetros. O procedimento proposto poderia – talvez – ser viável nas grandes capitais, mas certamente não o é no interior mais recôndito.

Por essas razões, e com a devida vênia ao ilustre autor, nosso parecer é pela rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 17, de 1995.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 1995.
– Iris Rezende, Presidente – Ramez Tebet, Relator
– José Ignácio – Bernardo Cabral – Jefferson Peres – Lúcio Alcântara – Esperidião Amin – Romeu Tuma – Ney Suassuna – José Bianco – Edison Lobão – José Eduardo Dutra (vencido).

PARECER Nº 821, DE 1995

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 1995, de autoria da Senadora Marluce Pinto e outros Senhores Senadores, que "Altera o inciso III do art. 235 da Constituição Federal".

Relator: Senador Jefferson Péres

I – Relatório

Vem a esta Comissão, para exame, a proposta de emenda à Constituição em epígrafe, de autoria da ilustre Senadora Marluce Pinto e outros, com o objetivo de alterar o inciso III do art. 235 da Constituição Federal para ampliar de três para cinco o número de membros dos Tribunais de Contas dos Estados nos dez anos seguintes ao de sua criação.

Os autores desta proposta justificam-na afirmando que a atual fórmula, estabelecida no supracitado dispositivo da Constituição Federal, vem causando transtorno ao funcionamento daquelas Cortes de Contas, tendo em vista que o número reduzido de Conselheiros, apenas três, prejudica suas deliberações.

Acrescentam, ainda, que não conhecem na história do Brasil republicano notícia de colegiado que tenha funcionado com tão limitado número de integrantes. E lembra também a tradição brasileira, e quase mundial, de atribuir ao presidente de órgão colegiado apenas o voto para promover desempate, o chamado voto de minerva, além de mencionar os problemas enfrentados por esses Tribunais quando um único membro, em virtude de férias ou licença de qualquer ordem, não pode participar de suas sessões deliberativas.

II – Voto

A transformação dos Territórios Federais de Roraima e do Amapá em Estados e a criação do Estado de Tocantins por imposição, respectivamente, dos arts. 14 e 13 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Carta de 1988, após decorridos sete anos, ainda não foi totalmente concluída do ponto de vista administrativo. A própria Lei Fundamental estabelece em seu art. 235, incluso no Título IX, que trata das Disposições Constitucionais Gerais, um prazo de dez anos para a efetivação de diversas medidas relativas à consolidação da autonomia estadual, entre as quais se relaciona a forma de composição do Tribunal de Contas.

Por ocasião dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte não se poderia prever que o ritmo da consolidação dos novos Estados seria tão rápido. Hoje, constata-se que a forte atração exercida sobre os habitantes de outros Estados, à procura de novas oportunidades profissionais, representou fator importante para o crescimento populacional dessas unidades da Federação recém-instaladas, tomando as instituições governamentais superadas para atender a essa nova situação.

Diante dessas circunstâncias, não pode o Estado ficar inerte à espera do esgotamento do prazo de dez anos fixados pelo dispositivo constitucional que se pretende modificar. A nossa Lei Fundamental, inobstante seu caráter de rigidez a alterações, não deixou de contemplar a possibilidade de ser modificada para abrigar as mudanças sociais e seus reflexos na Administração Pública não previstos pelo constituinte.

Portanto, considerando-se a irreversibilidade da criação dos novos Estados, não vemos razões para que suas Cortes de Contas tenham um número tão reduzido de Conselheiros, em comparação aos demais Estados, e por tanto tempo, impedindo, desse modo, que o órgão seja estruturado de modo condizente com as crescentes tarefas que terá pela frente, antecipando-se, ainda, às crescentes exigências da população quanto à eficiente e correta aplicação dos recursos públicos.

Diante do exposto e por não constarmos óbices de natureza constitucional, jurídica ou regimental, somos pela aprovação da presente proposta de emenda à Constituição.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 1995.
 – Iris Rezende, Presidente – Jefferson Peres, Relator – José Ignácio – Lúcio Alcântara – Roberto Requilão – Romeu Tuma – Bernardo Cabral – Jefferson Peres – José Bianco – José Eduardo Dutra – Ramez Tebet – Ronaldo Cunha Lima.

PARECER Nº 822, DE 1995

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 27, de 1995, que "Dá nova redação à alínea 'e' do inciso II do § 5º do art. 128 da Constituição Federal".

Relator: Senador Jefferson Péres

I – Relatório

Vem a esta Comissão, para exame, a proposta de emenda à Constituição em epígrafe com o obje-

vo de vedar aos membros do Ministério Público (MP) a atividade político-partidária.

O autor dessa proposta justifica sua apresentação estabelecendo um paralelo entre membros do Ministério Público e os da Magistratura que muito se assemelham quanto às suas garantias e vedações constitucionais, exceto no referente ao exercício da atividade político-partidária, que é permitida àqueles nos casos previstos em lei.

Finalmente, recorre aos argumentos do ex-Presidente da Associação Paulista do Ministério Público para alertar sobre as seqüelas decorrentes da participação partidária dos membros do MP na administração da justiça.

II – Voto

A Constituição Federal de 1988 tem como característica marcante a ampliação e as prerrogativas do MP sobretudo pelo alargamento de suas funções de proteção de direitos indisponíveis e de interesses coletivos. Embora organizada como instituição desde 1890 (Lei nº 1.030), não recebeu da primeira Constituição republicana definições quanto ao papel a desempenhar, mencionando-se apenas que o Procurador-Geral da República seria escolhido entre os integrantes do Supremo Tribunal Federal.

A Constituição de 1934 tratou-o como órgão de cooperação nas atividades governamentais, em capítulo próprio, juntamente com o Tribunal de Contas e os Conselhos Técnicos dos ministérios. Em seu art. 97, vedava somente aos Chefes do Ministério Público da União e nos Estados o exercício de qualquer outra função pública, salvo o magistério e outros casos previstos na própria Constituição.

A Constituição de 1937, outorgada por Getúlio Vargas, de cunho eminentemente autoritário, não poderia exaltar um órgão para a defesa da sociedade. Mesmo que o fizesse haveria de ser de forma bastante incipiente em relação às atuais atribuições do Ministério Público, pois os interesses do Estado eram doutrinariamente prevalecentes aos coletivos ou individuais. Desse modo, o MP era prescindível.

A Constituição democrática de 1946, como era previsível, determinou a organização do MP, destinando todo um título autônomo para tratar do assunto, embora não mencionasse qualquer vedação a seus membros. Caberia, à legislação infraconstitucional, ali prevista, esclarecer esses pontos.

Na Constituição de 1967, o MP está sistematicamente integrado ao Poder Judiciário, visto que é seção do capítulo referente a esse Poder.

Já a Emenda Constitucional nº 1/69, que alterou a Carta de 1967 em muitos aspectos, situou o

MP entre os órgãos do Poder Executivo, destacando, assim, sua função de advocacia-geral da União.

O texto constitucional em vigor, no entanto, incluiu o MP entre os órgãos que exercem funções essenciais ao funcionamento da Justiça, ao lado da Advocacia-Geral da União, da Defensoria Pública e da atividade do advogado.

Assim, é que o art. 127 da CF define o MP como "instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis". Reafirmando o que foi dito acima, sua organização, funções, garantias e vedações foram bastante esmiuçados, refletindo, desse modo, a atuação dos constituintes que produziram uma Lei Fundamental cujo espírito foi no sentido de dotar o povo de maiores instrumentos de defesa frente ao Estado e aos poderosos.

Sobre o tema, é de bom alvitre examinarmos o que diz José Afonso da Silva quanto à importância e ao grau de independência do MP, *verbis*:

"Ainda assim não é aceitável a tese de alguns que querem ver na instituição um quarto poder do Estado, porque suas atribuições, mesmo ampladas aos níveis acima apontados, são ontologicamente de natureza executiva, sendo pois uma instituição vinculada ao Poder Executivo, funcionalmente independente, cujos membros integram a categoria dos agentes políticos, (...)" (Curso de Direito Constitucional Positivo, Malheiros Editores, 8ª ed., São Paulo, 1992, p. 511).

Para Hely Lopes Meirelles os membros do MP não de atuar "com plena liberdade funcional, desempenhando suas atribuições com prerrogativas e responsabilidades próprias, estabelecidas na Constituição e em leis especiais. Não são funcionários públicos em sentido estrito, nem se sujeitam ao regime estatutário comum. Têm normas específicas para sua escolha, investidura, conduta e processo por crimes funcionais e de responsabilidade, que lhes são privativos". (Direito Administrativo Brasileiro, Ed. RT, 12ª ed.; São Paulo, 1991, pp. 50 e 51).

Retomando à PEC em análise, que tem o único escopo de vedar aos membros do MP o exercício da atividade político-partidária, devemos concordar com seu autor que a Lei Maior fixou como regra geral a não participação dos membros do MP na política partidária, ressalvando, no entanto, as exceções previstas em lei.

A Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, que dispõe sobre a organização, as atribuições

es e o estatuto do Ministério Público da União, fixa em seu art. 80 que "a filiação a partido político impede o exercício de funções eleitorais por membro de Ministério Público, até dois anos do seu cancelamento". Como se pode ver, a proibição limita apenas o exercício de funções eleitorais por membro do MP, sendo, obviamente, livre para atuar em todos os outros assuntos de atribuição da instituição.

Tal situação, voltamos a concordar com o autor da proposta em tela, é incompatível com as prerrogativas e responsabilidades dos membros do MP estabelecidas pelo texto constitucional, tendo em vista que o partido político representa uma corrente de idéias, de sentimentos ou de opiniões de determinado segmento da sociedade, enquanto que aquela instituição visa aos interesses permanentes de toda a sociedade, não importando se individualizados ou não.

Por conseguinte, o status do membro do MP é semelhante ao do Magistrado nesse aspecto, pois ambos estão a serviço do Estado no exercício de suas funções jurisdicionais.

Diante do exposto, nosso voto é pela aprovação da proposta em tela no mérito e nos demais aspectos, tendo em vista que atende aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade.

Sala das Comissões, 22-11-95. Iris Rezende – Presidente – Jefferson Péres – Relator – José Ignácio – Ramez Tebet – Roberto Requião – Romeu Tuma – Ney Suassuna – Lúcio Alcântara – Edson Lobão – Esperidião Amin – Bernardo Cabral – Ronaldo Cunha Lima.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Dutra) - O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Dutra) - Nos termos do art. 376, "c", do Regimento Interno, combinado com o art. 4º da Resolução nº 37, de 1995, do Senado Federal, o Projeto de Decreto Legislativo nº 188, de 1995, lido anteriormente, terá, perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, findo o qual a referida Comissão terá quinze dias úteis, prorrogáveis por igual período, para opinar sobre a proposição.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Dutra) - A Presidência recebeu o Relatório nº 3, de 1995, apresentado pela Comissão Especial Temporária Interna, criada pelo Requerimento nº 480, de 1995, "destinada a promover ampla discussão acerca de políticas, programas, estratégias e prioridades visando o desenvolvimento do Vale do São Francisco", como conclusão de seus trabalhos.

É o seguinte o relatório:

(*) RELATÓRIO Nº 03, DE 1995

Da Comissão Temporária Especial "destinada a promover ampla discussão acerca de políticas, programas, estratégias e prioridades visando o desenvolvimento do Vale do São Francisco".

(*) Publicado em suplemento à presente edição

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Dutra) – Sobre a mesa, expediente que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Jefferson Péres.

É lido o seguinte:

OFCEVSF/Nº 81

Brasília, 29 de novembro de 1995.

Senhor Presidente,

Na qualidade de Presidente da Comissão Especial Temporária Interna, criada através do Requerimento nº 480, de 1995-SF, "Destinada a promover ampla discussão acerca de políticas, programas, estratégias e prioridades visando o desenvolvimento do Vale do São Francisco", e nos termos do artigo 245, do Regimento Interno do Senado Federal, encaminho a V. Exª o Projeto de Lei de autoria desta Comissão que "Cria o Comitê de Gestão dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco, e dá outras providências", resultado do Relatório final aprovado pelo plenário desta Comissão em reunião realizada no dia 28-11-95.

Certo de contar com a habitual atenção de V. Exª, coloco-me a sua disposição para quaisquer esclarecimentos, e aproveito a oportunidade para apresentar os elevados protestos de minha consideração e apreço. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Dutra) – A matéria vai à publicação.

Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Jefferson Péres.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 319, DE 1995

(De iniciativa da Comissão Especial Temporária)
(do Vale do São Francisco – Requerimento nº 480/95)

Cria o Comitê de Gestão dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É criado o Comitê de Gestão dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do rio São Fran-

cisco – COMSFRAN, abrangendo a área da bacia formada pelo rio São Francisco e seus afluentes nos Estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas.

Parágrafo único. O Comsfran é órgão colegiado, vinculado administrativamente na forma estabelecida na Política Nacional de Recursos Hídricos.

Art. 2º Compete ao Comsfran, na sua área de jurisdição:

I – promover estudos e estabelecer diretrizes visando a compatibilização dos múltiplos usos da água na Bacia do rio São Francisco;

II – produzir, atualizar e divulgar dados e informações sobre os recursos naturais da Bacia;

III – elaborar o Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia do rio São Francisco;

IV – promover a articulação entre os agentes públicos e privados atuantes na Bacia;

V – coordenar, como primeira instância, os entendimentos e negociações entre os usuários, associações, órgãos e entidades atuantes na Bacia, tendo em vista conciliar interesses conflitantes quanto ao uso, controle e proteção dos recursos hídricos da Bacia;

VI – promover a preservação e aproveitamento dos recursos naturais da Bacia, no sentido do desenvolvimento sustentável de toda a sua área;

VII – eleger sua Diretoria; e

VIII – executar outras ações que sejam atribuídas pela legislação.

Parágrafo único. O Comsfran aprovará os seus estatutos estabelecendo o seu funcionamento de acordo com as disposições da Política Nacional de Recursos Hídricos.

Art. 3º No estabelecimento de diretrizes para sua área de atuação e na elaboração do Plano Diretor da Bacia, o Comsfran terá em consideração as seguintes prioridades

I – Abastecimento humano e dessedentação de animais;

II – Preservação da capacidade instalada de geração de energia no curso principal do Rio;

III – Aproveitamento do potencial de irrigação existente nas margens do Rio e seus afluentes; e,

IV – Preservação das condições de navegabilidade do rio São Francisco e de seus afluentes.

Art. 4º O Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco terá a seguinte composição:

– representante de cada um dos órgãos e entidades federais com atuação predominante ou significativa na área da Bacia;

– representante de cada um dos Estados abrangidos pela Bacia;

- representante de cada conjunto de município das subáreas da Bacia;
- representante de cada uma das entidades civis, legalmente constituídas na Bacia e com atuação comprovada em seu âmbito;
- representantes de grupos de usuários, de associações formais de produtores e cooperativas de produção, da área da Bacia, respeitado o limite máximo de 1/4 do número total de membros do Comitê;
- representantes de cada subcomitê que vier a ser constituído em Bacias de tributários do rio São Francisco.

Parágrafo único. Poderão participar das reuniões do Comitê membros da sociedade civil e usuários, sem direito a voto.

Art. 5º O Comsfran será conduzido por uma Diretoria, composta de Presidente e 2 (dois) Vice-Presidentes, e contará com uma Secretaria Executiva que atuará como órgão executor das ações determinadas pelo Comitê.

Parágrafo único. A Diretoria constituída conforme o caput deste artigo será escolhida pelos integrantes do Comitê para mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição por igual período.

Art. 6º Para seu funcionamento, o Comitê contará com as seguintes fontes de recursos:

I – contribuição obrigatória dos seus integrantes, conforme definido no estatuto;

II – doações e receitas oriundas de convênios e contratos celebrados com entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, agências de desenvolvimento, ou quaisquer outras organizações com objetivos comuns aos do Comitê;

III – dotações orçamentárias que lhe venham a ser destinadas pela União, Estados e Municípios; e

IV – produto de receitas proveniente do uso da água, que lhe venha a ser destinada em lei.

Art. 7º O Poder Executivo promoverá, no prazo de 90 (noventa) dias, a implantação do Comitê de Gestão dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

No âmbito dos trabalhos levados a efeito pela Comissão Especial para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco, merecida atenção foi dedicada aos problemas relacionados com a gestão dos recursos hídricos, questão esta que sempre estará no cerne das ações que visem ao desenvolvimento daquela região.

O recente incremento das atividades agropecuárias na região, combinado com a existência, nos domínios da bacia, da desenvolvida Região Metropolitana de Belo Horizonte, e, mais ainda, as características básicas de um rio que corre em região semi-árida na maior parte do seu curso, são potenciais de conflito de usos para os recursos hídricos da bacia do rio São Francisco.

Além disso, a região envolve pelo menos cinco Estados da Federação, 465 municípios, contando, ainda, com a presença de vários órgãos federais, aos quais se vêm juntando, mais recentemente, associações e entidades, surgidas por iniciativa espontânea de setores da sociedade, a partir da preocupação com a preservação dos recursos da bacia.

A indefinição de uma instância centralizadora de ações e coordenadora de negociações entre tantos atores e interesses diferentes, coloca-se, hoje, para a Bacia do rio São Francisco, como um entrave ao seu desenvolvimento e, por outro lado um preocupante vácuo de poder decisório nas tentativas de sua preservação. A presente proposição antecipa-se às propostas ainda em discussão sobre a Política Nacional de Recursos Hídricos quanto ao modelo de gerenciamento a ser adotado no País, leva em conta a urgência de se dotar a região sanfranciscana de uma entidade gestora de seus recursos e coordenadora de seus conflitos.

Propositamente, o Projeto de Lei não contempla os detalhes do funcionamento do Comitê de Gestão dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco – Comsfran. Entende-se que a experiência dos participantes permitirá, por intermédio de um estatuto, organizar e definir a forma mais adequada de desenvolvimento das ações do Comitê, a qual deve ser o mais possível dinâmica e participativa.

Vale ressaltar que a área da Bacia abrange, também, uma pequena parte do estado de Goiás e do Distrito Federal. Dada a pequena relevância da Bacia do rio São Francisco para aquelas Unidades da Federação elas não foram incluídas na abrangência do Comitê.

Outrossim, as competências do Comitê, foram colocadas de maneira geral, tendo em vista que se encontra em fase avançada de definição a Política de Recursos Hídricos a ser adotada para todo o País. Com isto, o Projeto de Lei abre espaço para competências admissíveis a serem atribuídas ao Comitê, quando da implantação da nova política, ou alternativamente, a redefinição do próprio Comitê.

Sala das Sessões, 28 de novembro de 1995. –
Senador Renan Calheiros, Presidente – Senador

Waldeck Ornelas, Relator – Senador José Eduardo Dutra – Senador Joel de Holanda – Senador Beni Veras – Senador José Alves.

O Sr. José Eduardo Dutra, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jefferson Péres.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) - O projeto lido ficará sobre a mesa, para recebimento de emendas, de acordo com o disposto no art. 235, II, f, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) - O Senhor Presidente da República editou a Medida Provisória nº 1.209, de 28 de novembro de 1995, que "dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1-89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

Senadores

Titulares	Suplentes
	PMDB
Humberto Lucena Roberto Requião	Ney Suassuna Nabor Júnior
	PFL
Joel de Hollanda 3.Bello Parga4.	Francelino Pereira Freitas Neto4.
	PSDB
José Roberto Arruda	Teotonio Vilela Filho
	PSB
Ademir Andrade	Antonio C. Valadares
	PPS
Roberto Freire	

Deputados

Titulares	Suplentes
	Bloco (PFL-PTB)
Inocência Oliveira Nelson Trad	José Carlos Aleluia Abelardo Lupion
	PMDB
Edinho Bez	Barbosa Neto
	PSDB
Luiz Fernando	Flávio Ams

PPB

Fausto Martello	Roberto Balestra
	Bloco (PSB-PMN)
Fernando Lyra	José Carlos Sabóia
	PCdoB
Aldo Rebelo	Haroldo Lima

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 1º-12-95 - designação da Comissão Mista.

Dia 4-12-95 - instalação da Comissão Mista.

Até 4-12-95 - prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade.

Até 13-12-95 - prazo final da Comissão Mista.

Até 28-12-95 - prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) - O Senhor Presidente da República editou a Medida Provisória nº 1.210, de 28 de novembro de 1995, que "dispõe sobre o número de cargos de Natureza Especial, de cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores e de Funções Gratificadas existentes nos órgãos da administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1-89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

Senadores

Titulares	Suplentes
	PMDB
Ramez Tebet Flaviano Melo	Casildo Maldaner Ney Suassuna
	PFL
Edison Lobão Freitas Neto	Bello Parga José Agripino
	PSDB
José Roberto Arruda	Geraldo Melo
	PPB
Epitácio Cafeteira	Leomar Quintanilha
	PDT
Darcy Ribeiro	Sebastião Rocha

Deputados	
Titulares	Suplentes
	Bloco (PFL-PTB)
Roberto Fontes Leur Lomanto	Adauto Pereira Lael Varella
	PMDB
Mauri Sérgio	Jorge Wilson
	PSDB
Adelson Ribeiro	Ayrton Xerez
	PPB
Gerson Peres	Edson Queiroz
	PPS
Sérgio Arouca	Augusto Carvalho
	PV
Fernando Gabeira	Gilney Viana

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 1º-12-95- designação da Comissão Mista.
Dia 4-12-95 - instalação da Comissão Mista.
Até 4-12-95 - prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade.
Até 13-12-95 - prazo final da Comissão Mista.
Até 28-12-95 - prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) - O Senhor Presidente da República editou a Medida Provisória nº 1.211, de 28 de novembro de 1995, que "cria a Gratificação de Condição Especial de Trabalho - GCET para os servidores militares federais das Forças Armadas e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1-89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

Senadores	
Titulares	Suplentes
	PMDB
Roberto Requião Ney Suassuna	Ramez Tebet Coutinho Jorge
	PFL
Júlio Campos Hugo Napoleão	Bello Parga Francelino Pereira
	PSDB
José Roberto Arruda	José Ignácio Ferreira

PT	
Titulares	Suplentes
Eduardo Suplicy	Benedita da Silva
	PTB
Valmir Campelo	Luiz Alberto Oliveira
	Deputados
Titulares	Suplentes
	Bloco (PFL-PTB)
Inocêncio Oliveira Nelson Trad	José Carlos Aleluia Abelardo Lupion
	PMDB
Hélio Rosas	Antônio Brasil
	PSDB
José Aníbal	Ubiratan Aguiar
	PPB
Jair Bolsonaro	Arnaldo Faria de Sá
	PSL
Robson Tuma	PT

Jaques Wagner Arlindo Chinaglia

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 1º-12-95 - designação da Comissão Mista.
Dia 4-12-95 - instalação da Comissão Mista.
Até 4-12-95 - prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade.
Até 13-12-95 - prazo final da Comissão Mista.
Até 28-12-95 - prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) - O Senhor Presidente da República editou a Medida Provisória nº 1.212, de 28 de novembro de 1995, que "dispõe sobre as contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS-PASEP, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1-89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

Senadores	
Titulares	Suplentes
	PMDB
José Fogaça João França	Nabor Júnior Gerson Camata

	PFL
Bello Parga	José Agripino
Júlio Campos	Vilson Kleinübing
	PSDB
Jefferson Peres	Beni Veras
	PSB
Antonio Carlos Valadares	Ademir Andrade
	PPS
Roberto Freire	

Deputados

Titulares	Suplentes
	Bloco (PFL-PTB)
Inocência Oliveira	José Carlos Alalua
Nelson Trad	Abelardo Lupion
	PMDB
Michel Temer	Geddel Vieira Lima
	PSDB
José Anibal	Ubiratan Aguiar
	PPB
Aizira Ewerton	Augusto Farias
	PDT
Miro Teixeira	Giovanni Queiroz

Bloco (PL-PSD-PSC)

Pedro Canedo De Velasco
De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 1^a-12-95- designação da Comissão Mista.

Dia 4-12-95 - instalação da Comissão Mista.

Até 4-12-95 - prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade.

Até 13-12-95 - prazo final da Comissão Mista.

Até 28-12-95 - prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) - Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O Sr. Jefferson Péres, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Eduardo Dutra, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Dutra) - Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Valmir Campelo.

O SR. VALMIR CAMPELO (PTB-DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna hoje para falar sobre a má conservação das vias públicas do Distrito Federal. O número de acidentes em Brasília vem aumentando cada vez mais, principalmente agora, neste último mês, com a chegada das chuvas.

Tenho dado várias entrevistas, tenho feito comentários, tenho solicitado aos órgãos competentes do Governo do Distrito Federal providências a respeito. Tenho feito tudo isso como Parlamentar, como um dos Representantes da população do Distrito Federal no Senado Federal. Infelizmente, as medidas necessárias não foram tomadas.

Há três meses, alertamos, inclusive, sobre as chuvas que chegariam a partir do mês passado. Infelizmente, o Governo local não tomou providências com relação à recuperação, ao recapeamento das vias pavimentadas do Distrito Federal.

Lembro-me muito bem, Sr. Presidente, de quando o nobre Senador José Roberto Arruda, que está aqui presente, era Secretário de Obras do Governo do Distrito Federal - eu era Deputado Federal e fui eleito Senador da República logo em seguida -, já no mês de julho, agosto, S. Ex^a convidava os Administradores Regionais e os Parlamentares para discutirem a respeito das vias que necessitariam ser recapeadas. Falávamos das prioridades e discutíamos com a população. E, dentro das possibilidades financeiras, o então Secretário de Obras realmente determinava as providências para a recuperação das vias públicas do Distrito Federal, não só aqui do Plano Piloto, mas principalmente das cidades satélites.

Hoje, Sr. Presidente, leio aqui o editorial do **Correio Braziliense**, intitulado "Brasília no Buraco", que diz o seguinte:

"A novela repete-se todo ano: o retorno das chuvas transforma Brasília num imenso queijo suíço, recheada de buracos por todos os lados. Os danos e os riscos daí advindos são graves, aumentando o número de acidentes, inclusive os fatais, e gerando consideráveis prejuízos ao contribuinte.

Se o governo não é responsável pelo ciclo das chuvas, o é, porém, quanto ao estado de conservação das pistas da cidade. Segundo a Novacap, nada menos que 80% da camada asfáltica das ruas de Brasília estão com período de vida útil completamente vencido.

Não dá para o GDF alegar que não sabia ou que foi surpreendido por essa informa-

ção. Já no período da estiagem, os técnicos advertiam para o estado calamitoso das pistas, que, mesmo sem chuvas, exigia que uma improvisada "operação tapa-buraco" providenciase diariamente remendos nas ruas.

Se assim ocorria na estiagem, era de se prever que, com as chuvas, o quadro piorasse - e muito. O governo, porém, na sua obtusa imprevidência, preferiu correr o risco. Pagou para ver - e está vendo. Segundo informam os técnicos da Novacap, o asfalto, em todas as cidades, é feito para durar entre 15 e 20 anos. Passado esse período, é necessário recapear as pistas.

O GDF, no entanto, não se interessou por investir em recapeamento. Preferiu o quebra-galho, o tapa-buraco, que, além de não resolver o problema, produz gastos de R\$40 mil mensais. É inconcebível que as ruas da Capital do Brasil ofereçam riscos de vida a seus habitantes, que, com seus impostos, sustentam a estrutura administrativa do Estado.

Sabe-se que o trânsito de Brasília é dos mais problemáticos do País, em decorrência de múltiplos fatores, entre os quais a má educação dos motoristas. Mas não apenas: o estado precário das pistas, e o problema precede no tempo a atual administração - contribui decisivamente, nesta época do ano, para agravar esse quadro.

O mínimo que se pode esperar dos que administram a cidade é que tenham algum conhecimento de suas principais mazelas - e que se empenhem em atenuá-las. O estado das ruas no ciclo das chuvas não é questão secundária, muito pelo contrário. Envolve vidas humanas e patrimônio da população. Este jornal relaciona, na reportagem de hoje a respeito do assunto, alguns dos prejuízos que esse descaso produz nos orçamentos dos motoristas.

E não apenas nos deles. Os acidentes sobrecarregam a estrutura hospitalar do Estado, gerando ônus para os cofres públicos - além, claro, do prejuízo não contabilizável de vidas humanas."

Sr. Presidente, peço, mais uma vez, a atenção do Governo do Distrito Federal para a situação precária das vias públicas do Distrito Federal, no Plano Piloto e nas cidades satélites, que, diariamente, vêm ceifando vidas humanas aqui em Brasília. A responsabilidade é do Governo do Distrito Federal. ♦

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Dutra) - Solicito ao Senador Jefferson Péres que venha assumir a Presidência da Mesa, para que eu possa fazer uso da palavra. (Pausa)

O Sr. José Eduardo Dutra, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jefferson Péres.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) - Concedo a palavra ao nobre Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (PT-SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na sessão de ontem, quando da discussão de um requerimento, apresentado pela Liderança do Governo, de adiamento da votação de um requerimento de minha autoria, confesso aos Srs. Senadores que me surgiu uma preocupação. Não simplesmente pelo fato de o requerimento ser de minha autoria, nem pelo fato de o projeto que se estava solicitando voltar para o plenário ser um projeto que estabelecia, como condição para a privatização da Companhia Vale do Rio Doce, a existência de uma autorização legislativa, mas uma preocupação relacionada a problemas que já venho detectando na ação do Congresso Nacional, na existência do Parlamento brasileiro e na sua importância para a democracia brasileira.

Quem diz isso é alguém que reconhece que, na matriz da sua formação política, existe um viés claramente autoritário. A matriz da minha formação política é aquela que adjetiva a democracia, que detecta uma diferença entre democracia burguesa e operária, que considera dispensável a existência do próprio Parlamento para o fortalecimento e a existência da democracia.

Reconheço que esse pensamento - em mim, pelo menos - evoluiu. Hoje, não mais adjetivo as democracias. Entendo a democracia como um valor universal e reputo o fortalecimento e a existência do Congresso e do Parlamento como imprescindíveis a essa democracia. Mas é exatamente esse enfraquecimento do Congresso brasileiro, que tenho visto, que me preocupa.

Entendo que a função do Parlamento não é apenas uma função de falar, mas é também a função de votar, de fiscalizar, de controlar os atos do Executivo e também de defesa do patrimônio brasileiro.

A recusa da Liderança do Governo em votar esse projeto - que, volto a dizer, é um projeto que retoma uma atribuição do Congresso Nacional - é sintomática. Na minha opinião, está sendo transposta

uma barreira ou um limite que considero perigoso. Um limite a partir do qual está-se ultrapassando a função legítima da Liderança do Governo; função legítima de, no Congresso Nacional, defender os interesses do Governo, do Executivo, mas tendo claro que o Executivo é transitório. Os interesses desse Executivo são conjunturais e, a partir do momento em que se ultrapassa esse limite em detrimento das próprias prerrogativas do Congresso Nacional e do Parlamento brasileiro, nós estamos enfraquecendo esse Parlamento.

Temos diversos exemplos a serem citados. Um é o famoso exemplo das medidas provisórias. Volta e meia, nós vemos Parlamentares, seja no Senado Federal, seja na Câmara dos Deputados, bradando contra as sucessivas edições ou reedições de medidas provisórias; bradando contra o fato de o Poder Executivo estar exorbitando das suas atribuições, de estar se metendo nas atribuições do Congresso Nacional, do Poder Legislativo, enfim, de estar legislando.

Os Srs. Senadores são testemunhas de que esse é um tema que, volta e meia, vem a esta Casa. No entanto, o Senado Federal tem-se recusado, sistematicamente, a tomar uma posição para corrigir esse problema, que é detectado por diversos Senadores e Deputados.

Existe um projeto, em tramitação nesta Casa, de autoria do então Deputado Nelson Jobim, atual Ministro da Justiça, que regulamenta a questão da reedição de medidas provisórias. Esse projeto entrou em pauta, nesta Casa, salvo engano, no mês de abril ou maio, por requerimento assinado por diversos Srs. Senadores. De lá para cá, esse projeto vem para o Plenário e sai; vem para o Plenário e é adiado; surge, em seguida, requerimento para incluí-lo novamente em pauta; o requerimento é, então, adiado, etc.

Não existe só esse projeto. Existe a Proposta de Emenda Constitucional nº 1, de autoria do nobre Senador Esperidião Amin, que vai na mesma direção; existe também a Proposta de Emenda Constitucional do Senador Roberto Requião. Enfim, propostas não faltam. No entanto, o Senado da República não toma uma posição, não vota.

Há um tema que, pelo menos do ponto de vista dos discursos, é unânime entre os Senadores e talvez seja unânime entre os Deputados, que é o de limitar essa possibilidade de o Poder Executivo continuar legislando. No entanto, existem as diversas propostas e não se chega a um mínimo consenso no sentido de votá-las. Não digo nem o consenso em torno de qual a proposta, mas o consenso no sentido de se votar as propostas existentes.

É certo e necessário a existência de um processo de consenso progressivo, de conversas, de se tentar chegar a um acordo, só que essa possibilidade de consenso progressivo tem limites; chega-se a um ponto em que o consenso que deveria ser estabelecido é no sentido do consenso de se votar a matéria, e aí vale a lei da democracia, a lei da maioria, a lei do voto. Votando, estaremos contribuindo para superar esse problema e, principalmente, na medida em que votamos, estaremos exercendo o papel para o qual fomos mandados aqui.

E não é só na questão das medidas provisórias. Está aí o Orçamento, que é a própria origem do Parlamento moderno, já que foi criado para controlar as despesas do Executivo. Hoje, por uma série de fatores, o Parlamento brasileiro tem influência mínima no Orçamento, e - o que é pior - a briga dos Parlamentares não é no sentido de ter influência no conjunto do Orçamento, a briga é no sentido de se ter ou não as famosas emendas individuais e parciais, para que cada um possa se apresentar para as suas bases como responsável por levar a verba A ou B para construir a obra A ou B. Essa, no meu entendimento, não é a função do Parlamento. Inclusive, não apresentei nenhuma emenda individual e alio-me àqueles que são defensores de se acabar com esse instrumento no Congresso Nacional.

Assinei emendas de Bancada - foram dez emendas apresentadas pela Bancada do Estado de Sergipe -, todas consensuais no processo de discussão com o Governador.

Quero registrar que a Bancada do meu Estado, de um total de onze parlamentares, tem seis que se alinham com o Governo do Estado e cinco parlamentares de Oposição. Num processo de conversa e de debate, chegou-se a um consenso em torno de dez emendas do Estado, que foram assinadas pelos oito Deputados e pelos três Senadores.

Acho que é nesse sentido que deve evoluir a discussão do Orçamento brasileiro, e o Congresso Nacional deveria ter um papel mais decisivo, e não se restringir, simplesmente, a essa discussão, que considero menor, da existência de emendas individuais ou não.

O Sr. José Roberto Arruda - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Concedo o aparte ao nobre Senador José Roberto Arruda.

O Sr. José Roberto Arruda - Nobre Senador José Eduardo Dutra, em adição ao que V. Ex^a vem colocando, penso que o Brasil, efetivamente, não tem uma cultura de discussão e elaboração orça-

mentária, como é desejo de todos nós. As notícias internacionais dão conta dos grandes problemas que o governo americano vem atravessando, exatamente porque o Congresso americano tem essa cultura de discutir com profundidade, não só o orçamento como as suas repercussões no papel do Estado e na vida da sociedade. Pessoalmente, gostaria de registrar isso apenas para deixar esta reflexão: entendendo que um passo na direção desse aprimoramento do processo é, exatamente, não haver emendas individuais. Penso que se todos nós assumíssemos a responsabilidade - e trata-se de uma questão de responsabilidade - de fazermos apenas as emendas coletivas, quer seja as de bancadas estaduais, de comissão temática às emendas regionais, estaríamos resolvendo alguns problemas. O primeiro deles, evitando que interesses, que não são exatamente os interesses públicos, mas que existem - não adianta tapar o sol com a peneira -, permeiem a elaboração orçamentária pelos corredores do Congresso. Em segundo lugar, por mais justo que seja um determinado interesse específico que justifique uma emenda individual, ela pode não contemplar o interesse da sociedade como um todo. Quando se faz uma emenda coletiva, normalmente, pela discussão, que tem que ser suprapartidária, é uma emenda que normalmente tende a atender melhores interesses da sociedade. A Bancada do Distrito Federal deu um exemplo este ano; somos três Senadores e oito Deputados Federais, dos mais diversos Partidos. Abrimos mão de todas as nossas emendas individuais e assinamos coletivamente as dez emendas coletivas - detalhe importante: as dez coletivas foram assinadas pelos três Senadores e pelos oitos Deputados Federais. E qual o resultado disso? O resultado disso é que estamos sendo punidos na Comissão de Orçamento. Por que estamos sendo punidos? A única Bancada que abriu mão das emendas individuais em favor das emendas coletivas é a do DF. A Comissão Mista de Orçamento está guardando uma fatia do Orçamento para atender as emendas individuais, e, obviamente, nessa fatia não teremos nenhum pedaço, porque não as fizemos. Mas, de qualquer maneira, vale o esforço no sentido de preservar a boa técnica na elaboração orçamentária; e, para atender o interesse público, quem sabe, o Congresso Nacional caminhe para a idéia de se fazer apenas emendas coletivas ao Orçamento da União. Este, acredito, seria um ponto fundamental, obviamente, sem embargos às outras considerações que V. Ex^a faz.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTTA - Muito obrigado, Senador José Roberto Arruda, concordo ple-

namente com V. Ex^a e incorporo, com prazer, o seu aparte ao meu pronunciamento.

Outro ponto que eu gostaria de ressaltar - o terceiro e último -, com relação ao que tenho detectado como enfraquecimento do Parlamento brasileiro, particularmente do Senado Federal, diz respeito às audiências com representantes do Executivo, com Ministro de Estado.

O Senador Eduardo Suplicy fez questão de registrar o aspecto, em uma sessão anterior - e não foi a primeira vez, os Srs. Senadores são testemunhas -, da postura altamente arrogante, imperial com que os Ministros de Estado têm comparecido a esta Casa para prestar informações a respeito de medidas tomadas pelo Executivo. Os Srs. Ministros têm comparecido aqui como se estivessem fazendo um favor aos Senadores, como se estivessem em uma atividade meramente diletante, vindo aqui para conversar com os Senadores, e não por obrigação, atendendo a uma convocação de um Poder constituído da República que tem essa tarefa constitucional de fiscalizar os atos do Executivo. Não foram poucos os casos da vinda de Ministros a esta Casa, para prestarem informações aos Senadores, na maior parte das vezes, com muita má vontade; é lógico que existem as exceções.

Eu gostaria de registrar que esta postura imperial e arrogante tem se caracterizado, principalmente, a partir dos Ministros da área econômica, mas não foram poucas as vezes em que esses Ministros vieram aqui e negaram informações aos Senadores e, no entanto, no dia seguinte, lemos na imprensa essas informações, ou, então, deram informações contraditórias.

Recentemente, tivemos o caso das informações relativas à incorporação do Banco Nacional pelo Unibanco, onde se negavam todas as informações relativas a números e, depois, vimos na imprensa informações envolvendo US\$3 ou US\$4 bilhões, que teriam sido fornecidas por esse Ministro.

O Ministro José Serra já veio duas vezes a esta Casa e afirmou categoricamente, no caso da privatização da Companhia Vale do Rio Doce, que estava decidido que a Vale do Rio Doce seria vendida em bloco, porque se fatesse ela perderia o seu caráter nacional, perderia o seu caráter de agente de desenvolvimento. Bastou mudar o Presidente do BNDES - e devo registrar que o Presidente anterior, Edmar Bacha, também defendia essa alternativa, a de privatizar em bloco -, vem o Sr. Mendonça de Barros e passa a defender a privatização fatiada para, logo depois, o Ministro José Serra dizer à im-

prensa que também acha que o mais lógico seria se fatar essa empresa, para ser privatizada.

Agora, a culpa é dos Ministros? Entendo que não. Eles estão fazendo o seu papel. Embora estranhemos até que Ministros que fizeram a sua vida dentro do Parlamento - o Ministro José Serra, por exemplo, é Senador eleito pelo Estado de São Paulo e está licenciado para exercer o cargo no Poder Executivo -, que essas pessoas, ao irem para o Executivo, passem a tratar com tanto desdém o Poder Legislativo. Agora, no meu entendimento, a principal culpa é desta Casa. A principal culpa é do Congresso, que não tem feito por onde se respeitar, porque tem protelado uma série de decisões, decisões essas que eram atribuições exclusivas desta Casa, e tem agido assim, para atender aos apelos - para usar uma palavra mais suave - do Executivo.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, espero que, ao longo desse nosso mandato, em função da própria postura do Parlamento, não seja necessário rever essa posição a que cheguei, depois de muita reflexão política, de muito confronto com a realidade, retornando àqueles velhos tempos de considerar um Parlamento como dispensável na democracia, adjetivando e classificando democracias como democracias burguesas ou operárias.

O Sr. Vilson Kleinübing - Permite V. Ex^a um aparte.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Peço, antes de concluir, Sr. Presidente, para conceder um aparte ao nobre Senador Vilson Kleinübing.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) - Seja breve, Senador, por favor, porque o tempo do Senador José Eduardo Dutra já foi excedido em um minuto.

O Sr. Vilson Kleinübing - Senador José Eduardo Dutra, quero aproveitar o seu discurso para fazer duas observações, dois comentários pessoais sobre esse sistema que V. Ex^a está levantando. O primeiro, as convocações de Ministros. É evidente, temos que nos impor e fazer com que os Ministros venham até aqui. Mas também temos convocado Ministro quase todos os dias. Ministro de Estado, em um País que tem tanto problema para resolver, deveria ter tempo suficiente para trabalhar. E algumas convocações inócuas. Eu mesmo assisti, aqui, apresentações de Ministros no plenário, nas comissões, que, depois de convocados, prestadas as informações, não acrescentaram nada, o assunto morreu e ficou por isso mesmo. O Congresso, que tem o direito, o dever de convocar Ministro, tem que organizar melhor isso. E nós mesmos temos que nos organizar melhor, para podermos retirar dessas visitas dos

Ministros o maior volume de informações possível. Segundo, sobre privatização. V. Ex^a sabe que sou absolutamente contra empresa produtora de bens e serviços na mão do Estado. O Estado não consegue fazer um posto de saúde decente. O Estado quer fazer posto de gasolina, quando não consegue fazer um posto de saúde decente. Tenho acompanhado as privatizações da Tchecoslováquia, na Hungria, na própria Rússia, na Alemanha Oriental, são cinquenta privatizações por dia. Se passar tudo pelo Congresso, pelo Parlamento deles, este não faz mais nada. Assim como temos responsabilidade, quem foi eleito para o Executivo também tem responsabilidade histórica perante os seus eleitores de fazer a melhor privatização possível, pelo melhor recurso possível, e nós acompanharmos. Quem está cuidando do processo de privatização tinha que mandar um relatório. Isto é que tínhamos que exigir. Um relatório detalhado, circunstanciado de cada privatização que fez. Sei que não vamos convergir para esse ponto. Quanto menor o governo, mais rico o povo; quanto maior o governo, mais pobre o povo. Convençam-se disso. Temos um governo gigantesco e um povo pobre. Ainda estamos aumentando o governo: mais municípios, mais prefeituras. E até estamos resistindo à idéia de diminuir o tamanho do governo. Eu só queria - respeitando a sua posição ideológica, evidentemente - aproveitar o seu discurso para fazer essas duas observações pessoais. O Ministro tem que vir aqui, mas estamos convocando demais, às vezes por qualquer coisa e sem organização. Por exemplo, reunião de Ministro em que todo mundo está usando o celular, conversando um com o outro, é uma vergonha para o Congresso brasileiro. É uma vergonha fazer uma reunião em uma comissão em que todos os celulares estão abertos. Era essa a observação que queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) - Queira concluir o seu pronunciamento, Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Vou concluir, Sr. Presidente.

Quero só concordar com V. Ex^a, Senador Vilson Kleinübing, com relação à questão da organização. Já aconteceu, aqui no Senado, em uma daquelas semanas com feriado na quinta-feira, ocasião em que não houve absolutamente nada, ou seja, o Congresso estava às moscas. Na semana seguinte, tivemos a presença de três Ministros em três comissões diferentes. Eu, particularmente, tinha interesse em ouvir a exposição dos três, mas, como não tenho a capacidade de estar em três lugares ao mesmo tempo, tive escolher um.

Com relação à privatização, o debate é interessante. Eu assumo que não tenho uma posição ideológica em relação à privatização. Não sou contra toda e qualquer privatização. Com relação à questão da Vale do Rio Doce, V. Ex^a sabe que o meu projeto não exclui a privatização da Vale do Rio Doce. Ele simplesmente traz a questão para o Congresso Nacional, até porque - quero registrar mais uma vez - o meu projeto modifica a Lei nº 8.031, que foi aprovada por um Congresso em final de mandato, acovardado, acuado por aquelas bravatas do ex-Presidente Fernando Collor de Mello, que dizia que se não aprovasse tudo, ele iria direto às massas. Em outras palavras, ela foi aprovada no mesmo caldo de cultura em que foi aprovado o confisco da poupança, em que foi aprovada aquela reforma administrativa trágica. Mesmo aquele Congresso, nessa lei de privatizações, colocou uma cláusula que estabelecia o seguinte: o Congresso poderia avocar para si a deliberação sobre empresas que considerasse estratégicas. Essa cláusula foi vetada pelo ex-Presidente Fernando Collor de Mello, e o Congresso não derrubou o veto. O que estou propondo, neste meu projeto, é repor essa cláusula no que diz respeito à Companhia Vale do Rio Doce.

Lamento ver o Poder Executivo, que - reconheço -, do ponto de vista qualitativo, moral, político, ético e histórico, é infinitamente superior ao Governo Fernando Collor de Mello, contrário, na prática, à derrubada do veto do então Presidente Fernando Collor de Mello.

Sr. Presidente, eram essas as palavras que tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) - Concedo a palavra à nobre Senadora Marina Silva. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Flaviano Melo. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador José Roberto Arruda, por vinte minutos.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB-DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, gostaria de ocupar a tribuna hoje para fazer um registro que me parece fundamental nesse novo projeto de País que, neste momento, o Congresso Nacional ajuda a desenhar.

Estou absolutamente convencido de que, depois da estabilização econômica e das reformas constitucionais que estão sendo processadas no Congresso Nacional, este País deve voltar a ter um período de desenvolvimento. Mais do que isso, esse novo modelo de desenvolvimento - e isso me parece

ser claro na consciência crítica nacional - não deve repetir os erros dos modelos de desenvolvimento que experimentamos nas últimas décadas. Isso significa que ele não deva ser concentrador, nem ao nível de classe social e muito menos ao nível de regiões.

Se nós todos desejamos um modelo de desenvolvimento que desconcentre oportunidades, parece também ganhar consenso na vida nacional o fato de que é fundamental que o Governo Federal dê prioridade à reforma agrária. E por que a reforma agrária?

Ora, o Brasil é um País de grandes dimensões e grandes desigualdades: de um lado, os grandes latifúndios - e falo especificamente dos latifúndios improdutivos -; de outro, cidadãos brasileiros, como nós, que não têm um metro quadrado de terra, nem para construir a sua casa, nem para um trabalho de sustentação mínima.

Ora, no momento em que o Governo Federal inicia um programa de reforma agrária, há uma primeira e grande dificuldade, que é exatamente a falta de recursos para as necessárias desapropriações legais, para que essas terras sejam colocadas em disponibilidade para o Programa de Reforma Agrária.

O meu pronunciamento de hoje, Sr. Presidente, é para registrar uma iniciativa que me parece importante, sensata equilibrada e, mais do que isso, que pode ser exemplar.

O Ministério do Exército, nesta semana, oficialmente colocou em disponibilidade para o Ministério da Reforma Agrária terras num total de seis milhões e duzentos mil hectares, terras devolutas que já estavam reservadas ao uso especial do Exército, áreas afetadas já ao uso especial do Exército. E, mais do que isso, o Exército brasileiro dá uma contribuição fundamental, que é a de colocar, na Amazônia Legal - especificamente na Amazônia Legal, a qual V. Ex^a, que preside esta sessão, conhece tão bem -, na faixa de cem quilômetros de largura, em cada lado do eixo das rodovias, bem como nas faixas de fronteira, terras, numa área total de seis milhões e duzentos mil hectares, à disposição para serem usadas num programa de reforma agrária.

Faço dois registros aí: o primeiro, o fato de o Exército brasileiro, que notoriamente tem uma cultura histórica de preservar o seu patrimônio e é normalmente conhecido por alguns setores da sociedade - e há registros históricos até que justificam isso - pelo excesso de conservadorismo na gestão desse patrimônio, mostrar que tem renovado a sua cultura própria e entender os problemas nacionais acima dos problemas específicos - ainda que justos - do próprio Ministério, colocando seis milhões e duzen-

tos mil hectares de terras à disposição para a reforma agrária. Este é o primeiro registro.

O segundo é que alguns países do mundo - conheço particularmente o caso de Portugal, mas é claro que existem outros - que tiveram um programa de reforma agrária razoavelmente eficaz só conseguiram isso porque chegaram à conclusão de que reforma agrária não é só dar um pedaço de terra. Quando se dá a uma família carente, sem propriedade, apenas o pedaço de terra, o que ocorre logo depois é a especulação imobiliária, é o repasse dessa área ou a total impossibilidade dessa família fazer com que essa área seja produtiva e gere recursos para a sua automanutenção.

Ao contrário, os programas de reforma agrária que deram certo, de que se tem notícia no mundo, são programas globais, que além da terra concedem equipamentos agrícolas mínimos, condições de fomento do início de produção, educação básica na área agrícola. Mais do que isso, concedem áreas onde exista água, energia elétrica, enfim, que tenham condições mínimas para a sobrevivência de uma família e para que se faça com que a terra, efetivamente, seja produtiva.

Ora, quando se reservam áreas de terra ao lado das rodovias é algo novo que está acontecendo no Brasil. Na verdade, em todas as tentativas frustradas a que assistimos de reforma agrária, as terras colocadas em disponibilidade, normalmente, eram longe das rodovias, muitas vezes sem disponibilidade de água e, muito menos, de energia elétrica.

No instante em que o Exército brasileiro tem a sensibilidade de colocar em disponibilidade terras exatamente à margem das rodovias, por onde vai escoar a produção, isso é um sintoma claro de que este exemplo pode dar certo e, mais do que isso, aqui está uma possibilidade de início de um projeto de reforma agrária eficaz.

Nós assistimos ao processo de formação das cidades brasileiras. Ele se dá exatamente nas margens das ferrovias e das rodovias. Até se contam histórias jocosas de que as cidades brasileiras começavam com uma igreja, algumas pequenas casas, à beira da estação de trem, um pequeno armazém; logo depois chegavam as Casas Pernambucanas (pena que hoje não haja tantas Casas Pernambucanas nos Municípios brasileiros). Enfim, essa era a história da formação das cidades brasileiras. Iam começando aqueles vilarejos, sempre nas margens das estradas. Por quê? Porque são as margens das estradas que dão condições mínimas de sobrevivência, de chegada e saída de produtos, de acesso das pessoas. É uma coisa absolutamente natural. E se

isto é natural da cultura brasileira, penso que não se tem de inventar coisas novas.

É claro que o projeto de reforma agrária deve começar por aí também. Vou até mais além. Quem sabe com esse exemplo do Exército nós, principalmente nas regiões mais carentes - e são as regiões mais carentes que detêm os grandes latifúndios - pudéssemos trabalhar, na reforma agrária, exatamente nessas terras que margeiam as grandes rodovias? Porque são essas terras que podem dar condições aos pequenos agricultores de fazer com que os projetos sejam viáveis.

Eu gostaria de dizer, também, Sr. Presidente, que nós assistimos, que a sociedade brasileira assiste, ainda perplexa, ainda sem opinião pública consensual, o Movimento dos Sem-Terra. De um lado, claramente identificado com o conceito de que todos os brasileiros são iguais, de que todos mereceriam condições mínimas de sobrevivência e de vida produtiva; de outro lado, a violência, os exageros, as invasões de terras produtivas, as reações, muitas vezes exageradas e violentas também. E este é um País que não tem uma história de grandes conflitos sociais.

A nossa geração tem, neste momento, um desafio: se nós conseguirmos que o projeto de reforma agrária seja rápido e chegue antes do agravamento dos conflitos sociais, a reforma agrária poderá ser mais justa. Se, ao contrário, nós ficarmos paralisados em planos, idéias, palestras, seminários, em teses acadêmicas, é claro que o Movimento dos Sem-Terra tende para o exagero, tende para a violência, o que não é bom para ninguém, para nenhum segmento organizado da sociedade e nem para a sociedade como um todo.

Pensando nisso é que aproveito este momento, na tribuna do Senado, para enfatizar a idéia de que o Exército brasileiro, ao colocar 6 milhões e 200 mil hectares de terra em disponibilidade para o programa de reforma agrária, dá duas contribuições ao País: a primeira, a da disponibilidade da terra propriamente dita; a segunda, e mais importante, a do exemplo. Se todos os que são detentores do uso da terra tiverem essa mesma visão dos problemas globais do País, penso que poderemos, ainda que sem os recursos necessários às desapropriações, fazer um estoque de terras que seja minimamente suficiente para o início efetivo de um programa de reforma agrária que atenda às necessidades da sociedade brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA EM SEU
PRONUNCIAMENTO:*



MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
GABINETE DO MINISTRO
CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO EXÉRCITO

ÁREAS AFETADAS AO USO ESPECIAL DO EXÉRCITO

EM 1971, PELO DECRETO-LEI Nº 1.164, FORAM "DECLARADAS INDISPONÍVEIS À SEGURANÇA E AO DESENVOLVIMENTO NACIONAIS, NA REGIÃO DA AMAZÔNIA LEGAL... AS TERRAS DEVOLUTAS SITUADAS NA FAIXA DE CEM QUILOMETROS DE LARGURA EM CADA LADO DO EIXO DAS RODOVIAS".

POSTERIORMENTE, O DECRETO-LEI Nº 2.375/87 ESTABELECEU QUE A UNIÃO AFETARIA AO USO ESPECIAL DO EXÉRCITO AS TERRAS PÚBLICAS FEDERAIS DEVOLUTAS OU MESMO NÃO DEVOLUTAS, SE NECESSÁRIO, BEM COMO AS TERRAS PÚBLICAS FEDERAIS COMPREENDIDAS NA FAIXA DE FRONTEIRA, DESTINADAS À CRIAÇÃO DE CAMPOS DE INSTRUÇÃO OU À INSTALAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES MILITARES. NOS ANOS DE 1988 E 1989 ESSAS TERRAS FORAM REPASSADAS AO EXÉRCITO.

TAIS ÁREAS, DISTRIBUÍDAS EM GLEBAS E SEM PREVISÃO DE UTILIZAÇÃO COMO CAMPOS DE INSTRUÇÃO, ESTÃO LOCALIZADAS NOS SEQUINTE ESTADOS DA FEDERAÇÃO: RONDÔNIA, AMAZONAS, RORAIMA, PARÁ, TOCANTINS, MATO GROSSO E MARANHÃO.

CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO EXÉRCITO



MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
GABINETE DO MINISTRO
CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO EXÉRCITO

CONTRIBUIÇÕES DO EXÉRCITO AO PROCESSO DE REFORMA AGRÁRIA

O EXÉRCITO TEM ACOMPANHADO O ACIRRAMENTO DA QUESTÃO AGRÁRIA NO PAÍS E ENTENDE SER OPORTUNA SUA COOPERAÇÃO NAS GESTÕES QUE CONDUZAM À AMENIZAÇÃO DO PROBLEMA.

NESSE CONTEXTO, O MINISTRO DO EXÉRCITO EM RECENTE AUDIÊNCIA COM O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, COLOCOU-LHE À DISPOSIÇÃO:

- AS "ÁREAS AFETADAS AO USO ESPECIAL DO EXÉRCITO";
- OS TRABALHOS DO SERVIÇO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO; E
- OS SERVIÇOS DA ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO DO EXÉRCITO.

AS ÁREAS AFETADAS AO USO ESPECIAL DO EXÉRCITO SITUAM-SE NA AMAZÔNIA LEGAL, NA FAIXA DE CEM QUILOMETROS DE LARGURA EM CADA LADO DO EIXO DAS RODOVIAS, BEM COMO NA FAIXA DE FRONTEIRA, TOTALIZANDO 6.200.000 HECTARES E FORAM PASSADAS À FORÇA TERRESTRE NOS ANOS DE 1988 E 1989.

O SERVIÇO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO DETÉM CAPACIDADE E QUALIDADE COMPROVADA EM TRABALHOS DE MAPEAMENTO, LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS E DEMARCAÇÕES DE TERRAS, PODENDO ATUAR EM PROVEITO DO ALUDIDO PROCESSO DE REFORMA.

A ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO É INTERNACIONALMENTE RECONHECIDA, PARTICULARMENTE PELAS OBRAS VIÁRIAS QUE REALIZA, PODENDO CONTRIBUIR NO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DE ASSENTAMENTOS.

CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO EXÉRCITO

b. Dec Lei nº 2375, de 24 de novembro de 1937

Estabeleceu que a União afetaria ao uso especial do Exército as terras públicas federais devolutas ou mesmo não devolutas; se necessário, bem como as terras públicas federais compreendidas na faixa de fronteira, destinadas à criação de campos de instrução ou à instalação de organizações militares.

2. ÁREAS AFETADAS

a. Dec Lei nº 95.859, de 22 de março de 1988

Nº ORD	GLEBA	ÁREA (Ha)	LOCALIZAÇÃO
01	IQUÊ (Lotes 70 a 78)	7.378,0820	VILHENA/RO
02	Terras Devolutas	8.047,7500	VILHENA/RO
03	IQUÊ (Lote 359-A)	688,7413	VILHENA/RO
04	IQUÊ (Lotes 42 e 43)	795,3464	VILHENA/RO
05	IQUÊ (Lotes 34-A)	355,0437	VILHENA/RO
06	IQUÊ (Lote 40-A)	355,0252	VILHENA/RO
07	CUNIÃ (60 Lotes)	53.634,0500	PORTO VELHO/RO
08	MIRARI/ÁLVARO MAIA I (Partes)	47.676,7728	AM/RO (DIVISA)
09	BOA ESPERANÇA/ PUPUNHAS	468.790,0000	HUMAITÁ/AM
10	SEM DENOMINAÇÃO	1.813,6244	HUMAITÁ/AM
11	ÁREA DEVOLUTA	1.016.350,8000	SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA/AM
12	CARACARAI	86.098,7250	CARACARAI/RR (1)
13	NIQUILÁ (Terras Devolutas)	350.960,4520	CARACARAI/RR
14	NIQUILÁ (Pj Fundiário)	106.911,6050	CARACARAI/RR
15	NIQUILÁ (Pj Fundiário)	166.103,4400	CARACARAI/RR
16	CINZENTO	165.800,0000	MARABÁ/PA
17	AQUIRI	141.400,0000	MARABÁ/PA
18	MOSSORÓ	315.790,0000	ALTAMIRA/PA (2)

Nº ORD	GLEBA	ÁREA (Ha)	LOCALIZAÇÃO
19	LIMÃO	625.500,0000	ITAITUBA/PA
20	CURURÚ	439.583,2188	ITAITUBA/PA (3)
21	JURUENA	429.500,0000	ITAITUBA/PA (3)
22	DA PRATA	220.034,2000	ITAITUBA/PA
23	DAMIÃO	440.500,0000	ITAITUBA/PA
T O T A L		5.164.046,8768	

b. Dec Lei nº 97.596, de 30 de março de 1989

Nº ORD	GLEBA	ÁREA (Ha)	LOCALIZAÇÃO
01	XIXEBAL	1.203,0000	ARAGUAÍNA/TO
02	CONCEIÇÃO, PURAQUÊ E ARAPONGA	30.953,0200	NOVA OLINDA/TO
03	TODOS OS SANTOS (Lote 58)	2.407,3641	MIRACEMA DO NORTE/TO
04	MATRINXÃ	5.300,0000	BARRA DO GARÇAS /MT
05	SANTA RITA	36.684,0000	PORTO ESPIRIDIÃO/ MT
06	FLEXAS II	1.900,0000	CÁCERES/MT (4)
07	TRAÇADAL, SAMAÚMA E CONCEIÇÃO	484.828,0000	GUAJARÁ-MIRIM/ RO
08	25 DE SETEMBRO E AFLUENTE	49.100,0000	PAUNI E BOCA DO ACRE/AM
09	TACANA	122.490,0000	TABATINGA/AM
10	RIO PARDO	188.750,0000	PRESIDENTE FI- GUEIREDO/AM (5)
11	JUMA	106.500,0000	CAREIRO/AM
12	QUATORZIMA	10.840,0000	AÇAILÂNDIA/MA
T O T A L		1.040.955,3841	

c. Superfície total

6.205.006,2607 Ha.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Concedo a palavra ao nobre Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Sr. Presidente, Sr^{es.} e Srs. Senadores, as Associações Comerciais do Maranhão, pela iniciativa da Federação das Associações Empresariais daquele Estado, realizaram em São Luís o seu segundo encontro, com palestras de alto nível tendo como debatedores o Vice-Governador José Reinaldo Tavares, o nosso colega Deputado Luiz Roberto Ponte, o Superintendente Regional do Banco do Nordeste, Sr. Adalberto Felinto da Cruz Júnior, e os Secretários de Estado Deputado Francisco Coelho e Srs. Luciano Moreira e Pedro Dantas da Rocha Neto.

Concluiu-se, nesse encontro, que faltam incentivos aos empreendedores do campo e da cidade; que o sistema bancário brasileiro precisa reciclar-se e entender que o período do ganho fácil, inflacionário, deve dar lugar a investimentos no setor primário; que se faz urgente uma reforma tributária que libere os empresários das pelas burocráticas que prejudicam o livre curso dos negócios.

Como vêm Vossas Excelências, Senhores Senadores, os empresários do meu Estado, mesmo aqueles sediados nos mais longínquos rincões da Amazônia Legal e do Nordeste, transpiram os mesmos sentimentos, as mesmas análises críticas dos seus congêneres do Sul.

Na verdade, em todo o País paira a mesma sensação que sacode os meus conterrâneos empresários quanto ao fulcro dos problemas brasileiros. São problemas nacionais, cujos efeitos malignos se fazem sentir de Norte a Sul, e que – justiça seja feita ao atual governo federal – estão sendo atacados de frente pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso.

No período em que governei o Maranhão, de 1991 a 1994, tive a feliz oportunidade de proporcionar ao comércio, à indústria, à agricultura e, de maneira geral, aos produtores do meu Estado, um número de benefícios, em quantidade e em qualidade, que superou tudo quanto até então havia sido alcançado pelo empresariado maranhense.

Assumi como Governador, através de decretos e de projetos de lei, uma série de medidas de alto proveito como estímulo aos produtores do Maranhão que repercutiram de imediato na economia do Estado. Atendendo às justas reivindicações do empresariado, instituí novos sistemas fiscais, fixei

alíquotas mais justas do ICMS, reduzi cargas tributárias, isentei determinados produtos, estabeleci sucessivos diferimentos, proroguei prazos de pagamento e concedi parcelamentos.

Determinei, no Banco do Estado do Maranhão, linha de crédito especial para pagamento de ICMS e criei a Fundação Estadual de Desenvolvimento Industrial e Turístico (FEDIT) e o Programa de Desenvolvimento Industrial (PRODEIN), hoje substituído pelo Sistema de Apoio à Indústria e ao Comércio Exterior (SINCOEX).

Senhor Presidente e Senhores Senadores, não vou cansá-los com o rol dos esforços que praticamos no Maranhão, objetivando, quase que desesperadamente, encontrar a vereda que nos levasse ao desenvolvimento. O Estado fora praticamente abandonado pelo governo federal, como se fôssemos uma aldeia apartada de uma Nação chamada Brasil. Távamos de superar sozinhos as nossas dificuldades.

E o meu maior orgulho foi o de entregar ao meu sucessor, ao fim da minha administração, um Maranhão em dia com os seus compromissos junto ao seu funcionalismo e aos seus credores, uma administração que não contraiu um centavo de empréstimos, mas, ao contrário, teve de pagar grossos percentuais de elevadíssimas dívidas feitas por administrações anteriores.

Vou me permitir, Senhor Presidente, incluir neste meu pronunciamento a listagem parcial das ações empreendidas pelo governo do Maranhão, no período de 1991 a 1993, que procuraram estimular e fazer justiça aos produtores do meu Estado, a fim de que se agilizasse a nossa caminhada para novas etapas de desenvolvimento.

Nos dias atuais, testemunhamos quão dura e difícil tem sido a luta do governo, assumindo iniciativas referentes à reforma agrária, à reformulação do sistema financeiro e a uma ampla reforma tributária, que esperamos elimine os entraves absurdos que dificultam a vida empresarial no Brasil.

Em relação à reforma agrária, Senhor Presidente, poucos administradores terão conseguido realizar o que, como Governador, pude realizar no Maranhão. Num período de três anos, distribuí 25 mil títulos de terra, número superior ao total de tudo quanto fora distribuído nos quatrocentos anos da existência do meu Estado. Fizemos doação de milhares de toneladas de sementes e de centenas de milhares de instrumentos para trabalho agríco-

la, dando início a um plano que visava melhorar a infra-estrutura necessária ao homem do campo. Reaparelhamos a EMATER e, com ela assim atualizada, assistimos tecnicamente pequenos, médios e grandes agricultores.

Ampliamos o sobremodo, em todo o Estado, o número de salas de aula e de postos de saúde. E, num esforço hercúleo, pavimentamos mais de 700 quilômetros de estradas.

Nosso objetivo, nessa área da administração, era criar condições para aquele que, vocacionado para o amanhã da terra, encontrasse as condições que o fixassem no campo, juntamente com a sua família.

Detalhe desprezado e jamais divulgado como deveras importante para a fixação do homem no campo está nas oportunidades de lazer. Neste fim de século, com as mais sofisticadas tecnologias envolvendo o mundo e transformando-o numa aldeia global, o camponês de distantes regiões sente-se marginalizado por não participar dos frutos da modernidade.

Em quase todas as sedes municipais do interior do Brasil, nos dias atuais, a Prefeitura instalou aparelhos de televisão em salões ou em lounges públicos, cujos programas atraem as multidões dos que ainda não puderam adquirir tais monitores. Ora, o homem do campo, nas visitas eventuais que faz às cidades, inconforma-se em que ele, a mulher e os filhos não recebam também aquele benefício, que já se tomou público, e começa a percorrer o seu espírito o desejo de transferir-se para os centros onde encontre, além da educação e da saúde, os instantes de lazer que estão fora do seu alcance.

Veja-se, Senhores Senadores, como são difíceis os problemas brasileiros. Devemos, evidentemente, persistir no objetivo de resolvê-los a todos, mas não será fácil levá-los de vencida.

Um deles, a reforma agrária. Se não se justifica a desapropriação, para não dizer confisco, das propriedades produtivas – quando tantas são as terras devolutas e abandonadas em nosso País –, também não se justifica um processo de reforma agrária que, sem concreta e continuada assistência ao homem do campo, não passará jamais de uma fantasia de magia.

Sr. Presidente, gostaria de ler as considerações que se seguem, relativas às realizações do Governo do meu Estado.

1. COMÉRCIO:

- instituição do Regime de Estimativa Fiscal para pequena empresa comercial, com o objetivo de reduzir a carga tributária e simplificar obrigações acessórias (Dec. 12.249, de 06.12.91 – Dec. 13.148/93);

- redução da carga tributária da microempresa comercial de 3,4% para 1% (Dec. 12.249, de 06.12.91);

2. INDÚSTRIA:

- estabelecimento de prazo médio de 85 dias para pagamento de ICMS pelas indústrias de transformação (manufaturados) de metais comuns (Dec. 12.345, de 19.03.92);

- fixação de alíquota interna do ICMS em 12% para os produtos de cerâmica vermelha (Lei 5.119, de 05.07.91);

- estabelecimento do prazo de até o décimo dia do segundo mês subsequente, para o pagamento do ICMS de móveis de madeira (Dec. 12.818, de 30.11.92);

- diferimento de 50% do ICMS nas operações internas com amêndoas de babaçu (Dec. 12.999, de 30.03.93);

- atribuição aos estabelecimentos industriais de álcool carburante do pagamento de ICMS pelo regime normal de apuração (Dec. 13.026, de 15.04.93);

- atribuição aos estabelecimentos industriais de óleo do pagamento de ICMS pelo regime normal de apuração (Dec. 13.045, de 30.04.93);

- diferimento do ICMS nas operações internas com gado para abate em frigorífico (Dec. 13.122, de 25.06.93);

- redução de 80 para 100%, da base de cálculo do ICMS na exportação para o exterior de compensado (Dec. 13.124, de 25.06.93);

- diferimento do ICMS nas saídas internas de madeira em toras (Dec. 13.125, de 25.06.93);

- diferimento do ICMS nas saídas internas de soja, quando destinadas a estabelecimento habilitado, que também implica no mesmo benefício ao transporte (Dec. 12.380, de 27.04.93);

- ampliação do prazo para pagamento do ICMS das indústrias de óleo babaçu, de até o dia 20 do mês seguinte para até o dia 10 do segundo mês subsequente ao do fato gerador (Dec. 13.223, de 09.08.93);

- diferimento do ICMS nas saídas internas de couro destinados a estabelecimento industrial (Dec. 13.225, de 09.08.93);

- isenção do ICMS na importação de máquinas e equipamentos, sem similar nacional, destinados ao ativo fixo do importador (Dec. 13.567, de 30.11.93).

3. PRODUTOR

- diferimento do ICMS de gado de cria nas saídas internas (Dec. 11.904, de 11.06.91);

- autorização ao produtor cadastrado para emitir sua própria nota fiscal (Dec. 12.203, de 08.11.91);

- estabelecimento de prazo médio de 85 dias para recolhimento do ICMS nas saídas de soja para o exterior (Dec. 12.381, de 27.04.92);

- atribuição ao produtor de soja para apurar o ICMS da exportação pelo regime de conta corrente (Dec. 12.339, de 09.03.92);

- fixação da alíquota interna do ICMS em 12% para gado e produtos de sua matança (Lei 5.119, de 05.07.91);

- diferimento do ICMS dos insumos agropecuários nas operações internas, aplicando igual tratamento sobre transporte (Dec. 12.389, de 08.05.92);

- atribuição ao produtor de suínos inscritos no Cadastro de Contribuintes para apurar o ICMS pelo regime de conta corrente (Dec. 13.145, de 09.07.93);

- isenção do ICMS, relativamente ao diferencial de alíquotas, para máquinas e implementos agrícolas e bens destinados ao ativo fixo (Dec. 13.423, de 22.10.93).

4. TODOS OS SETORES:

- prorrogação do termo inicial da cobrança da correção monetária do nono dia do mês seguinte ao fato gerador, para a data do vencimento normal de pagamento do ICMS (Dec. 11.945, de 10.07.93);

- redução das multas fiscais em função da redução dos prazos de regularização (Lei 5.603, de 28.12.92);

- concessão de parcelamento de créditos denunciados espontaneamente;

- exclusão do acréscimo financeiro cobrado nas vendas a prazo para consumidor final (Lei 5.848, de 06.12.93).

5. OUTROS BENEFÍCIOS

- linha de crédito especial no BEM para pagamento de ICMS;

- FEDIT;

- PRODEIN.

São essas, Sr. Presidente, as realizações do Governo do Maranhão, de amparo aos produtores do Estado, no período de 1991 a 1993.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 10 horas.)

ATA DA 201ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 1995

(Publicada no **DSF**, de 30 de novembro de 1995)

RETIFICAÇÃO

Na página 04192, no Parecer nº 783, de 1995:

Onde se lê:

Redação final da Emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 1994 (nº 2.499, de 1992, na Casa de origem).

Leia-se:

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 1994 (nº 2.499, de 1992, na Casa de origem).

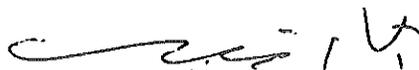
**SECRETARIA LEGISLATIVA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA**

**ATA DA 25a. REUNIÃO, (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA EM
09 DE NOVEMBRO DE 1995.**

Às dez horas do dia nove de novembro de mil novecentos e noventa e cinco, na sala de reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência, em exercício, do Senhor Senador **ARLINDO PORTO**, presentes os Senhores Senadores **Gérson Camata, José Eduardo Dutra, Waldeck Ornelas, José Roberto Arruda, Marina Silva, Freitas Neto, Vilson Kleinubing, Emilia Fernandes, Lúdio Coelho e Elcio Alvares**, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura. Deixam de comparecer os Senhores Senadores **Onofre Quinan, Mauro Miranda, Marluce Pinto, Nabor Junior, Fernando Bezerra, Romero Jucá, José Ignácio Ferreira, Lucídio Portela, Sebastião Rocha, Ademir Andrade, Romeu Tuma e Roberto Freire**, Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente dá conhecimento aos membros da Comissão que, se encontra no recinto o Senhor Ministro **Paulo Renato Souza**, da Educação e Desportos, que fará exposição sobre a conclusão das obras inacabadas na área da educação, conforme requerimento de convocação aprovado por esta Comissão. Passa-se a leitura dos oradores inscritos, observando a Presidência os preceitos regimentais que regularão tal interpelação.

Inicia-se nesta oportunidade a explanação do Senhor Ministro **Paulo Renato Souza**, que esclarece ao plenário sobre a conclusão de diversas obras inacabadas no país na área de

educação, em especial, as relativas a 225 escolas de ensino fundamental, 128 escolas agrícolas de primeiro grau e 170 Centros de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente - CAIC'S, resultando tal investimento, num montante de R\$ 430 milhões a serem liberados e na geração de 488 mil novas vagas. Encerrada a exposição do Senhor Ministro, a Presidência passa para fase de interpelação, quando fazem uso da palavra os Senhores Senadores José Roberto Arruda, Vilson Kleinubing, Emilia Fernandes, Jefferson Peres e Marina Silva, que tecem considerações a respeito dos assuntos abordados. Na oportunidade, a Presidência submete ao plenário dois requerimentos, extra-pauta, de autoria do Senador Waldeck Ornelas. Item nº 01: Requerimento nº 015/95 - Cl., " que solicita o comparecimento a Comissão, do Senhor Airson Bezerra Lócio, Presidente da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, para prestar informações sobre os objetivos do Projeto Semi-Árido - Uma proposta para o desenvolvimento do Semi-Árido Nordestino e do Vale do São Francisco. Item nº 02: Requerimento nº 016/95 - Cl., " que solicita o comparecimento a Comissão, do Senhor Isaac Popoutchi, Presidente da Rede Ferroviária Federal - RFFSA, para prestar informações sobre o Modelo de Desestatização de Rede, com ênfase no programa de investimentos a ser incluído nos Editais de Privatização, especialmente na Área de Negócios do Centro-Leste. Passa-se a discussão e votação quando os mesmos são aprovados pela maioria dos membros presentes. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, lavrando eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada juntamente com as notas taquigráficas.



SENADOR ARLINDO PORTO
PRESIDENTE, em exercício.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Porto) - Estão abertos os trabalhos desta reunião.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está presente à nossa Comissão, para falar sobre os seus projetos de obras inacabadas e, naturalmente, obras planejadas pelo seu Ministério, o Ministro Paulo Renato Souza. O Presidente da Comissão, Senador José Agripino Maia, encontra-se no exterior e solicitou que aqui estivesse para representá-lo e dar boas vindas ao Ministro.

Temos, neste mesmo horário, uma sessão solene do Congresso, oportunidade em que está sendo feita a promulgação das duas emendas constitucionais aprovadas na tarde de ontem. Em função disso, naturalmente, o **quorum** está reduzido.

Queremos destacar, Sr. Ministro, a nossa alegria de recebê-lo, cumprimentando-o pelo trabalho que tem sido feito à frente de seu Ministério, não apenas na parte física, que vamos hoje destacar, mas, sobretudo, o trabalho que tem sido desenvolvido em termos de filosofia, de proposta, de mudança de conceito da educação.

A educação se faz com estrutura física, sem dúvida. Mas é fundamental que haja uma mudança de conceito, e o Ministério que V. Ex^a tem o prestígio de gerenciá-lo tem procurado fazer com que haja uma mudança em todo o nosso País. Sabemos que a Comissão de Educação do Senado tem estado atenta e participativa dentro dessa preocupação de fazer com que a educação não seja apenas um direito de todos, mas que seja uma educação de qualidade à disposição de todos.

Dentro do que prevê o nosso Regimento, o Sr. Ministro dispõe de trinta minutos para fazer a sua exposição. Logo a seguir entraremos na fase de debates. Os Srs. Senadores deverão fazer as suas inscrições, tendo, para interpelação, três minutos para fazer uso da palavra.

A palavra está à disposição do Sr. Ministro.

O SR. PAULO RENATO SOUZA - Muito obrigado, nobre Senador. É com muita satisfação que compareço hoje à Comissão de Infra-Estrutura do Senado para trazer informação do plano do Ministério de dar continuidade às obras inacabadas na área da educação.

Na verdade, não preciso estender-me sobre o significado de uma obra inacabada, que, essencialmente, é o maior dos desperdícios, porque significa que foi investido dinheiro público e não está sendo utilizado aquele bem, aquele investimento para ne-

nhuma finalidade. Portanto, a nossa principal preocupação neste ano foi a de examinar, com detalhes, na questão dos investimentos físicos, o problema da conclusão de obras e da continuidade de obras inacabadas.

Gostaria de destacar qual tem sido o programa do Ministério em relação ao repasse de recursos para Estados e Municípios, tanto para custeio quanto para investimentos, a partir dos recursos do salário-educação. Na verdade, desde o começo do ano procuramos mudar a orientação passada, que vinha sendo tradicionalmente posta em prática no Ministério no sentido de vincular o repasse de recursos a projetos específicos, tanto para custeio quanto para investimentos.

Decidimos este ano simplificar este procedimento no sentido de repassar para custeio, diretamente para as escolas, um valor relacionado a um número de alunos na escola, um valor relacionado ao tamanho da escola, deixando, então, para uma análise na base de projetos apenas os recursos destinados ao investimento. Fizemos isso porque o nosso diagnóstico dos anos anteriores, em relação aos recursos repassados pelo Ministério da Educação, mostrava que havia um grande desatendimento de um número muito expressivo de Municípios que têm ensino fundamental mas que não tiveram acesso, no passado, aos recursos do Ministério.

Assim, no ano passado, o Ministério assinou convênios com 2.500 dos 3.700 municípios que têm ensino fundamental, assinou uma média de 1,6 convênios por Municípios. Ou seja, houve também uma concentração de convênios em Municípios, uma média de mais do que um. Mas nem todos os Municípios foram atendidos, não são todos que têm ensino fundamental.

Portanto, este ano decidimos que o repasse seria feito diretamente para as escolas, fossem estaduais ou municipais, dependendo do número de alunos. Já repassamos, até o momento, R\$191 milhões, 778 mil - quase R\$200 milhões - para a manutenção dessas escolas, sendo que R\$127 milhões para as escolas estaduais e R\$64 milhões para as municipais. Esse processo continuará até o final do ano. Essa foi a orientação em relação aos convênios de manutenção das escolas.

A diretora da escola ou o Conselho de escola tem total liberdade de aplicação dos recursos. E estamos também informando a todos os Municípios e escolas o valor a que estas têm direito pelo fato de ter sido feito convênio. Estamos enviando e publicando, em cada agência do Correio, a relação das escolas daquele Município, com o valor a que deveriam ter direito, com os convênios assinados.

Em relação aos investimentos, tivemos um programa de âmbito nacional, que é o programa do kit tecnológico, ou seja, do convênio para a aquisição de uma antena parabólica, um televisor e um vídeo cassete para todas as escolas municipais e estaduais de mais de 100 alunos. São cerca de 46 mil escolas no Brasil que estão recebendo esses recursos, através de seus Prefeitos e Governadores, para a aquisição desses equipamentos de televisão. Esses equipamentos servirão para que a escola receba as transmissões da TV Escola, que é um canal exclusivo de televisão e que está no ar desde o dia 4 de setembro, em caráter experimental. No ano que vem, atingirá o Brasil inteiro.

Prevemos, portanto, a instalação em 46 mil escolas de todo o Brasil e já, nesse momento, foram realizados convênios com 26 Estados e 1.738 Municípios no valor de R\$62 milhões para investimentos em equipamentos de antena, televisor e vídeo cassete.

A idéia da programação é que seja totalmente dirigida ao professor, que poderá captar, gravar e reproduzir dentro de sala de aula, dentro do seu trabalho do dia-a-dia. Estamos, inclusive, ampliando essa programação.

Estive na semana passada na Inglaterra, onde fizemos contatos para adquirir a programação da BBC de Londres, que tem, nas áreas de conhecimento universal, como matemática, ciências e geografia, programação já tradicional muito boa, testada, que poderá ser utilizada na nossa TV Escola. Acredito que, no início do próximo ano letivo, já um grande número de escolas contarão com esse equipamento e estará ligado, via satélite, com a nossa TV Escola.

A programação atualmente atinge 4 horas diárias e é repetida três vezes ao dia. Essa programação será ampliada gradativamente e, inclusive, poderemos oferecer a possibilidade de educação para outras áreas que não propriamente o Ministério da Educação. Temos recebido manifestação de interesse do IBAMA, no sentido de desenvolver a educação ambiental também através da televisão, com programação dos professores; também com o Ministério da Saúde poderemos ter programas de educação, porque teremos uma grande rede nacional de recepção montada dentro da escola, que é um centro comunitário importante, onde a comunidade poderá assistir a uma série de programas que melhorarão certamente as condições de vida da população local.

Temos tido notícias de que já, neste momento, há experiências nesse sentido, como, por exemplo, a escola onde visitaremos na próxima semana, se não me engano aqui em Goiás, de uma escola que

já tem antena parabólica que, no final de semana, concentra os professores dos Municípios vizinhos, de escolas menores, para assistir ao programa da semana. Essa é uma experiência que tem se repetido, embora ainda seja incipiente, porque o número de antenas que temos nas escolas é reduzido - partimos com duas mil antenas e queremos chegar a quase 50 mil. Esse processo está avançando e vários Estados já compraram e instalaram os equipamentos.

Na área do investimento físico, na rede física das escolas, o nosso diagnóstico é que, em geral, esse não é um problema muito grave no Brasil. Ou seja, o problema da educação não é tanto o problema da falta de escolas; é mais um problema da qualidade da educação, da repetência da evasão. Hoje temos ainda, se tomarmos o total de crianças fora da escola, cerca de 4 milhões de crianças, de 7 a 14 anos, entretanto, 95% das crianças nessa faixa etária já estão na escola. É o dado que temos atualmente. Ainda temos 4 milhões de crianças fora da escola.

Por que essas crianças estão fora da escola? À primeira vista pode parecer que faltam escolas. Mas não é esse o problema. As crianças que estão fora da escola são, em geral, crianças da faixa de 7 a 8 anos ou de 13 a 14 anos, são as idades extremas da faixa de 7 a 14 anos. Isso ocorre por quê? Porque os níveis de repetência na primeira série, que estão lotadas - ali, sim, faltam vagas -, é muito alto. Ou então essas crianças já ficaram seis ou sete anos na escola e, portanto, desistiram e saíram. A média de frequência das crianças brasileiras à escola é de 7 anos. Se o sistema fosse eficiente, se tivéssemos um nível de repetência baixo, praticamente nós teríamos atendido quase os oito anos de ensino obrigatório, o que prova que há um número suficiente de vagas para as crianças. O problema está praticamente na questão da repetência.

Portanto, nós não demos prioridade, este ano, a início de obras novas, mesmo porque nós encontramos uma situação em que os convênios realizados nos anos anteriores para a construção de escolas eram convênios que transferiram aos Estados e Municípios valores, obviamente, insuficientes para a conclusão das obras. O Governador tomou aquele recurso, começou a obra, mas não teve dinheiro para concluir. Então, a nossa primeira preocupação foi fazer o levantamento dessas obras em conclusão.

Fizemos um primeiro levantamento este ano das obras que nós sabemos que estão realmente em fase final de construção. Chegamos a identificar um total de 523 escolas que estavam em processo de construção, sendo dessas 170 CAICs, 128 esco-

las agrícolas de 1º grau e 225 escolas de ensino fundamental regular. Além disso, nós sabemos que há mais obras inacabadas. O problema é que nós não temos ainda a certeza, nessas outras que estamos fazendo levantamento, se elas foram concluídas com recursos próprios dos Estados e Prefeituras. Nós ainda estamos fazendo o levantamento e acreditamos que, no começo do ano, talvez, estejam conveniadas pelo Ministério, não concluídas ainda, cerca de 150 escolas.

Portanto, estamos aqui entregando aos Srs. Senadores estas informações das escolas que estão sendo concluídas com os recursos que o Ministério vai passar até o final deste ano. Estão aqui indicados por Estados e por Região o número de escolas, a área prevista, o percentual a ser concluído ainda, também essa informação está aberta por Estado e por Município, de forma que os Srs. Senadores terão aqui uma informação precisa desse valor. Obviamente, portanto, nós não fizemos nenhum convênio de obra nova este ano, salvo o convênio com o INCRA para as zonas de assentamentos rurais, onde, obviamente, não há escolas porque são zonas novas de assentamento. Ali estamos fazendo convênio para construção de escolas novas. Aqui estamos, apenas este ano, fazendo esse convênio para a construção de obras.

Sr. Presidente, basicamente, era isso que queria relatar. Estou à disposição dos Srs. Senadores para as perguntas que acharem convenientes.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Porto) - Muito obrigado, Sr. Ministro.

Nós temos, de acordo com o que foi estabelecido no nosso Regimento, cinco minutos para cada Senador que quiser fazer uso da palavra e, ao mesmo tempo, perguntas ao Sr. Ministro.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Porto) - Concedo a palavra ao nobre Senador José Roberto Arruda.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Sr. Ministro, dessas 523 obras relacionadas, se entendi bem sua exposição, uma parte delas, não sei exatamente quantas, estaria sendo concluída ainda neste exercício, através de convênios com Estados e Municípios. A minha pergunta é se as restantes estavam incluídas no Orçamento da União para que todas sejam concluídas no próximo ano. A segunda pergunta é se esta lista confere com a relação final da Comissão de Obras Inacabadas que apresenta o seu relatório final na sexta-feira, não sei se foi feita essa averiguação.

O SR. PAULO RENATO SOUZA - Na verdade, essas obras estão sendo conveniadas agora e

estamos repassando o valor total para que sejam concluídas. Ou seja, mesmo que passe do exercício, nós temos convênio por um número de meses suficientes para que sejam concluídas, essas que estão relacionadas aqui. Portanto, esse valor é remanescente para à conclusão da obra.

Além disso, como disse, nós estamos garimpando ainda mais informação sobre outras obras, através das nossas delegacias regionais, para saber de outras obras que ainda não tenham sido concluídas, além dessas.

Temos a certeza destas informações aqui. Não sei se já se fez a checagem com a lista da Comissão, há bastante coincidência, mas nós não fizemos ainda a checagem num detalhe.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - A minha observação é a seguinte: como a Comissão de Obras Inacabadas, além de obter a informações do Ministério, obteve também dos Estados e Municípios, essa checagem pode gerar a informação total.

Agora a segunda pergunta, Sr. Ministro. Essas 523 obras - se não for o total, está próximo disso - são as obras inacabadas na área educacional, no País, com participação do Governo Federal. Elas, para a sua conclusão, vão despender recursos de que ordem?

O SR. PAULO RENATO SOUZA - Num total, serão 430 milhões de reais que estarão sendo aplicados. E esperamos que essas escolas permitam gerar 488 mil vagas no ensino. R\$250 milhões são dos CAICs para a sua construção, num crédito suplementar que foi aprovado já pelo Congresso este ano, R\$120 milhões para a retomada imediata de 353 obras inacabadas do ensino fundamental e agrícola imediata e R\$60 milhões, a partir de janeiro de 1996, para 147 obras que ainda não estão relacionadas aqui, que estamos fazendo em relacionamento detalhado para saber realmente do estado de avanço das obras nessas 147, mas nós estimamos a grosso modo que serão R\$60 milhões. Esses recursos estão garantidos, porque são recursos do FNDE, são recursos do salário-educação que o Ministério tem e que estará fazendo convênio para a conclusão dessas obras neste montante.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Porto) - Concedo a palavra ao nobre Senador Vilson Kleinübing.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Eu só quero tirar uma dúvida, Sr. Ministro, não sei se V. Exª tem esse dado. Qual é o investimento por matrícula em um CAICs e qual é o investimento em matrícula em uma escola convencional?

O SR. PAULO RENATO SOUZA - Não tenho dados num detalhe, mas o que posso lhe dizer é que

o custo de um CAIC hoje é da ordem de R\$3 milhões, equipado. O custo de uma escola depende muito da tecnologia, do material empregado, nós temos escolas mais baratas e mais caras, mas a nossa experiência é que, em geral, com cerca de 25 a 30% desse valor, conseguimos gerar um número semelhante de vagas.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Porto) - Concedo a palavra à nobre Senadora Emília Fernandes.

A SRA. EMÍLIA FERNANDES - Gostaria de cumprimentar o Ministro e dizer que foi possível participar desta reunião, uma vez que teria também a incumbência de presidir a Comissão de Educação, que estaria ocorrendo no mesmo horário, hoje, pela manhã, porque até entendemos da importância da sua explanação em relação à questão física, vamos dizer, mais propriamente das escolas. E até pediria licença ao Sr. Presidente e ao Sr. Ministro para convidar os Srs. Senadores para uma reunião que realizaremos às 14h 30min, uma vez que adiamos o encontro da parte da manhã para podermos estar aqui presentes. A Comissão de Educação voltará a se reunir naquele horário e deixo essa convocação ao vivo.

Sr. Ministro, temos uma dúvida: as obras que foram apenas autorizadas e que não possuem nenhum percentual, ainda, em termos de construção também estão enquadradas para que a sua construção seja levada adiante?

Sobre a questão dos equipamentos, principalmente dos Caics, há uma deficiência muito grande na área da saúde, a qual, dentro dos projetos dos Caics, também seria atendida.

E a respeito das bibliotecas dos Caics, onde o percentual - inclusive estou verificando, aqui, - se mostra menor em termos de conclusão. Pergunto se, dentro dessa iniciativa do Ministério de levar adiante as obras inacabadas, estaria, também, a questão dos equipamentos, principalmente a respeito da área da saúde, sobre a qual recebemos muitas manifestações, e em relação aos demais equipamentos. Basicamente isso, se os apenas autorizados também serão construídos?

O SR. PAULO RENATO SOUZA - Agradeço à nobre Senadora.

Destaco que, de fato, desde o começo do ano, temos a orientação que considerávamos obra em andamento a obra autorizada independente de que estivesse realmente iniciada fisicamente ou não, porque ali já se gerou algum contrato. Tanto um acordo de convênio com o Município, ou um contrato entre o município e a firma construtora, ou um ajuste entre o Ministério e as empreiteiras no caso dos

CAIC, uma vez que já havia uma relação contratual. Portanto, nesse caso, tínhamos zero de execução, mas considerávamos, também, um compromisso já realizado. Estamos dando seguimento a todas as obras já autorizadas, sobre as quais já havia alguma relação contratual.

Por outro lado, estamos incluindo, também, os equipamentos. Este ano, especialmente no caso dos Caics, estamos equipando trezentos e vinte Caics entre os que já estavam concluídos sem equipamento e os que estão sendo, agora, levados a cabo e que necessitarão equipamentos.

É interessante notar que interrompemos o programa dos Caics no início do ano. Até aquele momento haviam sido concluídos, ou estavam em construção, ou já autorizados, 448 Caics. Estamos terminando cerca de 170 e equipando 320 neste Governo, para demonstrar que, apesar de termos interrompido o programa e de não considerarmos um plano prioritário ou que, economicamente, fosse defensável, não deixamos de atender à conclusão daquelas obras por entender que seria um desperdício maior. O prejuízo seria não concluir aquelas que já estavam iniciadas.

Portanto, o programa que previa cerca de 2.500 Caics irá ficar reduzido a 448. Mas, não deixamos de concluir nem de equipar os Caics. Este Governo está concluindo 170 e equipando 320.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Porto) - Concedo a palavra ao nobre Senador Jefferson Peres.

O SR. JEFFERSON PERES - Sr. Ministro, fugindo um pouco ao tema da exposição de V. Ex^a e aproveitando o ensejo, recebi uma solicitação da Universidade do Amazonas - parece-me que o problema não é apenas dela -, fornecendo-me valores que, mesmo com a suplementação feita, não haverá recurso para gasto de custeio daquela universidade até o final do ano.

Não fosse o fato de a Prefeitura de Manaus e o Estado do Amazonas arcarem com algumas despesas daquele órgão, como contas de água e luz, a situação seria muito pior. Não sei se a posição é realmente essa e que medidas o Governo pretende tomar para sanar este problema sério.

O SR. PAULO RENATO SOUZA - Agradeço ao nobre Senador.

De fato, a questão orçamentária não só das universidades, mas a questão orçamentária geral do Governo é, este ano, muito séria, porque é o primeiro ano de estabilidade. É importante considerarmos que numa época de inflação o Governo ganha e o povo perde.

Todos nós, administradores públicos - fui Reitor não de uma universidade federal, mas de uma

estadual -, ganhávamos com a inflação por três mecanismos básicos: conseguíamos esticar o orçamento aplicando recursos; conseguíamos reduzir os gastos, atrasando os pagamentos; e o excesso de arrecadação, que era grande no final do ano, permitia-nos cobrir todas as deficiências orçamentárias que porventura ocorressem durante o ano.

O Governo não é apenas o Ministério ou os Governos dos Estados, ou dos Municípios, ou dos Prefeitos. O Governo são todos os agentes públicos, inclusive os Reitores que deixam de ter esta flexibilidade dada pela inflação. Tenho dito: é um pouco o efeito "arroz com frango". O povo está comendo "arroz com frango" e o consumo desses produtos aumentou muito.

Mas, de fato, bancos, grandes empresas que aplicavam no mercado financeiro e o Governo perdem com a estabilização. Este ano é o mais complicado porque é o primeiro ano de estabilização, e creio que estávamos acostumados à prática orçamentária que foi gerada. Continuamos crendo que, no final do ano, haveria toda a cobertura orçamentária para solucionar todos os problemas.

Ora, o excesso de arrecadação, num período inflacionário, era, algumas vezes, a estimativa inicial de receita e permitia justamente que se chegasse ao final do ano com esses problemas orçamentários solucionados. Era uma ficção a posteriori, não era um instrumento de planejamento. Neste ano, os dados que temos discutido com o Ministério do Planejamento, o excesso de arrecadação será da ordem de 3% da estimativa inicial. Ora, realmente "o cobertor é curto" para cobrir todas as necessidades orçamentárias. Eu me reuni com os Reitores, temos discutido essa situação e estamos procurando atender os casos, justamente para colocar os recursos onde são necessários.

Não estamos com uma crise no sentido de que a universidade está fechando ou deixando de realizar alguma atividade. Obviamente, há uma escassez orçamentária. Estamos tratando caso a caso. Ontem, inclusive, discutimos com o Planejamento as dotações necessárias no crédito suplementar, que deverá ser enviado, ainda este mês, ao Congresso Nacional, justamente para solucionar o problema das universidades, que é o mais grave que temos.

O Ministério da Educação tem uma situação mais difícil porque possui mais entidades descentralizadas. De fato, a prática era a de que os próprios Reitores e os Ministérios tomavam, por exemplo, o dinheiro de pessoal e o aplicavam em outras áreas. Depois, no final do ano, faltava orçamento e tinha

que haver orçamento para cobrir aquele gasto de pessoal. Não sei se é o caso da Universidade do Amazonas, mas é o de muitas outras. Agora, temos de tratar de solucionar com um orçamento reduzido. No final do ano, o excesso sobre a previsão é muito menor do que ocorreu em anos anteriores.

O que posso assegurar a V. Ex^a - e existem dados que o demonstram claramente - é que o Ministério da Educação, nessa situação toda do Governo, é o que menos sofreu cortes, é o que menos sofreu contingenciamentos, é o que menos tem, portanto, restrição orçamentária em relação a outros órgãos. Creio que revela uma prioridade clara do Governo e temos os dados que mostram que, de fato, nessa situação de grande aperto fiscal, devido à eliminação da inflação, todos os órgãos públicos sofrem. Porém, conseguimos defender-nos um pouco melhor desses cortes e restrições.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO RENATO SOUZA - Não, não com o crédito suplementar que agora virá ao Congresso Nacional, nesta ou no começo da semana que vem. Na parte de pessoal não há nenhum risco de atraso. E, quanto ao custeio, estamos tratando do essencial, o que é fundamental para a manutenção também será atendido. Na parte de investimento, em relação à previsão que eu mesmo fazia, não iremos poder realizar tudo que esperávamos. Mas, quanto à questão de custeio, creio que estaremos solucionando.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Porto) - Concedo a palavra a nobre Senadora Marina Silva.

A SRA. MARINA SILVA - Primeiramente, gostaria de cumprimentar o Sr. Ministro pela sua presença na Comissão de Infra-Estrutura.

Fico feliz em ver a preocupação do Ministério da Educação em tentar freiar a ânsia que, muitas vezes, os Municípios e os Estados têm pela construção física de prédios e de escolas. Sempre que se fala em algum projeto ou recurso para a área de educação, pensa-se logo em construir estrutura física, e não se lembram, muitas vezes, em se fazer uma melhor utilização do que já existe. Com isso, haveria uma grande economia e o investimento seria destinado a equipar as escolas e dotar as unidades de ensino de uma melhor condição, sem falar da valorização dos profissionais de Educação.

Gostaria de citar, como exemplo, o que foi feito, sem o mínimo de orientação, na Prefeitura do Acre. Quando o Prefeito Jorge, ligado ao PT, assumiu, tínhamos várias escolas com duas salas. Ele praticamente dobrou a rede de ensino - recebemos

o município com nove mil alunos; hoje são 18 mil, sem construir novas escolas, apenas fazendo uma ampliação das salas nos núcleos já existentes. Esse é um exemplo de como se pode potencializar, para que as estruturas existentes sejam melhor aproveitadas.

No entanto, V. Ex^a apresentou um dado interessante. Por exemplo, quando o tema é a Educação no Brasil, logo se pensa em uma carência muito grande de unidades escolares e vagas; fala-se também do número de crianças fora da escola. Se não me engano, V. Ex^a disse que 95% das nossas crianças na idade de sete a catorze anos já estão na rede pública e que o problema é a repetência.

Indago a V. Ex^a se esse critério, esse levantamento é geral ou se V. Ex^a tem uma distribuição por região. Como ficariam as Regiões Norte e Nordeste quanto a essa distribuição e ao acesso das nossas crianças à rede pública?

O SR. PAULO RENATO SOUZA - Não tenho, neste momento, esses dados; não sei, de memória, quanto seria a cobertura escolar no Norte, mas posso discriminá-la por Estado e enviar essa informação a V. Ex^a hoje à tarde. Ela é menor que no resto do Brasil; também é menor no Nordeste.

O desempenho escolar do Norte e Nordeste é bem menor do que no resto do País. Os dados do Brasil não são bons; em geral, as médias não são boas. Menos de 60% das crianças que iniciam a primeira série concluem a quarta série; no caso do Norte e Nordeste, essa proporção é inferior a 50%. Apenas 43% das que iniciam concluem a oitava série; no Norte e Nordeste, em torno de 30%.

Portanto, os dados mostram, realmente, em termos de qualidade, uma notória defasagem da educação no Norte e Nordeste em relação ao resto do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Porto) - Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, informo que, antes do encerramento da nossa reunião, ainda apreciaremos dois itens da pauta.

O SR. PAULO RENATO SOUZA - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Porto) - Há dois requerimentos. O primeiro, de autoria do Senador Waldeck Ornelas, solicitando a convocação do Presidente da Rede Ferroviária Federal, para apresentar o modelo de descentralização da Rede.

Em discussão.(Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.(Pausa.)

Aprovado.

O segundo requerimento, também assinado pelo Senador Waldeck Ornelas, solicita o comparecimento do Presidente da Companhia Vale do São Francisco, Dr. Airson Bezerra Lôcio.

Em discussão.(Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.(Pausa.)

Aprovado.

Sr. Ministro, queremos novamente ratificar os agradecimentos pela presença de V. Ex^a nesta Comissão.

Na condição de membro da Comissão de Obras Inacabadas e, algumas vezes, de Presidente, em visita a alguns Estados recebi a manifestação de ansiedade de Prefeitos, Governadores e Lideranças em relação a todas as obras inacabadas do País, que somam quase quatro mil. Naturalmente, na área do Ministério da Educação, muitas foram apontadas.

No entanto, gostaria de dar o testemunho de que, em muitos Estados onde estivemos, as obras foram retomadas nos últimos três meses, dando-se prioridade aos CAICs inacabados.

Não poderia deixar de fazer esse registro e cumprimentar o Ministério pela sua seriedade em não autorizar nenhuma obra nova, enquanto outras não fossem concluídas. Podemos observar essas ações especialmente na Região Centro-Oeste, onde a construção de muitos CAICs havia sido interrompida. Muitas obras foram reiniciadas, conforme declarações dos Srs. Governadores.

Tenho certeza de que, com essa atitude, estaremos procurando utilizar bem o recurso do povo, aplicando-os e, muito mais do que isso, gerando oportunidade de vagas nas escolas, ao invés de iniciarmos novas obras. É natural que isso possa gerar ansiedade na população, mas é responsabilidade de quem dirige, de quem tem o poder de decisão fazer com que primeiro as obras sejam concluídas, fazendo as devidas avaliações.

Queremos cumprimentá-lo e agradecer-lhe, novamente, em nome do Presidente, e colocar nossa Comissão à disposição de V. Ex^a e do Ministério.

Agradeço pela presença do Sr. Ministro e dos Srs. Senadores.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h 25min.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA QUADRAGÉSIMA QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 1995, ÀS 10:37 HORAS.

Às dez horas e trinta e sete minutos do dia vinte e três de novembro de mil novecentos e noventa e cinco, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senador GILBERTO MIRANDA e com a presença dos Senadores Francelino Pereira, Arlindo Porto, Jefferson Péres, Lauro Campos, Junia Marise, Elcio Alvares, Hugo Napoleão, Wilson Kleinübing, Luiz Alberto Oliveira, Waldeck Ornelas, Sergio Machado, Bello Parga, Geraldo Melo, Ney Suassuna, Eduardo Suplicy, José Roberto Arruda, Mauro Miranda, Leomar Quintanilha, Carlos Patrocínio, Osmar Dias, Pedro Piva, Ramez Tebet, Jonas Pinheiro, José Bianco e Esperidião Amin, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos. Deixam de comparecer os Senadores Gilvan Borges, Onofre Quinan, Carlos Bezerra, Fernando Bezerra, Freitas Neto, João Rocha, Beni Veras, Valmir Campelo e João França. Havendo número regimental, o senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada e, a seguir, passa a palavra para a Senadora Junia Marise, relatora da MSF Nº 325, que "solicita autorização do Senado Federal, para contratar Operação de Crédito Externo, no valor equivalente a até US \$ 99,000,000.00, de principal, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BANCO MUNDIAL, destinada a financiar, parcialmente, o projeto de descentralização do transporte ferroviário metropolitano de Belo Horizonte.", para que leia o seu parecer, favorável nos termos do PRS que apresenta. Em discussão o parecer, falam os Senadores Francelino Pereira, Lauro Campos, Jefferson Peres, Júnia Marise, Gilberto Miranda, Wilson Kleinübing, Arlindo Porto, Carlos Patrocínio, Ramez Tebet e Ney Suassuna. Colocado em votação, o parecer é aprovado. Em seguida, o Senador Elcio Alvares solicita que seja submetido a votação pedido de sua autoria, relativo à MSF Nº 284/95, que trata do SIVAM, no sentido de que sejam convocadas as Comissões de Assuntos Econômicos, Fiscalização e Controle, e Relações Exteriores e Defesa Nacional para uma reunião conjunta, a fim de averiguar denúncias envolvendo a referida matéria. Submetida a votação, a solicitação é aprovada. Com relação ao assunto falam os Senadores Eduardo Suplicy, Gilberto Miranda e Elcio Alvares. O Senador Eduardo Suplicy encaminha à Presidência carta de sua autoria enviada ao Jornal "O Globo" e ao Corregedor Romeu Tuma sobre o assunto SIVAM/SIPAM. O Presidente procede à leitura da carta e, a seguir, solicita ao Senador Eduardo Suplicy que leia o parecer favorável oferecido pelo Senador Jefferson Peres ao PLC Nº 13/95, que "cria o Programa Nacional para atividades de Extensão Universitária em Saúde, na Amazônia Legal.", de autoria da Deputada Célia Mendes. Em discussão o parecer, é concedida vista ao Senador Ney Suassuna pelo prazo regimental de cinco dias. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às onze horas e quarenta e quatro minutos, lavrando eu, Dirceu Vieira Machado Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente e publicada em conjunto com suas notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Srs. Senadores, está aberta a 44ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

O único projeto da pauta - Item 6º:

Mensagem nº 325, de 1995, (nº 1.056, de 10/10/95, na origem, não terminativa), solicita autorização ao Senado Federal para contratar operação de crédito externo no valor equivalente até US\$99 milhões do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, designado a financiar principalmente o Projeto de Descentralização do Transporte Ferroviário, Metropolitano de Belo Horizonte. De autoria do Poder Executivo. Relatora: Senadora Júnia Marise, com parecer favorável, nos termos que apresenta.

Com a palavra a Relatora.

A SRA. JÚNIA MARISE - Sr. Presidente, solicito ao Secretário da Comissão que me forneça o parecer, porque tenho em mãos apenas a minuta. Eu preferiria ler o parecer.

(Procede-se à leitura do parecer.)

Quem conhece a região de Venda Nova, em Belo Horizonte - e aqui estão os nossos Senadores mineiros Francelino Pereira e Arlindo Porto - sabe que Venda Nova é, hoje, um dos bairros mais populosos de Belo Horizonte e, efetivamente, o acréscimo desse trecho do metrô de Belo Horizonte ligando os bairros São Paulo e Venda Nova vai significar, sensivelmente, um grande benefício para toda a região.

(Continua a leitura do parecer.)

Sr. Presidente, Srs. Senadores, gostaria de detalhar algumas informações sobre a importância desta proposta em discussão neste momento nesta Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal. Há mais de 14 anos foi iniciada a construção do metrô de Belo Horizonte. Por várias vezes, temos tido a oportunidade de manifestar, até da tribuna do Senado Federal, a nossa preocupação com a lentidão, com a paralisação dessa obra que ocorreu em várias etapas durante todos esses anos desde o seu início.

Vou dar alguns exemplos: o metrô de Porto Alegre foi iniciado depois do início da construção do metrô de Belo Horizonte e já foi concluído; o metrô de Recife também foi iniciado após o início das obras do metrô de Belo Horizonte e também já foi concluído; o metrô de Brasília foi iniciado há pouco tempo e tem a sua fase de construção sensivelmente mais adiantada do que o metrô de Belo Horizonte. A população de Belo Horizonte tem reivindicado, ao

longo dos anos, com mobilizações, manifestações, protestos, indignações pela omissão que sempre foi considerada uma discriminação por parte do Governo Federal, já que essa obra foi iniciada com a responsabilidade do Governo em relação à conclusão das obras do Metrô de Belo Horizonte. Temos tido a oportunidade, juntamente com todo o conjunto da Bancada mineira do Congresso Nacional - Deputados e Senadores -, de propor emendas ao Orçamento da União, durante esse período, visando alocar recursos para que o Metrô de Belo Horizonte não sofresse solução de continuidade em suas obras.

Vejo que a mensagem do Governo - inclusive a proposta está sob nossa análise, a qual tive a honra de dar este parecer, que foi elaborado com a preocupação de levantar todos os dados, de cumprir todas as exigências da resolução do Senado Federal - a partir do momento em que esse projeto chegou às minhas mãos, por determinação do Presidente desta Comissão, Senador Gilberto Miranda, procuramos todos os órgãos do Governo no sentido de oferecer informações detalhadas para o cumprimento das exigências da resolução do Senado Federal, inclusive, algumas delas diziam respeito ao fornecimento de documentação que ainda não estava no bojo do projeto e encaminhado, através do Banco Central, ao Senado Federal. Quero dizer que todas as exigências foram cumpridas. O processo, técnica e juridicamente, está perfeito e não há nenhum óbice na sua aprovação. O nosso parecer se embasa exatamente nas exigências da resolução do Senado Federal, principalmente dentro das prioridades que entendemos seja evidente e necessária a alocação desses recursos para que finalmente o Metrô de Belo Horizonte possa ser concluído.

O nosso parecer é favorável.

Desejo também ressaltar a importância do encaminhamento desse proposta ao Senado Federal garantindo, sob a responsabilidade do Governo Federal, a contratação de um empréstimo externo para que, finalmente, possamos ver finalizada essa grande obra que atenderá o transporte de massa de toda a região metropolitana da nossa capital mineira.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Em discussão a matéria.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Concedo a palavra ao nobre Senador Francelino Pereira.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Sr. Presidente, o parecer da Srª Senadora Júnia Marise reflete muito bem a inconformidade da população de Belo

Horizonte, onde nós - S. Ex^a e eu - começamos a nossa vida pública, eu como Vereador à Câmara Municipal de Belo Horizonte. Assistimos o crescimento da cidade. Belo Horizonte é uma das cidades mais aprazíveis do Brasil. Mas, na sua periferia, que chega quase à proximidade do centro da cidade, os problemas são mais angustiantes.

Durante o meu Governo, no período de 1979 a 1983, nos debruçamos, com a colaboração do Secretário do Planejamento e, depois, da Fazenda, o ex-Ministro Paulo Haddad, no estudo, no exame do sistema metropolitano de transporte de Belo Horizonte. Os estudos foram realizados e nos detivemos nas suas conseqüências e na forma de financiamento e obtenção de recursos de modo diverso. As obras foram iniciadas. Já está em funcionamento o sistema do Metrô e, naturalmente, nós nos empenhamos, nesta hora, por uma solução, tanto possível, conclusiva. O sistema do Metrô de Belo Horizonte permite que o sistema de transporte, através de ônibus e veículos, se conjugue com o trem metropolitano, facilitando assim o transporte de massa na região de Belo Horizonte.

Este financiamento de US\$99 milhões terá também uma correspondência do Governo do Estado. Já não se compreende mais que o sistema de transporte de uma cidade seja vinculado à CBTU (Companhia Brasileira de Trens Urbanos), que se integra nos mecanismos de administração do Governo Federal. Por isto mesmo é que há um documento assinado declarando que o Sistema de Transporte de Belo Horizonte será transferido para o Estado e para a Prefeitura de Belo Horizonte. Ocorre que o endividamento do empreendimento é bastante alto. No momento, este financiamento de US\$99 milhões, através do Banco Mundial, é feito em condições que não podem ser recusadas, até porque o seu pagamento vai começar em 15 de março de 2001. Naturalmente, o Senado tem a oportunidade de prestar um grande serviço à minha Capital e ao meu Estado aprovando esta medida.

Tão logo essa obra seja concluída, com a participação desse financiamento e com a contrapartida do Estado, o DEMETRO(?) de Belo Horizonte, o Sistema Descentralizado de Transporte Ferroviário de Belo Horizonte, será transferido para o Estado e para o Município. E já há um compromisso de que a transferência para o Estado e para o Município será sem nenhum ônus quanto ao endividamento que ainda possa existir em relação ao Governo do Estado e ao Governo Federal.

De forma que a nossa posição, como político representante da capital mineira, desde Vereador à Câmara Municipal de Belo Horizonte e até hoje, é no sentido de aprovarmos esta proposta de financiamento externo através do BID, lamentando, de certa forma, que o Projeto tenha aqui chegado no dia 20 e, mais uma vez, esta Comissão de Assuntos Econômicos precise trabalhar em ritmo acelerado, pedindo urgência urgentíssima, como vamos pedir agora à tarde, no Plenário do Senado, para ser votado na próxima terça-feira, quando, em verdade, já deveríamos ter votado esta proposição. Como sempre, os membros da Comissão de Assuntos Econômicos reclamam contra a morosidade ou a apresentação dessas propostas nos últimos instantes.

O Presidente da República estará em Belo Horizonte na quinta-feira da próxima semana e assinará o contrato relativamente à descentralização do Sistema de Transporte Ferroviário de Belo Horizonte. De maneira que este é o meu voto e esta é a solicitação para que o Senado aprove logo esta proposição. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Concedo a palavra ao Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS - Nasci em Belo Horizonte quando não era moda nascer em Belo Horizonte, porque lá era uma cidade tão pequena que raramente nascia alguém ali.

Agora, vejo-me diante de uma contingência que me divide: é que os meus alunos sempre me escutaram dizer, principalmente nos anos 70 - e numa ocasião disse, em 1972, quando já ficara rouco de tanto repetir...

E não escondo a data: 14 de dezembro de 1928...

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Senador Lauro Campos, se V. Ex^a me permitir, gostaria de solicitar autorização à Presidência e a V. Ex^a, Senador pelo Distrito Federal - porém, mineiro -, para registrar a presença entre nós, neste Plenário, do Deputado Agostinho Patrus, Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, e do Deputado Cleuber Carneiro, também representante de Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Está registrado.

Com a palavra o Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS - Então, neste Plenário mineiro, gostaria de fazer um esclarecimento. O General Ulisses Grant, quando cumpriu seu mandato nos Estados Unidos, depois da Guerra de Secessão, e foi fazer suas andanças pelo mundo, encontrou-se com Meiji, o imperador, em torno do qual a

restauração e formação do capitalismo no Japão se fez. O Imperador Meiji, que morreu em 1912, disse por todo o resto da vida, até sua morte, o seguinte: "Não devemos jamais recorrer à dívida externa". O conselho do General Grant deve estar sempre presente em nossa memória. O Egito e a Espanha são dois países que perderam tudo, inclusive sua soberania, devido à dívida externa.

Estou convencido de que qualquer endividamento externo é maléfico. Estou convencido de que existem inúmeras justificativas para o endividamento, inclusive um livro publicado a duas mãos por Mário Henrique Simonsen e Roberto Campos, justificando o endividamento externo brasileiro. Vimos elevar-se logo em seguida, após a publicação daquele livro, de US\$6 bilhões para US\$9 bilhões antes do primeiro aumento do preço do petróleo. Ou seja, o endividamento externo que hoje nos comanda sofre uma série de aumentos através de justificativas referentes a taxas de juros baixas, a prazos longos, a aplicações prioritárias no Brasil.

No entanto, em 1976, no Japão, um futuro Ministro do MIT escreveu um livro no qual afirma que deveria ser adotado no Japão um projeto, que denominou **Global New Deal**, em que prega que o Japão deveria induzir também os organismos internacionais a fazer isto, a emprestar dinheiro para que a América Latina não se tornasse concorrente daquele país nos setores de ponta e que desviasse esses empréstimos e a atividade da América Latina para metrô, pontes, para atividades agrícolas, irrigação, atividades não concorrenciais com os interesses japoneses. Então, este **Global New Deal**, elaborado em 1976, passou a influir, a partir de 1981, nas próprias decisões norte-americanas.

Nesse sentido, coloco-me contrário a todo e qualquer endividamento, a não ser que o Brasil seguisse o conselho de Arthur Schssinger, que disse:

"Os Estados Unidos, no século passado, agiram como uma prostituta: se endividaram ao máximo, sempre deram calote na dívida externa. Agora, depois de velha, a América do Norte pretende impor a moralidade ao mundo, esquecida de sua vida passada e quer agora fechar a zona".

Se tivéssemos a coragem de não pagar a dívida externa, obviamente - como os Estados Unidos fizeram reiteradas vezes...

E conclui Arthur Schssinger dizendo:

"Se os Estados Unidos não tivessem dado o calote, não teríamos atingido o patamar de riqueza que conquistamos hoje."

Portanto, o endividamento externo, para mim, é um mal constante, permanente e crescente.

Nesse sentido, quero declarar que doravante, com exceção do caso em tela, votarei sistematicamente contra toda e qualquer forma de endividamento externo, quaisquer que sejam as formas pelas quais a pílula foi dourada.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Com a palavra o Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Gostaria de fazer uma indagação à Relatora. Senadora Júnia Marise, a mutuária é a República do Brasil; portanto, a União vai arcar com encargos financeiros. Eu lhe pergunto: há alguma contrapartida financeira do Estado de Minas Gerais e da Prefeitura de Belo Horizonte?

É a União que vai arcar com o pagamento do empréstimo sozinha, ou existe contrapartida financeira do estado de Minas e do Município de Belo Horizonte?

A SRA. JÚNIA MARISE - Nesta proposta que estamos discutindo, a União arca com a responsabilidade desses recursos do empréstimo do banco externo e do Banco Mundial. O Governo do Estado, são recursos de financiamento parcial. Certamente os outros investimentos estarão a cargo também do Governo do Estado e da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, que já também têm oferecido uma participação no sentido de dar andamento às obras, e à conclusão do metrô de Belo Horizonte.

Esse empréstimo rigorosamente é de responsabilidade da União.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Entendo que um empreendimento do vulto do metrô de Belo Horizonte, ou de qualquer outra cidade, seja grande demais para ser tocado sozinho pelo Município ou pelo Estado. Acho que a União, em investimentos desse porte, deve contribuir, talvez até com a maior parte, mas sozinha, exclusivamente, pegar empréstimo sem que o Estado e o Município ajudem, com uma pequena parte sequer, realmente, isso não me agrada.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Sr. Presidente, não vejo...

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Está com a palavra ainda o Senador Jefferson Péres, depois temos o Presidente Wilson Kleinübing e aí passo a palavra a V. Ex^a, Senador Francelino Pereira.

Com a palavra o Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Em princípio acho que todo empréstimo levantado pela União

para beneficiar, para ser investido especificamente em obras de determinados Estados e Municípios, no exclusivo interesse daquele Estado e daquele Município, deveriam ser divididos os custos, o ônus deveria se repartir. Se não em partes iguais, pelo menos uma pequena parte pelos diretamente beneficiados pela obra.

De forma que fico realmente em dúvida sobre como votar nisso, porque viola essa questão de princípio. Não é justo que a União arque sozinha com o ônus.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Só para lhe dar uma informação, Senador Jefferson Péres, colaborando com a Relatora porque ela não tem condições de saber isto: a CBTU quando faz projetos, ela faz para vários Estados, e esses Projetos vão sendo analisados individualmente a cada momento e viabilizando o Projeto junto ao Banco Mundial. Esse projeto vem para que o Governo brasileiro aprove e o Governo brasileiro aprovando vai colocando em votação e vai submetendo.

Há neste mesmo momento tramitando um projeto assemelhado para o Estado de Pernambuco, para a cidade de Recife, para a parte de trens urbanos, que é mais ou menos o valor superior ao de Minas. Então, ao mesmo tempo em que estamos hoje votando, temos um companheiro nosso, o Senador Valmir Campelo, como Relator do Projeto de Pernambuco - e o CBTU nos informou - que outros Estados virão também.

Então, a análise é de acordo com os pedidos, de acordo com os projetos da CBTU e de acordo também com a aprovação do Banco Mundial. Informo isso como subsídio, de que existe um projeto igual correndo para Pernambuco que está com o Senador Valmir Campelo. Mas a palavra está com V. Ex^a.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Entendo. Amanhã poderá haver um para o Estado do Amazonas.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Não acredito.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Quem sabe?

A SRA. JÚNIA MARISE - Quería acrescentar...

O SR. JEFFERSON PÉRES - O meu problema absolutamente não é discriminatório com o bravo Estado montanhês, que tem toda a minha simpatia. Não é isso. É uma questão de princípio mesmo. Não encaro isso com bons olhos. Acho que os ônus deviam ser repartidos.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Concedo a palavra à Senadora Júnia Marise.

A SRA. JÚNIA MARISE - Eu queria acrescentar às informações prestadas pelo Presidente da Co-

missão ao Senador Jefferson Péres que, como eu disse no parecer, essa obra é da responsabilidade do Governo Federal.

Ele iniciou essa obra há 14 anos e ela sofreu paralisações várias vezes durante todos estes anos, causando não apenas grandes problemas na área do transporte em Belo Horizonte, mas sobretudo uma grande preocupação, que foi objeto, em vários pronunciamentos que fiz, de alerta ao Governo. Os equipamentos estão estocados nos pátios do canteiro de obras do metrô de Belo Horizonte, lá expostos para quem quiser constatar isso. Certamente isso criaria para o Governo um ônus muito maior, como o que estamos hoje inclusive verificando com as obras inacabadas. Alocaram-se recursos para essas obras e hoje elas praticamente teriam que ser reconstruídas.

Tivemos oportunidade de fazer uma visita ao local com os representantes do setor de transportes da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Por várias vezes, com o próprio Prefeito de Belo Horizonte, Patrus Ananias, tivemos oportunidade de debater essa questão e mostrar que isso poderia se constituir em um grande desperdício de dinheiro já aplicado, já envolvido na construção do metrô, e traria um prejuízo muito alto para o Governo Federal. Fomos submetidos a grave discriminação durante todos estes anos, houve falta de empenho do Governo em dar prosseguimento, em dar continuidade a uma obra de vital importância.

Considero que esse é um dos grandes investimentos sociais que se está fazendo, porque o metrô vai atender exatamente à população de baixa renda; quem hoje vai ser beneficiado pelo metrô de Belo Horizonte é a população de baixa renda, que vai ter um transporte coletivo mais barato e mais confortável.

Entendemos a sensibilidade de V. Ex^a, acho que isso é de fundamental importância. Estes são alguns esclarecimentos sobre essa matéria.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Francelino Pereira.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Estamos perdendo **quorum**. Faria um apelo aos colegas Senadores e Senadoras para abreviarem os debates. Pedi a palavra mas não vou falar mais. O Estado tem a sua contrapartida, isso é uma obra federal.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Já entendemos, Senador. Vamos então dar a palavra aos outros dois Senadores e colocaremos em votação a matéria.

Concedo a palavra ao Senador Vilson Kleinübing.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Serei rápido, quero somente tirar algumas dúvidas. A primeira observação: no relatório da Senadora Júnia Marise fala-se em juro de 0,5% mais **qualified borrowings**. Nada com o parecer. Acho que a Comissão tem que ter o controle tanto da taxa de juro do BIRD quanto do Banco Mundial. Seria importante que a assessoria da Comissão pudesse dizer, para nosso conhecimento, o valor da taxa de juro do BIRD e do Banco Mundial, se esse valor está subindo ou descendo, porque por aqui não dá para saber.

A segunda questão é que eu também sou contra o endividamento interno, mas não no caso do BIRD e do Banco Mundial, porque somos sócios deles. O governo brasileiro é sócio, é propretário, junto com todos os países que fazem parte da ONU, do Banco Mundial. O Brasil é o segundo maior acionista do BIRD, o povo brasileiro é sócio desse banco, e ele tem uma taxa de juro normalmente barata. Agora, quando se toma empréstimo de banco privado, quando as taxas são especulativas, aí sou absolutamente contra.

Por último, só para esclarecer a observação do Senador Jefferson Péres, esse programa tem 14, 15 anos, e é do Governo Federal, da antiga CBTU. Muitos metrô já foram transferidos para os Estados e para os Municípios, como são os casos de São Paulo e do Rio de Janeiro. Aqui, o Governo Federal, no meu entendimento, está se livrando de um abacaxi. Está terminando uma obra que está parada há muitos anos, com financiamento barato, e está dando à Prefeitura de Belo Horizonte as condições de operar, depois, o sistema, da melhor maneira possível. Então, o projeto é altamente meritório. E se não fosse por tudo isso, eu o aprovaria com tranquilidade, porque eu vi um tênue, um pequeníssimo agradecimento da Senadora Júnia Marise, ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, que deu solução ao problema. Vindo de alguém da oposição, já é um grande motivo para que eu vote favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Concedo a palavra ao nobre Senador Arlindo Porto, para discutir a matéria.

O SR. ARLINDO PORTO - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu queria apenas fazer um registro, haja vista que o assunto já foi bastante debatido, como membro da Comissão de Obras Inacabadas. Encontramos aí uma alternativa que o governo está buscando para poder dar conclusão à obra inacabada; são quinze anos desde o início da obra.

E eu gostaria apenas de me solidarizar com a Senadora Júnia Marise, que fez o parecer e o relatório final, buscando informações precisas e importantes para que os Senadores possam votar com consciência. A minha posição é a de marcar a minha presença e especialmente cumprimentar a Senadora por seu parecer. E não poderia perder a oportunidade de registrar, também, a presença do Deputado Agostinho Patruz, Presidente da Assembléia e do Deputado Carneiro, que vem hoje ao Senado Federal, a convite da Comissão Temporária do Rio São Francisco, que vem trazer ao Senado informações importantes para aquele rio de integração nacional. Eu queria propor que o parecer da Senadora fosse colocado em votação, de imediato.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Concedo a palavra ao nobre Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO - Sr. Presidente, Sr^a Relatora, Srs. Senadores, não há a menor dúvida de que esse projeto deverá ser aprovado, principalmente tendo em vista de que se trata, aqui, de um colegiado eminentemente composto de mineiros. Acabaram de chegar outros dois mineiros; os Senadores Mauro Miranda e Elcio Alvares. E não questionamos a necessidade premente que tem Belo Horizonte de contar, inclusive esta modesta pessoa que ora assume a tribuna. E não se questiona a necessidade, premente, de dotar Belo Horizonte das condições de transporte, que são conferidas pelo sistema metroviário. Mas acontece, Sr. Presidente, que eu gostaria muito de enaltecer as palavras dos eminentes mineiros e belo-horizontinos, Senadores Lauro Campos e Jefferson Péres. É um tratamento altamente privilegiado que está sendo concedido a Minas Gerais.

Sr. Presidente, o Estado de Tocantins, cheio de mineiros, - e sou um deles - tivemos que dar uma contrapartida de 50% para conseguir 87 milhões de dólares para fazer as estradas do nosso Estado, que não chegam a mais do que 2 mil quilômetros de estradas asfaltadas. Uma contrapartida que onera terrivelmente o Estado de Tocantins. Agora conseguimos recursos para o Prodecer, o 21º implantado nesse Brasil - Programa de Desenvolvimento do Cerrado - e, infelizmente, o Estado de Tocantins foi o único que teve que dar uma contrapartida de 34 milhões de dólares, porque senão o dinheiro seria devolvido ao Japão. E para não perdermos esse dinheiro demos, de maneira altamente discricionária, ao Banco do Brasil. Então, apresentamos essa contrapartida para que o Estado de Tocantins pudesse ter esses recursos para o seu desenvolvimento.

Além do mais, Sr. Presidente, está escrito, na Constituição Federal, que "aplica-se ao Estado de Tocantins, ao desmembramento de Goiás, aquilo que foi aplicado ao Estado de Mato Grosso antigo". E até hoje não se cumpriu absolutamente nada. Por isso, desejo fazer um apelo às bancadas do Norte e Nordeste, pois temos que começar a lutar, efetivamente, pelos nossos Estados, da mesma forma que a Senadora Júnia Marise e os Senadores Arlindo Porto e Francelino Pereira.

Nossos Estados, paupérrimos, têm tido e merecido tratamento altamente discriminatório: quanto mais pobre, mais se pisa. Minas Gerais é o Estado no qual me orgulho ter nascido. Portanto, votarei favorável a esse projeto, porque atende as necessidades de Belo Horizonte.

Está na hora de nos unirmos. Pedirei ao Governador para fazer uma solicitação desse porte para que o Estado do Tocantins possa ter...

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Metrô?

O SR. CARLOS PATROCÍNIO - De metrô não estamos precisando, mas sim de escolas e de redes de esgoto. Metrô é um privilégio das capitais brasileiras.

Sr. Presidente, vamos votar favoravelmente, mesmo porque Belo Horizonte merece. Mas temos que nos unir contra esse tratamento altamente discriminatório contra os Estados mais pobres e a favor dos Estados mais ricos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Com a palavra o Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET - Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, o progresso de Minas Gerais é o progresso do meu Estado, Mato Grosso do Sul, porque foram os mineiros os primeiros que desbravaram o meu Estado.

Feita essa declaração sentimental, quero dizer que fico feliz com o Governo da República, com o Presidente Fernando Henrique Cardoso. O Brasil está precisando mesmo de investimento em área prioritária como a de transporte urbano.

Então, numa hora de crise como essa, quando não há investimento, aprovar um projeto dessa natureza, com toda certeza, é dizer ao Brasil que estamos iniciando a aplicação de investimentos - volto a repetir - em transporte urbano, em metrô, que é obra prioritária, em um Estado que muito merece, que é Minas Gerais. Vou votar favoravelmente.

Quero cumprimentar Minas Gerais através da ilustre Relatora, minha amiga, Senadora Júnia Marise; o Senador Francelino Pereira, que conheci quan-

do iniciei na política, e estender esses meus cumprimentos ao Senador Arlindo Porto.

Sr. Presidente, quando se trata de interesses dos nossos Estados, temos que estar unidos mesmo.

Portanto, para o meu Mato Grosso do Sul e para o Centro-Oeste, eu peço também a união - e a correspondência vai existir - porque quando o assunto é de interesse nacional, de interesse dos nossos Estados, em se tratando de obra de envergadura, ninguém vota regionalmente, mas vota pelo Brasil.

É esse o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Com a palavra o Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA - Sr. Presidente, Srs. Senadores, a colocação que faço é do ponto de vista empresarial.

Se computarmos as horas gastas nos congestionamentos, o que se gasta de gasolina e o tempo que ficamos paralisados no tráfego, noventa e nove milhões é muito pouco.

Estou preocupado, porque acho que com noventa e nove milhões esse metrô não vai decolar; talvez precisasse de mais.

Penso que temos que ser práticos. As máquinas que forma compradas estão deteriorando, perde-se muito tempo em uma cidade que hoje já é grande, como Belo Horizonte. Tenho medo apenas de que o dinheiro seja pouco.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Com a palavra o Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Quero fazer só para uma declaração, Sr. Presidente. Já que há tantos mineiros de nascimento e mineiros de coração, faço-me mineiro honorário e voto a favor.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O SR. EDUARDO SUPLICY - Como Líder do PT, eu gostaria de registrar o voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Com a palavra o Senador Elcio Alvares.

O SR. ELCIO ALVARES - Senador Gilberto Miranda, como formalidade regimental, já que esta nossa Comissão, mais a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e a Comissão de Fiscalização e Controle vão se reunir, extraordinariamente, eu pediria que V. Ex^a submetesse ao Plenário a autorização para a reunião conjunta com as duas outras Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Antes de colocar em votação, eu gostaria de esclarecer aos Srs. Senadores que temos um pedido do Senador Elcio Alvares para que as Comissões de Fiscalização, de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Assuntos Econômicos funcionem em conjunto, para esclarecer o caso Sivam.

Quero lembrar aos Srs. Senadores e ao nosso Líder do Governo no Senado que, como Presidente, estou plenamente de acordo, mas submeterei ao voto dos Srs. Senadores. O relatório só poderá ser apreciado na Comissão de Economia.

Em votação o requerimento do Senador Elcio Alvares.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Agradeceria à Presidência se pudesse informar se está confirmada a reunião da próxima terça-feira para exame da medida provisória e se será conjunta.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Será conjunta com a Comissão que vai analisar a medida provisória. A reunião já está confirmada.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Às 10 horas?

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Sim.

O SR. EDUARDO SUPLICY - E esta reunião de agora será em que horário?

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Deverá ser coordenada pelo presidente das três Comissões.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Hoje mesmo? Em que horário?

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Não há data, não há nada. Há só o pedido de autorização. Isso, posteriormente, eu submeterei...

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, acredito que a reunião das três Comissões poderá ocorrer logo que chegar o relatório solicitado ao Ministro da Justiça. Encontrei o Ministro da Justiça ontem à noite, informalmente, na Embaixada da Alemanha, e perguntei a respeito do relatório. S. Ex^a me disse que ele chegará ao Senado hoje. Pode-se prever que possivelmente hoje - quem sabe? - na parte da tarde, possa haver a primeira reunião para exame desse relatório. Era essa a informação que queria dar.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Senador Eduardo Suplicy, tão logo o relatório chegue ao Presidente do Senado, acredito eu, S. Ex^a o enviará à Comissão, e a Comissão de Assuntos Eco-

nômicos, que votou o requerimento de V. Ex^a, submeterá aos Srs. Senadores o relatório que vier da Polícia Federal.

Com a palavra o Senador Elcio Alvares.

O SR. ELCIO ALVARES - Só quero esclarecer que foi aprovado por esta Comissão não só o relatório e a fita degradada, mas também todo o processo. Hoje, em razão de noticiários e de notas oficiais, é imperativo que as Comissões tenham em mãos todo o processado, desde a peça vestibular até o relatório. Não se trata somente do relatório e da fita degradada. Nós queremos todo o processo para que os Senadores possam examinar talvez um dos pontos mais controvertidos desse problema, ou seja, a origem e o procedimento da autoridade policial pedindo autorização ao juiz. Eu chamo a atenção para isso porque o Senador Eduardo Suplicy falou em relatório, ou seja, nós queremos o relatório, a fita degradada e todo o processo.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Senador Elcio Alvares, tão logo chegue ao plenário do Senado e, conseqüentemente a esta Comissão o material totalmente completo, V. Ex^{as} o receberão porque o que nós votamos foi completo. Este Presidente não distribuirá partes individuais. Como o relatório foi inclusive um adendo de V. Ex^a para que viesse o processo desde a sua peça inicial, a Presidência mandará fazer cópia completa, global de todas as peças votadas aqui, mas em nenhum momento mandará fazer e distribuirá individualmente uma parte do processo. O adendo de V. Ex^a ao requerimento do Senador Eduardo Suplicy foi aprovado por unanimidade e por isso não poderei, como Presidente, dar pedaços individuais do processo. Tão logo chegue o processo, mandarei a Secretaria preparar cópias do mesmo para distribuir. Então marcaremos uma reunião.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, encaminho às mãos de V. Ex^a cópia de carta que enviei ao jornal **O Globo**, que publicou declarações minhas que foram sintetizadas com imprecisão e que V. Ex^a interpretou, corretamente, como ofensivas. Esclareço na carta que passo às mãos de V. Ex^a exatamente os termos das minhas declarações. Encaminhei ao Corregedor, Senador Romeu Tuma, cópia desta carta que está publicada no jornal **O Globo** de hoje, a fim de que os Srs. Senadores possam lê-la.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Recebo a carta que V. Ex^a enviou ao Senador Romeu

Tuma e ao jornal **O Globo**. Vou lê-la para os Srs. Senadores:

Brasília, 22 de novembro de 1995

Ilm^o Sr. Merval Pereira, Diretor da Redação de **O Globo**, Rio de Janeiro, Fax (021)5345535.

Prezado Sr. Diretor,

O Globo de 19 de novembro de 1995 publicou declarações minhas que foram sintetizadas com imprecisão, trazendo um caráter ofensivo ao Senador Gilberto Miranda e que requerem esclarecimentos. Eu disse, em minha entrevista concedida ao jornal, sexta-feira, 17 de novembro, pouco após a divulgação pelo **Jornal Nacional** do conteúdo das conversas telefônicas entre o Embaixador Júlio César Gomes dos Santos e o representante da Raytheon, José Afonso Santana, que considerava importante convocarmos ambos para prestarem esclarecimentos perante a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, que seria necessário conhecermos o inteiro teor das conversas e das razões que o levaram a fazer tais comentários. Disse que seria importante que o Corregedor do Senado, Senador Romeu Tuma, averiguasse qualquer envolvimento indevido do Senador Gilberto Miranda citado na conversa telefônica, com relação ao Projeto Sivam. Mencionei que no início do ano estranhar (e não desconfiava), como afirma a matéria, a notícia de que o Senador Gilberto Miranda havia adquirido uma casa por 4 milhões, uma vez que havia sido pouco após a aprovação de diversos projetos que relatara, envolvendo grandes somas dentre as quais estava o relativo ao Sivam. Na ocasião conversei com o próprio Senador que explicou-me sobre a licitude da origem de recursos para aquela compra. Faz-se necessário o esclarecimento em profundidade das questões agora vindas a público, em virtude da divulgação de ligações telefônicas citadas, bem como, de fatos agora revelados pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Respeitosamente, Senador Eduardo Matarazzo Suplicy.

Está lido.

REQUERIMENTO

Exm^o Sr. Presidente da CAE, Senador Gilberto Miranda,

Sr. Presidente, peço que seja extraordinariamente colocado em pauta o Item nº 3 como último Projeto, que cria o Programa Nacional de Extensão Universitária de Saúde.

O Requerimento do Senador Ney Suassuna está em votação.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo que deseje fazer uso da palavra, está encerrada a discussão.

Em votação.

Os que estão de acordo que o Projeto seja colocado em leitura permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Trata-se de Projeto de autoria do Deputado Célio Mendes, Relator Jefferson Péres.

A meu ver, poderemos contar com a colaboração dos Srs. Senadores, tendo em vista que o Senador Ney Suassuna vai pedir vista do Projeto. Todavia, como na reunião passada acordamos que só se pediria vista, em todos os projetos, depois que fossem lidos, pediria que os Srs. Senadores esperassem a leitura, o início da leitura do Relatório, para que déssemos ao nosso colega a possibilidade de pedir vistas.

O SR. NEY SUASSUNA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Com a palavra o Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA - Esse é um projeto simples que fala sobre extensão universitária no Amazonas. O Relator é o Senador Jefferson Péres e apenas o Ministério da Educação quer tomar conhecimento com maior profundidade. Por isso estou pedindo vistas do processo apenas para que o Ministério tomasse conhecimento, e para não atrasar, porque se pedirmos na próxima semana estaríamos perdendo tempo. Desta forma o Ministério da Educação tomaria conhecimento e nós teríamos a tramitação normal na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Pediria ao Senador Eduardo Suplicy que lesse o Relatório do Senador Jefferson Péres.

O SR. ELCIO ALVARES - Faço um apelo ao Senador Eduardo Suplicy apenas para ler a conclusão do Relatório já que temos conhecimento do inteiro teor.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Trata-se do Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 13/95 que cria o Programa Nacional para Atividades de Extensão Universitária de Saúde na Amazônia Legal, sendo Relator o Senador Jefferson Péres. O Programa permitirá a concessão de bolsas e demais auxílios à manutenção de estudantes universitários e pós-graduandos das áreas de saúde para prestação de serviços à população carente da Amazônia Legal. Somente poderão participar do Programa as instituições de ensino superior a ele vinculadas que possuem efetivamente atividades de extensão na área de saúde. Contará com recursos orçamentários para tanto consignados no Orçamento. Mereceu aprovação da Câmara. É constitucional. Implicará em despesas. Não se configura inclusão de novas despesas no mesmo exercício legal para os fins aos quais foram criadas, sem respectiva previsão de receita. A emenda do Senador Lúcio Alcântara é acolhida pela Comissão de Educação. Ampliou possíveis receitas no suporte do programa com doações, convênios.

Considerando o acima exposto, somos de parecer favorável à aprovação do projeto de lei, entendendo que as disposições do mesmo não configuram qualquer inconstitucionalidade ou agressão às normas em vigor.

Sintentizei a pedido.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - A matéria está em discussão.

O SR. NEY SUASSUNA - Sr. Presidente, peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Vistas pedidas pelo Senador Ney Suassuna.

Em votação. (Pausa.)

Os que estão de acordo permaneçam como estão.

Aprovado o pedido de vistas do Senador.

Encerrada a 44ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

(Levanta-se a reunião às 11h44min.)

**COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
DE DEFESA NACIONAL
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE**

Reunião Conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos; Relações Exteriores e Defesa Nacional; e Fiscalização e Controle, da 1ª Ses-

são Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura, Realizada em 28 de Novembro de 1995, Às 17:00 Horas.

Às dezessete horas do dia vinte e oito de novembro de mil novecentos e noventa e cinco, na sala de reuniões número três, Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senador Antonio Carlos Magalhães e com a presença dos Senadores Fernando Bezerra, Sérgio Machado, Jefferson Peres, Bernardo Cabral; Lúdio Coelho, Ramez Tebet, Francellino Pereira, Marluce Pinto, Geraldo Melo, João Rocha, Pedro Piva, Leomar Quintanilha, Epitácio Cafeteira, José Eduardo Dutra, Jáder Barbalho, Freitas Neto, Roberto Requião, Wilson Kleinübing, Pedro Simon, Romeu Tuma, Bello Parga, Marina Silva, Edison Lobão, Jonas Pinheiro, Casildo Maldaner, Júnia Marise, Joel de Hollanda, José Agripino, Benj. Veras, José Alves, Esperidião Amin, Gilberto Miranda Batista, Humberto Lucena, Elcio Alvares, Mauro Miranda, Nabor Júnior, Carlos Patrocínio, Lúcio Alcântara, Arlindo Porto, Carlos Wilson, José Bianco, Ademir Andrade, Eduardo Suplicy e Emília Fernandes, reúnem-se as Comissões de Assuntos Econômicos; Relações Exteriores e Defesa Nacional; e de Fiscalização e Controle, com a finalidade de Analisar os aspectos relativos ao Projeto Sivam em seu inteiro teor. Deixam de comparecer os Senadores Gilvan Borges, Ney Suassuna, Carlos Bezerra, Onofre Quinam, João França, Osmar Dias, Flaviano Melo, Guilherme Palmeira, Hugo Napoleão, Artur da Távora, Benedita da Silva, Sebastião Rocha e Darcy Ribeiro. O senhor Presidente declara abertos os trabalhos, discorrendo sobre os objetivos da Comissão, bem como os preceitos regimentais que amparam o seu funcionamento. A seguir a reunião torna-se secreta a fim de que seja ouvida a fita com a escuta telefônica realizada nos terminais 061-2480610 e 061-9862127. Reabrindo a reunião em caráter público, o Senhor Presidente informa que foram convidados a prestarem depoimento perante à Comissão amanhã, dia vinte e nove de novembro de mil novecentos e noventa e cinco, às dezessete horas, acerca de seu envolvimento no Projeto Sivam, os Senhores: Júlio César Gomes dos Santos, José Affonso Assumpção e Mário José dos Santos. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às vinte horas e quinze minutos, lavrando eu, Paulo Roberto de Almeida Campos, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente e publicada em conjunto com suas notas taquigráficas.

Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente (ART. 113 do RISF)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Srs. Senadores, de acordo com o que dispõe o art. 113 do Regimento Interno do Senado Federal, declaro aberta a primeira 1ª reunião conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos, Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Fiscalização e Controle.

Esclareço que as reuniões conjuntas dessas comissões destinam-se à análise do Projeto Sivam, o seu inteiro teor.

E, sendo assim, designo Relator-Geral o Senador Ramez Tebet, além também da designação de Relatores Adjuntos, que são Sub-Relatores, Senador Geraldo Melo e Leomar Quintanilha.

Os Presidentes das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Assuntos Econômicos e Fiscalização e Controle, na maioria dos seus membros, já acordaram em realizar essas reuniões conjuntas.

Há sobre a mesa requerimento do Senador Sebastião Rocha, que já foi remetido a esta Comissão, no sentido de convocar o Ministro Lélvio Viana Lobo. O requerimento será posto em votação na ocasião oportuna.

Foram enviados também a esta Comissão em resposta à solicitação feita ao Ministro Nelson Jobim pelo Senador Pedro Piva juntamente com o Presidente em exercício da Comissão de Assuntos Econômicos, as fitas ou peças que resultaram na escuta telefônica dos terminais 248-06-10 e 986-21-27. Os documentos estão sobre a mesa e na ocasião oportuna também serão ouvidos em caráter, na devida cautela pelos Srs. Senadores que têm a audiência das demais pessoas.

Há um requerimento também aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos que originou o expediente do Senador Pedro Piva, sobre o envio das fitas, que foi do Senador Eduardo Suplicy com Lauro Campos e José Eduardo Dutra, pedindo o envio dessas fitas. Esses documentos estão sobre a mesa.

E, não existindo outros elementos, vamos fazer esta reunião se prolongar por algum tempo com o objetivo inicial de ouvir essas fitas. Recebi, ontem, e nem sequer abri, para que elas fossem abertas e ouvidas na Comissão, no dia de hoje, para que ninguém tivesse a oportunidade de ouvi-las antes.

Talvez, depois disso, possamos fazer um roteiro para que a Comissão possa traçar os seus trabalhos imediatamente para os dias, talvez, de hoje, amanhã e de quinta-feira.

Se algum Senador tiver alguma outra orientação para dar em relação a algum trabalho desta Comissão nesta fase, gostaria de ouvir a opinião.

O SR. SENADOR - Essas fitas serão ouvidas agora?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Agora, mas aí é num caráter mais sigiloso, neste instante.

O SR. SENADOR - Essas fitas são cópias ou são as originais?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Olha, confesso que ainda não abri o documento. Vou abrir perante a Comissão.

O Senador que quiser fazer sua intervenção, peço que a faça no microfone para que haja a gravação e possa constar nas notas taquigráficas.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Epitácio Cafeteira e, depois, ao Senador Jefferson Péres.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA - Sr. Presidente, o Procurador-Geral da República se disse impedido de iniciar qualquer ação porque essa fita não teria nenhuma validade jurídica.

A questão de ordem que faço a V. Exª é que, se assim é reconhecido pelo Procurador-Geral da República, qual seria a função desta Comissão ouvindo esta fita, além naturalmente de conhecermos, até por curiosidade, o que foi grampeado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Evidentemente, que a fita é indispensável que seja ouvida, não só para que a Comissão tenha um roteiro como possa ver se há alguma implicação política, jurídica e de tráfico de influência, mesmo que ela não tenha um valor jurídico. Mas, serve de um caminho para se chegar a algum ponto, penso eu. Agora, se a Comissão não quiser ouvir a fita, também é uma decisão que poderemos tomar e tomar outras decisões.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, já que V. Exª não tem o conhecimento do inteiro teor do envelope, e já está seguro de que o envelope não é explosivo, no sentido estrito da palavra - porque vai abri-lo - faço a seguinte indagação: estão aí as fitas e, provavelmente, a transcrição das fitas. Acho que o mais útil

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Seria ler a transcrição das fitas.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - É. Até dispenso a oitiva da fita propriamente, mas gostaria de conhe-

cer o conteúdo, partindo do princípio de que o conteúdo é a transcrição da fita. E gostaria mais, de acompanhar a audição da fita pelo texto.

Então, a minha sugestão é, partindo-se do princípio que aí estão as fitas e a sua respectiva transcrição, se é verdade isso, que nós possamos ouvir as fitas com a transcrição na mão, com a degravação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Concedo a palavra ao Relator.

O SR. RELATOR (Ramez Tebet) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, em que pese a questão de ordem levantada pelo nobre Senador Epitácio Cafeteira, entendo que a manifestação que teria dado o Procurador da República, é no sentido, às vezes, da fita servir de base para um procedimento criminal.

Queria lembrar que - não é o caso - a nossa Comissão, esta Comissão, através da Comissão de Assuntos Econômicos, requereu, foi aprovado, a fita foi recebida pelo nobre Presidente, Senador Antonio Carlos Magalhães. Foi recebida aqui e a fita está aqui. De tal ordem que não ouvir a fita é uma posição muito ruim. Ela é importante para que a gente possa encaminhar os nossos trabalhos.

Eu entendo que esta Comissão não vai averiguar a procedência, quem fez a gravação, mas a Comissão tem que tomar conhecimento do resultado da gravação, porque isso é uma consequência e uma consequência que já deu consequências políticas, inclusive. A nossa Casa é política.

Esta é a minha opinião como Relator, que se ouça a fita, sim.

Claro, que se ouça a fita.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos Magalhães) - Com a palavra o Senador Geraldo Mello.

O SR. GERALDO MELLO - Sr. Presidente, é uma indagação que faço à Comissão.

Eu sou favorável, evidentemente, a que se ouça a fita, mas eu tenho a impressão de que não apenas em relação à questão de escuta telefônica, ao conteúdo de conversas de terceiros. Não é esse o objetivo principal do nosso trabalho.

Nós temos um trabalho pela frente que nos desafia a conhecer e a aprofundar o que houve em relação a essa questão da escuta telefônica, passando desde a questão de tráfico de influência até às questões disciplinares de órgãos do Poder Executivo, que tomaram iniciativas com ou sem autorização dos seus superiores.

Mas nós temos, também, a questão do projeto SIVAM, que é o centro de preocupações e interesse do nosso trabalho. Nós temos um projeto do Poder

Executivo cujo financiamento foi aprovado pelo Senado, com pareceres que são conhecidos da Nação; temos, depois, o parecer recente do Senador Gilberto Miranda, contrário, declarando que por razões técnicas propõe que se abandone a solução do Sivam tal como ela foi adotada e, portanto, precisamos encontrar qual deve ser a posição que melhor convém ao interesse nacional em relação a realizar ou não realizar o projeto Sivam. E, finalmente, a questão da própria forma como se fez uma licitação ou não e se adjudicou esse contrato a essa empresa ou àquela outra.

Então, eu penso, Sr. Presidente, que precisávamos iniciar por uma definição de um plano de trabalho para a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Mas será a segunda etapa, depois da fita.

O SR. GERALDO MELLO - É que eu imaginava que a fita já era parte do plano de trabalho que a Comissão aprovasse.

Então, estou sugerindo, levantando a tese de que nós precisávamos discutir um rotelô para os nossos trabalhos que incluirá, seguramente, a outiva da fita, mas que iria apoiar a posição do Senador Esperidião Amin de que o que nos importa é o conteúdo.

Talvez sob o ponto-de-vista do espetáculo, a gente ligar uma máquina e ouvir a fita seja uma coisa muito interessante, mas se pudéssemos ler o relatório e refletir sobre o que está escrito, formaríamos opinião com mais segurança do que simplesmente ouvindo a fita.

Eram essas as reflexões que eu desejava fazer em voz alta.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Bom, o assunto está bastante esclarecido.

Com a palavra o Senador Jäder Barbalho.

O SR. JÁDER BARBALHO - Eu sou contrário que se ouça a fita, mas concordo com o Senador Geraldo Mello sobre a necessidade de que seja estabelecido, por parte do Relator, um cronograma.

Eu acabo de fazer um discurso em nome da liderança do PMDB no plenário do Senado e preciso saber, como líder do PMDB, e preciso saber, como integrante da Comissão de Fiscalização e Controle, qual é o âmbito desta Comissão. Eu preciso saber.

Houve, por parte do Presidente da Casa, um despacho de audiência, além da Comissão de Economia, para que fossem ouvidas, também, a Comissão de Defesa Nacional e a Comissão de Fiscalização e Controle a respeito da matéria que estava em tramitação na Comissão de Assuntos Econômicos.

Então, eu preciso, para efeito da minha ação como líder do PMDB, para minha ação como membro da Comissão de Fiscalização e Controle, exatamente o roteiro desta Comissão.

Há especulação nos jornais e, inclusive, há pouco fui aparteado, até envolvendo o nome de V. Ex^a, em relação ao ponto-de-vista de que nem sempre expressam a realidade: se esta Comissão vai analisar a mensagem do Presidente da República pedindo a substituição da ESCA pelo Ministério da Aeronáutica e a reestruturação financeira, ou se esta Comissão terá poderes mais amplos do que a apreciação.

É uma solicitação que faço para me ajudar no exercício da liderança do PMDB e no exercício da minha função como Senador da Comissão de Fiscalização e Controle. Não sou contrário, até acho que, a esta altura, é inevitável a audiência da fita, mas preciso saber para delimitar a minha ação, quais são os limites desta comissão? Se os limites desta comissão são exatamente o despacho do Presidente da Casa em relação à mensagem do governo ou se esta comissão entende - não é o meu entendimento que interessa é o entendimento da comissão - que ela tem poderes mais amplos do que apreciar a mensagem do Presidente da República. É apenas uma indagação, Sr. Presidente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIM - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIM - Sr. Presidente, gostaria de fazer uma ponderação, primeiro porque ouvi o discurso do Senador Jáder Barbalho e participei da reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, que, afinal, como bem lembrou o Senador Ramez Tebet, ensejou este encontro que estamos tendo aqui. O relatório do Senador Gilberto Miranda, bem como os requerimentos de revisão das resoluções do Sivam, recebeu pedido de vista contingenciado, não apenas pelo tempo. Qual é a diligência? É que se conheça o inteiro teor do relatório da Polícia Federal, que trata do grampo, ou seja, das gravações e a sua inicial. Este acordo, que na verdade é o início, se deve a uma colocação, aprovada por nós na Comissão de Assuntos Econômicos, feita pelo Senador Elcio Alvares, ou seja, é o relatório da Polícia Federal mais a peça inaugural de tal relatório, contendo as fitas que, a meu ver, devem ser ouvidas por todos nós, se possível com a transcrição em nossas mãos, até por uma questão de facilidade,

de acompanhamento. Agora, é a partir daí que esta comissão conjunta vai delimitar o seu roteiro, porque eu não conheço, por mais fé que tenha na imprensa, o relatório; por mais que eu tenha lido jornais e revistas não sei o conteúdo das fitas. A partir do conhecimento do relatório, acho que nós, com bom senso, estabeleceremos um roteiro, que vai até onde seja necessário para apurar a verdade. O objetivo é apurar a verdade a propósito do Sivam, que está contingenciado por um relatório da Polícia Federal, baseado em fita ou fitas obtidas, a parte inaugural deste relatório vai nos mostrar, segundo a ordem de alguém. Só depois de conhecido o relatório é que eu me sentirei habilitado para oferecer a minha sugestão sobre o roteiro e sobre a amplitude, até onde vamos, quem teremos que ouvir.

Só para concluir, tanto foi assim que deliberamos que o requerimento, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, se não me engano, dois requerimentos, para que fossem ouvidos o Embaixador Júlio César Gomes dos Santos e o Sr. José Affonso Assumpção, esses dois requerimentos foram contingenciados ao vencimento do primeiro requerimento, cujo o objeto, cuja a resposta está afinal em suas mãos e deverá ser aberto em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Antes de conceder a palavra, gostaria de, regimentalmente, responder logo ao Senador Jáder Barbalho, chamando-o para o Regimento Interno do Senado:

Art. 90 - Às comissões compete:

IX - acompanhar, fiscalizar e controlar as políticas governamentais pertinentes às áreas de sua competência;

X - Exercer a fiscalização e controle dos atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta, e quanto às questões relativas à competência privativa do Senado (Const., art. 49, X e art. 52, V a IX);

De maneira que, a Comissão pode, realmente, deixar de se cingir ao aspecto que V. Ex^a cita.

Ademais, esse assunto não vai, evidentemente, ficar restrito a esse ponto que V. Ex^a deseja. Claro que o ponto principal é o Sivam, é a isso que nós vamos dar o inteiro interesse da Casa.

Agora, os assuntos paralelos ao Sivam, que forem abordados pelos Srs. Senadores, também serão tratados. Seria até uma coisa inusitada não se atender ao desejo de vários Senadores das demais ou diversas correntes políticas, que quisessem tratar.

Sei que não é esse o seu propósito. E porque sei que não é esse é que vou resolver a questão de ordem de V. Ex^a, dizendo que nós vamos tratar principalmente o projeto Sivam dentro do espírito do Regimento, mas atendendo também as questões pertinentes que estão sendo debatidas no Senado.

Acho que resolvida essa questão de ordem, esse assunto não precisa mais ser debatido, porque aí podemos ir em frente.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Sobre o mesmo assunto?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sobre o plano de trabalho da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - O plano de trabalho da Comissão ainda não está em discussão, porque nós vamos discutir o plano de trabalho após esse assunto, senão vamos tumultuar.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Concedo a palavra a V. Ex^a, pela ordem.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Em primeiro lugar, queria registrar o seguinte: em função até de requerimento, que já foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos, e em função de que, por despacho do Sr. Presidente, as três Comissões estão analisando a questão do Sivam, além da audição da fita, que já está de posse de V. Ex^a, que é a primeira tarefa desta Comissão, inclui-se, também, a oitiva do Embaixador e do Sr. Flores, da Líder, já que o que foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos é que a marcação da data dessas duas oitivas se daria em função de antes de se ouvir a fita.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - É claro!

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Mas essa oitiva dos dois já faz parte naturalmente dos trabalhos dessa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - O Plenário deseja ouvir mesmo a fita ou a leitura? (Pausa.)

Passemos à fita e eu peço aos circunstantes, que não são Senadores, que se ausentem, para tristeza nossa.

(A reunião transforma-se em secreta às 17h58min.)

Ata da Segunda Reunião Conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos; Relações Exteriores e Defesa Nacional; e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura, realizada em 29 de Novembro de 1995, às 17:00 horas.

Às dezessete horas e trinta e três minutos do dia vinte e nove de novembro de mil novecentos e noventa e cinco, na sala de reuniões número três, Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senador Antonio Carlos Magalhães e com a presença dos Senadores Fernando Bezerra, Sérgio Machado, Jefferson Peres, Bernardo Cabral, Lúdio Coelho, Ramez Tebet, Francelino Perreira, Marluce Pinto, Geraldo Melo, João Rocha, Pedro Piva, Leomar Quintanilha, Epitácio Cafeteira, José Eduardo Dutra, Freitas Neto, Roberto Requião, Vilson Kleinübing, Pedro Simon, Romeu Tuma, Bello Parga, Marina Silva, Edison Lobão, Jonas Pinheiro, Casildo Maldaner, Joel de Hollanda, José Agripino, José Alves, Esperidião Amin, Gilberto Miranda Batista, Elcio Alvares, Mauro Miranda, Nabor Júnior, Carlos Patrocínio, Lúcio Alcântara, Carlos Wilson, José Bianco, Ademir Andrade, Eduardo Suplicy, Emília Fernandes, Flaviano Melo, Ronaldo Cunha Lima, Ney Suassuna, José Ignácio Ferreira, Valmir Campelo, Coutinho Jorge, Romero Jucá, Osmar Dias, Antonio Carlos Valadares e Benedita da Silva, reúnem-se as Comissões de Assuntos Econômicos; Relações Exteriores e Defesa Nacional; e de Fiscalização e Controle, com a finalidade de ouvir os depoimentos dos Senhores: Embaixador Júlio César Gomes dos Santos; José Afonso Assumpção, Presidente da Líder Táci Aéreo; e Mário José dos Santos, Delegado da Polícia Federal. Deixam de comparecer os Senadores Gilvan Borges, Carlos Bezerra, Onofre Quinam, João França, Guilherme Palmeira, Hugo Napoleão, Artur da Távora, Sebastião Rocha, Darcy Ribeiro, Jader Barbalho, Júnia Marise, Beni Veras, Humberto Lucena, e Arlindo Porto. O senhor Presidente declara abertos os trabalhos, sendo dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, o Senhor Presidente solicita a presença do primeiro depoente, o Senhor Embaixador Júlio César Gomes dos Santos. No uso da palavra o Sr. Embaixador faz suas considerações iniciais, sendo, logo após, interpelado pelos Srs. Senadores Ramez Tebet (Relator-Geral), Leomar Quintanilha (Relator Adjunto), Geraldo Mello (Relator Adjunto), Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Bernardo Cabral, Roberto Requião, Antonio Carlos Valadares, José Eduardo Dutra, José Ignácio, Romeu Tuma,

Jeferson Peres, Emília Fernandes e Marina Silva. Prossequindo, o Senhor Presidente solicita a presença do segundo depoente, o Sr. José Affonso Assumpção, que faz sua exposição, sendo questionado pelos Srs. Senadores Ramez Tebet (Relator-Geral), Leomar Quintanilha (Relator Adjunto), Geraldo Mello (Relator Adjunto), Eduardo Suplicy, Bernardo Cabral, Roberto Requião, José Ignácio Ferreira, José Eduardo Dutra. Finalmente, presta depoimento o Sr. Mário José dos Santos, que dispensa considerações iniciais e se coloca a disposição dos Srs. Senadores para os esclarecimentos necessários. Fazem perguntas ao depoente os Srs. Senadores Ramez Tebet (Relator-Geral), Leomar Quintanilha (Relator Adjunto), Geraldo Mello (Relator Adjunto), Eduardo Suplicy, Bello Parga, Bernardo Cabral, Roberto Requião, Osmar Dias, José Ignácio Ferreira, Romeu Tuma, Pedro Simon, Romero Jucá e Marluce Pinto. O Sr. Presidente agradece a presença dos depoentes e marca reunião de trabalho para amanhã, dia trinta de novembro, às quinze horas nesta mesma sala. Nada mais havendo a tratar a Presidência declara encerrada a reunião, lavrando eu, Paulo Roberto de Almeida Campos a presente Ata que, lida e aprovada vai à publicação com suas notas taquigráficas. — Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente (ART. 113 do RISF)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da segunda reunião conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos, de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Fiscalização e Controle.

Esta reunião destina-se a ouvir os convocadas: Embaixador Júlio César, o Sr. José Affonso Assumpção e o Delegado Mário José dos Santos.

Devo comunicar a V. Ex^{as} que, conforme anunciei no plenário, Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, me enviou hoje pela manhã, cerca das 11h30min, uma correspondência acompanhada de carta e documentos que lhe foram entregues ontem pelo eminente Parlamentar Luiz Carlos Santos às 11 horas da noite, contendo correspondência do Senador Gilberto Miranda a respeito do projeto Sivam.

Esse assunto, segundo disse ontem o Senador, é de caráter confidencial, mas o Presidente fez questão de enviar a correspondência à Comissão, declarando que neste problema não há assuntos confidenciais, razão por que queria fazer chegar à Comissão e aos seus membros toda a matéria.

Como a matéria é longa, farei distribuir posteriormente aos membros da Comissão todo o apa-

nhado que me foi enviado, para que cada um de seus membros tenha esse documento.

Quero dizer que depois que anunciei no plenário, cerca de 20 ou 30 minutos depois, o Senador Gilberto Miranda também me enviou a mesma correspondência, que está aqui.

Por outro lado, o Senhor Presidente da República mandou também ao Presidente da Casa, Senador José Sarney, idêntica cópia, que também fez entregar à nossa Comissão.

Com essas palavras, passo também a um expediente que me mandou o Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, que é assinado pelo Sr. José Affonso Assumpção, da Líder TÁXI Aéreo, em que coloca as contas pessoais da empresa à disposição da Comissão.

Acredito que seja pensamento de todos os Srs. Senadores que a sessão seja pública; como tal, com a presença de toda a Imprensa.

O SR. EDUARDO SUP LICY - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Com a palavra, pela ordem, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY - Sr. Presidente, é possível que o documento que V. Ex^a anuncia esteja em nossas mãos, dos membros da Comissão? O ofício encaminhado pelo Senador Gilberto Miranda ao Presidente talvez seja de grande relevância para a formulação de perguntas às pessoas que estarão hoje depondo. Assim, Sr. Presidente, solicitaria, se possível, uma certa agilização.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Acredito que não será possível, mas posso já mandar providenciar para que se tirem cópias.

O SR. EDUARDO SUP LICY - O Senado sabe quando há necessidade de ser muito prestativo em conseguir cópias com urgência para todos os presentes, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - V. Ex^a será atendido na medida do possível, mas não vamos atrasar o depoimento por isso.

O SR. EDUARDO SUP LICY - Perfeitamente, Sr. Presidente. Esse era o objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Em conformidade com o Inciso V do art. 90 do Regimento Interno do Senado, vamos convidar o primeiro depoente, que é o Embaixador Júlio César, para fazer a sua exposição.

Os Srs. Senadores farão suas perguntas durante três minutos, com a resposta do interpelado durante o mesmo tempo. Pediria que, na medida do

possível, V. Ex^{as} fossem concisos e que não houvesse debates paralelos, não só para não atrapalhar o debate, como também para o bom andamento dos trabalhos da Comissão. E há o aspecto público, já que a reunião é pública, em relação ao que for divulgado e, sobretudo, na televisão.

Já há uma lista de inscrição.

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Com a palavra, pela ordem, o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, eu levantaria, para estudo de V. Ex^a, se não há aqui no Senado uma sala maior do que esta, porque a pior coisa que há - ensina-me a experiência - é fazer um debate que pode durar um longo tempo em uma sala extraordinariamente pequena. Se reparar V. Ex^a, há Senadores membros de 3 Comissões, mais os Suplentes e outros que querem vir, e não há cadeiras para todas essas pessoas.

Vamos continuar aqui agora: não estou querendo protelar. Estou querendo que V. Ex^a analise para, futuramente, amanhã, em uma outra oportunidade, termos a chance de ocupar uma sala maior. Talvez até, Sr. Presidente, quando não esteja funcionando o plenário - daqui a pouco vai se encerrar a sessão do plenário -, possa a reunião ser feita no próprio plenário. É o apelo que faço a V. Ex^a e que peço que analise.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - O apelo de V. Ex^a será atendido na próxima reunião. A Sala 2 está hoje ocupada pela Comissão de Orçamento, por isso não foi realizada lá esta reunião.

Mas a Sala 2 é também idêntica a esta.

O SR. RELATOR (Ramez Tebet) - Sr. Presidente, para peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Eu gostaria que as pessoas se inscrevessem de uma maneira que não atrapalhassem a Mesa. (Pausa.)

O SR. RELATOR (Ramez Tebet) - Srs. Senadores, pedi-me - e cumpro o dever de fazê-lo - o Senador Gilberto Miranda, que não estará presente nesta reunião e em muitas outras, que informasse que estará à disposição desta Comissão e de todos os seus integrantes no seu gabinete, ou em qualquer lugar, para prestar quaisquer esclarecimentos que, por acaso, a nossa Comissão desejar. Foi o que S. Ex^a pediu-me que transmitisse aos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Não é bem uma advertência, é apenas uma comunicação: vamos ter 3 depoimentos hoje. (Pausa)

Pode distribuir as cópias a todos os Srs. Senadores.

(Procede-se à distribuição de cópias.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Concedo a palavra ao Embaixador Júlio César para que faça uma exposição sobre os últimos acontecimentos, que são públicos, e razão da sua convocação.

Posteriormente, os Srs. Senadores farão as perguntas que quiserem, não só sobre a sua exposição ou sobre os fatos que já conhecem pela fita que aqui foi ouvida, como também sobre qualquer outro assunto que desejem para esclarecer o processo.

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS - Muito obrigado.

Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente desta Comissão, Srs. Senadores, em primeiro lugar, depois de todos esses dias em que esses fatos foram noticiados pela imprensa, sinto-me muito gratificado de poder comparecer a um foro onde eu possa, finalmente, dizer o que acontece, o que aconteceu.

Meu primeiro interesse é limpar o meu nome, e vejo que esta Casa é o lugar apropriado, como também a Câmara dos Deputados. Eu pediria a licença e a paciência de todos os senhores para ler o meu comunicado à imprensa do dia 21 de novembro de 1995. Assim o faço porque acho que ele contém aquilo que há de mais relevante com relação ao que a imprensa publicou do que seria a transcrição de fitas, gravadas de conversas em meus telefones. Desde já, adianto que não reconheço qualquer autenticidade, pelos motivos que explicarei mais adiante. Passo a ler:

A gravação de conversas telefônicas em minha residência, autorizada pelo Judiciário e executada pela Polícia Federal, teve como consequência a revelação de fatos que, aparentemente, levam à conclusão de que, no Governo e na posição que desfrutava junto ao Presidente da República, dedicava-me ao tráfico de influência para benefício de empresários das minhas relações.

Antes de passar aos fatos que, em defesa de minha honra e dignidade, sigo mais adiante a relatar, permito-me, porque julgo do meu direito, dedicar-me ao exercício de duas elucubrações que, acredito, devem estar espreitando a curiosidade daqueles que, na nossa convivência e no nosso meio,

são passíveis dos mesmos dissabores: "A escuta, como e por que foi plantada."

Senhores, um parêntese. Isso escrevi no dia 21. Houve fatos posteriores que me permitem outras elucubrações além dessas duas que estão aqui e que me permitirei, também, tergiversar com os senhores.

"Enganaram, em primeiro lugar, a um Magistrado, faltando-lhe com respeito, pois alegaram que eu era objeto de investigação por tráfico de drogas para que autorizassem a escuta em meus telefones de residência e celular."

Outro parêntese: foi declarado, pelo menos à imprensa, pela Polícia Federal, que o motivo pelo qual a escuta foi plantada se deve ao meu envolvimento no tráfico de drogas em larga escala, resultantes de telefonemas anônimos, sobre os quais não vou discutir a capacidade técnica da polícia de poder traçar ou não esses telefonemas anônimos. Agora, o mais surpreendente é que chegaram a declarar que o motivo que corroborava essas denúncias anônimas era o fato de telefonemas meus freqüentes para a rota do tráfico, em locais que são identificados com a rota do tráfico. E lembro-me bem: Estados Unidos, Rio de Janeiro, Corumbá e Marselha. Tenho uma filha nos Estados Unidos, amigos no Rio de Janeiro, a minha governanta é de Corumbá. Agora, o mais surpreendente é Marselha. Se eles alegam que confirmavam as denúncias por telefonemas meus a Marselha, mentiram, e se tiverem interesse, V. Ex^{as} podem ver que o único telefonema que fiz a Marselha foi no período em que foram gravadas ou teriam sido gravadas as minhas conversas telefônicas, e foi para o Cônsul-Geral em Marselha, meu amigo, Jorge Taunay, que, pelo que eu saiba, não está envolvido com o tráfico de drogas.

Continuo: meus telefones de residência e celular, Srs. Senadores, foi dito pela Polícia Federal e lido na autorização do Juiz que o meu telefone celular havia sido grampeado. Recebi das mãos do Senhor Presidente da República o documento no qual me baseio e me basearei para a minha defesa, porque, volto a repetir, não considero a autenticidade das fitas.

No seu relatório final desse documento que me foi entregue pelo Presidente da República, redigido pela Polícia Federal, diz: foi realizado, no período de 30 de agosto de 95 a 27 de setembro de 95, um monitoramento do terminal 2480610, cujo assinante e usuário é Júlio César Gomes dos Santos, residente em tal lugar, assim, assim, assim. Não há menção a

telefone celular. É um detalhe, mas eu gostaria de deixar registrado.

Continuo dizendo, entre parêntesis fizeram-no, igualmente, na minha sala, no Palácio do Planalto, conversações de nº 6 com o Ministro Frederico César de Araújo e 7 com o Sr. José Maurício Bicalho Dias. O Diretor da Polícia Federal de nome Chelotti declarou à imprensa uma coisa e, no relatório, que fez chegar às mãos do Presidente da República, repassado por Sua Excelência a mim, dizia outra, como aliás já está nos jornais e repito aqui: tal monitoramento autorizado judicialmente pelo período de trinta dias a contar do dia 30 de agosto de 95, início do monitoramento, possibilitou a gravação de treze conversações que confirmam as suspeitas que deram origem a esse serviço, de que Júlio César realiza tráfico de influências, usando de seu prestígio e cargo no Governo Federal para conseguir favores e vantagens para, principalmente, empresários.

Se não mentiu ao juiz, e este mandou autorizar a escuta com base na suspeita de tráfico de influência, cabe à Corregedoria avaliar se o Magistrado agiu com propriedade, mas terá mentido à imprensa. De qualquer forma, prevalecendo a teoria de que mentiu para o juiz, como parecem demonstrar os fatos, terá mentido, igualmente, para o Presidente da República. Em segundo lugar, entregaram, oficialmente, ao Chefe de Estado um resumo de transcrições, que, na forma, diferem daquelas que se passaram à Revista IstoÉ. Consta que tais gravações, por outro lado, são de caráter sigiloso e de uso interno e foram, na íntegra, repassadas à imprensa pela Polícia Federal, como garantiu-me um repórter. Por que são os textos diferentes? Por que recebe o Presidente da República uma coisa e a imprensa outra, da mesma Polícia Federal? Será que as transcrições remetidas à revista estão completas, para que melhor pudessem os jornalistas avaliar o contexto em que se realizaram as conversas? E as fitas? Reproduziriam, realmente, conversas como foram, de fato, sustentadas? Teriam sido editadas, aqui e ali, para mostrar algo diferente do que possa ter sido dito ou diferente do contexto em que se teriam produzido? Por que as gravações realizadas entre 30 de agosto e 27 de setembro só foram entregues ao Presidente do dia 10 de novembro? O que estaria a Polícia Federal fazendo com elas, durante mais de trinta dias - e não quinze, como um jornal hoje publicou? Basta fazer as contas.

Há muitas perguntas sem respostas nisso tudo. E o que é pior, e o que mais temo é que existam interesses bem mais sérios e poderosos do que eu

possa ter, principalmente no Projeto SIVAM, puramente profissional, como tratarei de demonstrar agora e do jeito que transmiti ao Senhor Presidente da República, juntamente com minha carta de demissão.

O Projeto SIVAM.

Não é de agora. A colsa vem do Governo passado e foi objeto de uma licitação feroz, onde duas empresas internacionais disputaram palmo a palmo a escolha pelo Governo brasileiro para sua implementação: a Thomson, francesa, e a Raytheon, dos Estados Unidos. Até novembro de 1994, pouco ou nada ouvira eu falar a respeito, quando William Pery, Secretário da Defesa dos Estados Unidos veio ao Brasil. Vejam bem: novembro de 1994.

Assessorava eu, então, o Presidente eleito Fernando Henrique Cardoso e, por isso, participei do encontro que teve com aquele Senhor, a pedido da Embaixada do seu país. Fui o anotador desse encontro. Pery salientou, entre outros assuntos, o quanto o Governo dos Estados Unidos achava importante para as relações entre os dois países o fato de uma empresa americana ter ganho a concorrência do Projeto SIVAM, o qual, além dos benefícios que traria para a aviação e para o meio ambiente, serviria igualmente para o controle da rota do tráfico de drogas através da Região Amazônica.

Dias depois, veio a Brasília, especificamente para ver o Presidente eleito e convidá-lo, em nome do Presidente dos Estados Unidos, para participar da reunião de Presidentes americanos em Miami, a famosa "Cúpula de Miami", o Sr. Imoc McLartear(?), assessor enviado especial do Presidente Clinton. Presente à reunião, pude anotar que, ao despedir-se, McLartear praticamente repetiu ao Presidente Fernando Henrique Cardoso o que lhe havia dito Pery a respeito do SIVAM. Também anotei isso.

Em Miami, onde acompanhei o Presidente eleito em seus encontros com Chefes de Estado que com ele quiseram avistar-se - e foram quase todos -, Clinton falou-lhe sobre o SIVAM. Em Washington, repetiu o tema com o Presidente Itamar Franco. O SIVAM, cuja concorrência já havia terminado, em favor da empresa dos Estados Unidos, passara a fazer parte da temática internacional do futuro Presidente da República, nas relações bilaterais com aquele País.

Antes que terminasse o ano, tomei conhecimento de que a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado aprovara o projeto. Vejam bem: uma

concorrência que já havia terminado, e que a Comissão de Economia, do Senado, já havia aprovado.

José Affonso Assumpção, conhecia-o há mais de 15 anos, quando eu ainda trabalhava no Departamento de Promoção Comercial do Itamaraty, com o Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, seu amigo do tempo de bancos escolares.

Pediria permissão a V. Ex^{as} para abrir um parêntese, para dizer algo que não está escrito, para que talvez pudesse avaliar um pouco melhor o diplomata Júlio César Gomes dos Santos. Fui e sou um especialista na área de promoção comercial. Trabalhei 14 anos, ininterruptos, nessa área. Duvido que haja empresário brasileiro, na minha geração, que não saiba quem eu sou e que não tenha lido do comigo. Os novos não os conheço. Nunca fui homem de cerimonial. Saí do Departamento de Promoção Comercial do Itamaraty no dia 14 de março de 1985 para trabalhar com o Presidente Tancredo Neves, no Cerimonial. Pulei de uma coisa que conhecia muito para algo que desconhecia. Por conseguinte, a minha convivência com empresários dessa época, não os novos, é enorme - fecho meu parêntese.

Nesse departamento permaneci 14 anos, ininterruptos, no Brasil e no exterior, mais precisamente em Nova Iorque e Montevideú, onde conheci minha segunda mulher, junto a quem estive 16 anos até divorciar-me, legalmente, em março de 1993.

Reencontrei Júlio César quando trabalhava com o Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, que o recebeu na qualidade de Presidente do Sindicato de Proprietários de Linhas de Táxi Aéreo, ou algo semelhante, em audiência solicitada pelo gabinete do então Ministro da Aeronáutica, Lélvio Viana Lobo. Não para tratar de SIVAM ou de venda de aviões, mas da isenção de alíquotas que incidem sobre a importação de jatos executivos, aparentemente as únicas aeronaves importadas a pagar tais tributos. Restabelecemos o contato e, antes de despedir-me do Presidente da Líder Táxi Aéreo, soube que ele também representava no Brasil os aviões Lear.

Terminou a administração Fernando Henrique Cardoso, na Fazenda, veio a desincompatibilização para a candidatura à Presidência da República e deixou o ministério, com licença prêmio no Itamaraty, para trabalhar na campanha. José Afonso veio ver-me, pois queria propor ao candidato um plano de transporte aéreo para a campanha, idealizado pela Líder, onde entravam aviões e heli-

cópteros de diferentes tipos. Encaminhei o plano a FHC. Soube, mais tarde, que o comitê de campanha o havia rejeitado por demasiadamente oneroso. Nesta ocasião, conversamos sobre coisas da vida, descobrimo-nos divorciados e relacionando-nos cada um com uma companheira de idades semelhantes. Combinamos sair juntos para que ambas se conhecessem. Essa afinidade nos iria aproximar mais. No feriado de 15 de novembro de 1994, soube que já não representava a Lear, mas uma outra empresa americana concorrente, e que passaria, portanto, a vender outros tipos de avião. Sua nova empresa era, justamente, a Raytheon. Nada falamos sobre SIVAM.

Após a posse de FHC, no dia 10 de janeiro, deixei de assessorar o Presidente na área Internacional e o SIVAM só me vinha ao conhecimento pelos jornais. Lembro-me, no Carnaval, de que José Affonso a ele se referiu e a alguns problemas que haviam surgido no Congresso, para minha surpresa, pois julgava que o assunto se resolvera antes da posse, com a aprovação pela Comissão de Economia do Senado.

De qualquer forma, não entrou em detalhes. Pouco mais tarde, por volta da Semana Santa, já havia ocorrido o problema com a ESCA, a partir do que o SIVAM passou a ser o centro de todas as suas preocupações. José Affonso jamais pediu-me nada que não fossem conselhos. E eu procurava sempre tranquilizá-lo com o argumento do interesse político nas relações bilaterais Brasil/Estados Unidos.

E quando transmitiu-me que o Chairman, da Raytheon, desejava um encontro com o Presidente da República desencorajei-o, além de nem tocar no assunto com meu chefe.

Numa das transcrições do relatório da Polícia Federal que o Presidente da República me passou, eu repito ao José Affonso, para tranquilizá-lo, que a questão do SIVAM é uma questão do Estado, de interesse de Estado, antes de tudo.

José Affonso Assumpção é um homem agradável que, na sua vida privada, parece gostar de estar com seus amigos, separadamente, em diferentes ocasiões. Não lhe conheço, portanto, os demais amigos; mas sei que existem, e que com eles gosta de privar ao lado de Iris, sua companheira. Não foram tantas as vezes que Flávia e eu estivemos com eles. E a última vez foi na viagem aos Estados Unidos, festa em Las Vegas.

Em julho, José Affonso perguntou-me se Flávia e eu não os acompanháramos a uma viagem aos Estados Unidos. Mais precisamente a Las Vegas e Nova Iorque, pois precisava ir à primeira das duas cidades a negócios para a Convenção Anual Americana sobre Aviação Geral, onde ganharia um prêmio - e daí a festa - e que iria à segunda a passeio. Sabendo que a viagem seria em fins de setembro, coincidindo com o regresso da viagem presidencial à Bélgica e à Alemanha, concordei, pois há três anos não tomava férias. Precisava de um descanso e, em Nova Iorque, teria a oportunidade de rever minha filha que estuda em Boston, na Universidade.

Como condição, disse-lhe apenas que aceitava a carona, mas que pagaria as minhas despesas e as de Flávia. Riu-se disso e disse que estava bem. Dias depois, explicou-me que nós não iríamos com eles, porque ele deveria ir na frente à Miami a negócios, que seu avião estava em revisão, que viajaria à capital da Flórida com Iris em avião comercial e que nos ofereceria as passagens para que encontrássemos com eles em Las Vegas. Recusei de imediato, dizendo-lhe que dessa forma não iríamos. Pediu-me então para deixar de ser teimoso e sugeriu, como alternativa, que embarcássemos em seu avião Learjet e que, de qualquer maneira, terminada a revisão, iria buscá-los em Miami para levá-los a Las Vegas, Nova Iorque e de volta ao Brasil.

Diante disso, terminei por concordar, pois não nos ofertaria passagens aéreas e nem poria a nossa disposição avião algum, uma vez que o seu próprio, com suas iniciais, JAA, iria vazio recolhê-los em Miami. Pegaríamos a carona, e assim foi. E minhas contas, as de Flávia e as de Júlia, minha filha, paguei-as eu. Las Vegas foi barato. Foram menos de US\$250 de diárias os dois dias em que lá estivemos. Paguei com dinheiro. Além disso, aluguei um automóvel na mesma cidade, cuja locadora exigiu garantias de cartão de crédito. O comprovante do pagamento está em anexo. Nova Iorque, no entanto, foi outra coisa. José Affonso havia feito reserva no Hotel Pièrre, um dos mais caros da cidade. Por delicadeza, ficamos lá pois nos pareceu inapropriado recorrer a outro mais barato e abandonar nossos amigos. Além de tudo, mandei passagem para que Júlia, minha filha, viesse de Boston e encontrasse conosco. Também, ficou no Pièrre, onde incorporou no seu quarto, no segundo dia, uma sua amiga. A despesa foi de US\$3 mil 893 e 86 centavos. A có-

pia do comprovante está em anexo. Paguei com o meu cartão de crédito.

Depois, eu pediria que passe aos senhores esses comprovantes de que falei agora.

Um jornal diz que eu fiquei 2 dias em Nova Iorque e gastei US\$3,893. Não fiquei 2 dias em Nova Iorque. Nós ficamos 4 noites e 5 dias em Nova Iorque. Num dos dias em que estivemos em Nova Iorque pegamos o seu Learjet e José Affonso, minha filha e eu fomos a Washington visitar nosso muito e queridíssimo amigo comum, Paulo Tarso Flecha de Lima, conforme havia dito ao Presidente da República que iria fazer. Júlia e eu almoçamos com ele e com Lúcia, sua mulher, Bia e Paulinho, seus filhos. Ele estava ótimo, dentro do quadro, em plena recuperação. As notícias que dele level a Fernando Henrique Cardoso entusiasmaram o Presidente a visitá-lo, poucas semanas depois, quando viajou a Nova Iorque, pelo Cinquentenário da ONU. Uma questão de retórica. Viajam juntos, os dois casais, durante 8 dias, e o que conversam? De tudo um pouco e de ocupação também. O SIVAM é, atualmente, a vida de José Affonso. Preocupa-o tudo sobre o assunto. Em conversa que tivemos, pude perceber, mais de uma vez, sua angústia com o problema. Sempre tratava de dizer-lhe algo para animá-lo e, eventualmente, até concordar com as soluções que aventavam. Essas, no entanto, não envolviam pedidos para que eu interviesse, junto a quem quer que fosse, e, da mesma forma, jamais esperou ele qualquer atitude de minha parte em favor de suas pretensões. Assim agindo, tranquilizava o amigo e, ao mesmo tempo, evitava que, por outros meios, a Inquietação da empresa fosse levada ao Presidente da República. A distância que, por um lado, existe entre a retórica contida nas transcrições de gravações, cuja fidelidade ponho em dúvida e, por outro, os possíveis atos delas decorrentes e que nunca foram por mim praticados, pois está provado por aqueles que figuram como o objetivos do meu suposto **lobby**, nunca ter-me deles aproximado para beneficiar os interesses de quem quer que fosse, é o maior indício da minha inocência. Se não fosse pelas conseqüências funestas causadas pelo indiscutível grampo, eu diria: "Tanto barulho por nada", como Shakespeare, ou, "Enfim, quase nada". O Senador Gilberto Miranda - não me lembro, Senador, de ter dito as palavras que foram publicadas. Se o fiz, foi, certamente, em tom de troça. Desculpe-me.

Em que contexto teria sido dito isto? Lembro-me que José Affonso atormentava-se com o diligen-

te Senador. "Mal o conheço. Sei que é um admirável empresário, que jamais fez mistério da fortuna que possui e, portanto, não têm dúvidas de poder explicá-la." E tem jatinho particular e que, também, paga suas contas. Batalhador da Zona Franca de Manaus, amigo de José Sarney, que mais estimo; é um dos Parlamentares que mais trabalham no Congresso, um **self made man**.

Mas o Senador tornou-se uma obsessão para o Presidente da Líder, que havia lido sobre insinuações surgidas a respeito de um seu eventual interesse menos político do projeto SIVAM. E esse telefonema, que aparece de um jeito na revista e de outro na transcrição que me foi entregue pelo Presidente, pode indicar tudo, menos que eu tenha sugerido a José Affonso dar propina ao Senador.

Talvez, e sempre dentro da dúvida de ter havido ou não o tal diálogo, posso até indicar um sossegue-se irônico diante de suas preocupações com o Parlamentar.

A exclamação de baixo calão que, segundo a imprensa, teria ϵ pronunciado antes de formular a indagação, bem o demonstraria. Se não posso confirmar os termos dessa conversa, confirmo no entanto os de outra que me lembro ter mantido não em minha residência, mas em minha sala no Palácio do Planalto, que repetiria mil vezes, José Maurício Bicalho Dias. É estarecedora a interpretação que se dá à conversa. O Diretor da Andrade Gutierrez telefonou-me e eu, na conversa, comento que havia lido em uma publicação especializada e disponível na praça sobre os investimentos que pretende realizar o país em obras de infra-estrutura, em 1996: US\$250 milhões para obras de infra-estrutura. É um montante reduzido em se tratando de obras de infra-estrutura em todo o México, mas que a meu ver não deveria ser desprezado ainda que a empresa se responsabilizasse pela obra que fosse mais barata.

A presença de empresa brasileira é o importante. A Andrade Gutierrez, que tem obras no México e lá mantém um grande escritório, na minha opinião profissional, e sem prejuízo da participação de outras empresas brasileiras que lá se disponham a igualmente concorrer, deve participar em tudo o que puder, porque se refere a obras naquele país. Isso é doutrina da promoção comercial do Itamaraty, onde, como já disse, trabalhei 14 anos ininterruptos e onde um dos temas mais especializados é o da exportação de serviços.

Se existem hoje empresas brasileiras de engenharia trabalhando no exterior, deve-se exclusivamente ao Itamaraty, ao seu Departamento de Promoção Comercial, que dirigido pelo Embaixador Paulo Tarso, na década de 70, empurrou-os para fora do País. Vencidas as licitações internacionais onde concorriam, seguia-se a exportação do projeto ou proposta técnica, a incorporação de novas tecnologias que retornavam ao Brasil pelas mesmas empresas, a exportação de outros serviços paralelos e de apoio às obras, a proposta financeira, a exportação de mão-de-obra e, finalmente, as de bem de capital, que normalmente são incorporadas a muitas dessas obras.

Nessas licitações, o Itamaraty as orienta e aconselha, mostrando-lhes as características de procedimento diferente nos diferentes países e até quem é quem no mercado que objetivam. Aconselha-as, igualmente, a evitar a concorrência predatória, consorciando-se, ao invés de disputar a mesma obra ou mesmo regionalizando-se, respeitando territórios de atuação consagrada, como no caso da Mendes Júnior no Iraque. Nesse trabalho, o Itamaraty faz também a detecção e a prospecção para elas, dá a oportunidade comercial.

É interessante prestar um pouquinho de atenção nisso que acabei de dizer, sobre a doutrina da promoção comercial, especialmente da exportação de serviços.

Essa doutrina foi desenvolvida a partir da observação de como trabalham os outros países. Exportação de serviços é uma coisa complicada. São concorrências. São comportamentos diferentes e diferentes países. Nós muito nos orgulhamos disso naquela época. Tínhamos que concorrer com americanos, franceses, italianos, alemães, coreanos e tínhamos que ganhar essas obras.

Tenho mais algum tempo? (Pausa.)

De forma que era uma especialização muito grande. José Maurício é também um amigo dessa época, de 1976/1977. Vou pular esse pedaço.

Conclusão: outras conversas foram gravadas, transcritas e entregues ao Presidente da República, que as passou ao meu conhecimento: um leiloeiro de Bagé pediu-me uma apresentação ao liquidante da LBA, em vão, porque nunca o fiz; um pobre homem de Belém do Pará, que nos ajudou na campanha, dirigindo um furgão e que perdeu o emprego após a posse de Almir Gabriel no Governo do Estado; a jornalista Pomona Politis, que te-

lefone diariamente para quase todos os diplomatas pedindo informações; o meu colega Ministro Frederico Araújo, chamando de Bruxelas; e a minha querida amiga Regina, do Rio de Janeiro, cuja identidade permito-me resguardar; nada que para a imprensa pudesse ser relevante senão teriam publicado. Parece haver sido, no entanto, para os doutos exegetas da Polícia Federal. Não acredito que deva ter muito mais a declarar a não ser que, neste momento, e para livrar-me das pechas que me atormentam, antecipo publicamente a minha concordância com a abertura de minhas contas bancárias pelas autoridades competentes, providência que desejo por nada temer, e encareço ao Senhor Presidente da República que mande sustar a mensagem no Senado que contém a minha indicação para a Embaixada no México até que a apuração dos fatos esclareça a verdade.

Para finalizar, refiro-me à carta que depusitei nas mãos do Senhor Presidente da República na noite do dia 15 de novembro, no Palácio da Alvorada, na qual, entre outras coisas, recordo que nos três anos de trabalho, ao seu lado, jamais atuei em favor dos interesses de ninguém. Mesmo no Ministério da Fazenda, onde era responsável por sua agenda. Jamais coloquei ninguém no Gabinete do Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso que não tivesse sido autorizado ou pedido por ele. Mas adiante, escrevo "Sabe o senhor que não vim para a Presidência para me locupletar ou tirar vantagens pessoais da situação privilegiada de estar ao seu lado, pois lembra-se que pedi, aos 10 dias de Governo, que me desse um posto no exterior.

Decidi, então, no último mês de julho, pedir-lhe novamente para sair. Foi quando honrou-me com o oferecimento da Embaixada no México".

Ela, por outro lado, a carta ao Presidente, retrata fielmente os termos em que solicitei a Sua Excelência exoneração do meu cargo, no dia 15 de novembro, à noite, no Palácio da Alvorada. Penso *dégoûté*, em francês. Desculpem.

Devo confessar e libertar-me disso. Portanto, se está convencido de que sou inocente do que me imputam os autores da escuta, peço-lhe que me conceda o desligamento das minhas funções na Presidência da República, para que me sinta mais à vontade no que mais desejo, que é o de poder continuar merecedor da sua confiança. Caso contrário, se tiver qualquer dúvida, permita-me *ex officio* e en-

tão constituirei advogado para provar publicamente que sou honrado."

O Presidente decidiu-se por minha exoneração a pedido. Os fatos que se sucederam, porém, como as insinuações de corrupção pela imprensa e o motivo alegado pela Polícia Federal - suspeita de tráfico de drogas -, para que meu telefone fosse grampeado com autorização judicial, não me apontam outro caminho senão o de constituir aconselhamento jurídico para provar minha inocência. Meus advogados atuarão nas esferas que julgarem cabíveis para que eu possa estabelecer a verdade diante de fatos cuja manipulação, às vezes, tão irresponsável foi tomada pública. Cada vez mais sob forma de sentença inapelável de condenação por um crime que não cometi.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Com a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (Ramez Tebet) - Sr. Embaixador, V. Ex^a pode nos informar o dia em que tomou conhecimento dos grampos em seus aparelhos telefônicos. Somente o dia.

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS - Vou lhe dizer, precisamente: às 20h do dia 14 de novembro, quando o Presidente da República me chamou à sua sala e me apresentou o relatório e a transcrição dessas gravações em seu gabinete.

O SR. RELATOR (Ramez Tebet) - Sr. Embaixador, parece que entendi que V. Ex^a nega a autenticidade de parte das gravações. É isso mesmo?

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS - Nego a autenticidade nas gravações totalmente, não em parte. Se V. Ex^a quiser, posso explicar por quê.

O SR. RELATOR (Ramez Tebet) - Se a explicação for rápida, eu a aceito.

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS - Será rápida.

Vou me permitir repetir o que está escrito, e os senhores leram, e não estou inventando nada. No trecho que se refere ao Senador Gilberto Miranda, e que causou tanto impacto à opinião pública, dito por um Diplomata, lê-se na revista *IstoÉ* do dia 22 de novembro de 1995.

O SR. RELATOR (Ramez Tebet) - Sr. Embaixador, por gentileza, o que perguntei e que desejo saber é se V. Ex^a nega a autenticidade das gravações, e não o que consta em qualquer revista.

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS - Perdoe-me, Senador.

O SR. RELATOR (Ramez Tebet) - V. Ex^a conhece a fita?

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS - Não, não conheço a fita. Por isso, peço a V. Ex^a que me dê um minutinho para dizer por que nego a autenticidade.

O SR. RELATOR (Ramez Tebet) - Pois não.

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS - A revista *ISTOÉ* do dia 22 de novembro de 1995 - com perdão -, mas está escrito: "Porra, você já pagou para este cara?"

A transcrição entregue pela Polícia Federal ao Presidente da República: "JC pergunta a José Affonso se este perguntou a Gilberto Miranda quanto ele queria em dinheiro".

E o trecho da fita, ouvido ontem, 28 de novembro de 1995, que eu ouvi no TJ Brasil, de Bóris Casoy, segundo o qual trata-se de cópia do original entregue pela Polícia Federal aos Senadores desta Comissão: "Você perguntou quanto é que ele queria?"

Não posso considerar autenticidade de fitas com três versões diferentes sobre o mesmo tema. Perdoe-me, Senador.

O SR. RELATOR (Ramez Tebet) - Em uma transcrição que temos aqui, a de nº 04, consta existir um diálogo em que o Sr. José Affonso pergunta se V. Ex^a se lembra desta parte em um trecho que diz assim: "E outra coisa também, estive com aquele Senador paulista, meu amigo".

Se V. Ex^a se lembra dessa parte e dá autenticidade pelo menos a essa parte, pergunto a V. Ex^a: esse Senador paulista pode ser nominado por V. Ex^a? V. Ex^a se lembra desse diálogo?

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS - Senador, palavra de honra, não me lembro desse diálogo.

O SR. RELATOR (Ramez Tebet) - Na transcrição de nº 09, vou lhe dizer a data...

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS - Desculpe-me, não quero interromper V. Ex^a, mas não me lembro de menção a um Senador paulista.

Não é o diálogo telefônico ter conversado com ele depois de ter lido a transcrição da conversa nº 04. Agora, sobre essa pergunta específica de V. Ex^a, não me lembro, não senhor.

O SR. RELATOR (Ramez Tebet) - Na transcrição nº 09, realizada precisamente, segundo a Polícia Federal, no dia 12 de setembro de 1995, em uma conversa telefônica entre V. Ex^a, Júlio Cesar, e o Sr. José Affonso, há um trecho assim, onde seria a pergunta de V. Ex^a:

"Você perguntou quanto é que ele queria?"

Ao que José Affonso teria respondido: "que sabe quem levou o dinheiro, quanto levou". Está entre aspas. Aquela papagaiada toda.

Pergunto a V. Ex^a: lembra-se de ter feito esta pergunta?

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS - Senador, V. Ex^a me perdoe, terei que me ater à transcrição, à mesma transcrição nº 9, o texto que me foi entregue pelo Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Permita-me. V. Ex^a tem que se ater ao que pergunta o Relator.

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS - Não há dúvida, mas para responder ao Relator, eu tenho que...

Nego o que está no texto das mãos de V. Ex^a. Mas eu pediria a V. Ex^a que repetisse o mesmo texto que me foi entregue pelo Presidente da República.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Sr. Presidente, uma questão de ordem. Uma sugestão que quero fazer: indago à Mesa se não poderíamos pôr os trechos da fita no ar para que o depoente identifique ou não a sua voz e as suas declarações.

(Muito bem. Muito bem.)

O SR. RELATOR (Ramez Tebet) - Cabe a V. Ex^a deferir, como Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Está deferido.

O SR. RELATOR (Ramez Tebet) - Sr. Presidente, enquanto a Técnica providencia a gravação, permito-me, para dar andamento aos debates...

O SR. ROBERTO REQUIÃO - O Sr. Relator poderia identificar os trechos.

O SR. RELATOR (Ramez Tebet) - Quero lembrar aos Srs. Senadores que a fita é uma só contendo as treze transcrições.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Basta ouvirmos a voz, para que S. Ex^a reconheça se é sua voz.

O SR. RELATOR (Ramez Tebet) - Só quero a do dia 12. Só quero essa.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Peça para indicar o lugar certo onde V. Ex^a quer ouvir.

(*Procede-se à reprodução do grampo telefônico.*)

O SR. RELATOR (Ramez Tebet) - Sr. Embaixador, tendo V. Ex^a ouvido a fita, confirma ou não que nessa conversa telefônica, partiu de V. Ex^a a seguinte pergunta:

Você perguntou quanto é que ele queria?

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS - Não tenho a menor dúvida de que isso está na fita - é claro - dentro do contexto em que foi conversado.

O SR. RELATOR (Ramez Tebet) - V. Ex^a poderia esclarecer esse contexto, ou seja, é o da própria fita?

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS - Sim; é o da própria fita sobre a qual estamos conversando, evidentemente, e meu interlocutor está reclamando. Como eu disse no meu comunicado o Senador Gilberto Miranda é uma obsessão há muito tempo. Essa não é a primeira conversa que se tem sobre Projeto SIVAM ou sobre seus interesses, ou sobre o que está pensando. E sobre o Senador Gilberto Miranda ele já havia falado inúmeras vezes e principalmente da época em que se ventilava que o Senador pudesse ter interesses menos políticos no Projeto SIVAM.

De forma que dentro desse contexto, desse espírito que se conversava fiz essa pergunta, sem uma sugestão - mais uma vez - não implica numa sugestão, foi uma pergunta interlocutória, somente isso. Não tinha nenhuma intenção em sugerir a José Affonso de pagar, oferecer o que quer que fosse ao Senador Gilberto Miranda.

O SR. RELATOR (Ramez Tebet) - Se não tinha essa intenção, qual era a intenção de V. Ex^a com essa pergunta?

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS - Novamente, Senador, repito que se eu fiz essa pergunta foi dentro de um contexto irônico, em função de conversas que já haviam sido mantidas com José Affonso Assumpção sobre esse problema, sobre a sua preocupação com o Senador Gilberto Miranda.

Agora, pediria a V. Ex^a que, por favor, embora essas fitas estejam ao alcance de todos, também considerasse o fato de haver três versões diferentes sobre essa frase a mim imputada: a que foi transcrita na revista **IstoÉ**, como já havia dito; a que foi en-

tregue ao Presidente da República, onde eu não pergunto isso, mas, pior ainda, quanto ele queria em dinheiro e a terceira, que é a da fita que foi ouvida agora.

O SR. RELATOR (Ramez Tebet) - Mas, a voz que V. Ex^a ouviu é sua?

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS - Sim.

O SR. RELATOR (Ramez Tebet) - Sr. Presidente, me dou por satisfeito nas minhas perguntas, a fim de permitir que outros Senadores também façam suas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Concedo a palavra ao Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, Sr. Embaixador, sendo o telefone um meio usual de comunicação, e nós verificamos que o monitoramento teria sido registrado no período de 30 de agosto a 20 de setembro, onde afirma ter havido apenas 13 conversações.

Perguntaria se V. Ex^a considera normal que, nesse período de 30 dias, V. Ex^a tenha usado o telefone apenas 13 vezes? Ou foram poucos ou foram muitos os registros?

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS - Permita-me que lhe diga uma coisa: eu não me lembro quantas vezes uso o telefone na minha casa, porque não há registros disso. Aproveito a pergunta de V. Ex^a para passar às mãos da Comissão os telefonemas que dou, que dava, da minha sala no Palácio do Planalto e que lá recebia, porque disso tenho o registro feito pelas minhas secretárias, para que, se quiserem, possam avaliar o número de telefonemas. Por favor, Senador, passo às suas mãos. São os boletins de telefonemas, todos registrados, com dia e hora, do dia 1º de janeiro deste ano ao dia 16 de novembro. Estão à sua disposição.

Agora, o que me causa mais estupor não é o fato de terem sido gravados 13 telefonemas meus, ou terem sido selecionados treze telefonemas recebidos ou emitidos por mim. O que me causa um estupor enorme é que a Polícia Federal tenha gravado o meu telefone no período que gravou, de 28 de agosto a 27 de setembro, e tenha ficado com essas fitas até o dia 9 de novembro. Vejo manipulação nessas fitas. Não as escutei, mas pelas transcrições que me foram entregues pelo Presi-

dente da República, vejo edição, vejo manipulação nessas fitas.

Por que teriam ficado mais de 30 dias nas mãos da Polícia Federal? Era um fato tão grave. Não deveria ir ao conhecimento do Presidente da República de imediato? O que fizeram com essas fitas durante esses dias? Ou por que foram elas entregues ao Presidente da República na mesma semana em que se ia votar o Projeto SIVAM? Uma coisa ou outra, ou as duas coisas? Deixo a pergunta no ar.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Obrigado, Sr. Embaixador.

Na verdade, fica, quando nada, a surpresa de que, nesse período de 30 dias, tenham sido registradas ou, talvez, selecionadas apenas 13 gravações.

A outra questão que queria levantar, Sr. Presidente, Sr. Embaixador, diz respeito ao diálogo que envolve o nome do Serra, que nos dá a entender tratar-se do Ministro do Planejamento, José Serra, e dá a entender que se referia a uma das vezes em que o Sr. José Affonso Assumpção teria conversado com o Ministro José Serra. Mas, então, é o seguinte: O Serra atendeu muito bem. Demorou "prá burro", mas atendeu muito bem. Disse que vai falar com o Presidente. E depois a parte técnica, que o Gandra teria que mandar estudar. Eu falei: "Não, isso é, mas ele não pode liberar isso, e é o que pedimos ao senhor para fazer...". Então, ele disse que vai falar com o Presidente, ótimo. E continua um pouco com relação a esse diálogo, dando a entender que ele tinha um assunto a tratar com o Presidente, de interesse do Sr. José Affonso, que parecer ser a questão do SIVAM.

E adiante ele fala sobre a entrega de umas aeronaves, que uma estaria reservada ao Serra, que prometeria entregar a ele em janeiro. O primeiro avião seria entregue a ele.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Peço a palavra para uma questão de ordem. É um esclarecimento ao Senador Leomar Quintanilha. Temos duas peças: uma é uma memória do agente policial, que datilografou o que ele entendeu da escuta das gravações. A outra é a degravação. O Relator está-se referindo à memória do agente, e não ao teor da degravação. É por isso que não há contradição, Embaixador. Temos uma degravação e temos a memória do que agente entendeu, que é um relatório sobre o assunto. O Senador Leomar

Quintanilha está-se referindo à memória e não à de-gravação.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Senador Roberto Requião, estou de posse, tenho aqui em mãos a degravação desse documento. Eu gostaria de saber do Embaixador, já que ele conversava com o Sr. José Affonso Assumpção sobre esse assunto, o que ele sabe sobre essa entrega da aeronave, se o Ministro José Serra estaria comprando a aeronave. Qual era essa relação da Líder?

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS - Pois não, Senador, com muito prazer.

O José Affonso, certa feita - volto a lembrar a V. Ex^{as} que as conversas que tive com ele não foram somente essas que são resultado desse gram-po -, disse-me que se encontrou com o Ministro Serra no Aeroporto do Rio de Janeiro - acho até que por pura coincidência - e que aproveitou a ocasião para falar-lhe sobre venda de aviões para a Força Aérea Brasileira. Nada de Projeto SIVAM, absolutamente nada sobre o Projeto SIVAM. José Affonso é representante de uma empresa que fabrica aviões. Essas grandes empresas estrangeiras que têm divisão disso e daquilo também têm uma fábrica de aviões, não me lembro qual. Ele representava a Lear, e agora essa Raytheon fabrica outros aviões. Ele, como representante para venda de aviões, havia se encontrado, esbarrado com o Ministro José Serra no aeroporto e aproveitado a ocasião para dizer a S. Ex^a que gostaria de ter um encontro com o Ministro Serra em Brasília para discutir a venda de aviões executivos para a Força Aérea Brasileira, porque os que lá estavam eram muito velhos, acredito que o GTE, o Grupo de Transporte Especial, da FAB.

José Affonso disse para mim, brincando: "Sei que o Serra morre de medo daqueles aviões, e como é ele quem autoriza os Ministérios a gastar, vou começar falando com ele. Marquei uma entrevista e vou ter com ele em seu gabinete em Brasília". Essa foi a conversa que tivemos, antes desse telefonema. Eu lhe disse: Ótimo, está bem.

Quando houve esse telefonema de José Affonso para mim, o primeiro em que ele me disse que estava tendo dificuldade de obter entrevista com o Ministro José Serra, perguntou-me se poderia ajudar. Sabendo, dito por ele, que ele já havia combinado com o Ministro Serra essa entrevista, liguei para o meu colega que trabalha com o Ministro José Serra, Santiago Mourão, e lhe perguntei: "Santiago, houve esse encontro?" Santiago Mourão confirmou o encontro do Ministro José Serra com José Affonso

no aeroporto do Rio de Janeiro, e disse: Sim, eles combinaram de se encontrar. Assim fez e foi recebido.

Agora, tenho certeza absoluta, pois seria totalmente descabido, que o José Affonso se referia à entrega de aeronaves à Força Aérea Brasileira, que teria condições de entregar uma aeronave, não sei quando, não a S. Ex^a o Sr. Ministro José Serra, o que seria um absurdo, mas à Força Aérea Brasileira. Essa é a pura verdade dos fatos, como eu soube não só de José Affonso como também de Santiago Mourão, meu colega que trabalha com o Serra.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Sr. Presidente, eu encerraria a minha intervenção apenas deixando à Mesa um requerimento para que a Telebrasil apresentasse a esta Comissão o número de telefonemas recebidos pelos aparelhos monitorados nesse período de 30 de agosto a 27 de setembro.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - V. Ex^a, como Sub-Relator, depois propõe à Comissão, e faremos isso com mais propriedade.

Com a palavra o Senador Geraldo Melo.

O SR. GERALDO MELO - Sr. Presidente, é uma intervenção única sobre um único ponto, que servirá apenas para reunirmos algumas informações que poderão ser muito úteis ao trabalho da Comissão no futuro.

O Sr. Embaixador fez referência ao fato de que, num determinado momento, aparentemente, a Líder Taxi Aéreo teria deixado de ser distribuidora da Lear e passado a vender outros aviões. Mas penso que será importante sabermos o seguinte: a não ser que tenha havido uma mudança muito recente, a fábrica de aviões Learjet, assim como a fábrica de aviões Challenger, no Canadá, e uma companhia tradicional americana, que é a Beachcraft, têm um grande acionista que, na realidade, é o controlador dessas três empresas, precisamente a Raytheon.

Na realidade, acredito é que o Embaixador esteja se referindo ao fato de que, com a incorporação dessas empresas, a Beach e a Challenger - a Beach mais recentemente, a Challenger um pouco antes - ao patrimônio acionário da Raytheon, que a carteira de aviões a serem vendidos pela Líder Taxi Aéreo tenha se diversificado e que ela não vendesse apenas Learjet, porque, na realidade, como vendedora de Learjet, de Challenger e de Beachcraft, ela é, de fato, a representante da Raytheon.

Apenas para formular isso como pergunta, indago se o Sr. Embaixador tinha conhecimento disso, porque essa informação será necessária, no futuro, para outros campos de interesse para o trabalho desta Comissão.

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS - V. Ex^a pode estar absolutamente seguro de que não tenho conhecimento disso e parabeno-o por tê-lo. Então, peço a V. Ex^a que solicite esse esclarecimento a José Affonso Assumpção quando ele vier depor aqui, pois não tenho idéia desse detalhe. Perdão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Logo mais o Comandante virá.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Complementando o requerimento proposto pelo Senador Quintanilha, gostaria de requerer seja solicitado à Telebrásília o registro das ligações efetuadas e recebidas...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Requeira por escrito, porque fica mais fácil.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Rapidamente, Sr. Presidente... o registro das ligações efetuadas e recebidas dos meses de janeiro a novembro pelos telefones da residência do Embaixador, porque, desta forma, poder-se-á ter, inclusive, eventualmente, até em benefício do Embaixador, registro de possíveis telefonemas ao exterior, com respeito àquela questão levantada de quantos telefonemas houve.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - V. Ex^a será atendido. Para não demorar muito nas arguições, pois temos ainda dois depoentes, V. Ex^a faz as perguntas e depois me dá o requerimento. Sua solicitação será atendida.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Embaixador Júlio Cesar Gomes dos Santos, V. Ex^a acha que, em português, há muita diferença entre... V. Ex^a perguntou quanto é que ele queria em dinheiro em relação a... V. Ex^a perguntou quanto é que ele queria?

O SR. JULIO CESAR GOMES DOS SANTOS - Falta mais uma versão, Senador. Perdoe-me.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Ou da terceira versão. Em português, na linguagem usual, V. Ex^a considera que há uma diferença? Poderia, então, explicar qual a diferença, em português, das três expressões?

O SR. JULIO CESAR GOMES DOS SANTOS - Senador, V. Ex^a me perdoe. Um filho manda um telegrama para o pai, pedindo-lhe dinheiro - V. Ex^a conhece essa história: "Papai, me manda dinheiro!". O pai lê: "Papai, me manda dinheiro!", e não manda. Depende de como se interpreta o que se lê, o que se fala, o que está por trás da intenção. Posso assegurar-lhe que uma coisa serve para que eu não reconheça a legitimidade dessas fitas: existem três versões em torno de uma mesma declaração atribuída a mim. Quero dizer-lhe, com toda a honestidade, que é pena que eu não encontre uma tradução para o que em inglês seria **matter of fact**. Em francês, seria **en passant**. Talvez, por uma certa impropriedade da minha parte, porque, nas conversas íntimas - sempre julguei que tivesse assegurada a minha intimidade pela Constituição -, às vezes dizemos cada barbaridade de que até Deus duvida. Mas em nenhum momento pude ter qualquer indício de que o Senador Gilberto Miranda pudesse favorecer-se dessa questão.

O SR. EDUARDO SUPLICY - V. S^a reconheceu a sua voz e que, portanto, conversou com o Sr. José Affonso relativamente a conversar com o Presidente José Sarney sobre o que lhe pedia o Sr. José Affonso. Qual era a sua intenção e o que conversaria com o Presidente José Sarney? De fato, procurou o Presidente José Sarney e conversou com ele?

O SR. JULIO CESAR GOMES DOS SANTOS - Senador, tenho um grande respeito por V. Ex^a, e V. Ex^a sabe disso. O que vou dizer-lhe agora não é, em absoluto, nada que possa demonstrar uma falta de respeito. Eu pediria a V. Ex^a que perguntasse ao Senador José Sarney se alguma vez falei com ele sobre o assunto.

O SR. EDUARDO SUPLICY - O Presidente José Sarney já deu declarações à imprensa de que V. S^a não o teria procurado.

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS - Jamais. Agora, quero dizer-lhe uma coisa, por favor, e agradeço-lhe a pergunta. José Affonso não me pediu para falar com o Presidente Sarney sobre o SIVAM. E se V. Ex^a me permitir, vou ler o trecho da transcrição que me entregou o Presidente da República sobre essa conversa: "José Affonso fala que Sarney pode estar combinado com uma outra pessoa e que, por isso, o Projeto não esteja andando. Júlio Cesar não acredita nessa hipótese e diz que irá hoje no Senado para conversar com Sarney".

Eu iria conversar não sobre o Projeto, mas sobre a informação, sobre a barbaridade que José Affonso estava dizendo a respeito do que tinham dito a ele sobre Sarney. Seria para avisar o Presidente José Sarney disso que eu ouvira de José Affonso, não para falar do Projeto SIVAM, como nunca falei. Eu não falei sobre nada.

O SR. EDUARDO SUPLICY - E sobre essa outra hipótese?

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS - Também não falei.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Somente expressou a intenção.

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS - Expressel a intenção não de falar sobre o SIVAM, mas sobre isso que me havia dito, segundo a transcrição, o José Affonso, que "Sarney estava combinado com uma outra pessoa, e que, por isso, o Projeto não estava andando".

O SR. EDUARDO SUPLICY - O que V. Ex^a entende ao ter mencionado que "o Projeto SIVAM é de interesse de Estado", que confirmou aqui. O que quer dizer interesse de Estado?

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS - Em primeiro lugar, Senador, V. Ex^a sabe, como já li no meu comunicado, que, profissionalmente, tomei conhecimento do Projeto SIVAM em função das conversas com o Presidente eleito e várias autoridades americanas. Em segundo lugar, o interesse de Estado já foi declarado pelo próprio Presidente Fernando Henrique Cardoso, quando renovou, recentemente, o contrato para o Projeto SIVAM. Em terceiro lugar, perdoe-me, o próprio requerimento de V. Ex^a foi rejeitado, pedindo que fosse anulada essa questão aqui no Senado, e antes que esse escândalo todo viesse à rua.

Eu, como profissional, tenho conhecimento que o Projeto SIVAM é de interesse de Estado. Tive oportunidade de visitar o CINDACTA com o Presidente Fernando Henrique há menos de dois meses, levado pelo Ministro Gandra, da Aeronáutica. E foi tratado o assunto com muita seriedade, como de maior interesse do Estado. Não interessa a mim quem ganhou a concorrência, se foi a, b ou c, porque jamais, em tempo algum, tive qualquer conhecimento de Projeto SIVAM durante o processo de concorrência.

Estamos discutindo em torno de um assunto que já estava sacramentado em nível de Executivo. O Projeto SIVAM tem que sair, a concorrência foi feita, uma empresa internacional ganhou essa concorrência. E foi aí que tomei conhecimento do assunto, assessorando o Presidente eleito, depois do dia 15

de novembro, depois que Sua Excelência foi diplomado. E jamais, em tempo algum, duvidei da importância do Projeto SIVAM para o Governo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Ninguém aqui é mais agradável do que o Senador Suplicy. Agora, eu pediria a S. Ex^a que concluísse.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Já terminou o tempo? Vou respeitar o tempo. Última pergunta: em alguma ocasião o Embaixador Júlio Cesar conversou com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, primeiro, em telefonemas para a sua residência durante o período da gravação? E, segundo, se conversou em qualquer circunstância com o Presidente Fernando Henrique Cardoso a respeito do procedimento, do comportamento do Senador Gilberto Miranda a ponto de poder levá-lo a formular aquela indagação registrada na fita na parte onde diz "Você perguntou quanto é que ele queria?"

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS - Senador, quanto à primeira pergunta, não me lembro. Mas sempre falo com o Presidente Fernando Henrique ao telefone...

O SR. EDUARDO SUPLICY - De sua residência, em um mês, certamente houve alguma ligação...

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS - Certamente houve, mas são tão piegas.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Portanto, não houve o registro enviado na...

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS - Senador, perdoe-me. Julgo que possa ter havido, mas não posso confirmar.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Mas são conversas piegas? Com o Presidente da República?

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS - Sim, com o Presidente da República. Porque pedir um filme para o Alvorada acho que é uma conversa piegas. Dizer a Sua Excelência que roupa deve usar também penso que, nesta Comissão, seria uma conversa piegas.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Mas poderia ter dito, por exemplo, que o Sr. José Affonso, da Líder e da Raytheon, telefonou para V. Ex^a sobre assunto de interesse de Estado?

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS - Jamais, Senador! E V. Ex^a, por favor...

O SR. EDUARDO SUPLICY - Jamais?! Então, por coisas tão importantes, que são do interesse do Estado, não conversaria com o Presidente Fernando Henrique Cardoso?

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS - Não, porque não são da minha alçada, Senador. Foram da minha alçada enquanto o assessoriei na área

Internacional, até o dia 1 de janeiro. Eu era um Coordenador de Apolo e de Cerimonial.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Então, não poderia passar por sua alçada até mesmo a hipótese de conversar com o Presidente do Senado sobre aquele assunto mencionado?

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS - Com ninguém. Não é da minha alçada e muito menos tinha eu poder para influir em assuntos dessa natureza. Não estavam afetos às minhas atribuições.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Muito obrigado, Senador Suplicy.

Com a palavra o Senador EPITACIO Cafeteira.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Mas faltou a última indagação, que era a segunda.

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS - Não foi feita? Se eu falei com o Presidente sobre...

O SR. EDUARDO SUPLICY - Com o Presidente Fernando Henrique Cardoso sobre eventuais procedimentos do Senador Gilberto Miranda que pudessem levá-lo a formar um juízo, de tal maneira que chegou a perguntar-lhe: "Você perguntou quanto é que ele queria?" Se em alguma ocasião...

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS - Jamais, e V. Ex^a pode perguntar ao Presidente da República.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Obrigado.

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS - Obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Concedo a palavra ao Senador Epitacio Cafeteira.

O SR. EPITACIO CAFETEIRA - Sr. Embaixador Júlio Cesar Gomes dos Santos, vou fazer apenas uma pergunta. Antes de fazê-la, quero fazer uma colocação para que V. Ex^a saiba o que me motivou a me inscrever para fazer esta pergunta.

Primeiro, fui contra até a ouvirmos a fita. Aqui coloquei em dúvida se deveríamos ouvir a fita porque o Procurador-Geral da República disse que não tinha nenhum valor jurídico; segundo, porque sou contra escutar conversa alheia, eu que tive o meu telefone grampeado durante 6 meses antes da eleição.

Mas, de tudo que escutei na fita, houve uma coisa que não entendi. Por que, nesta fita que foi passada para o Embaixador ouvir, quando falavam sobre a questão de dinheiro, de quanto paga, etc., diz o Sr. José Affonso Assumpção: "porque já não tem mais quem dê a grana para eles, entendeu?". E o nobre Embaixador disse: "Claro, claro!". Para mim não ficou claro. Quero também dizer a V. Ex^a que nunca duvidei da honorabilidade de V. Ex^a, apenas

quero saber se, para chegarmos a entender este "Claro!", se V. Ex^a pode nos dizer, porque está claro que já não há mais ninguém para dar a grana para eles. Então houve grana.

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS - Senador Epitacio Cafeteira, vou começar com uma pergunta. V. Ex^a se lembra com exatidão das conversas telefônicas que teve há dois ou três meses? Acredito que não. Eu não me lembro de ter dito isso. V. Ex^a pode passar esta fita 30 vezes e eu teria dito isso porque deve estar numa gravação que novamente eu não reconheço, tal ela terá sido manipulada e editada.

Agora, qualquer coisa que alguém diga respondemos "claro, claro, está bem" não quer dizer que concorde com o que está dizendo. Agora, pediria a V. Ex^a que, depois que eu saísse daqui, e que meu amigo José Afonso Assumpção sentasse no meu lugar, se perguntasse a ele, porque eu não tenho idéia do motivo pelo qual ele teria feito esta pergunta e também não me lembro dos termos em que respondi.

O SR. EPITACIO CAFETEIRA - Obrigado.

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS - Obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Com a palavra o Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL - Sr. Presidente, Srs. Senadores, gostaria que o Embaixador Júlio Cesar visse nas minhas perguntas apenas a idéia de alguém que quer formar o seu juízo, para não me influenciar com o que foi dito. Acredito que as versões, às vezes, alteram os fatos e acabam sendo dadas como verdadeiras. De modo que queria que o Embaixador tivesse a certeza que o que me move é formar o meu juízo pessoal.

V. Ex^a, na conversa com o Sr. José Affonso Assumpção, registrou a expressão interlocutória. Negou a autenticidade da fita, falou em manipulação, edição da fita, confirmou apenas que a voz era sua. E a minha pergunta é no sentido de saber se, ao negar, estaria o Embaixador Júlio Cesar sentindo que há ou que houve um propósito, não se sabe com que finalidade, de manchar a sua carreira. Propósito deliberado.

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS - Senador Bernardo Cabral, não posso pensar em outra coisa. Isso vem me atormentando desde o momento em que o Presidente me entregou essas transcrições.

O SR. BERNARDO CABRAL - Estou satisfeito com essa resposta, nem precisa ir adiante.

Se alguma vez o Embaixador Júlio Cesar, na conversa que tinha da sua residência com o Presi-

dente da República, ou do Presidente da República para a sua residência, em algum instante pressentia que as ligações da sua residência para o Presidente da República e do Presidente da República para a sua residência poderiam levar às conclusões que estão levando aqui. Quero dizer ao Embaixador que sou homem profundamente sério nesse tipo de pergunta, não faço brincadeiras nem gracejos. Quero me situar. Eu ouvi aqui, inclusive, dizer que eram conversas sem muita seriedade. Quero situar, para o meu juízo, se nessas conversas, evidentemente, o Embaixador mantinha a intimidade de quem fez uma campanha, de quem tinha estado ao lado, sem faltar com o respeito ao Presidente; se nessas conversas houve, em algum instante, referência que pudesse levar a conclusões menos concretas, ou desairosas, à pessoa do Presidente.

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS

- Jamais, Senador, nem em brincadeira.

O SR. BERNARDO CABRAL - A última pergunta, se não houver desdobramento: o Embaixador confirma o registro feito pela revista *Veja* de que, se o Presidente soubesse que o seu telefone estava grampeado, não teria falado o que falou, a não ser que fosse um artista? Quero saber se o Embaixador confirma ou nega.

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS -

Eu não confirmo e não nego. Eu explico a V. Ex^a. V. Ex^a já deve ter sido abordado por jornalistas várias vezes para saber coisas, como todos os políticos que aqui estão, todos os Senadores que aqui estão.

A conversa que tive com o Expedito sobre esse caso começou de uma evolução de uma teoria dele. O que aconteceu foi exatamente o que eu disse para o Senador que me perguntou sobre as conversas com o Presidente. Eu disse: "as conversas são piègas".

V. Ex^{as} o conhecem: o Presidente Fernando Henrique Cardoso é um irreverente, ele faz brincadeiras pelo telefone, quando se fala de a, b e c. Ele diz: "não me coloque ao lado de fulano na mesa, que é um chato!", ou "não me deixe sozinho com beltrano, porque não interessa falar com ele agora"; "arranja gente para vir ficar junto, mas veja lá, fulano, beltrano e sicrano não, por isso, por aquilo outro".

Era a isso que me referia. E eu não disse que ele seria um artista. Eu disse: Olha, o Presidente não é um artista! E não falaria certas coisas que pudessem, aos ouvidos de quem quer que fosse, comprometer, às vezes, uma amizade por uma brincadeira com referência a uma pessoa.

O Presidente é irreverente, o Presidente é brincalhão. Por isso falei que caberia, naquele quadri-

nho que saiu na última *Veja*, veneno no grampo. Mas jamais algo de substantivo e que fosse relevante para o interesse nacional.

O SR. BERNARDO CABRAL - Portanto, o Embaixador Júlio Cesar Gomes dos Santos entende que o que se fez na matéria da *VEJA* foi dar uma outra versão àquela que não seria a sua.

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS - Exatamente.

O SR. BERNARDO CABRAL - Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Com a palavra o Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Embaixador Júlio Cesar, vou introduzir a minha pergunta com a leitura não da interpretação do agente, mas da transcrição da fita, que, aliás, pode ser novamente ouvida, em cada um dos seus trechos, nesta Comissão, a critério do nosso Presidente.

José Affonso, comentando a viagem do Ministro Gandra, que esteve em sua casa em Belo Horizonte, disse-lhe o seguinte pelo telefone:

"Está preocupado com o SIVAM. O Gilberto Miranda está com o prato na mão dele, né? Pegou pra ele mesmo ser Relator e está com o negócio parado. O Sardenberg já falou com ele etc. e tal. Estamos achando que precisa de uma prensa do Presidente."

O senhor responde: "Não, tem que ser uma prensa do Presidente Sarney."

José Affonso: "Do Sarney?"

O senhor responde: "Ah, sim."

José Affonso: "Aí, então... Fora isso, não tem nenhuma novidade."

É um trecho, gravado, transcrição literal.

Segundo trecho: a conversa está no meio. Falam de Miami, onde V. Ex^a chegaria sábado, para ir a Las Vegas.

Júlio César: "Está muito bem."

José Affonso: "Ok! Olha, uma ótima idéia."

José Affonso para o senhor: "E outra coisa também. Estive com aquele senador paulista meu amigo..."

O senhor responde: "Sei."

José Affonso: "...que outro dia te falei que precisava uma prensa do grande chefe, né?"

O senhor responde: "Sim."

"Estive com ele ontem em São Paulo."

"Sim."

"Porra, está dando a coisa como projeto morto e enterrado, pá, pá, pá."

"Não pode ser. Terrorismo danado", diz o José Affonso.

O senhor: "Meu Deus!"

José Affonso: "E aquele amigo que você falou que é ele que deveria dar à prensa?"

O senhor responde, Embaixador: "Sei."

José Affonso: "Há muita dúvida."

Júlio César, o senhor novamente: "Hã?"

José Affonso: "Dos dois estarem combinados."

Júlio César: "Não pode ser."

José Affonso: "Entendeu?"

O senhor, Embaixador: "Não acredito."

José Affonso: "Bom, eu também não quero acreditar."

O senhor diz o seguinte, em seguida (transcrição literal da fita): "Eu vou falar com ele hoje à tarde. Vou ao Senado hoje. Eu acredito em todas as possibilidades; né?"

Não, senhor., diz o José Affonso.

O senhor conclui: "Tá."

E ele diz: "Me avisa."

Outro trecho.

José Affonso: "Pô, o f. da p. falou que o SIVAM não sai de jeito nenhum, que isto é um projeto morto, que é um negócio cheio de marmelada, cheio de coisa errada."

O senhor contesta: "Você perguntou quanto é que ele queria?"

José Affonso: "Que sabe quem levou o dinheiro, quanto levou, aquela papagalada toda, sabe? Que perguntou ao Sarney se o Sarney tinha interesse nisso, ao que o Sarney falou: Não, não tenho interesse nenhum, você faz o que quiser, entendeu?"

É o José Affonso, contando o que lhe havia dito o Senador Gilberto Miranda: "Então, se você puder dar um toque no Presidente, porque esse f. da p. está a fim de bombardear o troço, sabe?"

O Embaixador Júlio César: "Vou falar com o Presidente e com o Ronaldo."

José Affonso: "Porque já não tem quem dê grana para eles, entendeu?" É a pergunta que o Sr. José Affonso lhe faz.

E o senhor responde com uma clareza meridiana de embaixador do Itamaraty: "Claro, claro!"

O senhor entendeu. Falava com um amigo de quinze anos. Entendeu claramente tudo o que ele havia dito. Conte para nós, Embaixador. Quem dava dinheiro antes e não podia dar mais nesse momento?

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS

- Sim, Sr. Senador. Vamos por partes. V. Ex^a se refere à primeira pergunta, que eu já tinha falado. O senhor podia, por gentileza, refrescar minha memória para a primeira pergunta?

O SR. ROBERTO REQUIÃO - A pergunta que eu lhe fiz é uma só. Eu li a transcrição e quero saber...

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS - Sim, a primeira transcrição.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - ...que o senhor entendeu com a clareza absoluta quando ele disse que aquelas pessoas não podiam dar mais dinheiro. O senhor entendeu. Respondeu: "Claro, claro! Isso significa que entendeu em profundidade. Eu gostaria que o senhor explicasse para nós o que entendeu e quem dava dinheiro antes e não podia dar mais agora.

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS

- Perdão, Senador. O senhor disse que eu entendi que ele quis dizer quem recebia dinheiro. Eu teria dito, porque não reconheço a validade dessas fitas, mas noto, pela transcrição...

O SR. ROBERTO REQUIÃO - O senhor quer que coloquemos a fita no ar, de novo, para reconhecê-la?

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS

- Como V. Ex^a desejar. Mas eu posso responder, pelas transcrições que eu já li. Claro, entendi o que ele disse. Não entendi o que está... Não quer dizer que eu tenha entendido o que está por trás do que ele disse ou concordado com o que está por trás do que ele disse. É entendeu, entendeu a voz, pelo telefone. Eu jamais poderia concordar com uma coisa dessas. Eu, jamais, teria dito: "Claro!", referindo-me ao que dizia o Sr. José Affonso Assumpção. Mas "Claro!", entendeu, claramente, o que acabei de falar? "Sim, entendi." O telefone poderia estar grampeado, baixa o tom, baixa o volume. Mas eu entendi. Não estava surdo. O Claro está por aí. A sua interpretação é uma e o senhor me perdoe, Senador. A minha interpretação é outra. Não é quem está levando dinheiro. É se eu entendi o que ele falou. Entendi sim.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - A última pergunta, Sr. Embaixador: a título do que o senhor foi convidado para duas festas da Raytheon em Las Vegas? Como é que o senhor explica esse convite, esse interesse pela Raytheon, na presença de um assessor pessoal do Presidente da República em Las Vegas?

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS

- Sim, senhor; eu posso responder perfeitamente. Eu não aceitei um convite para duas festas de Raytheon em Las Vegas. Eu aceitei um convite para viajar aos Estados Unidos com o Sr. José Affonso Assumpção, Iris, Flávia e eu. Nessa viagem em que ele tinha que ir a Las Vegas para essa convenção de aviação geral, ele seria homenageado e pediu-me

que fosse a essa homenagem. Não foram duas. Foi uma. Um jantar para mais de quinhentas pessoas - saiu até uma fotografia dele num jornal, rodeado de executivos da empresa e nós quatro formamos uma mesa. Jamais tive contato com ninguém da Raytheon, não conheço, não sei quem é. Agora, fui com eles. Fui, Sr. Senador, e vou lhes dizer por quê. Porque, na minha consciência eu não vi nenhum mal em pegar, novamente - repito - uma carona com um amigo, no seu avião, numa viagem onde eu paguei as minhas despesas e posso provar. É tão grave quanto qualquer funcionário federal ou não, trabalhando ou não com aviação, aceitar o convite de um voo inaugural de uma companhia brasileira que voa para o exterior com tudo pago. Eu, pelo menos, hotel paguei e não faltam funcionários de Estado ou de Governo que aceitam esses convites para voos inaugurais de VARIG, TRANSBRASIL, VASP e outras que, felizmente, estão viajando para o resto do mundo. Foi nessa concepção que aceitei. Eu não fiz uma viagem especial, onde tenha sido paga a minha passagem por quem quer que seja. Fui acompanhando e não com Raytheon. Eu fui acompanhando um amigo meu.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Sr. Presidente, só para complementar a pergunta - porque surge uma dúvida em função da resposta do Embaixador:

JOSÉ AFFONSO - "É. Eu falei com a Raytheon que eu tinha convidado você para ir e que está incluído e convidado para os dois eventos que ela vai fazer."

V. Exª responde: "É lá em Las Vegas?"

JOSÉ AFFONSO - "É lá em Las Vegas."

O senhor responde: "Está ótimo."

JOSÉ AFFONSO - "Um, no domingo à noite, e um na segunda-feira."

O senhor foi aos dois eventos ou não?

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS - Não, eu fui a um.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Convidado para os dois.

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS - Senador, eu não recebi convites. Desculpe...

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Eu estou lhe lendo a transcrição de uma fita que pode ser exibida ao senhor - recebeu dois convites e confirmou os dois convites.

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS - Eu não recebi convite. Eu recebi, verbalmente, o que o senhor acabou de ler - eu não recebi convite escrito. Eu estou tentando explicar a V. Exª que não recebi nenhum convite escrito.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Mas recebeu verbalmente?

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS - Isto que V. Exª está lendo eu confirmo que o Sr. José Affonso me falou em uma ou duas homenagens - não me lembro ao certo - que ele iria receber. Eu fui a uma. Confirmo ter ido a uma e não fui a outra. Agora, em tempo algum, tinha a ver alguma coisa com Raytheon ou o que fosse. Era o convite que ele me fez. Agora, Sr. Senador - se me permitem os demais Senadores que aqui estão presente - esta é uma prova que eu tenho e, aí, é a minha palavra contra a palavra daqueles que fizeram essa gravação, cujo motivo eu ignoro. Posso perceber, mas ignoro, porque não posso imaginar que na cabeça humana isso possa passar como uma vingança pessoal por qualquer motivo.

Tenho absoluta certeza de que na conversa que eu tive com o José Affonso sobre esse assunto, eu lhe disse:

"José Affonso, estou indo nessa viagem... nós estamos indo nessa viagem com você não é por causa de Raytheon. Estamos fazendo uma viagem com você porque você está indo aos Estados Unidos e aceitamos o convite para acompanhá-lo. Não misture as coisas".

Acreditem V. Exªs ou não. Esta parte foi cortada da conversa. Essa conversa, essa fita, foi manipulada, foi editada ao bel-prazer daqueles que com ela permaneceram por mais de um mês. Disso tenho certeza: de ter dito isso a ele com relação à Raytheon: não misture as coisas. Não tenho nada com isso.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Ainda temos vários debatedores. Ainda temos também dois depoimentos. Os assuntos são mais ou menos os mesmos. Sem querer diminuir, evidentemente... os participantes podem fazer as intervenções que quiserem. Mas se alguns não quiserem interpelar neste debate agora e estiverem inscritos terão preferência para arguir no outro. De modo que seria uma maneira...

O SR. ROMEU TUMA - Eu queria só...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Mas ainda não chegou a vez de V. Exª, mesmo assim. Apenas seria uma maneira de fazermos os três ainda hoje porque estão aí os três desde cinco horas.

Portanto, temos três a fazer. Se alguém quiser abrir mão agora pode ter prioridade no outro, pois ainda temos os Senadores Sérgio Machado, José

Eduardo Dutra, José Ignácio, Bello Parga, Romeu Tuma, Vilson Kleinübing, Jefferson Peres e Emília Fernandes inscritos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Sr. Presidente, falta Antonio Carlos Valadares, que seria depois do Senador Roberto Requião, se não me engano.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Antonio Carlos Valadares não está aqui inscrito.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Assinei numa lista depois do Senador Roberto Requião.

O SR. (NÃO IDENTIFICADO) - Tem três listas.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Não. Assinei na lista dele. Logo depois assinou o Senador José Eduardo Dutra.

O SR. (NÃO IDENTIFICADO) - Tem três listas.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Como? Bom, assinei na intenção... Pedi ao funcionário...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Só se na sua assinatura colocaram Sérgio Machado em seu lugar. A sua assinatura é essa?

O SR. ROMEU TUMA - Não, ele assinou noutra lista.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Só se aqui não é Sérgio Machado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Eu assinei uma lista que me foi dada por um funcionário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Então V. Ex^a tem a palavra.

O SR. BELLO PARGA - Abro mão de minha questão a esse depoente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - V. Ex^a terá prioridade no outro.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Sr. Embaixador, toda a imprensa divulgou a demissão do Presidente do INCRA, Sr. Francisco Graziano. Ele teria sido despachado do Governo sob a suspeição de que, como pivô do escândalo, teria promovido junto à Polícia Federal os meios para a escuta telefônica de sua residência e dos seus telefones.

Pergunto a V. Ex^a se o senhor está de acordo com essa suspeição generalizada que existe em todo o País de que o grampo teria sido providenciado sob os auspícios e iniciativa do Sr. Francisco Graziano. Essa é a primeira pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - V. Ex^a tem três minutos. Pode fazer as outras três perguntas porque, depois dos três minutos...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Farei as outras duas perguntas.

A ocorrência do fato da demissão provocou uma nota do demissionário onde, num trecho, diz: "saio triste, é verdade, mas saio de cabeça erguida e posso dizer a meus filhos que um dia ajudei a combater a corrupção no meu País".

Pergunto a V. Sa., foi justamente no dia em que ele entregou ao Presidente da República a gravação feita pela Polícia Federal envolvendo seu nome, que o Presidente do INCRA combateu um dia a corrupção no nosso País?

Sabemos que houve uma briga de foice entre a Raytheon e a Thompson, companhia francesa, para a conquista do Projeto SIVAM. Pergunto: V. Sa. conhece alguém no Palácio do Governo ou alhures que tenha alguma ligação que possa interferir nas decisões governamentais em favor da Raytheon ou da Thompson?

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS - Posso responder?

Senador, estou sofrendo, desde o dia 14 de novembro, uma campanha onde não sou suspeito, eu sou culpado. Tenho sido chamado de corrupto, tenho sido chamado de ladrão, e o mais leve que têm dito sobre mim é que sou um traficante de influência, porque que não conseguiram provar que sou um traficante de drogas.

V. Ex^a me perguntou se concordo com a suspeição de que o Sr. Francisco Graziano tenha sido o mandante do grampo em meus telefones. Não poderia responder a V. Ex^a porque, pelo mesmo motivo, se ele é suspeito, cabe a quem de direito provar que ele tenha feito isso. Ao contrário do que têm feito comigo, dizendo que sou culpado e que sou obrigado a provar a minha inocência, e graças a Deus existem foros como este que é a única maneira que posso fazer, prefiro dar o benefício da dúvida ao Sr. Francisco Graziano, como manda...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Já houve alguma briga entre o senhor e o Sr. Francisco Graziano?

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS - Jamais briguei com o Sr. Francisco Graziano. Pode ter havido desentendimentos.

O Dr. Tancredo Neves dizia que no meio político não havia inimigos, havia adversários. No serviço público, entre pessoas de nível mais alto, acho que se aplica a mesma coisa.

Quanto à segunda pergunta, pediria que a ele fosse dirigida. Se ele disse que conseguiu contribuir para combater a corrupção neste País com o ato de

entrega dessas fitas ao Presidente da República, só ele poderá explicar isso. Não me considero corrupto, não me considero atingido.

Terceira pergunta: não, Senador. Além de não conhecer ninguém que possa servir a interesses de empresas estrangeiras no Brasil, nem no Palácio, nem alhures, muito menos tenho eu condições de interferir nessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Com a palavra o Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Embaixador, inicialmente queria fazer uma pergunta a respeito de uma declaração de V. Ex^a nesta reunião que eu gostaria de ver confirmada. Pode ser que eu tenha-me enganado nas anotações. Entre as justificativas, entre as suspeitas que V. Ex^a levanta em relação à autenticidade da fita, V. Ex^a perguntou "por que será que essas fitas foram entregues ao Presidente justamente na semana que se ia votar o Projeto SIVAM?". V. Ex^a disse isso aqui nesta Comissão?

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS - Não disse como uma suspeita. Disse como uma coincidência.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Em relação a isso, só para recolocar a verdade: não estava prevista a votação do Projeto SIVAM naquela semana. Aliás, no que dependesse do Relator, Senador Gilberto Miranda, tenho aqui notas taquigráficas da sessão do dia 20 de setembro de 1995. Trata-se de uma comunicação do Senador Gilberto Miranda:

"Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, queria comunicar ao Plenário que foi aprovado o Requerimento nº 20/95, segundo o que, como Relator do Projeto SIVAM, convoco para que esclareçam e peçam informações sobre o referido Projeto às seguintes autoridades:..."

E há uma relação de autoridades até o dia 20 de dezembro. E S. Ex^a conclui da seguinte forma:

"Após a oitiva sobre o SIPAM, até o mês de dezembro, entraremos propriamente no SIVAM no mês de março.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente".

Então, portanto, não estava prevista a votação naquela semana do Projeto SIVAM.

Mas, as perguntas que eu propriamente gostaria de fazer. De acordo com a oitiva das fitas, percebe-se claramente um grau de intimidade entre V. Ex^a e o Sr. José Affonso Assumpção. V. Ex^a disse que conheceu o Sr. José Affonso Assumpção em uma audiência corriqueira de trabalho sobre redução de alíquotas.

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS - Não, V. Ex^a me perdoe.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Bom, foi o que anotei durante o depoimento de V. Ex^a.

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS - Não, desculpe-me. Eu li.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Corrija-me V. Ex^a, até para eu poder reorganizar minha pergunta.

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS - Não, são 15 anos. Exato, se V. Ex^a permitir, digo aqui:

"Conheci-o - repito - há mais de 15 anos, quando trabalhava eu ainda na promoção comercial do Itamaraty com o Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, seu amigo de tempo de bancos escolares".

Há mais de 15 anos. Ele realmente esteve numa audiência com o então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, quando eu trabalhava...

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Então, peço que desconsidere esse meu engano.

Queria voltar à famosa pergunta que tem 2 ou 3 versões.

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS - Sim.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - A pergunta: "você perguntou quanto é que ele queria?".

V. Ex^a, embora tenha, durante o tempo todo, feito questão de registrar que não reconhecia a autenticidade em função dos argumentos que V. Ex^a mesmo colocou, quando ouvimos todos a fita, V. Ex^a disse o seguinte: que se tratava simplesmente de uma pergunta interlocutória, que não insinuava nenhuma suspeita, nem sugeria qualquer ação do Sr. José Affonso Assumpção.

Gostaria de perguntar a V. Ex^a o seguinte:

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS - Desculpe: do Senador Gilberto Miranda.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Não, na conversa do Sr. José Affonso Assumpção a respeito do Senador Gilberto Miranda.

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS - Sim, exato.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Gostaria de saber o seguinte: se o personagem sobre o qual se estivesse conversando fosse o Presidente da República, V. Ex^a faria essa pergunta, mesmo com caráter interlocutório?

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS - Desculpe, podia repetir a pergunta?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Se o personagem sobre o qual estivesse ocorrendo a conversa, V. Ex^a e o Sr. José Afonso, ao invés de ser o Sena-

dor Gilberto Miranda, se esse personagem fosse o Presidente da República, V. Ex^a, mesmo considerando as conversas telefônicas que têm datas diferentes, como V. Ex^a mesmo disse, se esse personagem fosse o Presidente da República, V. Ex^a faria essa pergunta, mesmo interlocutória?

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS - Senador, V. Ex^a não me conhece, não sabe que sou um profissional com 30 anos de carreira. Jamais, em tempo algum, conversei ou discuto com o Presidente da República ou com quem quer que seja.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Então, por que fez uma pergunta, mesmo interlocutória, quando se referia a um Senador da República?

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS - Não fiz uma pergunta quando se referia a um Senador da República.

O Senador da República, como disse e como li aqui nesse meu comunicado, era o centro das preocupação de José Afonso há muito tempo, num contexto em que havia sido lido ou transpirado na imprensa eventuais interesses que o Senador poderia ter no projeto além do interesse político. Isso foi divulgado. Não fiz nada que ofendesse um Senador da República nem a pessoa do Sr. Gilberto Miranda não-Senador da República, mas Senador da República.

Tive a infeliz idéia de soltar essa pergunta dentro de um contexto que já vinha sendo tratado não só por José Afonso e por mim, mas que estava nas páginas dos jornais. O Senador Gilberto Miranda é o homem do SIVAM. O Senador Gilberto Miranda tem ou não interesses outros que não políticos no SIVAM. Foi isso. Eu não inventei o Senador Gilberto Miranda, de forma alguma.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Por essa sua declaração, mesmo não reconhecendo a autenticidade da fita como um todo, V. Ex^a reconhece que fez essa pergunta na forma como está colocada, mesmo com o caráter de interlocução, como V. Ex^a está colocando?

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS - Senador, não sei em que acreditar. Eu ouvi essa fita, que parece ser a fita legítima enviada pela Polícia Federal. Mas V. Ex^a leu o que eu teria dito na Revista *Veja* como sendo uma transcrição de uma fita, e eu recebi uma outra.

Reconheço a minha voz, sim, nessa fita.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Quero saber se V. Ex^a reconhece a pergunta? Eu não estou me baseando na transcrição...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Não pode haver diálogo. São três minutos para cada pessoa.

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS - Reconheço a minha voz...

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, estou pergunta em cima das respostas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Sim, mas pode haver respostas. V. Ex^a só tem um minuto depois para replicar.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Só tenho mais uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Não há mais pergunta.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, fiz duas perguntas. A primeira foi cancelada em função da resposta. É a última pergunta, Sr. Presidente.

Nobre Embaixador Júlio César Gomes dos Santos, V. Ex^a confirmou que viajou em um avião do Dr. José Afonso, uma carona para os Estados Unidos. Segundo a própria fita, esse avião foi regiamente preparado para essa carona. Se não me falha a memória, faz referência à comida que iria acompanhar essa carona.

A Lei nº 8.429 de 2 de junho, de 1992, que dispõe sobre sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.

Entre outras coisas diz:

Inciso I:

"Receber para si ou para outrem dinheiro de imóvel ou qualquer outra vantagem econômica direta ou indireta, a título de comissão, percentagem, gratificação ou presente de quem tenha interesse direto ou indireto que possa ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente da atribuições do agente público."

A pergunta é: V. Ex^a consideraria uma carona em um avião para os Estados Unidos como um presente?

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS - Não. Senador, não considero - V. Ex^a, me perdoe -, como não considero que seja imoral - repito - que algum funcionário do Governo receba um convite para um vôo inaugural de uma companhia aérea; não só o transporte, mas com tudo pago durante o período da viagem. Podemos fazer um levantamento de quantas pessoas já aceitaram isso. Esse avião não foi posto à minha disposição. Esse avião ia, regiamente guarnecido, não sei, porque era uma bandeja,

com plástico em cima, e tinha uma garrafinha de vinho, sim senhor, em miniatura.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Esse ? foi em função do que o próprio Dr. José Affonso disse que teria.

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS - Não, espera aí. V. Ex^a me perdõe não dizer. Agora, por favor, Sr. Presidente, deixe-me terminar. Vou lhe fazer uma outra declaração, Senador: sou um homem de serviço público esses anos todos, tratando com gente do mais alto nível: empresários, políticos, brasileiros, estrangeiros. Vou perguntar a V. Ex^a e V. Ex^a me responda.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Desculpe-me, nobre Embaixador, a função de perguntar aqui é dos Srs. Senadores.

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS - Vou pedir a V. Ex^a que permita que lhe faça uma pergunta.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Se V. Ex^a quiser me perguntar depois, conversando, terei imenso prazer em lhe responder. Mas a função aqui, infelizmente, ou melhor, infelizmente para V. Ex^a e felizmente para mim, a função de perguntar é minha, é nossa dos Senadores; e a de responder é de V. Ex^a.

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS - V. Ex^a me permite que faça uma declaração?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Claro, declaração V. Ex^a tem todo o direito de fazer.

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS - Era uma pergunta declaratória.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Se lhe pergunto interlocutória, declaratória tem menos rima.

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS - V. Ex^a vai ver a rima melhor agora.

O Governo, mais de uma vez, por exemplo, pediu o iate do Dr. Roberto Marinho para servir a personalidades estrangeiras que vêm ao Brasil. Estamos tratando com isso diariamente. Não há nada de imoral nisso. Quem tem, faz. Tenho presenciado visitas de políticos importantes, a empresários importantes e convites importantes. V. Ex^a quer dizer que recebi comissão ou propina porque peguei uma carona num avião que foi buscar um amigo e continuou a viagem com ele e voltou?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - O Sr. Embaixador está fazendo ilações a respeito da minha pergunta.

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS Não, não estou não.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - A pergunta foi clara. Eu perguntei se V. Ex^a considerava uma viagem como um presente.

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS - Não, não considero presente, nem propina, nem comissão.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - V. Ex^a está fazendo ilações em cima da minha pergunta.

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS - Não, entendi que V. Ex^a tivesse dito que tinha recebido isso, eu não recebi.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Senhores, peço agora que cada um cinja-se à sua pergunta, porque o tempo realmente escoa e tenho dois depoimentos para tomar. Vou ser rigoroso nas perguntas e nas respostas. Não vou transigir.

Com a palavra o Senador José Ignácio Ferreira.

O SR. RELATOR (Ramez Tebet) - Gostaria, com a permissão do Sr. Presidente, de solicitar aos Srs. Senadores que as perguntas fossem realmente de caráter objetivo e não sobre hipóteses.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - Embaixador Júlio Cesar Gomes dos Santos, o episódio do grampo me preocupa muito mais pela dimensão que ele possa ter tido, coisas que não tenham vindo à tona, como o seu episódio veio.

Pergunto a V. Ex^a o seguinte: as gravações poderiam ter sido feitas antes da obtenção da autorização judicial? Ou seja, gravaram primeiro e coonestaram depois?

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS - Lamentavelmente não posso responder a essa pergunta, Senador, porque tudo pode ter acontecido. O simples fato, volto a repetir, de essas fitas terem permanecido mais de um mês nas mãos da Polícia Federal, ao invés de serem entregues imediatamente ao Presidente da República, sendo, segundo eles, um fato tão grave, tudo pode ter acontecido. Podem ter gravado desde o dia 1^o de janeiro, ou antes, não sei. Tudo pode ter acontecido. Não cabe a mim responder.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - A outra pergunta é a seguinte: a desenvoltura revelada pelos operadores desses grampos sugere que outras autoridades poderiam igualmente estar com os seus telefones grampeados. Em síntese, V. Ex^a não teria sido o único a ter o seu telefone grampeado nesta ocasião, ou antes dela?

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS - Não tenho idéia, Senador, desculpe-me.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - Então, vou perguntar, finalmente, o seguinte: V. Ex^a confir-

ma - é a última pergunta e posso ter ouvido mal - que o Senador Gilberto Miranda teria interesses menos políticos - anotei aqui por mais de uma vez V. Ex^a dizendo que o Senador Gilberto Miranda se insinuava. Inclusive anotei (sic): que se insinuava que o Senador Gilberto Miranda poderia ter interesses menos políticos. Pergunto primeiro a V. Ex^a se V. Ex^a confirma, porque aí termino. Se confirma, tenho que perguntar algo mais. Acho que todos ouvimos...

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS

- Exatamente. O que eu quis dizer é que houve uma época em que na imprensa soltavam coisas como essa. Isso foi uma coisa que me chegou aos ouvidos e aos ouvidos de muita gente. O próprio Senador Gilberto Miranda defendeu-se muito bem.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - Pergunto a V. Ex^a, em face disso, e aí termino, o que significa interesses menos políticos?

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS -

Entenda, Senador, como o senhor quiser, mas interesses não somente na área do que se estava fazendo no Senado. O Senador Gilberto Miranda, segundo essas insinuações da imprensa, teria interesses de aspecto não político nessa questão, outros, quaisquer outros.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - Foi porque V. Ex^a usou da expressão e poderia naturalmente traduzi-la. Mas objetivamente, era o que eu pretendia.

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS

- Pois é.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS

- Obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Muito obrigado, Senador, pela colaboração que deu.

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA - Eu havia até riscado meu nome para fazer algumas interpelações, mas consultei nosso Relator sobre: se não me engano, no pronunciamento inicial do Senhor Embaixador, ele fez referência a conversas que provavelmente teriam sido gravadas no seu gabinete. Eu gostaria que V. Ex^a confirmasse isto, como primeira pergunta: se o senhor fez essa referência, porque nenhuma pergunta foi feita a respeito.

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS

- Senador, não ouvi as fitas. Pelas transcrições que me foram apresentadas pelo Presidente da República, tenho lembranças das minhas conversas. Aqui foi dito, e chamou a atenção de alguns Senadores, que falei apenas treze vezes da minha casa ou te-

riam sido selecionadas treze conversas minhas na minha casa. Evidentemente que falo muito mais no telefone, no período de um mês, viajando ou não. Passo às mãos da Comissão os boletins de chamadas recebidas e saídas do meu gabinete, a partir do dia 1^o de janeiro. Alguns poderão se perguntar se faço outra coisa senão falar ao telefone.

Tenho lembranças de conversas que aqui estão transcritas de que eu teria feito no meu gabinete. Se essas conversas tiveram uma repetição ou não na minha casa, não posso julgar. Volto a perguntar se alguém se lembra de conversas tidas no telefone há dois meses. Agora, posso lhes assegurar uma coisa, senhores e senhoras: com esse tipo de prova que está rodando por aí, fitas manuseadas, com edições diferentes, com formas diferentes dentro de variações em torno de um mesmo tema, tenho todo o direito de julgar que algumas das conversas tiveram lugar no Palácio do Planalto. Agora, cabe ao Governo, para nosso alívio e para o bem de todos, provar que estou enganado. Queira Deus que eu esteja enganado!

O SR. ROMEU TUMA - V. Ex^a conhece o agente Paulo Chelotti?

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS

- Paulo Chelotti, conheço.

O SR. ROMEU TUMA - Tem relações de amizade? Qual era o papel dele no Palácio?

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS

- Senador, vou lhe dizer uma coisa: uma das maiores surpresas que tive na minha vida foi o envolvimento de Paulo Chelotti nessa confusão toda. É um rapaz por quem sempre tive o maior apreço. Paulo Chelotti fazia parte da segurança do Presidente José Sarney, quando o Presidente Sarney era Presidente da República. Foram cinco anos, não digo de convivência íntima, mas de convivência no Palácio do Planalto com Paulo Chelotti. Depois, na campanha, ele assessorava, na parte de segurança, o Presidente da República. Realmente, foi uma surpresa muito grande.

O SR. ROMEU TUMA - V. Ex^a deve estar satisfeito, porque não se está discutindo a autenticidade das fitas. Elas não podem ser levadas em conta, porque não são provas em si mesma. A própria Procuradoria já as desclassificou como matéria de prova. Os nossos relatores e outros Senadores que interpelaram V. Ex^a estão fazendo o que a Polícia Federal deveria ter feito: com base nas gravações, deveriam verificar, por meio de investigação, se realmente V. Ex^a fez tráfico de influência. Fizemos essas perguntas apenas para verificar se há - e essa é uma grande dúvida que a própria Nação tem hoje -

outras gravações que se encontram sem transcrição e sem o conhecimento das autoridades desse Senado e das autoridades do Governo que poderão surgir a qualquer instante. Apenas para podermos nos situar no tempo. V. S^a acharia tal possibilidade dentro da própria preocupação do Senador José Ignácio.

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS

- Senador, sinceramente, não posso me lembrar das conversas que tive. Inclusive, li sobre algumas delas. Nem me lembrava sobre determinados assuntos de que havia falado, tampouco da maneira que teria sido falado. Eu sei perfeitamente bem, tenho bons advogados, que essas fitas não podem ser usadas contra mim criminalmente... perdão, judicialmente. Agora, faço questão de limpar meu nome. Essas fitas podem ser rodadas, rodadas e rodadas... Não lhes reconheço a autenticidade, mas, se os assuntos em torno delas discutidos servirem para provar que eu nunca levei dinheiro de ninguém... Aliás, volto a repetir: fui o primeiro a antecipar que se abrissem as minhas contas, tendo esta Comissão ou não poder para fazer isso. A meu ver, as fitas são bem-vindas, desde que chegemos à conclusão de saber qual delas é a verdadeira. Aquela em que eu digo uma escatologia, seguida de uma pergunta, ou aquela que está contida na transcrição entregue ao Presidente da República, ou aquela que acabamos de ouvir agora? Essas são as perguntas que ficam no ar.

O SR. ROMEU TUMA - O contexto não muda muito nas várias versões. O importante é que a apuração que deveria ter sido feita durante os trinta dias a que V. S^a se refere, não foi feita. De acordo com o que o Senador José Eduardo fez a V. Ex^a, não seria coincidência a renovação do contrato e não sobre o aspecto da votação em plenário?

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS - Sim. Talvez, por falta de conhecimento nos seus detalhes do que se passa no Congresso - como cidadão tenho que saber o que se passa nesta Casa, ouço até a Voz do Brasil - eu me tinha enganado; eu tenha sido levado a pensar que isso fosse votado agora, por dois motivos: primeiro, li no jornal que esse contrato terminaria, ou perderia a validade este mês; segundo, haveria uma cláusula de multa de participação no valor, se não me engano, de US\$7 milhões se ele não fosse aprovado em tempo. Isso me teria feito levar ao raciocínio de que isso seria votado agora. Eu não tinha conhecimento de uma cláusula de renovação automática do contrato, feito depois que surgiram esses fatos na imprensa.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Com a palavra o Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Embaixador Júlio Cesar, vou lhe fazer duas perguntas para aquilatar o real valor do seu depoimento.

O SR. RELATOR (Ramez Tebet) - Eu queria, sem interromper V. Ex^a, pedir aos Srs. Senadores o máximo empenho para permanecermos aqui, a fim de que possamos ouvir as outras duas pessoas que nos aguardam.

O SR. JEFFERSON PÉRES - V. Ex^a perguntou ao Senador Epitacio Cafeteira, de forma irônica, se S. Ex^a se lembraria do que tinha conversado há dois meses atrás. Daí V. Ex^a afirmou que não podia se lembrar do que tinha conversado há dois meses atrás. No entanto afirmou, categórica e peremptoriamente, ao Senador Roberto Requião - ou a outro, não me lembro - que uma parte da sua conversa, quando V. Ex^a teria dito ao Sr. José Affonso Assumpção que não misturasse as coisas, V. Ex^a afirmou que disse e que isso teria sido apagado da fita. A sua memória só funciona quando lhe é conveniente?

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS

- Não, Senador Jefferson Péres. Em primeiro lugar, quero reiterar o meu respeito pelo Senador Epitacio Cafeteira. Eu jamais faria uma pergunta irônica a qualquer Senador da República.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Tira a ironia, então.

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS

- Eu me lembro perfeitamente do convite e das condições em que fui convidado por José Affonso Assumpção para ir aos Estados Unidos. Lembro-me tanto quanto me lembro de que eu lhe adiantara que aceitava se as minhas contas pagasse eu. E tenho os comprovantes dessa conta. No contexto da minha declaração e da minha assertiva, ao Comandante José Affonso Assumpção, que eu pagaria as minhas contas está o meu aviso a ele de que não misturasse as coisas. Então me lembro muito bem, porque paguei as minhas contas.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Então, suponho que ficou bem claro para o Sr. José Affonso Assumpção que V. Ex^a não trataria com autoridades a respeito do assunto SIVAM, correto?

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS

- Correto.

O SR. JEFFERSON PÉRES - No entanto, V. Ex^a disse a ele - está na fita e é a sua voz, não sei em que contexto: "Vou falar com o Presidente e com o Ronaldo". Presume-se que seria o Sr. Ronaldo Sardemberg, da SAE.

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS

- Meu colega.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Se V. Ex^a tenha falado ou não, não é estranho e contraditório que depois de ter dito ao Sr. José Affonso Assumpção que não misturasse as coisas ter, nesta outra conversa, afirmado que ia falar com o Presidente e com o Ronaldo?

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS

- No contexto da conversa com o José Affonso Miranda, naquele momento, posso ter dito isso. Senador, deixe-me dizer-lhe uma coisa, com todo o respeito, a título de esclarecimento: sou ou fui um leal assessor do Presidente da República e sou um leal amigo do Presidente da República. V. Ex^a pode aquilatar um número de pessoas, empresários ou não, que recorrem a este tipo de assessor com pedidos de toda ordem. V. Ex^a pode aquilatar o que seria desse assessor se toda hora fosse ao Presidente da República para transmitir esses pedidos. Não trabalhei somente com o Presidente Fernando Henrique; trabalhei com o Presidente José Sarney, durante 5 anos ininterruptos, no Palácio do Planalto. Os dois são testemunhas de que a minha função sempre foi protegê-los deste tipo de pressão. V. Ex^a aqui se refere a uma fita gravada; V. Ex^a se refere a um atentado contra a minha privacidade. E eu lhe respondo, com toda honestidade: sei fazer o meu trabalho, e no meu trabalho, uma das minhas atribuições é esta: proteger o Presidente da República ou proteger o meu chefe, seja ele quem for. Por isso não falei com ele, nem com o Ronaldo - aliás, não era da minha atribuição. Não posso influenciar, influir nesses assuntos que não são da minha atribuição.

O SR. JEFFERSON PÉRES - A menos que não seja a sua voz, V. Ex^a disse: "Vou falar com o Presidente e com o Ronaldo."

Uma última pergunta, Embaixador. No trecho lido pelo Senador Roberto Requião, o Sr. Assumpção fala em linguagem cifrada.

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS

- Perdão?!

O SR. JEFFERSON PÉRES - O Sr. Assumpção fala em linguagem cifrada: "um Senador paulista"; "eles devem ter se entendido". Se alguém me falar ao telefone em linguagem cifrada, eu, ou qualquer pessoa dirá imediatamente e perguntará: fale claro, porque não estou lhe entendendo. V. Ex^a não disse isso, presume-se que entendeu. Ou não?

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS

- Não, não entendi. Não sei de que Senador paulista o Sr. José Affonso Assumpção falava, mesmo porque meu interesse pela conversa é muito relativo.

O SR. JEFFERSON PÉRES - E não estranhou isso?

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS

- Não, sinceramente, Senador, não.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Concedo a palavra à Senadora Emilia Fernandes.

A SRA. EMILIA FERNANDES - Sr. Embaixador Júlio César, gostaria de lhe fazer três perguntas objetivas atendendo à solicitação do Sr. Presidente.

V. Ex^a afirma a existência de até três textos da fita, distintos. V. Ex^a conhece, ouviu ou possui alguma fita diversa da que foi ouvida aqui? V. Ex^a afirma não reconhecer a autenticidade das fitas do que foi ouvido aqui, mas reconheceu sua voz. Gostaria também de saber se confirma que recebeu do Presidente Fernando Henrique, não a degravação da fita, mas apenas um discurso indireto sobre a gravação, não a letra da gravação na íntegra. E a terceira pergunta: se V. Ex^a afirmou que o avião que destinaria ao Ministro José Serra seria, na verdade, para a Aeronáutica. V. Ex^a tem conhecimento se existe licitação, contrato ou nota de empenho nesse sentido? Sabemos dessa necessidade legal, caso realmente esse avião se destinasse ao Ministério da Aeronáutica.

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS

- Senadora, por gentileza, V. Ex^a podia me repetir a primeira pergunta? Desculpe-me.

A SRA. EMILIA FERNANDES - V. Ex^a afirma a existência de até três textos ou mais distintos? V. Ex^a conhece, ouviu ou possui alguma fita diversa da que ouvimos aqui, inclusive hoje ouvimos uma parte?

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS

- Senadora, não possui e nem ouvi nenhuma fita. Estou me baseando, para dizer isso, em três informações que toda opinião pública já tem. A primeira, Senadora, é que a revista IstoÉ...

A SRA. EMILIA FERNANDES - Sim, é do conhecimento de todos, inclusive meu.

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS

- Que é do conhecimento de todos, terá, segundo ela, revista, de posse da fita que teria sido entregue por amigos da Polícia Federal ao Jornalista Mino, que confessou ter recebido essas fitas da Polícia Federal e entregue essas fitas à revista IstoÉ, a revista IstoÉ atribui a mim, com base nessas fitas, segundo ela e segundo Mino, entregue a Mino pela Polícia Federal, eu ter dito aquela frase que está na capa, com relação ao Senador Gilberto Miranda. A segunda informação que tenho sobre essa frase está na

transcrição que me foi entregue pelo Senhor Presidente da República, e que difere totalmente desta que aparece na capa da Revista IstoÉ, transcrição esta entregue ao Presidente da República pela Polícia Federal, ou vinda da Polícia Federal. E a terceira versão a ouvi, ontem, no Bóris Casoy, e, hoje, nesta sala, que é uma frase ainda diferente das outras duas. Este é o motivo pelo qual arguo, e duvido da autenticidade e não reconheço a autenticidade de quaisquer dessas fitas, e falo numa manipulação de fitas. Afinal, qual é a fita verdadeira? Será que existe uma fita verdadeira? Existe uma edição de três fitas? Isso é uma brincadeira, é uma farsa, e é isso que quero que fique provado. Qual foi a segunda pergunta de V. Ex^a?

A SRA. EMILIA FERNANDES - Se V. Ex^a recebeu do Presidente Fernando Henrique Cardoso...

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS

- Se recebi do Presidente Fernando Henrique Cardoso a degravação da fita.

A SRA. EMILIA FERNANDES - Ou apenas um discurso indireto sobre a gravação e não a letra da gravação, tal como teria sido o texto do diálogo.

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS

- Não. Recebi do Presidente Fernando Henrique Cardoso o que tenho nas mãos, que acredito seja uma descrição das conversas que teriam sido gravadas, uma a uma, de n^{os} 1 a 13. A segunda pergunta eu acho que está respondida.

A SRA. EMILIA FERNANDES - Embora V. Ex^a não reconheça a autenticidade...

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS

- Não reconheço a autenticidade... Não, do texto...

A SRA. EMILIA FERNANDES - Do texto recebido, sim. Mas do conteúdo...

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS - Do conteúdo da fita, absolutamente não reconheço, pelos motivos da resposta à primeira pergunta.

Quanto à terceira pergunta, digo-lhe com toda honestidade, Senadora, eu não me interesso por esse assunto. José Affonso Assumpção me telefonou dizendo que havia estado com o Ministro Serra e que tinha falado sobre o interesse dele em vender aviões para a Força Aérea Brasileira. Quanto a licitação ou não licitação, peço a V. Ex^a que, por favor, pergunte ao meu amigo quando ele vier depor, porque ele deve estar mais a par disso do que eu. Não tenho o menor interesse nisso. Muito obrigado.

A SRA. EMILIA FERNANDES - Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

Concedo a palavra à Senadora Marina Silva.

A SRA. MARINA SILVA - Sr. Júlio Cesar, até pelo adiantado da hora e em função dos apelos do nosso Presidente, vou tentar ser rápida. V. Ex^a fez uma citação do Ex-Presidente Tancredo Neves e disse que, na política, não existem inimigos, mas adversários. É uma frase até muito interessante. Disse também que, no serviço público, pelo menos entre pessoas de nível, também não existem inimigos, mas adversários.

Pelos acontecimentos, sou levada a pensar que, mesmo entre pessoas de nível, os fatos acontecem mais no plano de inimigos, porque V. Ex^a está dizendo o tempo todo que essas fitas foram alteradas, que existem três versões delas. Pergunto a V. Ex^a se existiria, entre pessoas de nível um grau de inimizade tão grande a ponto de haver um grupo que orquestrou, deliberadamente, uma atitude como essa para prejudicar-lhe, deliberadamente também. V. Ex^a teria os nomes das pessoas que poderiam fazer isso contra V. Ex^a?

V. Ex^a está se sentindo injustiçado, dizendo a todo tempo que não reconhece a autenticidade dessas fitas e que quer provar a sua inocência. O Dr. Graziano também saiu do INCRA sentindo-se injustiçado, e disse que está saindo por dois motivos: primeiro, porque combateu a corrupção; segundo, porque forças contrárias à reforma agrária aproveitaram-se do episódio para tirá-lo. V. Ex^a considera que o Dr. Graziano foi injustiçado?

Por último, V. Ex^a disse ao Senador Jefferson Péres que não sabia a quem se referia o caso do Senador paulista. E no dia 2 V. Ex^a entabulou um diálogo com o seu interlocutor, falando sobre a questão do SIVAM, e esse Senador, essa pessoa paulista aparece no diálogo. Já alguns dias depois, no dia 5 de setembro, a conversa volta a surgir novamente e o diálogo fica aproximadamente assim:

- _____: E outra coisa também, estive com aquele Senador paulista meu amigo.

- Júlio Cesar: Sei.

- _____: Outro dia telefonei, porque precisava uma prensa do grande chefe, né?

- Júlio Cesar: Sim.

- _____: E estive com ele ontem, em São Paulo.

- Júlio Cesar: Sim.

- _____: (Diz um palavrão) (...) está dando a coisa como projeto morto, enterrado.

- Júlio Cesar: Não pode ser!

- _____: Terrorismo danado.

- Júlio Cesar: Meu Deus do céu!

- _____: E aquele amigo que você falou que ele é que deveria dar a prensa?

- Júlio Cesar: Sei, há muita dúvida.

- _____: Ah! Dos dois estarem combinados.

- Júlio Cesar: Não pode ser.

- _____: Entendeu"?

- Júlio Cesar: Não acredito.

- _____: Bom, eu também não quero acreditar.

- Júlio Cesar: Eu vou falar com ele hoje à tarde; vou ao Senado hoje.

- _____: Acredito em todas as possibilidades.

- Júlio Cesar: Eu vou ao Senado hoje.

- _____: Mas você, então, se tiver qualquer informação...

- Júlio Cesar: Tá!

Há todo um diálogo em que V. Ex^a entendia tudo o que ele estava dizendo. A menos - e quem era o Senador paulista - que quando V. Ex^a diz "sei, sei, sei", é porque não está sabendo. E eu acredito que V. Ex^a, com a inteligência que tem, por se referir a funcionários de nível, não iria entabular um diálogo com um amigo de muitos anos dizendo-lhe, o tempo todo, que sabia do que se tratava, sem sabê-lo. A menos que fosse um diálogo de surdo-mudo.

Apesar de V. Ex^a não reconhecer a autenticidade das fitas, pelo diálogo aqui colocado, dá a entender que V. Ex^a sabia exatamente do que se tratava e sabia quem era o Senador paulista, e que estava assumindo o compromisso de fazer todos os procedimentos que, de forma cifrada, deixa entender que deveriam ser feitos.

O SR. JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS

- Senadora, em primeiro lugar, a mente humana não é capaz de avaliar uma barbaridade como essa de um grampo num telefone, num regime em que estamos vivendo, graças a Deus, desde 1985, para prejudicar de tal maneira uma pessoa.

Então, se há inimigos, se há adversários, eu já não me importo. Há pouco, eu disse ao Senador: "V. Ex^a me está perguntando especificamente sobre o Dr. Graziano?" Não sei se V. Ex^a ouviu, se estava aqui. Não quero - eu que estou sendo culpado e tenho que provar a minha inocência - deixar de dar o benefício da dúvida ao Dr. Graziano. Ele é suspeito e por que vou dizer que ele é culpado? Não tenho provas, não sei, eu lhe dou o benefício da dúvida. A situação dele é contrária à minha, eu tenho que provar que sou inocente. Se ele está sendo acusado, ele protesta a inocência dele, alguém tem que provar se é verdade que ele é culpado, não serei eu. Não tenho interesse nisso.

Estou sofrendo tanto que isso para mim é uma outra coisa, é quase irrelevante. V. Ex^a não pode saber o que eu e minha família estamos sofrendo esses dias todos. Se Graziano foi injustiçado, não sei. Cabe-lhe provar que foi injustiçado, não tenho nada a ver com ele.

Quanto ao Senador paulista, Senadora, deixa eu lhe esclarecer uma coisa: peço que se encontre uma versão verdadeira para essa fita. Sou carioca, nascido em Santa Catarina, mas sou carioca; o "sei, sei, sei", não é o sei estou sabendo, é o sei de uma conversa telefônica, de sucessivas afirmações que a pessoa está dizendo "é, sei, sei". Que me fale de um Senador paulista da mesma maneira que falou de um problema de **INTERNET** propaganda, pelo Brasil, que também teria dito "sei, sei". Não sei de nada, não sei nem ligar a **INTERNET**.

Agora, não conheço nenhum Senador de São Paulo que esteja envolvido no Programa SIVAM. Sinceramente, não o conheço. Agora, forma cifrada, por que falar um assunto em forma cifrada? Se houvesse dolo na nossa conversa, nem se falaria por telefone. Pessoas que estão com intenções dolosas se encontram secretamente para conversar. Por que todas as conversas foram tão abertas, tão transparentes, tão sem preocupação, e uma conversa seria cifrada? Será que, de repente, alguém pensa que o telefone está sendo grampeado e muda o comportamento na conversa? Senadora, não, desculpe-me. Não mesmo. Perdoe-me. Não posso lhe dar essa resposta como uma afirmação de que eu soubesse que ele estava falando, mesmo porque falam tanto no telefone e nós temos tão pouco tempo. Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Agradeço a presença do Embaixador Júlio Cesar e vamos convocar o outro depoente.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães. Fora do microfone.) - No momento...

O SR. EDUARDO SUPLICY - É sobre... Antes que o Embaixador se ausente, na medida em que... Não é uma pergunta, Sr. Presidente.

Na medida em que S. Ex^a declarou, no início, que colocaria à disposição do Senado as suas contas bancárias, é possível que V. Ex^a, como Presidente, possa ter a autorização, por escrito, do Embaixador Júlio Cesar para que, respeitada a intimidade prevista na Constituição, esta Comissão trate do assunto de forma adequada e com todo o respeito à intimidade sobre essa providência, Sr. Presidente.

O SR. BERNARDO CABRAL - Sr. Presidente, apenas pediria a V. Ex^a que não deixasse o nosso eminente depoente se ausentar porque poderá ser necessário uma eventual acareação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Não farei acareação hoje.

O SR. BERNARDO CABRAL - Não?! Então está bem.

(Conversas paralelas fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Senador Suplicy, V. Ex^a já foi atendido. Já temos a autorização do Embaixador para abertura das contas bancárias.

O SR. BERNARDO CABRAL - Sr. Presidente, gostaria de tomar conhecimento dos termos da autorização. Se o Sr. Relator pudesse...

O SR. RELATOR (Ramez Tebet) - Rapidamente.

No cabeçalho:

- Conta nº 516.555-5, Banco do Brasil, Agência Ministério da Fazenda: saldo negativo.

Estou lendo.

- Conta nº 186.770-5, Caixa Econômica Federal, Agência Itamaraty: saldo negativo.

- Conta nº 61.705011-1, Banco do Brasil, Agência Nova Iorque: US\$16 mil

- Conta nº 02.0402223-8, National Westminster Bank, agência norte, Aldley Saint, Londres. Saldo: US\$55 mil.

- Conta nº 04546016, National, mesmo banco em Londres, e a importância é de £97,91, libras esterlinas.

Abaixo está assim redigido:

"Exm^o Sr. Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente da Comissão Extraordinária do Senado para o SIVAM, autorizo V. Ex^a a proceder a investigação de minhas contas acima relacionadas.

Assina o Embaixador Júlio Cesar.

Brasília, 29 de novembro de 1995."

O texto está manuscrito.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Obrigado. (Pausa.)

(Fica suspensa a reunião por alguns instantes, tomando a ser reaberta em seguida.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Está reaberta a reunião para a audiência do Comandante José Affonso Assumpção.

Pergunto a V. S^a se quer fazer alguma exposição dos fatos que já são do conhecimento público e,

certamente, do conhecimento de V. S^a, motivo por que V. Ex^a foi convocado a esta Comissão.

O SR. JOSÉ AFFONSO ASSUMPÇÃO - Recebi, não de V. Ex^a, mas da Câmara, a orientação de que teria um tempo para fazer uma exposição. Aqui terei esse tempo também? Se V. Ex^a me permitir, farei uma exposição.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Terá.

V. S^a está com a palavra.

O SR. JOSÉ AFFONSO ASSUMPÇÃO - Em primeiro lugar, quero agradecer a oportunidade que nos está sendo dada pelo Senado para esclarecer denúncias que, infelizmente, vêm a público distorcidas, causando-me, a mim e a minha empresa, danos morais e materiais, denegrindo a nossa imagem perante os nossos funcionários, clientes e fornecedores.

Estou ainda consternado e horrorizado com os prejuízos, não menos relevantes, causados ao Ministro Gandra e ao Embaixador Júlio Cesar.

A Líder é uma empresa de 37 anos, fundada por mim e até hoje dirigida por mim. Antes da Líder, tive, durante dois anos, um avião privado que fazia taxi aéreo individual. Portanto, tenho mais de 40 anos de aviação dedicados a atender esse público no transporte aéreo executivo.

O crescimento da Líder foi feito com muito esforço e trabalho, porque não tive nenhuma herança ou alguma coisa já começada. Na nossa vida houve uma constante renovação da nossa frota, sempre buscando melhorar os nossos serviços, fazer uma empresa cada vez mais organizada e, mais recentemente, renovando a nossa frota de jatos com a compra de seis aeronaves beachjets novas para prestar melhor serviço a nossa clientela. Adquirimos recentemente também quatro helicópteros de médio porte para incrementar a nossa prestação de serviços de helicóptero.

A ligação da Líder com a Amazônia vem desde o final da década de 60, início da década de 70. Fomos a primeira empresa a fazer a logística do Projeto RADAM, que foi o primeiro levantamento radarométrico da Amazônia, daí o nome RADAM.

Então, a Líder, com aqueles mosaicos feitos por um Caravelle, que fazia um levantamento - havia pontos naqueles mosaicos plotados onde o pessoal que desejava fazer o levantamento queria ir - e fazíamos isso com três helicópteros e aviões que poustavam em campo muito pequeno. Posteriormente esse trabalho foi passado para a Força Aérea Brasileira.

Então, a Líder está ligada à Amazônia inicialmente com o projeto RADAM.

Com essa nossa experiência de Amazônia, quando a PETROBRÁS lançou a primeira concorrência de helicópteros de porte médio, havia uma área que seria dada para uma empresa, que seria a Amazônia; e havia a área de Macaé, mais ao Sul, que seria dada para outra empresa.

A Líder ficou com a área da Amazônia, onde prosseguiu, na sua experiência, com a Amazônia e com o táxi aéreo de um modo geral, o fretamento de nossos aviões - sempre temos vôos para aquela região.

Sempre reconhecemos e vimos a necessidade, a importância, de se ter mais segurança, porque é uma região totalmente abandonada, lugares de difícil acesso, a mata enorme, metade do território nacional.

Então, a Líder, operando na Amazônia, voando por lá, sempre sentiu uma grande necessidade de mais segurança de vôo na Amazônia e sempre acreditou na real necessidade do SIVAM e do SIPAM, que foi reconhecida pelo próprio Governo brasileiro.

O SIVAM, além de garantir a soberania e o controle da Amazônia, proporcionará cobertura por radares, satélites, comunicação, que poderão ser usados para prevenção do tráfico de drogas, contrabando, controle de fronteira, desmatamento, minerações clandestinas, queimadas, reservas indígenas, segurança de vôo normal e controle do tráfico aéreo ilegal.

Damos exemplos dos problemas para nós que voamos:

Um avião da Varig, um Boeing, perdido, sem nenhum radar para auxiliá-lo, pousou de noite em plena floresta, e, por muita sorte, salvaram-se várias vidas.

Pouco tempo depois, um avião da Taba foi sequestrado para uso em tráfico de drogas.

Aviões pequenos roubados naquela região para uso também em tráfico de drogas e contrabando é um sem-número.

Todos esses fatos sempre nos levaram à preocupação com a situação daquela área imensa, sem nenhuma proteção, uma verdadeira terra de ninguém.

A Raytheon venceu a licitação internacional, tendo quatro grandes consórcios estrangeiros - dois americanos e dois europeus - todos apoiados pelos seus respectivos governos, com o melhor projeto, o melhor preço e o melhor financiamento.

Somente um grande consórcio, sob a liderança de uma empresa como a Raytheon, apoiada por ins-

tituições como o Eximbank, poderia implementar esse projeto dentro do prazo e com o menor custo e o melhor financiamento: juros de 6,92% ao ano, carência de juros até os cinco primeiros anos e quinze anos para a amortização.

Lembro também que nesse consórcio da Raytheon existem empresas brasileiras participando com mais ou menos 40% do valor desse projeto. A maior delas - a EMBRAER -, vendendo oito aeronaves Brasília, exatamente as aeronaves que serão equipadas com radares para baixo, para o controle do tráfego aéreo, que não é possível controlar pelos radares normais. Outras empresas brasileiras participam, e somente as obras civis desse projeto, salvo engano, vão a mais de US\$100 milhões.

Há pessoas, no decorrer desse prazo em que nós estamos trabalhando para a aprovação do projeto SIVAM, que comentam que esse serviço poderia ser feito por empresas brasileiras, que seria possível ser feito tudo por nós mesmos.

Mas isso não seria possível.

O motivo que levou o Governo brasileiro a procurar empresas no exterior e, inicialmente, mandou pedido de proposta para todas as embaixadas de países que pudessem oferecer proposta, é exatamente porque, no Brasil, não temos essa tecnologia e não temos financiamento. E, mesmo que houvesse, sabemos que os custos de financiamento no Brasil são astronômicos comparados com esse financiamento tão bom que foi conseguido pela Raytheon junto ao governo americano, pelo Eximbank, e da qual a própria Raytheon e os outros fornecedores participaram mais ou menos com 30% do valor.

Se fôssemos esperar as empresas brasileiras conseguirem essa tecnologia, conseguiríamos que o governo brasileiro voltasse a ter recursos dessa ordem para investimento. Os prejuízos dessa espera seriam imensos, e esse controle da Amazônia prosseguiria sem ele por muito mais anos.

Outros comentários que a gente ouvia no decorrer desse processo é que esses recursos poderiam ser melhor aproveitados, que o governo poderia usar isso em casas populares, em hospitais, em escolas. Não pode, esses recursos são aprovados especificamente para um projeto e, como disse, o EXIMBANK não só aprova projeto específico, como fiscaliza o uso desse dinheiro. A Líder, como representante desse grande grupo, Raytheon, contratualmente, tem a responsabilidade de defender os interesses próprios e da Raytheon, mas de forma correta, honesta, limpa, profissional e sem corrupção.

Cito aqui a idade da Líder, 37 anos. Nunca, nesses 37 anos, se envolveu em nada de ilegal, em nenhuma corrupção. Nós assinamos, não só com a Raytheon, mas com outras empresas americanas que representamos há mais tempo, um documento que se chama FCPA, que quer dizer **Foreign Corruption Practices Act**. É uma lei do governo americano, muito severa, que dá cadeia para executivos que se envolverem em corrupção ou em coisas ilegais, e multas altíssimas para as empresas desses executivos, que se envolverem em coisas desse tipo. A Líder e a Raytheon têm como normas e princípios básicos de negócio a ética e a correção nos seus negócios. Preferimos até perder uma concorrência, ou algum negócio, a ter que nos envolver com corrupção. Até hoje, nunca apareceu o nome da Líder ou da Raytheon em corrupção ou em qualquer negócio escuso.

Quanto à decisão do Governo sobre o Sivam, foi tudo decidido no governo passado, e prevaleceu para sermos escolhidos o melhor projeto, o melhor preço e o melhor financiamento.

Passo algumas datas para V. Ex^{as}. Essa proposta da Raytheon foi entregue em fevereiro de 94. Nessa época, o Governo pedia que fossem garantidos os preços até outubro de 94, ou seja: o próprio Governo achava que, até outubro de 94, isso poderia estar encerrado. Em julho de 94, o Governo anuncia a vitória da Raytheon nessa concorrência, ou nessa licitação. Em dezembro de 94, conseguimos a aprovação do Senado para o financiamento. Após essa aprovação, em dezembro de 94, tivemos um problema sério da integradora brasileira. Esse problema da empresa escolhida como integradora brasileira gerou a necessidade de nova aprovação do Senado. A partir dessa necessidade, após o Governo enviar ao Senado o pedido de modificação da primeira aprovação, nós supúnhamos que, mudando de uma empresa que se revelou inadimplente com impostos do próprio Governo, mudando esse montante para ele próprio, nós pensamos que a aprovação seria mais rápida. Entretanto, houve muito atraso nessa aprovação do Senado. A nossa pressão - sabendo a data do vencimento do contrato que seria, agora, de 20 a 22 de novembro - de custos disso, de uma proposta dada com preço fixo, feita antes de fevereiro de 1994, ou seja, praticamente mais de dois anos antes, levou-nos a iniciar um trabalho muito grande - dentro da linha que falei antes - da maior correção e honestidade, junto ao Senado e, mais especificamente, à Comissão de Assuntos Econômicos e ao Senador Gilberto Miranda, no sentido de dar qualquer informação que fosse necessária para ele, esclarecer qualquer ponto e pedir também que fosse resolvida essa aprovação, pela se-

gunda vez, como havia sido aprovada da primeira e não imaginando problema porque o Projeto era o mesmo do início, ou seja, não houve mudança no projeto. Apesar de todo esse trabalho e de inúmeros contatos, não tivemos sucesso nessa aprovação e, finalmente, fomos surpreendidos com a negativa do Senador quanto à aprovação do financiamento poucos dias antes do vencimento do contrato. Chamou-nos a atenção porque o Projeto não mudou; foi muito estudado e planejado pelos técnicos da Aeronáutica. E, não mudando o Projeto, mudando de uma empresa integradora que não foi muito correta para o próprio Governo, nós achamos que isso deveria ter uma aprovação mais fácil do que foi a primeira, ou mais rápida, porque o Senador, evidentemente, já conhecia muito esse Projeto.

O Projeto é do Governo brasileiro, defendido publicamente pelo Governo brasileiro, e nós - Líder e Raytheon -, portanto, não precisamos de qualquer ajuda, de qualquer favor e muito menos de tráfico de influência junto ao Governo. O nosso trabalho foi só no Senado, especificamente na Comissão de Assuntos Econômicos, com o Senador Gilberto Miranda, seu Presidente, dentro da linha que já citei anteriormente.

Com relação ao Embaixador Júlio César, trata-se de um amigo de longa data, de pessoa de mais alta integridade e honradez. E, em todos os meus contatos com ele, as conversas foram de caráter pessoal e, por isso mesmo, numa linguagem e expressões informais, por conhecê-lo tão bem e há tantos anos - mais de 15 anos. Honra-me muito a sua amizade. Uma grande parte da carreira do Embaixador Júlio César foi junto ao Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, meu conterrâneo e amigo de infância e da vida inteira. Então, durante os contatos e as visitas ao Embaixador Paulo Tarso, fiz amizade com o Embaixador Júlio César, imagino que, seguramente, há cerca de 15 anos. Digo o mesmo do Ministro Mauro Gandra, pessoa a quem, pelas suas qualidades morais e meu conhecimento, desde o seu tempo como coronel, dedico a maior admiração e respeito. Tem o Ministro Gandra mais de quarenta e seis anos de Força Aérea, é piloto como eu. E nós com quarenta anos de atividade, militando no DAC, em outros órgãos do Ministério da Aeronáutica que são relacionados com a aviação civil, e os contatos com as pessoas da Aeronáutica, nos fez naturalmente, com vários deles, inúmeros deles, em mais de quarenta anos convivendo - somos da mesma idade -, fizemos amizade com muitas dessas pessoas; amizades que muito me honraram, mas que nunca tive coragem de usar ou de pedir favores.

A Líder só faz o que tem direito. Temos um regulamento como pode operar uma empresa e nós não precisamos pedir - nós nos enquadrámos dentro

do regulamento -, então, não precisamos pedir nada de especial.

Eu faço aqui um protesto, quero deixar registrado, por uma ilegalidade, uma entrada na minha vida pessoal, desrespeitando o meu direito constitucional, a privacidade nas comunicações telefônicas. Tendo o Supremo Tribunal Federal decidido sobre a ilegalidade da interceptação, não posso, portanto, validar e legitimar essa ilegalidade cometida, reafirmando que todas as minhas respostas são baseadas no que li através da imprensa, onde vi as versões mais variadas, desconhecidas, incompletas e mentirosas. Partes de conversas, partes que têm uma parte e não tem a outra, reticências e outras coisas que me levam a crer que uma primeira reportagem foi depois sendo lida e modificada, gerando as mais variadas versões em outras revistas, em todos os jornais. As conversas não têm um sentido normal, começando ou terminando de uma maneira que a gente sente que não é o normal de ser falado.

Eu, assim que fui comunicado pela Câmara que seria ouvido na quinta-feira - fui comunicado mais ou menos há uma semana atrás -, imediatamente telefonei para o Dr. Chelotti, na Polícia Federal. Não consegui falar com ele, mas deixei registrado com a sua secretária que precisava falar urgente com ele. E, imediatamente, mandei uma carta de Belo Horizonte para o meu diretor de Brasília entregar em mãos do Dr. Chelotti, solicitando um cópia dessa fita. Por quê? Uma fita que foi dada para a imprensa, que já estava em poder do Senado, da Câmara, eu como o interessado direto, uma pessoa que lá dar explicações e esclarecimentos ao Senado e à Câmara, achava imprescindível ouvir essa fita, saber certo, porque na imprensa, como eu disse, vi as mais variadas, as mais distorcidas versões, inverdades e tudo mais. Mas, infelizmente, até hoje não consegui essa fita. Pedi a fita também ao Senado e à Câmara, mas não obtive ainda resposta de nenhum deles.

E, ontem à noite, vi um pedacinho da conversa no programa do Sr. Boris Casoy. Então, a única parte que eu realmente já vi da fita, que dizem ser da fita, da suposta fita, é esse pedacinho que saiu ontem no Sr. Boris Casoy. Eu, com essa fita na mão, assim que a obtenha, quero mandar fazer uma perícia para ter certeza da sua autenticidade, de possíveis alterações.

E, portanto, Srs. Senadores, vamos dialogar sobre bases não sólidas que não considero legais, baseando-nos na imprensa falada e escrita e nessa gravação, que V. Ex^{as} talvez já tenham ouvido, mas

que não ouvi. Se a IstoÉ tem a gravação... O que ela publicou considero que tem muita coisa errada. No pedaço que ouvi ontem, considero que tem coisa errada.

Pergunto então a V. Ex^{as} por que essa suposta fita ficou trinta dias parada no...

(Falha na gravação.)

... véspera do vencimento do contrato com a Raytheon. Quais os interessados nessa trama? Os concorrentes que foram derrotados, aqueles que não querem a Amazônia controlada, como os traficantes de droga, os contrabandistas, os mineradores ilegais, os desmatadores ilegais, aqueles que querem ver metade do território nacional abandonado como terra de ninguém?

Finalizando, comunico aos Srs. Senadores que abri a esta Casa, bem como à Câmara, todas as minhas contas pessoais e todas as contas da minha empresa.

Terminando, leio o final da minha carta ao Presidente do Senado, Senador José Sarney, na qual dou todas as minhas contas, todas as contas da Líder e digo que submeto tal iniciativa à apreciação de V. Ex^{as} com dois firmes propósitos. Primeiro, contribuir para o pleno esclarecimento de quaisquer dúvidas que venham a ser oficialmente suscitadas pelo Senado Federal ou por suas comissões, designadas para analisar o assunto, de forma que seja integralmente restabelecida a verdade dos fatos e se dê continuidade a um projeto do mais alto interesse para a Nação. Segundo, colaborar para que o país conheça, em toda sua extensão, a injustiça que foi cometida contra dois homens dos quais o Brasil só tem motivos para se orgulhar por sua seriedade, competência e profissionalismo: o Embaixador Júlio César Gomes dos Santos e o Tenente-Brigadeiro do Ar Mauro José Miranda Gandra, atingidos em sua honorabilidade ética, patriotismo pela irrefletida divulgação de informações obtidas por meios ilícitos, atentatórios à privacidade do cidadão e que contrariam, segundo entendimento do próprio Supremo Tribunal Federal, o espírito da Constituição.

A divulgação pela imprensa de um diálogo particular e confidencial entre dois cidadãos e amigos, supostamente gravado por autoridades policiais com objetivos bem diversos, não agrediu apenas as leis e o Direito; privou o Governo Federal da inestimável contribuição que esses homens honrados e íntegros, os quais me orgulho de considerar meus amigos e que são merecedores do meu eterno respeito e consideração, vinham dando desde sempre ao país.

Além disso, já manifestei de público o meu sentimento de consternação pelo constrangimento causado ao Senador Gilberto Miranda, também atingido injustamente em sua honra pelos que se apresaram a transformar em escândalo uma questão de natureza técnica e política já exaustivamente debatida nas duas Casas do Congresso e decidida em cada uma das suas etapas com absoluta transparência e rigor.

Como é do conhecimento de V. Ex^{as}, a Raytheon Company foi a inequívoca vencedora da concorrência internacional para implantação do projeto do Sistema de Vigilância da Amazônia - Sivam - por apresentar ao Governo Federal a melhor tecnologia, o menor preço e as mais vantajosas condições de financiamento, tendo a Líder Táxi Aéreo atuado no Brasil em todas as etapas da discussão do Projeto, como sua representante e independente sem qualquer vínculo societário ou empregatício.

O Sivam, V. Ex^{as} bem sabem, é instrumento que irá garantir a soberania e o controle nacional da Região Amazônica, proporcionando cobertura por radar, satélites e sistema de comunicação que serão utilizados para prevenir e combater o tráfico de drogas, o contrabando, controlar as nossas fronteiras, impedir desmatamentos, minerações e queimadas clandestinas, além de proteger as reservas indígenas e a segurança de todas as rotas aéreas.

Tanto são os interesses escusos que poderão ser contrariados com a implantação do Sivam, Sistema de Vigilância da Amazônia, e do SIPAM, Sistema de Proteção da Amazônia, que se torna extremamente complexa a tarefa de rastrear as responsabilidades por mais essa tentativa de torpedear um projeto que toda a Nação deveria conhecer melhor, para não se deixar iludir por manobras que só servem a interesses inconfessáveis.

Informo, ainda, a V. Ex^a que a Líder Táxi Aéreo, embora atuando como representante independente da Raytheon, assumiu contratualmente com a sua parceira norte-americana o compromisso do FCPA - **Foreign Corruption Practice Act**, legislação que obriga as grandes corporações daquele país e os seus representantes a adotarem práticas, normas e princípios éticos diametralmente opostos a qualquer atitude que possa ser interpretada como escusa ou corruptora.

Além disso, sendo o Sivam um projeto do Governo Federal já amplamente aprovado e considerado prioritário pelo Executivo, a Líder Táxi Aéreo não teria mais o que discutir ou solicitar a funcionários do Executivo, tendo-se colocado, portanto, apenas à disposição do Congresso Nacional para fornecer

qualquer informação que fosse julgada necessária à aprovação do financiamento imprescindível à viabilização do projeto. Um financiamento, convém ressaltar, concedido pelo Eximbank ao custo mais baixo e dentro das melhores condições vigentes no mercado internacional. Esse foi o primeiro crédito concedido pelo Brasil depois de muitos anos, quando romperam os contratos com os bancos.

Temos motivos para crer que impossibilitados de atingir a Raytheon Company, empresa do conceito mundial e reconhecidamente possuidora da tecnologia mais avançada no setor em que atua, os adversários do projeto voltaram-se contra dois altos funcionários do Governo Federal e procuraram envolver a representante brasileira e seu dirigente como se não tivéssemos mais de 37 anos de atuação impecável do ponto de vista ético no mercado brasileiro e internacional, representando algumas das maiores empresas do mundo no nosso setor de atuação.

A manobra incluiu não apenas o episódio da suposta gravação clandestina e ilícita de um diálogo privado e sua divulgação na imprensa. Chegou-se até à montagem de um noticiário que utilizava fotografias e de informações fornecidas pela própria Líder na forma de **press lease**, mas cujo conteúdo foi intencionalmente adulterado para transmitir ao leitor a impressão de que este dirigente da empresa estaria se referindo de forma desairosa e absolutamente ofensiva aos seus parceiros norte-americanos, numa clara tentativa de provocar desunião e desentendimento entre os vitoriosos na concorrência internacional para a implantação do Sivam.

Tudo isso, Sr. Presidente, e mais o respeito que dedicamos a esta Casa do Congresso Nacional, como pilar do regime democrático e espaço de liberdade onde todos os cidadãos podem se manifestar e ser ouvidos com isenção e prudência, levou-me a tomar a decisão que ora comunico a V. Ex^a, colocando-me à sua disposição para fornecer ao Senado Federal ou à outra instituição pública, legitimamente interessada no assunto, quaisquer informações que forem julgadas necessárias sobre a nossa atuação ao longo dos últimos anos, desde que foi identificada a necessidade da implantação do Sivam.

Respeitosamente, reservo-me o direito de só voltar a abordar publicamente o assunto em pauta se o Senado Federal, a Câmara dos Deputados ou outra instituição pública assim o decidir oficialmente, para não dar margem a novas tentativas de distorção de informações. Tentativas essas que mais do que prejudicarem a Líder Táxi Aéreo e a sua parceira, a Raytheon Company, agridem o melhor interesse nacional.

José Affonso Assumpção, Presidente da Líder TÁXI Aéreo.

Muito obrigado, Senador.

(*Longa falha na gravação.*)

O SR. RELATOR (Ramez Tebet) - ... em setembro de 1995, V. S^a, em conversa com o Embaixador, na degravação que temos da fita que V. Ex^a talvez até não conheça, porque já afirmou isso, tem um trecho atribuído a V. S^a nos seguintes termos, palavras suas, *ipsis litteris*:

"Está preocupado com o Sivam. O Gilberto Miranda tá com o prato na mão dele. Pegou para ele mesmo ser o Relator e tá com o negócio parado. E ele já falou com ele. O Sardemberg já falou com ele, tal. Tamo achando que precisa de uma prensa do Presidente. Não tem que ter uma prensa..."

Aí que o Embaixador teria respondido ao senhor:

"Não. Tem que ter uma prensa do Presidente Sarney."

V. S^a se lembra dessa conversa telefônica e desse teor?

O SR. JOSÉ AFFONSO ASSUMPÇÃO - Eu...dos termos aí, nunca disse, nem diria, que o Senador está comprado. Não poderia dizer isso...

O SR. RELATOR (Ramez Tebet) - Mas não está.

O SR. JOSÉ AFFONSO ASSUMPÇÃO - Nunca...

O SR. RELATOR (Ramez Tebet) - Vou repetir.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Pela ordem, Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Sr. Presidente, acho que seria interessante que o nosso Presidente da Líder escutasse a fita, para verificar se a voz é dele e se ele reconhece a conversa telefônica ou não, naquele ponto principal em que se diz que não há mais dinheiro, que quem pagava não paga mais.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Deferido.

(*Procede-se à reprodução do grampo telefônico.*)

- Muito bem, demorou pra burro, mas atendeu muito bem, disse que vai falar com o Presidente.

- Sei.

- E depois da parte técnica, que o Gandra teria que mandar estudar. Eu disse: não, isso é, mas ele

não pode liderar isso. E é o que nós pedimos ao senhor para fazer e tal.

- Ahn!

- Então ele disse que vai falar com o Presidente, tá?

- Tá ótimo.

- Perguntou data de entrega das aeronaves. Foi uma pergunta boa, né?

- Certo.

- Eu falei que posso entregar um primeiro em janeiro do ano que vem...

- Sei.

- ...que a Líder tem um reservado, eu cederia para ele.

- Sei.

- E que com o Gilberto Miranda, tá?

- Sei e aí?

- Outro filho da puta falou que o SIVAM não sai de jeito nenhum, que isso é um projeto morto, que é um negócio cheio de marmelada, cheio de coisa errada.

- Você perguntou quanto é que ele queria?

- Que sabe quem levou dinheiro, quanto levou, aquela papagaiada toda, sabe?

- Ahn!

- E que perguntou ao Sarney se o Sarney tinha interesse nisso. Que o Sarney falou: não, não tenho interesse nenhum. Você faz aí o que você quiser. Entendeu?

- Ahn!

- Então, se você puder dar um toque no Presidente...

- Vou dar sim.

- Porque o filho da puta está a fim de bombardear o troço, sabe?

- Vou falar com o Presidente e com o Ronaldo.

- Porque já não tem mais quem dê a grana para eles, entendeu?

- Claro, claro, claro.

- Mas Júlio, no mais, uma boa viagem para você.

- Obrigado.

- Você volta que dia?

- Dia 21.

- 21. Então, no dia 22, o avião vai até... sexta-feira é 22, não é isso?

(*Fim da reprodução do grampo telefônico.*)

O SR. RELATOR (Ramez Tebet) - Essa é a de número 9, por favor. Essa transcrição...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - O importante é saber se o depoente reconhece a voz como a dele.

O SR. JOSÉ AFFONSO ASSUMPÇÃO - Reconheço.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Prossiga o depoimento.

O SR. RELATOR (Ramez Tebet) - Reconhece a voz e o diálogo?

O SR. JOSÉ AFFONSO ASSUMPÇÃO - Reconheço a voz e o diálogo.

O SR. RELATOR (Ramez Tebet) - Senador, foi requerido também a de nº 4 ou não?

Então, faço uma pergunta a V. S^a, que está na transcrição nº 4. Nessa transcrição, V. S^a teria tido um diálogo com o Embaixador, onde, a uma certa altura, V. S^a diz: -"É, e outra coisa também. Estive com aquele Senador paulista meu amigo". O embaixador respondeu: -"Sei". V. Ex^a confirma isso?

O SR. JOSÉ AFFONSO ASSUMPÇÃO - Confirmando.

O SR. RELATOR (Ramez Tebet) - E pode identificar o Senador?

O SR. JOSÉ AFFONSO ASSUMPÇÃO - O Senador Gilberto Miranda.

O SR. RELATOR (Ramez Tebet) - V. S^a representava - ou representa ainda - a Raytheon Company no Brasil à época da tramitação do projeto SIVAM.

Vou fazer uma pergunta técnica a V. S^a. É claro que V. S^a tem que defender a mercadoria que vende ou que representa. Mas, ao seu ver, o equipamento contratado no projeto SIVAM é superior aos equipamentos de outras empresas que teriam apresentado preço menor? Se sim, por quê? Com referência à Amazônia.

O SR. JOSÉ AFFONSO ASSUMPÇÃO - V. Ex^a se refere ao equipamento Brasília?

O SR. RELATOR (Ramez Tebet) - Refiro-me ao equipamento objeto do contrato.

O SR. JOSÉ AFFONSO ASSUMPÇÃO - O contrato tem inúmeros equipamentos. O equipamento a que me referi, o avião...

O SR. RELATOR (Ramez Tebet) - Da sua empresa.

O SR. JOSÉ AFFONSO ASSUMPÇÃO - Não, não é da nossa empresa.

O SR. RELATOR (Ramez Tebet) - Da empresa que V. S^a representa.

O SR. JOSÉ AFFONSO ASSUMPÇÃO - Bom, a Raytheon tem parte dos serviços e dos equipamentos, mas compra material. Por exemplo, que eu saiba: os Brasília, oito aviões, são comprados da EMBRAER; os radares com os quais esses Brasília serão equipados e integrados são comprados da

Ericsson e o software é comprado de uma outra empresa americana. Ou seja, a Raytheon é uma fornecedora de serviços e subcontrata inúmeras empresas, sendo que mais ou menos 40% do valor do projeto é subcontratado no Brasil.

O SR. RELATOR (Ramez Tebet) - Estou satisfeito.

O SR. JOSÉ AFFONSO ASSUMPÇÃO - Posso complementar, Senador?

O SR. RELATOR (Ramez Tebet) - À vontade.

O SR. JOSÉ AFFONSO ASSUMPÇÃO - V. Ex^a me perguntou sobre preço. Não conheço o projeto. O projeto foi tratado muito sigilosamente entre a própria Raytheon e a Comissão CC-SIVAM.

Então, tenho conhecimento de que há Brasília e outros equipamentos, mas não conheço detalhes do projeto; eu, como representante, não entrei nessa.

O SR. RELATOR (Ramez Tebet) - Eu me dou por satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Concedo a palavra ao Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Sr. José Affonso, o Senador Epitácio Cafeteira formulou uma pergunta ao Embaixador Júlio César, que acaba de depor, a respeito exatamente desse trecho da fita que V. S^a acaba de ouvir. E ouviu do Embaixador, como resposta, a pergunta: -"Por que V. Ex^a não faz essa pergunta ao Sr. José Affonso?"

Gostaria de transcrever e transmitir, até em nome do Senador Epitácio Cafeteira, a pergunta que S. Ex^a fez ao Embaixador, repetindo um trecho do diálogo onde V. S^a dizia para o Embaixador: -"Já não tem mais quem dê a grana para eles, entendeu?"

O Embaixador respondeu: "Claro! Claro!"

"Eles", aí, V. S^a se referia ao Senador Gilberto Miranda, de quem reclamava que estava dificultando o andamento do estudo e aprovação do financiamento do Projeto SIVAM, mas o "eles", aí, envolveria mais alguma pessoa.

Gostaríamos de saber quem são essas outras pessoas a quem V. S^a se referiu.

O SR. JOSÉ AFFONSO ASSUMPÇÃO - Não entendi, eu falei "eles"?

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - "Eles." "Já não tem mais quem dê a grana para eles, entendeu?"

O SR. JOSÉ AFFONSO ASSUMPÇÃO - Esse aí é um dos trechos da conversa que não reconheço, porque não falei isso.

Agora, estou vendo aqui o Senador Gilberto Miranda na platéia e quero lhes dizer que, no decorrer deste ano, estive com o Senador Gilberto Miranda inúmeras vezes, no seu gabinete, e no trabalho de tentar aprovar esse projeto.

O Senador Gilberto Miranda - e até acredito que é um dos motivos que atrasou e talvez até que tenha levado o Senador a preferir não aprovar - manifestou-me, inúmeras vezes, as suspeitas levantadas contra ele, como foram levantadas agora contra o Ministro Gandra e o Embaixador Júlio Cesar, e notei, principalmente depois de uma reportagem que saiu na **Veja**, dizendo que ele tinha comprado uma casa de não sei quantos milhões de dólares e ligando isso ao SIVAM, que o Senador ficou ofendido com aquilo. Notei, durante todo esse ano de acompanhamento, de pedir ao Senador - o palavirão que usei é uma expressão entre homens, não para ofender o Senador, porque nesse período de contato com ele considero até que aumentei a amizade com ele, porque antes era apenas um cliente nosso, tendo o avião do nosso hangar, fazendo manutenção conosco; quando o avião vem para Brasília, fica no nosso hangar -, mas notei, depois do que foi levantado pela imprensa, que o Senador ficou na maior dúvida, no maior medo de aprovar esse projeto e está sendo uma confirmação das suspeitas.

Agora, neste ano, se eu contar aos senhores todos os meus amigos, com quem eu convivo e converso, acompanhando, estou mexendo quase que exclusivamente com a aprovação do projeto, desde o primeiro; praticamente larguei as minhas atividades na Líder; e tive inúmeros contatos com o Senador a esse respeito, antes e depois, no ano passado e neste ano.

Se eu for falar as conversas que já ocorreram, que eu já ouvi, dúvidas que foram levantadas pela imprensa, é um cem número de coisas, mas não passam de conversas.

O meu testemunho aqui é que o Senador Gilberto Miranda nunca fez alguma proposta ou pediu alguma coisa. E nós também, como declarei várias vezes na minha exposição, não trabalhamos nessa base de oferecer alguma coisa, de querer corromper.

Mas quero deixar bem claro que o Senador Gilberto Miranda nunca teve uma atitude que eu pudesse até interpretar de alguma maneira.

Agora, se o senhor me perguntar as conversas que eu ouvi nesse ano, geradas por imprensa, pessoas que pensam isso ou que pensam aquilo, que

acham isso ou acham aquilo, mas nós estaríamos nos baseando apenas em especulações.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Sr. Affonso, V. S^a contradiz totalmente o que afirmou, por telefone, no diálogo com o Embaixador.

O SR. JOSÉ AFFONSO ASSUMPÇÃO - Quero complementar, quando eu digo que não tem mais é porque eu sei, embora sempre tenha trabalhado assim, mas que no Brasil, depois do Presidente Collor, a coisa mudou.

Então, o que eu quis dizer foi: olha, hoje não tem mais quem faça isso, não tem mais quem dê dinheiro, não tem mais quem faça corrupção. O que foi dito foi nesse sentido.

E eu acho que os senhores concordam que o Brasil mudou depois que o próprio Congresso Nacional fez o impeachment de um Presidente da República.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Não foi dessa forma que nós interpretamos a sua afirmativa no diálogo. Mas eu me dou por satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Senador Geraldo Melo.

O SR. GERALDO MELO - Comandante José Affonso, além desses aspectos da necessidade que vemos de discutir questões como essas que estão sendo abordadas até aqui, esta Comissão vai ter, num determinado momento, que se debruçar sobre algumas interrogações de natureza técnica. Eu não pretendo lhe formular perguntas como se imaginasse que o senhor fosse um especialista nos equipamentos que o SIVAM vai utilizar. E me permito lhe interrogar muito mais como aviador do que como qualquer outra coisa. Bem, neste campo eu sei que estou falando com alguém que tem respostas a dar.

Há uma dúvida, ou há um questionamento, em relação à qualidade, à opção técnica que está feita em relação ao SIVAM. E isso, evidentemente, no momento adequado, será visto por esta Comissão, à luz dos objetivos do SIVAM. O SIVAM é uma estrutura que operacionalmente se propõe a cumprir determinadas tarefas. Os equipamentos têm que ser compatíveis com as tarefas a que o SIVAM se propõe.

Então, dentro disso, no devido momento, vai-se querer fazer comparações, por exemplo, entre as estruturas de controle do tráfego aéreo, utilizando os radares convencionais de uso generalizado no mundo, inclusive no Brasil; e o uso de radares transportados que também é uma técnica utilizada em muitos países do mundo, inclusive nos Estados Unidos

e inclusive na França, com algumas opções técnicas do tipo Radar OTH, WAAS, etc.

Como entre as finalidades está a do controle do tráfego aéreo, uma pergunta é a seguinte: até que categoria - nas aproximações ditas de precisão, agrupadas em CAT(?) 1, 2 e 3 - é do seu conhecimento que se possa hoje fazer a aproximação de precisão guiada apenas por GPS ou por radar ou por satélite?

Se é do seu conhecimento que já se esteja utilizando e até que categoria de aproximação isso seria possível é a pergunta.

O SR. JOSÉ AFFONSO ASSUMPÇÃO - Pois não. Senador, eu vou responder ao senhor de forma um pouquinho mais ampla, como é sua pergunta também. Como disse, depois de muitos países serem consultados, quatro grandes grupos se formaram. Um liderado pela Raytheon, um liderado pela Unisys, ou seja, dois grandes grupos americanos, dois grandes grupos europeus. Um, a Thomson, francesa, que já havia feito no Brasil os primeiros sistemas da Dacta; a Naze(?), alemã, e a Alenia, italiana, que formaram o quarto grupo.

Esses quatro grupos se debruçaram sobre um trabalho enorme de fazer um projeto dessa envergadura que servisse ao Governo Brasileiro e que então, baseado naquele projeto, eles pudessem cotar, dar preços para fazer uma proposta.

E a proposta é muito mais abrangente do que apenas um sistema de aproximação, que é o que o senhor perguntou no final, ou apenas um sistema de proteção ao voo. Mas quero esclarecê-lo que o meu acompanhamento desses problemas da Amazônia vem desde a época em que no Governo do Presidente José Sarney era pensado em fazer apenas o Dacta da Amazônia. Esse Dacta da Amazônia seria mais ou menos como é no resto do Brasil. Então, se fosse um projeto apenas para se ter um controle de tráfego aéreo e defesa aérea na Amazônia, não se precisava do Sivam. Era um Dacta da Amazônia.

Duas coisas aconteceram: não foi possível no Governo Sarney fazer o Dacta da Amazônia e, quando acabou a Guerra Fria, não foi possível mais obter financiamento para projetos apenas militares. O Dacta é defesa aérea e Controle de Táxi Aéreo. Seria um projeto apenas militar. No Governo do Presidente Collor com o Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Sócrates, foi então criada a idéia do Sivam, muito mais abrangente, para que, em primeiro lugar, usando aquela preocupação do mundo inteiro com a Amazônia, usando a preocupação dos americanos com o tráfico de drogas, que a Amazônia brasileira e

a Amazônia dos países fronteiriços está se tornando um ponto enorme de produção e envio de drogas. Para proteção da ecologia, foi então feito um projeto que seria possível ser viabilizado, e sendo viabilizado o projeto, viabilizar-se-ia o financiamento, porque não era mais um projeto militar.

Então, ele não é um projeto apenas de tráfego aéreo, de controle de tráfego aéreo, não é um projeto apenas de aproximação de pouso. Quanto à aproximação de segurança para pouso, até hoje, o sistema usado no mundo inteiro é o ILS, é o **Instrumental Landing System**. Não existe, ainda hoje, aprovado, pouso sem ser por ILS nas categorias que o Senador perguntou, categorias 1, 2 e 3.

O SR. GERALDO MELO - Agradeço-lhe. A sua resposta Senador, me satisfaz. Apenas queria dar uma explicação à Comissão, porque, na realidade, a questão é a seguinte: Está sendo dito que existem equipamentos do tipo **over the horizon e wide area augmentation system** que são radares que trabalham dentro de uma outra configuração e outro padrão que substituem os sistemas atuais de controle de aproximação também, já que isso está incluído nos objetivos do Sivam. Sei que há outros, mas como esse está incluído, a pergunta seria se esses sistemas que trabalham com apoio de satélites ou por reflexão da ionosfera já podem ser utilizados normalmente, dispensando os sistemas convencionais. Então, isso é que quis saber e a sua resposta foi que não; e para aproximação de precisão, nem mesmo para CAT 1(?) se pode utilizar, ainda; somente o GPS, vamos dizer assim.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy que vai utilizar, como sempre o faz, o seu poder de síntese.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, Sr. José Affonso Assumpção, por favor, quando se iniciaram as primeiras negociações para que a sua empresa, a Líder, passasse a representar a Raytheon no Brasil?

O SR. JOSÉ AFFONSO ASSUMPÇÃO - A Líder procurou a Raytheon, pela primeira vez, no final de 91 e o primeiro contrato, ainda não era para o Sivam, era ainda, para controle de tráfego aéreo, datado de 1º de novembro de 1991. Esse contrato é anual e vai sendo renovado ano a ano. Atualmente, é um contrato para o Projeto Sivam. Inicialmente, não era ainda Sivam, era venda de radares para controle de tráfego aéreo.

O SR. EDUARDO SUPLICY - V. Sª poderia encaminhar à Comissão cópia desses contratos e nos dar uma idéia do valor desses contratos?

O SR. JOSÉ AFFONSO ASSUMPÇÃO - O contrato não tem valor, Senador. É um contrato de representação, é um contrato de risco, é um contrato que só ganharei se tivermos sucesso.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, peço que seja solicitado ao Sr. José Affonso Assumpção que encaminhe à Comissão cópia do contrato.

O SR. JOSÉ AFFONSO ASSUMPÇÃO - Pois não.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Desde que período V. S^a tem essa relação de amizade com o Sr. Júlio Cesar Gomes dos Santos?

O SR. JOSÉ AFFONSO ASSUMPÇÃO - Eu já disse, há 15 anos.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Nesses 15 anos, antes de setembro deste ano, V. S^a já havia convidado o Sr. Júlio Cesar para festas promovidas por V. S^a, ou em sua homenagem, antes dessa que veio ao conhecimento público?

O SR. JOSÉ AFFONSO ASSUMPÇÃO - Senador, nas revistas quiseram me colocar como grande promotor de festas, e de grandes festas.

Digo a V. Ex^a que no decorrer da minha vida fiz três grandes festas, o casamento de três filhas, e fiz uma razoavelmente grande, mais ou menos para 300 pessoas, quando completei 60 anos. Tudo isso em Belo Horizonte. O Embaixador não me honrou com a ida a Belo Horizonte para essas festas.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Essa foi a primeira vez que V. S^a deu carona ao Sr. Júlio Cesar para viagem a Las Vegas?

O SR. JOSÉ AFFONSO ASSUMPÇÃO - Não, eu convidei o Embaixador, primeiramente... O principal motivo de lembrar-me do Embaixador foi estar o nosso comum amigo Paulo Tarso numa situação terrível para nós que somos amigos, com um problema seriíssimo, e eu, aproveitando essa ida a uma convenção de aviação, iria visitar o Embaixador. Como a minha amizade pelo Embaixador é decorrente da minha amizade com o Embaixador Paulo Tarso, eu o convidei para a minha viagem, que incluiu Las Vegas. Nesse ponto - é um dos pontos - quero deixar declarado que essa fita tem alguma coisa de errado. Disso tenho certeza, porque quando falei com o Embaixador que em Las Vegas haveria - não uma festa - uma recepção da Raytheon, na qual eu receberia alguns prêmios, por venda ou por uma transação feita com a Líder, S. Ex^a, na hora, me disse que não iria.

O Embaixador, na hora, falou que iria a Las Vegas para passear, ver shows. "Enquanto você trabalha, eu fico com a Flávia e com a Íris." Tenho certeza de que a resposta dele foi: "Eu não vou".

Ocorreu, em Las Vegas, que no dia da recepção o Embaixador, pressionado pela Flávia e pela Íris, acabou resolvendo ir. Elas falaram: "O Affonso vai receber um troféu, vai ser homenageado, nós estamos com ele." E o Embaixador, que realmente não ia, não estava preparado, atrasou-me mais ou menos 45 minutos a chegada. A mesa que estava reservada para nós quatro estava vazia. O Presidente da Raytheon já estava falando. Ele decidiu ir naquela hora, pressionado pelas companhias: "O Affonso vai receber lá um negócio e nós não vamos com ele?"

Mas na hora do convite, tenho certeza, quando falei com ele que era uma recepção da Raytheon, uma festa, ele falou na hora que não iria: "Vou a Las Vegas para passear, para ver show. Enquanto você trabalha, eu passei com a Íris e com a Flávia.

O SR. EDUARDO SUPLICY - V. S^a então não considera que tenha havido propriamente uma coincidência, que estes convites tenham ocorrido no período em que desempenhava as funções de chefe do Cerimonial no Palácio do Planalto...

O SR. JOSÉ AFFONSO ASSUMPÇÃO - Não, o convite não foi da Raytheon, o convite foi meu. Eu é que ia para essa recepção, para essa convenção aeronáutica. Não sei se V. Ex^a sabe que o Embaixador é filho de aviador e até de ex-Ministro da Aeronáutica. Eu falei: Olha, Júlio, é bonito, uma quantidade de aviões, uma exposição muito bem feita e tal. Mas realmente na hora em que fiz o convite, quando disse que a recepção era da Raytheon, tenho certeza das palavras do Embaixador: "Eu não vou a esta recepção." E quando decidi ir, atrasou muito a minha ida; não esqueço isso, achei ruim, porque não sou de atrasar, principalmente num compromisso onde vou receber um prêmio. Mas chegamos seguramente uns 45min atrasados, porque ele foi resolvido na última hora.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Última pergunta.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. José Affonso Assumpção, somos todos testemunhas do empenho do Senador Gilberto Miranda, especialmente neste ano, de procurar ir à fundo na apuração do caso Sivam, de tudo referente ao caso Sivam, os seus requerimentos para que aqui estivessem tantas autoridades.

Entretanto, segundo o Presidente Fernando Henrique Cardoso relatou aos líderes de partidos que apóiam o Governo, na última terça-feira, dia 21, na semana passada, e a mim próprio, isto na quarta-feira, dia 22, na Embaixada da Alemanha, o Senador Gilberto Miranda havia dito ao Presidente, há três

semanas, logo após a sua ida aos Estados Unidos e precedendo a viagem que fez à Ucrânia e à Rússia, que se o Governo aceitasse que todo o Projeto Sivam, inclusive as obras civis, fosse feito - segundo o relato do Presidente- **turn key**, porteira fechada, então que ele estaria disposto a dar um parecer favorável.

O Presidente, segundo me relatou, informou que isto não poderia ser assim, que não poderia dar uma resposta, teria que ouvir os responsáveis: Ministro Gandra, Brigadeiro Oliveira, o Secretário da SAE, Embaixador Ronaldo Sardenberg. E que novamente ouve um diálogo com os três, onde foi reiterado o que havia sido dito antes pelo Senador Gilberto Miranda.

É fato e eu perguntei: Mas o Senador Gilberto Miranda mencionou que tinha entregue uma carta ao Presidente falando das suas críticas ao projeto. Ele respondeu-me que sim, que a carta era de junho, julho, não me lembro a data, junho/julho. Mas dez dias antes, é fato que o Senador Gilberto Miranda tinha feito esta consideração perante o Presidente e depois junto a estas três autoridades relacionadas ao Projeto Sivam.

Pergunto a V. S^a se teve conhecimento desses fatos antes da revelação do Presidente, porque isto saiu na imprensa, na semana passada. Se V. S^a sabia desses fatos, porque é possível que tenha havido entre o Senador Gilberto Miranda e V. S^a algum diálogo antes desta conversa; ou se V. S^a teria tido conhecimento de diálogo direto da Raytheon com o Senador Gilberto Miranda sobre esta questão e este diálogo que então ele teve com o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Sua Excelência, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, sentiu-se surpreendido pela mudança de postura do Senador Gilberto Miranda, na terça-feira, pela manhã, até porque havia marcado um outro diálogo com o Senador Gilberto Miranda e com os líderes que apóiam o Governo, segundo me relatou, na terça-feira da semana passada. A conversa acabou sendo diferente porque, na terça de manhã, surpreendendo os próprios Senadores da Comissão de Assuntos Econômicos, houve a mudança de pauta, a inclusão do parecer sobre o Projeto Sivam, ocasião em que ele deu um parecer, propondo que aquelas resoluções que autorizavam a operação do Eximbank e demais instituições fossem canceladas ou não autorizadas.

O SR. JOSÉ AFFONSO ASSUMPÇÃO - Senador, da parte das conversas do Senador Gilberto Miranda, do Presidente e das outras autoridades envolvidas no Sivam, não participei, não conheço, não ouvi de nenhum deles. Mas, aproximadamente den-

tro desse prazo que V. Ex^a citou, numa das visitas ao Senador Gilberto Miranda, ele perguntou-me se a Raytheon aceitaria que esse projeto fosse **turn key**, que tudo fosse sendo praticamente colocado nas mãos da Raytheon. Nessa data, informei ao Senador Gilberto Miranda que, primeiro, eu já conhecia a opinião do Ministro da Aeronáutica sobre o assunto, porque assim que houve o problema da integradora brasileira, sugeri ao Ministro da Aeronáutica que deixasse a Raytheon fazer tudo. Já que não havia ninguém no Brasil que saiba ou que pode fazer, a Raytheon faria tudo e entregaria pronto ao Governo brasileiro. O Ministro disse-me que não poderia mudar os valores e que, politicamente, não poderia fazer isso.

Informei ao Senador Gilberto Miranda a posição do Ministro da Aeronáutica que eu conhecia. Quanto à parte de a Raytheon aceitar ou não, disse a ele não poderia responder pela Raytheon esse tipo de questão. Ele, então, pediu-me que consultasse a Raytheon. Consultei e dei-lhe a resposta. A Raytheon poderia aceitar, negociando e sabendo o que ela teria que dar, dentro dessa idéia nova de projeto **turn key**. Essa foi a resposta que dei ao Senador Gilberto Miranda, depois dessa pergunta se eu sabia se a Raytheon aceitaria fazer um projeto **turn key**.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Tem a palavra o Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Comandante José Afonso Assumpção, antes de começar a minha indagação ao Embaixador Júlio Cesar, eu disse a ele o que agora vou dizer a V. S^a: se alguma pergunta minha eventualmente lhe causar desconforto, tome-a apenas para formação do meu juízo, e não como inquisição. Portanto, vou apenas complementar. Ouvi a sua resposta acerca das razões do convite feito ao Embaixador Júlio Cesar para ir a Las Vegas e, depois, a Nova Iorque. Suponho que se estendeu até Washington, porque não ouvi o resto. A minha pergunta é se, em nenhum tempo anterior à existência da Líder, V. S^a convidou outros funcionários de nível do Governo para viagens de cortesia, com ou sem a sua companhia.

O SR. JOSÉ AFFONSO ASSUMPÇÃO - Não me lembro de ter convidado, bem como não tenho assim amigos tão íntimos quanto o Embaixador Júlio Cesar no Governo.

O SR. BERNARDO CABRAL - Apesar dessa intimidade, V. S^a já esclareceu que a presença deveu-se a instâncias das duas senhoras, das compa-

nhias, tanto a sua como a do Embaixador Júlio Cesar. O senhor não considera que a presença em uma festa, que era exatamente da Raytheon, a um funcionário tão intimamente ligado ao Presidente, não considera, repito, que essa presença pudesse ser uma demonstração do seu prestígio, prestígio do Comandante, aos olhos da empresa Raytheon?

O SR. JOSÉ AFFONSO ASSUMPÇÃO - Senador, o nome é o mesmo, mas V. Ex^a pode ter certeza que o pessoal da Raytheon Aircraft, que é essa que faz a feira aeronáutica, é um pessoal totalmente diferente, é uma equipe que fica na fábrica, em Wichita.

A Raytheon Aircraft, que é a que vai a eventos aeronáuticos, que vende aviões, que produz aviões, é o grupo que foi a Las Vegas para o NBAA. O pessoal da Raytheon que trata do Projeto Sivam fica em Boston. É uma outra divisão da Raytheon, outra subsidiária ou divisão, mas é um conglomerado muito grande e V. Ex^a pode ter certeza que são empresas inteiramente estanques, com executivos totalmente diferentes e com finalidades totalmente diferentes.

Digo mais ao senhor, perguntel: "Olha, estou levando um amigo, o Embaixador Júlio César e vocês estendem o convite a ele para a recepção?". Eles disseram: "Não tem problema. Convidado seu é nosso convidado". Se fosse o pessoal de Boston, tenho certeza de que não fariam, pois tenho notado, em todos esses anos que trabalho com a Raytheon que o pessoal de Boston, que é a divisão antiga, a divisão de eletrônica da Raytheon, desde o começo, onde tenho mais tempo, pois fui o responsável por trazer a Raytheon para o Brasil, esse pessoal tem um cuidado com esse tipo de coisa que V. Ex^a. não faz idéia.

Eles têm um cuidado muito grande em trazer ao Governo brasileiro qualquer esclarecimento, qualquer coisa que ocorra, qualquer fato, eles vêm inúmeras vezes procurar essa seqüência de autoridades: o Brigadeiro Oliveira sempre em primeiro lugar, que é o Presidente da Comissão CC-Sivam. O Ministro da Aeronáutica, em segundo lugar, por ser o operador do sistema do Sivam e o Ministro Sardenberg, por ser o Coordenador do SIPAM.

O SR. BERNARDO CABRAL - Desculpe-me interromper. Não era isso. O que quero fixar é se a sua, não é a de quem está lá, se a sua condição de funcionário tão alto não lhe ensinaria aos olhos da Raytheon um prestígio pessoal ou era indiferente? Se fosse uma pessoa qualquer, funcionário do quinto escalão, seria a mesma coisa?

O SR. JOSÉ AFFONSO ASSUMPÇÃO - Seria a mesma coisa, Senador, pois o meu prestígio com a Raytheon, modéstia à parte, não é por levar.

O SR. BERNARDO CABRAL - Mas o senhor convidaria um funcionário de quinto escalão?

O SR. JOSÉ AFFONSO ASSUMPÇÃO - Se fosse meu amigo... Nas minhas viagens convido muitos amigos, mas quero que o senhor tenha certeza que o meu prestígio com a Raytheon é, em primeiro lugar, porque eu convenci a Raytheon a vir para o Brasil. O Presidente da Raytheon, nesta época, tinha sido presidente da BeachCraft, que é uma subsidiária da Raytheon, que é essa empresa de Wichita.

O SR. BERNARDO CABRAL - Nós sabemos da Líder. Não há necessidade... Gostaria de formar o meu juízo e a última pergunta.

O SR. JOSÉ AFFONSO ASSUMPÇÃO - Sou um grande comprador de equipamentos e tenho amizade no topo da empresa...

O SR. BERNARDO CABRAL - Já formei o meu juízo quanto às duas perguntas e quero formá-lo agora no último, e lhe digo que acho de extrema importância.

Ouvi quando o Comandante Assumpção declarou em alto e bom e está registrado, portanto, nos Anais desta reunião, que o Embaixador Júlio César, ao seu julgamento, ao seu juízo, é um homem de integridade e honradez absoluta. Ouvei também quando o senhor também se referiu ao Ministro Mauro Gandra, de qualidades morais, honradas e no mesmo nível. Pergunto-lhe: o senhor coloca nesse mesmo nível o Senador Gilberto Miranda?

O SR. JOSÉ AFFONSO ASSUMPÇÃO - Coloco o Senador Gilberto Miranda no mesmo nível e já dei uma declaração oficial da empresa referindo-me aos dois, em primeiro lugar, porque me chocou mais dois amigos perderem o seu lugar...

O SR. BERNARDO CABRAL - Estou satisfeito. É porque eu não tinha ouvido, ao longo da conversa, essa declaração.

O SR. JOSÉ AFFONSO ASSUMPÇÃO - Isso foi para os jornais - e finalizei pedindo desculpas ao Senador Gilberto Miranda pelo termo usado, que não foi no intuito de ofendê-lo e que o considero no mesmo nível dos outros dois.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Com a palavra o Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Sr. José Affonso, sendo o senhor amigo - estou até confundindo as personagens, tão grande é a amizade entre os dois - sendo o senhor tão amigo do Embaixador Júlio Cesar, como se explica o fato de o senhor ter posto a vida do Embaixador em risco, mandando-o

para os Estados Unidos num avião de sua propriedade, de prefixo JAA, com a revisão vencida?

O SR. JOSÉ AFFONSO ASSUMPÇÃO - Senador, V. Ex^a pegou alguma informação errada também. O avião não estava com a revisão vencida. A Líder não voa com nenhum avião com revisão vencida. Eu tinha de fazer uma revisão nesse avião e tinha que ir um pouco antes, porque eu tinha uns contratos para assinar em Miami. E o avião terminou a revisão - se não me engano numa quinta ou sexta-feira - e, na sexta-feira à noite, foi para os Estados Unidos. Aí, pegou o Embaixador Júlio Cesar em Brasília. Ofereci para ele ir de linha comercial comigo. Ele não aceitou. Falei: "Júlio, eu compro as passagens, vamos comigo. Depois, o avião nos pega em Miami". Ele falou: "Negativo, não aceito. Vou no avião porque é uma carona". Depois que ficou pronta a revisão, passou aqui numa sexta-feira à noite, pegou o Embaixador para me encontrar em Miami no sábado e prosseguirmos para Las Vegas.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Sr. José Affonso, a gravação que está em nossas mãos, no que se refere à frequência dos 33 dias é incompleta, mas os textos gravados são perfeitos. Eles começam com a discagem, onde se identifica até o número do telefone, os cumprimentos, e a conversa no decorrer delas. E a sua voz de locutor dá uma clareza excepcional a esta gravação. Vou ler alguns trechos dela para chegar à pergunta que quero formular a V. S^a.

Gravação do dia 2 de setembro de 1995:

"José Affonso - Não, nós estamos aí acompanhando as coisas, né?"

O SR. JOSÉ AFFONSO ASSUMPÇÃO - Espera aí. V. Ex^a vai me perdoar. É o que disse aqui na minha conversa. A gente começa uma conversa assim: Não?

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Estou lendo um trecho do meio de uma gravação completa.

O SR. JOSÉ AFFONSO ASSUMPÇÃO - Ah, no meio do trecho.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Estou lendo um trecho do meio de uma gravação completa.

O SR. JOSÉ AFFONSO ASSUMPÇÃO - Se V. Ex^a puder lembrar-me o trecho todo, porque, às vezes, dentro do contexto de um trecho maior...

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Vou ler o trecho maior.

O SR. JOSÉ AFFONSO ASSUMPÇÃO - Sim, senhor.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Passo à leitura:

"José Affonso - Nós estamos aí acompanhando as coisas, né. O Gandra teve aqui em Belo Horizonte 2 dias e ficou aqui em casa comigo, sabe?"

Júlio Cesar - Ah, que bom.

José Affonso - Tá preocupado com o Sivam. O Gilberto Miranda tá com o prato na mão dele, né? Pegou para ele mesmo ser Relator e está com o negócio parado. E ele já falou com ele. O Sardemberg já falou com ele, e tal. Tamo achando que precisa de uma prensa do Presidente.

Júlio Cesar - Não, tem que ter uma prensa do Presidente Sarney.

José Affonso - Do Sarney?

Júlio Cesar - Ah, sim."

Dá, a conversa desborda para outros assuntos.

Gravação do dia 5 de setembro de 1995.

"José Affonso - Olha, em Miami você vai chegar lá sábado. No domingo, nós vamos para Las Vegas.

Júlio Cesar - Tá perfeito.

José Affonso - Tá legal?

Júlio Cesar - Tá muito bem.

José Affonso - OK.

Júlio Cesar - Olha, ótima idéia.

José Affonso - E outra coisa também: Tive com aquele Senador paulista, meu amigo...

Júlio Cesar - Sei.

José Affonso - ...que outro dia te falei que precisava uma prensa do grande chefe, né?

Júlio Cesar: Sim.

José Affonso: E estive com ele em São Paulo.

Júlio Cesar: Sim.

José Affonso: Porra, tá dando a coisa como um projeto morto, enterrado, pá, pá, pá.

Júlio Cesar: Não pode ser.

José Affonso: Terrorismo danado, tá?

Júlio Cesar: Meu Deus!

José Affonso: E aquele amigo que você falou, que é ele que deveria dar prensa?

Júlio Cesar interrompe e diz: Sei.

José Affonso: Há muita dúvida.

Júlio Cesar: Hã?

José Affonso: Dos dois estarem combinados.

Júlio Cesar: Não pode ser.

José Affonso: Entendeu?

Júlio Cesar: Não acredito.

José Affonso: Bom, eu também não quero acreditar.

Júlio Cesar: Eu vou falar com ele hoje à tarde. Vou ao Senado hoje.

José Affonso: Eu acredito em todas as possibilidades, né?

Júlio Cesar: Eu vou ao Senado hoje.

José Affonso: Mas se você tiver qualquer informação, aí tá me avisa.

Gravação do dia 12 de setembro. Todas elas em posse da Comissão, com a sua voz claríssima.

Gravação do dia 12 de setembro de 1995.

José Affonso: Eu falei que eu posso...

É quando inicia uma conversa com o Serra em que o senhor diz o seguinte, Dr. José Affonso:

José Affonso: Eu falei que eu posso entregar um primeiro em janeiro do ano que vem, que a Líder tem um reservado, que eu cederia para ele. E eu tive com o Gilberto Miranda, sabe?

Júlio Cesar: E daí?

José Affonso: Pô, o f. da p. falou que o Sivam não sai de jeito nenhum, que isso é um projeto morto, que é um negócio cheio de marmelada, cheio de coisa errada.

Júlio Cesar: Você perguntou quanto é que ele queria?

José Affonso: Que sabe quem levou dinheiro, quanto levou, aquela papagaiada toda. E que perguntou ao Sarney se o Sarney tinha interesse nisso. Que o Sarney falou: não, não tenho interesse nenhum. Você faz o que você quiser, entendeu? Então, se você puder dar um toque no Presidente, porque esse f. da p. está a fim de bombardear o troço, sabe?

Júlio Cesar: Vou falar com o Presidente e com o Ronaldo.

José Affonso: Porque já não tem mais quem dê a grana para eles, entendeu?

Júlio Cesar: Claro, claro!

Júlio Cesar disse que entendeu com clareza.

Eu quero saber, Sr. José Affonso, se o senhor confirma que o Senador Gilberto Miranda lhe disse que sabe quem levou dinheiro e quanto levou.

O SR. JOSÉ AFFONSO ASSUMPÇÃO - O Senador Gilberto Miranda, logo há muito mais tempo do que isso, numa das visitas que fez a ele, me falou: eu sei que tem gente que levou dinheiro nisso, sei quanto foi. E eu então, nessa oportunidade, disse: Gilberto, isso não existe! Não é possível! Nunca houve isso!

Mas em primeiro lugar, Senador, antes de entrar nesse detalhe, quero dizer ao senhor que essa fita é falsificada ou arranjada porque eu não converso picadinho como está aí, não converso desse jeito, principalmente com um amigo em quem tenho total confiança.

Então esse trecho que o senhor está lendo...

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Só queria lhe fazer uma observação...

O SR. JOSÉ AFFONSO ASSUMPÇÃO - se o senhor pegar...

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Esse trecho, nós colocamos no ar no início da reunião plenário e o senhor confirmou ser a sua voz e suas declarações.

O SR. JOSÉ AFFONSO ASSUMPÇÃO - Não estou dizendo que esse trecho não está na fita. Estou dizendo que essa fita, a meu ver, é falsa, é arranjada, porque não converso dessa maneira.

Agora, trechos do que foi agrupado aí, eu falei.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - É exatamente isso que quero que o senhor confirme, ou seja, o senhor reconhece esse trecho?

O SR. JOSÉ AFFONSO ASSUMPÇÃO - Trechos isolados do que o senhor falou aí, eu reconheço. Mas tenho certeza de que não falei nessa seqüência, como o senhor está lendo e que é o que foi gravado.

Essa fita, Senador, tenho certeza que é uma fita - e nós mexemos com concorrentes que são superespecializados nisso - tenho certeza de que é uma fita que foi...por isso é que eu queria uma cópia para mandar fazer uma perícia nessa fita.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Acho que do meu ponto de vista a perícia é desnecessária, porque o senhor acaba de reconhecer o trecho que nos interessa e eu quero terminar essa minha participação neste interrogatório, neste questionamento, dizendo que o Sr. José Affonso, dono da Líder, confirma que o Senador Gilberto Miranda lhe disse que conhecia as irregularidades e sabia quem levou dinheiro e quanto levou.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. JOSÉ AFFONSO ASSUMPÇÃO - Eu reitero aqui, Senador, a explicação de que trechos desse pedaço foram montados.

Vou fazer uma pergunta a V. Ex^a...

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Aqui, quem faz pergunta sou eu. O senhor não faz pergunta para mim.

O SR. JOSÉ AFFONSO ASSUMPÇÃO - O senhor, desculpe-me, então, o modo de falar.

Mas, se o Presidente me permitisse aqui uma argumentação para mostrar como...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Um esclarecimento.

O SR. JOSÉ AFFONSO ASSUMPÇÃO - ...como existe maldade.

A pergunta que eu ia fazer é se o Senador Roberto Requião me conhece, se já teve algum contato comigo, se me conhece.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Eu não tenho que responder pergunta de espécie alguma.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Ele não é obrigado a conhecer o senhor.

O SR. JOSÉ AFFONSO ASSUMPÇÃO - Bom, eu, então, vou lhe dizer o porquê da pergunta. Nós vendemos dois helicópteros Jet Ranger para o Governo do Paraná numa concorrência a mais limpa possível, ganhamos em todos os detalhes, o Senador era o Governador. Pois bem, estão lá movendo um processo contra o Governador, se não me engano, um delegado que era inimigo dele... Nós estamos com isso até hoje. Então, infelizmente, tem gente que suspeita de tudo.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Eu só quero lhe esclarecer não estão movendo processo algum contra mim. Mas se lhe interessa, eu tenho uma gravação do seu representante com o comandante da Polícia Militar discutindo comissão, o que já macula a sua empresa.

O SR. JOSÉ AFFONSO ASSUMPÇÃO - Essa gravação também eu gostaria de conhecer, porque não houve isso. E se houvesse, V. Ex^a devia ter cancelado a concorrência.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Com a palavra o Senador José Ignácio.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - Sr. Presidente, eu vou ser brevíssimo, ainda porque eu faço minhas as palavras do Senador Bernardo Cabral. Eu faço muito mais objetivando formar convencimento. E V. S^a não está aqui, inclusive, como um depoente regular porque V. S^a nem jurou, rigorosamente poderia até mentir. Mas o que a gente deseja...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Não incentiva, não incentiva...

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - É porque, evidentemente, pelo ângulo político, essas coisas, amanhã, checadas ficam mesmo desconfortáveis. Eu imagino o seguinte: o senhor é um homem de empresa, um homem que está lutando pelos seus interesses, acho perfeitamente compreensível toda essa coisa pelo seu ângulo, tanto que não estou aqui para encostar o senhor na parede.

O que queria perguntar é o seguinte: o senhor pode situar aproximadamente a época em que essas gravações foram feitas? Porque é muito importante para quem, como eu, está olhando esse episódio numa dimensão muito maior do que o seu grampo, o grampo que lhe alcançou. Eu estou olhando esse episódio preocupado com a existência de outros grampos, inclusive, simultaneamente, atingindo outras autoridades do País.

Quer dizer, eu gostaria de ouvi-lo exatamente para saber a época em que essa conversa se deu, o que é muito importante para a própria Comissão, sobretudo para a Comissão. A partir daí eu gostaria de sentir se o grampo foi feito antes do pedido de gravação ou depois. Ou seja, a minha impressão pessoal de muita coisa que tenho ouvido é que se gravou antes e pediu a autorização depois. E se se gravou antes e foi pedida a autorização depois, quantas gravações não foram feitas também e que se considerou ou que não era conveniente por serem pouco importantes ou se considerou que se deveria guardá-las na gaveta para alguma coisa subsequente. O que vale dizer que essa é uma preocupação com a estrutura que está subjacente, e eu não sei se tem controle oficial. Quer dizer, até tenho consciência de que não é sabido pela estrutura de cúpula o que está havendo.

A pergunta é a seguinte: o senhor pode situar, aproximadamente, a época em que essas gravações foram feitas? Para mim é muito importante ouvir V. S^a a respeito disso.

O SR. JOSÉ AFFONSO ASSUMPÇÃO - Senador, eu posso situar, sim. Foi antes dessa viagem, que aconteceu bem no finalzinho de setembro, começo de outubro. Agora, datas... A informação que eu tenho é o período que foi dito aí, que foi autorizado aí... Eu sei que foi antes, no finalzinho de setembro, começo de outubro.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - O senhor sabe quando foi pedida a autorização. Tenho a impressão de que o senhor tem consciência do dia em que o Juiz deu essa autorização.

O SR. JOSÉ AFFONSO ASSUMPÇÃO - Não, não sei não.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - Não importava muito saber se isso foi antes ou depois.

O SR. JOSÉ AFFONSO ASSUMPÇÃO - Não sei o dia que o Juiz deu a autorização.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - Terminei dizendo a V. Sa. que V. Sa. disse que o Embaixador Júlio Cesar foi a Las Vegas no jato da Líder, por ocasião de um evento da Raytheon, mas que o Embaixador repeliu expressamente qualquer proximidade com a Raytheon. Isso, pelo menos, ficou claro no seu depoimento. E que, lá em Las Vegas, havia uma mesa de quatro lugares, evidentemente, para o senhor, para o Embaixador e para as duas esposas no local da recepção. O Embaixador não ia, foi convidado a ir e chegou inclusive atrasado. V. S^a, então, está colocando o seguinte quadro: as esposas, que não iriam, talvez a sua fosse; mas a esposa do Em-

baixador Júlio Cesar, que não iria, se preparou naqueles 40 minutos para ir a uma festa daquele porte. Não foi isso que V. S^a disse?

O SR. JOSÉ AFFONSO ASSUMPÇÃO - Foi.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - Ou seja, que ela, uma senhora, naquele breve tempo, se preparou, e foi para uma recepção para a qual ela não se destinava, ela não se tinha produzido para isso. Era só isso. V. Sa. confirma isso?

O SR. JOSÉ AFFONSO ASSUMPÇÃO - Quero explicar ao senhor, primeiro: quando convidei o Embaixador para ir a Las Vegas, eu disse que a NBAA, que não é um evento da Raytheon, é uma empresa, é um evento da aviação em geral...

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - Não. Eu ouvi isso.

O SR. JOSÉ AFFONSO ASSUMPÇÃO - Depois, disse a ele que ia ter uma recepção da Raytheon e que eu gostaria de convidá-lo. Ele, então, me disse: "não vou a um evento da Raytheon. Estou indo a Las Vegas para passear, ver show, fico lá com as moças, enquanto você trabalha".

Realmente, não era uma festa, era uma recepção às 7 horas da noite e seguida de um jantar. Tinha lá as premiações, seguida de um jantar. Houve um grande atraso porque eles não indo - o casal, como V. Ex^a entendeu aí - foram convencidos a ir com esse argumento que eu ia receber um prêmio, essa coisa toda.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - Pois não. Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra. Um pouco mais sintético do que o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Com certeza, Sr. Presidente.

Sr. José Affonso Assumpção, quando o senhor questionava a autenticidade da fita, o senhor disse, literalmente: "nós temos concorrentes superespecializados nisso". Eu pergunto: nisso o quê? Grampo, edição de fita e se o senhor pode dizer que concorrentes são esses?

O SR. JOSÉ AFFONSO ASSUMPÇÃO - Alta tecnologia de telecomunicação.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - O senhor disse "nós temos concorrentes". Quero saber se o senhor pode dizer que concorrentes são esses que são superespecializados.

O SR. JOSÉ AFFONSO ASSUMPÇÃO - Em todos os 3 grupos formados: da Unisys, da Thomson

e da Naze-Alenia têm muito equipamento de telecomunicação.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Mas são especializados em grampo? São especializados em grampo?

O SR. JOSÉ AFFONSO ASSUMPÇÃO - A espionagem industrial de alto nível, no nível de projeto dessa ordem, usa todo e qualquer artifício que lhes for possível usar.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. José Affonso, quanto à pergunta do Senador Leomar Quintanilha, de um trecho da gravação, que diz o seguinte: "José Affonso diz: e outra coisa também: tive com aquele Senador paulista, meu amigo", V. Sa. disse que esse Senador paulista é o Senador Gilberto Miranda.

O SR. JOSÉ AFFONSO ASSUMPÇÃO - É o Senador Gilberto Miranda.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - A seguir, vem o trecho, depois dessa afirmação: "Júlio Cesar: Sei", V. Sa. diz: "...que outro dia te falei que precisava de uma prensa do grande chefe, né?". Resposta do Embaixador: "Sim. Estive com ele ontem em São Paulo. Sim". E aí, segue.

Na sua opinião, o Embaixador Júlio Cesar sabia do que tratava quando o senhor fazia as afirmações e ele falava sim, não, sim? Ele estava entendendo o que o senhor estava dizendo?

O SR. JOSÉ AFFONSO ASSUMPÇÃO - O Embaixador Júlio Cesar, no decorrer de um ano vindo a Brasília acompanhar esse processo junto ao Senado, especificamente com o Senador Gilberto Miranda, eu imagino que ele imaginaria quem é, porque quando não falava, falei desse modo, o Senador paulista - não sei por que falei assim -, eu sempre falei o nome do Senador Gilberto Miranda. E as conversas que tive com o Senador Gilberto Miranda ele está aqui e pode confirmar, mas nunca houve uma conversa que pudesse deixar alguma dúvida ou da minha parte ou da parte do Senador Gilberto Miranda de alguma coisa de errado.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Mas, no seu entendimento, o Embaixador estava entendendo a conversa.

O SR. JOSÉ AFFONSO ASSUMPÇÃO - Eu tenho a impressão que sim. Eu não sei o que ele respondeu. Mas eu tenho a impressão que sim, não é?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Justamente por isso eu perguntei.

O SR. JOSÉ AFFONSO ASSUMPÇÃO - Então o senhor fica com a minha impressão.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - A última pergunta, ou melhor penúltima. A última é rapidinha. Eu vou ler só mais um trecho. Isso aqui está parecendo aquele ensaio de ator - aliás, todos eles de péssima categoria quando ficam revisando o diálogo. Mas eu vou...

V. S^a começa: "Eu estive com Gilberto Miranda, sabe?"

E o Embaixador: "E aí?"

"Bem, o f. d. p. falou que o SIVAM não sai de jeito nenhum, que isso é um projeto morto, que é um negócio cheio de marmelada, cheio de coisa errada."

Aí ele pergunta: "Você perguntou quanto é que ele queria? Que sabe quem levou o dinheiro, quanto levou, aquela papagalada toda, sabe?" E por aí vai.

V. S^a se lembra desse diálogo? Reconhece esse diálogo transcrito como um diálogo fiel ao que realmente aconteceu?

O SR. JOSÉ AFFONSO ASSUMPTÃO - Eu reconheço trechos. Esses trechos eu não sei...

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Eu quero saber se o senhor reconhece como o diálogo fiel.

O SR. JOSÉ AFFONSO ASSUMPTÃO - Os trechos não reconheço nessa seqüência. Não me lembro dessa seqüência, entendeu? Mas os trechos foram ditos, foram falados. E o Senador me falou: "José Affonso, pode parar de perder tempo comigo aqui, porque esse projeto não vai sair. Isso é um projeto pá, pá, pá." Mais ou menos os termos usados aí. Talvez um pouquinho diferente. Mas...

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Antes de fazer a última pergunta, Sr. Presidente, se V. Ex^a me permite, só comentar que realmente o Sr. José Affonso e o Embaixador têm uma outra coisa em comum, que é a memória seletiva já registrada pelo Senador Jefferson Péres. Já que eles são capazes de se lembrar de trechos inteiros, que não estão na fita e não se lembram de trechos que não estão nela. (O Sr. Presidente faz soar a campainha)

Agora, outro... Um comentário, Sr. Presidente... Vou fazer a pergunta... Não sei por que essa...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Não, Senador, é porque...

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - A última pergunta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Está certo, a pergunta sim.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - A imprensa noticiou a ocorrência de operações que teriam havido entre a Líder Táxi Aéreo e uma empresa pertencente ao Senador Gilberto Miranda. Segundo a imprensa, uma aeronave pertencente ao Senador Gil-

berto Miranda teria sido cedida temporariamente à empresa Líder Táxi Aéreo entre janeiro e abril de 1995, período no qual aguardava-se a importação de nova aeronave que o Senador encomendara à mesma empresa representante à época da Learjet. Eu queria saber se são verdadeiras essas informações que a imprensa divulgou.

O SR. JOSÉ AFFONSO ASSUMPTÃO - Elas são verdadeiras, com alguns detalhes que vou esclarecer a V. Ex^a. O Senador Gilberto Miranda, desde que comprou um Lear-36, e ele já comprou usado, nós vínhamos tentando vender um avião melhor para ele. E não é só para ele. É para todos os clientes que têm aeronaves. Nós sempre estamos buscando aquele cliente para tentar vender o melhor ainda. Não eu diretamente, mas a nossa equipe de São Paulo, onde nós temos uma base de operações com a equipe completa, durante todo o tempo em que o Senador mantém esse Lear-36; procurou inicialmente tentando vender o Lear-55, que era o melhor avião da Learjet até sair o Lear-60. E quando saiu o Lear-60 - o 55 foi parado de fabricar - começou o mesmo trabalho de venda do Lear-60 junto ao Senador Gilberto Miranda. A nossa equipe de São Paulo, como a todos os outros proprietários de jatos que podem evoluir para um jato um pouco melhor, faz esse trabalho - no Rio, São Paulo, Belo Horizonte, onde houver um proprietário de avião.

O Senador Gilberto Miranda numa certa época se interessou pelo Lear 60 e no começo do ano de 1994 o Senador nos autorizou a fazer um processo de aprovação de um leasing operacional de um lear 60 para uma empresa dele de Manaus. Isso foi no começo do ano. Fazemos isso também para qualquer cliente, para quem vendemos um jato fazemos todo o trabalho burocrático de despachante: aprovar no DAC, no COTAC, antiga CACEX, Banco Central, enfim, todo esse trâmite.

Conseguimos a aprovação, não me lembro quando, talvez dois meses depois, pois esses processos levam dois, três meses, e ficamos com essa aprovação na mão. Mais ou menos no meio do ano o Senador Gilberto Miranda disse que não faria a compra ou o leasing operacional do avião. Pouco tempo depois, em julho, então voltamos ao DAC pedindo o cancelamento daquela aprovação de um leasing operacional. Entretanto, quero garantir ao senhor que em nenhum momento o Senador fechou o negócio do avião. A Líder nunca vendeu esse avião.

Um jornal de Belo Horizonte noticiou em manchete, há poucos dias, que a Líder importou esse avião para o Senador Gilberto Miranda. É das tais mentiras que falei que tem no meio dessas coisas,

porque o sujeito misturou aprovar um processo burocrático no COTAC, DAC e similares a um leasing operacional - que não se importa o avião no leasing operacional - o jornalista, maliciosamente, botou uma manchete em letras garrafais: "A Líder importou uma aeronave para o Senador Gilberto Miranda".

Então, nunca houve uma transação no Brasil desse avião; nunca houve uma transação no exterior desse avião, porque a empresa que faria a compra do avião para fazer esse leasing operacional para o Senador Gilberto Miranda nunca apareceu comprando o avião.

Então, a única coisa que houve foi a nossa tentativa de venda, foi um período em que o Senador pensou em comprar e mais ou menos no meio do ano passado cancelou - no meio desse ano - cancelou a sua idéia de fazer um leasing operacional de um avião...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Com a palavra o Senador Bello Parga, último orador inscrito.

O SR. BELLO PARGA - Deixo para o outro depoente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - S. Ex^a declina da palavra.

Agradeço a presença do Comandante Assumpção.

Vamos ter o último depoimento, do Delegado Mário Santos. (Pausa.)

Quero dizer ao delegado convocado que não houve qualquer propósito de purga de pecados pela demora de cinco horas. Foi decorrente de problemas de trabalhos na Comissão em que estamos ouvindo outros depoentes. Peço-lhe escusas por isso ter acontecido.

Pergunto a V. S^a se deseja fazer alguma exposição em função dos acontecimentos que motivaram a sua convocação.

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Deixo à vontade V. Ex^a para fazer as perguntas porque acho que já está conhecida a minha participação na solicitação ao juiz e conseqüente concessão do alvará de escuta e o procedimento desta.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - V. S^a dispensa fazer qualquer exposição?

Nesse caso, concedo a palavra ao Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Ramez Tebet) - Eu queria perguntar a V. S^a, para deixar registrado, quem foi que lhe pediu que providenciasse a determinação judicial para proceder ao grampo.

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Relator, desculpe-me, mas seria interessante V. Ex^a de certa forma pe-

dir que ele contasse a história uma vez que, na verdade, na verdade, seria importante...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Ele se nega a fazer a exposição, Senador, e aceita responder a umas perguntas.

O SR. PEDRO SIMON - Sim, pergunto ao Relator se S. Ex^a não podia começar as perguntas pelo...

O SR. RELATOR (Ramez Tebet) - Não tenho nenhum problema. A Presidência a todos os depoentes fez a mesma pergunta e perguntou ao atual depoente, que está aqui na nossa presença, se ele desejava tecer considerações ou se já desejava que formulássemos as perguntas. Ele declinou e eu comecei. Mas ele tem toda a liberdade para tecer considerações iniciais, se quiser fazê-las antes que...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Mas isso já foi perguntado.

O SR. RELATOR (Ramez Tebet) - Então, vou repetir a pergunta ao depoente: quem foi que lhe deu autorização ou lhe determinou que procurasse a Justiça para obter uma ordem judicial a fim de proceder a escuta telefônica da qual esta Comissão tem a fita e treze transcrições?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Bem, quem me ordenou foi meu dever legal. Recebi várias denúncias e, dessas denúncias, por insistência e com dados, fiz um requerimento de minha livre e espontânea vontade ao Meritíssimo Juiz da 2^a Vara de Entorpecentes, fundamentando nessas razões, nesses levantamentos preliminares, tão-somente do endereço e nome, e me foi concedido esse alvará de escuta, que eu, de posse, dirigi-me até à TELEBRASILIA. Por meio do seu setor de segurança, foi designado um técnico para ir até aquele posto de comunicação do Lago Sul, onde foi instalado esse tipo de equipamento. Se V. Ex^{as} acharem necessário, vou demonstrar aqui como foi feito.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Depois V. S^a demonstra isso; antes, acho que o Relator tem perguntas a fazer.

O SR. RELATOR (Ramez Tebet) - Vou fazer uma pergunta aqui, para facilitar: essas denúncias foram realmente anônimas, conforme li na imprensa ou V. S^a recebeu algo mais sério? Elas foram exclusivamente de narcotráfico ou estavam misturadas com outro tipo de denúncia?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Essas denúncias anônimas davam conta do narcotráfico em Brasília. E essas insistências se davam da seguinte maneira: a pessoa me ligou nos meses de julho e agosto dando informações sobre Júlio César,

vulgo JC. Eu não dei muita credibilidade a isso no início. Após esse telefonema, houve outros telefonemas: Como é que é? Vocês não fazem nada? Estou dando tudo? Essa pessoa é um traficante e ela está aqui trazendo drogas para Brasília. Procurei ter com essa pessoa um convencimento ou até mesmo manter um diálogo aberto dando toda proteção. Essa pessoa se negava.

Eu não estava dando tanta importância ao assunto, mas ela passou a dar certos dados, além do telefone, como, por exemplo, se aprofundássemos na investigação, quanto à sua conta telefônica, encontraríamos ligações com Corumbá, Mato Grosso, São Paulo, Rio de Janeiro, cidades que costumeiramente estão na rota do tráfico. Ai, partiu meu convencimento para que eu fundamentasse e pedisse ao juiz. Por que pedi ao juiz a escuta? Escuta telefônica é uma das investigações que existem entre a gente. Por quê? Porque ela é mais fácil e mais barata. A polícia hoje não está tão equipada com recursos humanos e materiais para desenvolver com todas as técnicas anteriores para isso e, o juiz me concedendo o alvará de escuta, eu ia ter a certeza ou não que era tráfico de entorpecentes. Por isso, fiz a solicitação ao juiz.

O SR. RELATOR (Ramez Tebet) - Era uma pessoa que fazia as várias denúncias ou eram várias pessoas?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Bem, era voz masculina.

O SR. RELATOR (Ramez Tebet) - Mas pergunto, insisto...

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Não sei se era uma ou se era a mesma pessoa. Acredito que sim. Não posso afirmar, porque do outro lado da linha não tenho condições de...

O SR. RELATOR (Ramez Tebet) - Eu gostaria também, antes de V. S^a proceder à demonstração, que nos informasse o seguinte: na hierarquia da Polícia Federal, como Delegado, V. S^a estava investido dessas funções de Delegado ou exercia alguma função burocrática?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Eu, de Delegado.

O SR. RELATOR (Ramez Tebet) - E, por gentileza, quem seria seu superior imediato na hierarquia da Polícia Federal?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - À época, era o Diretor da Divisão de Entorpecentes.

O SR. RELATOR (Ramez Tebet) - Ele teve conhecimento desse seu procedimento?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Foi como disse no início: isso eu posso fazer de acordo com o meu livre convencimento. Eu posso trabalhar, livremente, e eu, após concluir isso, poderia fazer um juízo de valor e passar aos meus superiores.

O SR. RELATOR (Ramez Tebet) - Na Polícia Federal, qualquer Delegado pode ter este procedimento no caso, aqui, de Brasília?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - É um dever.

O SR. RELATOR (Ramez Tebet) - Dever, sim. Mas sem comunicar ao seu superior imediato, considerando que vai se dirigir a uma autoridade judiciária e fazer uma denúncia dessa gravidade?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Repito: qualquer delegado pode pedir quebra de escuta telefônica?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Pode.

O SR. RELATOR (Ramez Tebet) - E isto é usual na Polícia Federal?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Sim.

O SR. RELATOR (Ramez Tebet) - V. S^a pode citar alguns casos semelhantes em que tomou esse seu procedimento, pelo menos nos últimos 6 meses ou 1 ano?

E, para completar esta pergunta, pergunto a V. S^a se, ao requerer, dando os números dos aparelhos telefônicos, e V. S^a sem comunicar os seus superiores, fez o grampo, sabendo que era uma alta autoridade do Governo? E, ainda assim, é comum?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Não, senhor. Não sabia que era uma alta autoridade.

O SR. RELATOR (Ramez Tebet) - Não era normal que V. S^a, com o número dos aparelhos, procurasse a empresa telefônica de Brasília para saber a quem pertencia esses aparelhos, uma vez que V. S^a sabia onde eles estavam instalados e tanto é verdade que procedeu à instalação dos grampos?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - No meu pedido, no Ofício, aqui, consta essa solicitação porque se eu fizesse, antes, eu já estaria violando. Então, o Juiz me concedeu isto após - eu não posso antes.

O SR. RELATOR (Ramez Tebet) - Mas quando V. S^a deu os grampos, V. S^a mencionou ao Juiz de Direito, naturalmente, os números dos aparelhos e o endereço.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - Eu gostaria de pedir licença a V. Ex^a, Sr. Senador - este é um ponto em que sempre tenho tocado.

O SR. RELATOR (Ramez Tebet) - Pois não.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - Era só para que V. Ex^a pudesse perguntar: era se, realmente, essa autorização foi solicitada depois que o grampo foi feito?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Não, absolutamente, não.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - Ele falou após. O que quer dizer após?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Eu estou dizendo que para conseguir o extrato telefônico da pessoa que está sendo monitorada é somente após o meu pedido ao Juiz. Então, eu não poderia. Eu recebi esses dados da informação e foi xecado por um agente que determinei para que fizesse essa checagem.

O SR. RELATOR (Ramez Tebet) - Sr. Delegado, a minha pergunta, objetiva, é a seguinte: ao dirigir a sua petição ao Juiz, firmada por V. S^a, naturalmente que deu o número dos dois aparelhos.

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Sim.

O SR. RELATOR (Ramez Tebet) - Deu o endereço onde estão instalados os aparelhos.

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Ramez Tebet) - Então, eu pergunto: será que V. S^a não sabia que era de uma alta autoridade do Governo?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Não, senhor.

O SR. RELATOR (Ramez Tebet) - Se sabia o número dos telefones, onde eles estavam instalados e de quem era a residência, V. S^a não sabia dizer quem estava morando naquela casa?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Sabia que era Júlio César e sabia do endereço, que era no Lago. Agora, não sabia que se tratava de uma alta autoridade do Governo.

O SR. RELATOR (Ramez Tebet) - Mas, volto a repetir a V. S^a, se me permite a insistência, porque isto é de muita gravidade: V. S^a requereu, então, sabia de muita coisa, mas só não sabia o nome todo de quem ocupava a casa para qual V. S^a resolveu pedir uma determinação judicial? Esta é a pergunta que formulo a V. S^a, por gentileza.

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Quando fiz o requerimento ao Juiz, eu tinha o nome completo, o endereço e os telefones.

O SR. RELATOR (Ramez Tebet) - E o nome completo da pessoa... Quem realiza uma investigação, quem vai longe, não sabe dizer se essa pessoa é uma autoridade? Esta é a pergunta que formulo, também, a V. S^a.

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Não, senhor.

O SR. RELATOR (Ramez Tebet) - V. S^a sabia que era de Júlio Cesar. Agora, pergunto a V. S^a: esse Júlio Cesar, identificado pelo nome completo, V. S^a não teve a preocupação de saber qual era o seu cargo, quem era essa pessoa, qual a sua profissão antes de dirigir a solicitação ao juiz?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Não, senhor. Não procurei saber a função dele.

O SR. RELATOR (Ramez Tebet) - Se V. Ex^a permitir que ele proceda à exibição; acredito que os Srs. Senadores querem ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Não, primeiro os Relatores.

O SR. RELATOR (Ramez Tebet) - Perguntei se V. S^a pode citar outros casos requeridos por delegado, aqui em Brasília, sem o conhecimento da autoridade imediatamente superior a ele, ou seja, um delegado que exerça exatamente a mesma função que V. S^a exerceu?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Trabalhei, antes de ir para o CDOP, na Delegacia de Repressão ao Entorpecente da Superintendência Regional aqui no Distrito Federal.

Meu superior à época era o Superintendente. Eu, por diversas vezes, fiz solicitações, aqui mesmo em Brasília, nas Varas de Entorpecente, e já me foi concedido, sem levar ao conhecimento de meu superior.

O SR. RELATOR (Ramez Tebet) - Isso é incrível.

Sr. Presidente, pelo adiantado da hora, e sabendo que o assunto vai ser objeto de muitas perguntas dos Srs. Senadores, passo a palavra aos meus companheiros de relatoria.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Sr. Delegado, V. S^a afirma que, no trabalho de escuta, não sabia que o aparelho era de uso de uma autoridade brasileira. Mas ouvimos aqui pela gravação que, ao atender, a pessoa dizia: "Residência do Embaixador Júlio Cesar" ou, então, o interlocutor dizia: "É da residência do Embaixador Júlio Cesar? Ele se encontra?" Ao tomar conhecimento de que se tratava de um Embaixador que estava sendo investigado pelo tráfico de entorpecente, V. S^a não deu conhecimento imediato ao seu superior?

O SR. OSMAR DIAS - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. OSMAR DIAS - Não sei se é impressão minha, mas o depoente está visivelmente constrangido com a presença aqui do seu superior.

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - De forma alguma.

O SR. OSMAR DIAS - Levanto à Mesa essa questão de ordem, porque creio que ele ficaria mais à vontade para responder com a ausência de seu superior.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Agradeço, Dr. Chelotti, a sua compreensão. Fico muito sensibilizado com o seu gesto.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Estou na dúvida se o depoente respondeu a minha pergunta. Se S. S^a comunicou imediatamente ao seu superior que tinha conhecimento tratar-se de uma escuta feita na casa de um Embaixador do Brasil.

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Já respondi, dizendo inicialmente que não tinha.

No decorrer dos trabalhos, como era feito diariamente, ia-se até o local, colocava-se uma fita casete no gravador, de onde outra fita era retirada e trazida para o setor de operações. No outro dia, o procedimento era o mesmo. Tendo começado num final de semana, ele só começou a fazer essas gravações, ou essa escuta mesmo lá pelo meio da semana. E, fazendo isso, lá pela quinta ou sexta gravação, ele me trouxe os primeiros resultados. Isso eu procurei.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Ele quem?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - O agente determinado para o trabalho, no caso, subordinado a mim, como se eu fosse...

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Ele tem nome?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Tem sim, senhor. No caso, depois de feitos esses resumos das fitas eram-me passados. Procurei, então, respondendo por que não levei ao superior, o juiz para poder informá-lo, que, com esse, teríamos que estabelecer esse relacionamento semanalmente. Nas primeiras semanas, procurei o juiz para levar ao conhecimento dele. Ele estava sempre em audiência. Eu passava em frente a porta do fórum e não tinha condições de falar com ele. Certo? No vigésimo dia, mais ou menos, detérminei que o agente fosse até lá e levasse a fita, já com essas transcrições, ao juiz. Tomando conhecimento e eu também da 12^a e da 13^a, pedi que ele levasse isso ao juiz. Da mesma forma, concordamos que se tratava de uma autoridade e que o caso não tinha nada a ver com entorpecente.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Causa-nos, no mínimo estranheza, Sr. Delegado, que, na escala hierárquica da instituição que V. S^a serve, em que trabalha, esteja o juiz. Como é que V. S^a vai executar um trabalho já autorizado pelo juiz, toma conhecimento de que há uma importante autoridade brasileira envolvida e não informa ao seu superior hierárquico, mas, ao contrário, prefere discutir a questão com o juiz?

Gostaria de saber se V. S^a foi informado pelo seu agente sobre a localização dos dois aparelhos, onde é que se localizavam os dois telefones monitorados.

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Não foram dois, foi um.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Foi um.

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Somente um na residência do Lago, no endereço citado.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - O celular também.

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - O celular... Não tínhamos e não temos equipamento para fazê-lo e não o fizemos. Pedimos também as contas telefônicas para estabelecermos as ligações feitas, nesse aspecto que foi colocado dentro, mas não tínhamos, como não temos, equipamento para fazer esse tipo de coisa.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Quanto tempo V. S^a demorou a entender que seria a hora de informar ao seu superior hierárquico o que estava ocorrendo, do início da autorização judicial ao dia em que V. S^a resolveu informar ao seu superior hierárquico?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Terminado esse contato com o juiz, esperei que o setor de operações me entregasse essas transcrições que ocorreu no dia 22, quando foi feita a última gravação, o último trabalho. Feito isso, submeti à análise esses resumos que foram entregues, para que me dissessem se, realmente, tratava de tráfico de influência. Então, deram-me um relatório confirmando tratar-se de tráfico de influência. É lógico que pedi para tráfico de entorpecente, mas quando passei para a análise, eu já sabia que tinha indícios de tráfico de influência. Então, pedi que ela me desse esse relatório. Bem, no dia 2 de outubro, foi-me passado isso aí. Fiz um ofício informando ao juiz que já havia encerrado, embora no dia 21, ele tenha feito um ofício para mim suspendendo a escuta telefônica. Esse ofício foi postado, colocado no correio, no dia 27 de outubro. Não, em setembro. As datas estão aqui, é fácil de corrigir. Então, peguei isso - não, foi exata-

mente em setembro. Isso mesmo, em setembro, quando foi suspenso isso aí. O juiz falou que não tinha mais sentido de ser. Por quê? Nessas degravações já se sabia que o Sr. Júlio Cesar iria viajar, certo? Inclusive, para caracterizar esse fato, já que a vertente da investigação não procedia de tráfico de entorpecente de forma alguma, procurei, então, ver se conseguia caracterizar essa outra parte porque sabia que ia viajar num avião particular recebendo um favor. Então, procurei ver se eu conseguia, mas como eu não conhecia o Sr. Júlio Cesar até então - não conhecia, como não conheço ainda até hoje, a não ser pela mídia -, pedi para que o agente fosse até o aeroporto tentar fazer essa fotografia no dia 22. Então, por esses motivos todos, é que a gente estava, concluindo, esperando esse relatório da NASE, que me passou, no dia 2 de outubro informei ao juiz a respeito disso. Fui procurar o Dr. Vicente Chelotti para levar a ele, imediatamente; mas ele estava viajando, tinha ido naquela viagem à China. Aguardei que ele retornasse, e ele o fez em meados de outubro, quando, então, levei para ele essa informação.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - V. S^a. certamente, acompanhou, diretamente e muito próximo, o agente que executou a tarefa. E causou-nos certa espécie que, durante o período de monitoramento, algo em torno de 30 dias, apenas 3 ligações foram registradas, foram gravadas, o que nos deixou aqui perplexos, embora não fosse através dessas informações que poderíamos estabelecer a habitualidade do Embaixador de utilizar o telefone; mas entendemos que essas informações serão cheçadas pelas listagens que, certamente, a TELEBRASÍLIA nos fornecerá. Nós gostaríamos de obter de V. S^a a informação. A fita que foi remetida ao Senado contém todas as gravações obtidas durante o período de monitoramento desse aparelho?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Bem, por que treze, nesse período de 22 dias?

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Tem ou não tem?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Deixe-me expor para o Sr. e no final vou concluir com esta resposta. São treze gravações porque nós trabalhamos com esse sistema de K-7. Esse é o equipamento que temos. Nós levamos isso aqui, entregamos ao técnico da Telebrasil, ele coloca o número correspondente e isso aqui passa a disparar automaticamente. Essa fita é de 60 minutos.

Então o agente coloca a fita, deixa lá e, no dia seguinte, vai pegar; esse é um dos pormenores. O

segundo é que os empregados, o jardineiro e, principalmente, a empregada, conversavam muito, mas muito mesmo; então, muitas vezes, as conversas eram perdidas por isto. Primeiro, perdia-se porque só se tinha isto aqui, não se tratava de rolo. Se fosse rolo nós teríamos todas as conversações, a todo tempo, nesses vinte e poucos dias. Por isso, as conversas retiradas, também dessas fitas que se coloca lá, vem...

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Foram retiradas as conversas, gravações?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Deixe-me terminar de explicar, por favor. Retirava-se essa fita, trazia-se para o serviço, e dela eram retiradas as conversas tão somente do Sr. Júlio César; e era colocada uma fita que nós chamamos de matriz. Correto? Todas essas fitas, no outro dia, eram colocadas; a seguir trazia-se, e assim fazíamos. Por quê? Nós ficamos com esse material por pouco tempo. Depois nós desmagnetizamos com isto aqui. Para quê? Para ser reutilizado depois. Essas mesmas fitas são reutilizadas. Nós não temos nenhum procedimento, não temos uma regulamentação, no sentido de termos que guardar isso por um período xis. Nós fazemos isso de acordo com as nossas necessidades e as nossas condições técnicas que, infelizmente, são essas que estou apresentando para os senhores. Por isso, só treze gravações foram retiradas, em razão desses pormenores que acabei de esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Guardaram as outras?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Não. Falei com o senhor que essas aqui foram todas desmagnetizadas e foram transferidas para uma fita só, que é essa que nós levamos para o Ministro e que o Dr. Chelotti trouxe e mostrou para o senhor agora. Essa, para nós, passou a ser a fita matriz.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Sr. Delegado, certamente, depois de ouvir as primeiras gravações feitas com o Embaixador Júlio Cesar, o senhor pôde perceber que se tratava de uma pessoa estretamente ligada ao Presidente da República, com quem o Presidente da República falava várias vezes, inclusive ao telefone. É justamente o que eu queria perguntar, Senador Pedro Simon.

Nessas gravações, registradas pelo seu agente, não houve nenhuma gravação do Presidente da República?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Não senhor. As gravações feitas estão todas, na íntegra, que o Sr. Júlio Cesar teve nesse interregno, na fita.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Sr. Delegado, ainda neste instante, o senhor achou que ainda não era conveniente levar ao conhecimento do seu superior hierárquico. Por que razão, ao invés de ir ao seu superior hierárquico, as informações foram parar no INCRA?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Esse é o objeto de um apuratório que está tendo internamente.

O SR. RELATOR (Ramez Tebet) - V. Ex^a tem condições de responder por quê?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Não tenho condições de responder, porque, se fizer isso, estarei fazendo julgamento de pessoas que estão sendo investigadas.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Havia duas pessoas, Sr. Delegado. O senhor disse que uma pessoa era o senhor e a outra era o agente, que até agora o senhor não quis declinar o nome. Gostaríamos, Sr. Presidente, que o Delegado declinasse o nome do agente que executou a tarefa, ele que, diretamente, cuidava disso. Tomaram conhecimento das gravações o Delegado que está depondo, o agente que executou, o juiz a quem ele comunicou, e mais ninguém. Não houve informação ao superior hierarquicamente colocado na espiral da Polícia Federal, e a informação foi bater no INCRA. Estamos curiosos em saber como isso ocorreu.

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Bem, posso declinar o nome, mas gostaria de fazer uma ressalva antes. Gostaria que o Sr. Presidente levasse em consideração o seguinte: esse setor trabalha eminentemente com o narcotráfico e essas pessoas que trabalham lá receberam uma UR-SAS como garantia do seu trabalho. Se hoje eu divulgar e isso se tornar público, não vai ter sentido nenhum, e vou colocar em risco também a vida: Posso fazê-lo reservadamente a V. Ex^a, tranquilamente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Agradeço.

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Gostaria também de esclarecer mais um detalhe: não conhecia o Sr. Júlio Cesar e quando dessa fotografia tem um outro agente que participou para fazer essa identificação, que trabalhou no meio, junto com essa pessoa que foi investigada. Pedi para que ela viesse até o serviço e fizesse a identificação de uma foto que eu fiz desse avião com duas pessoas. Infelizmente, foi negativamente. Não era a pessoa que tentamos, porque não a conhecíamos. Há esse outro detalhe que, reservadamente, vou...

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - O senhor pode, ainda que reservadamente, informar à Comissão de que modo essa informação foi parar no INCRA e não no seu superior hierárquico?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Isso aí vai ser o objeto da investigação que está sendo feita. Acredito que em trinta dias já terá se encerrado.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Sr. Presidente, encerro a minha intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Senador Geraldo Melo.

O SR. GERALDO MELO - Não sei se seria objeto da informação reservada, mas eu gostaria que fosse informada à Comissão o nome do agente que foi utilizado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Será informado.

O SR. GERALDO MELO - Muito bem!

Queria voltar a um ponto: entendi o senhor dizer que na Polícia Federal não há nenhuma gravação feita de que participe o Presidente Fernando Henrique Cardoso, nem com o nome de Presidente Fernando Henrique, nem com o nome de Fernando Henrique nem com o vulgo "FHC".

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Não senhor!

O SR. GERALDO MELO - Não há?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Não há.

O SR. GERALDO MELO - Então, podemos registrar que se aparecer uma gravação com uma voz atribuída ao Presidente Fernando Henrique Cardoso essa gravação é falsa.

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Sim, Ex^a. Tiramos todas as conversações, na íntegra, do Sr. Júlio Cesar com os seus interlocutores. São essas 13 que foram apresentadas.

O SR. GERALDO MELO - Certo. Como integramos o Congresso Nacional, que é a Casa através da qual o povo brasileiro faz as leis que a sociedade vai adotar, fiquei muito preocupado com as informações, sobretudo do início do depoimento de V. S^a. Queria fazer a seguinte pergunta: quantos delegados tem a Polícia Federal?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Hoje não posso responder isso a V. Ex^a.

O SR. GERALDO MELO - Mais ou menos. Vinte? Cinquenta? Quinhentos?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Mais ou menos isso: uns 600.

O SR. GERALDO MELO - Uns 600. Naturalmente, eu compreendo. Quero, inclusive, deixar o delegado à vontade. Aqui só estamos interessados

na verdade. Não estamos interessados em criar nem constrangimentos nem dificuldades futuras para ele. Mas queremos, realmente, ter acesso à verdade em todos os seus aspectos.

Confesso a V. S^a que fiquei muito preocupado e, por isso, vou insistir nesse ponto: quer dizer que devo entender, como cidadão brasileiro, que qualquer um dos 600 delegados da Polícia Federal pode, a seu exclusivo critério, sem pedir autorização a quem quer que seja, dirigir-se a um juiz e pedir permissão para violar a intimidade, a vida privada de um cidadão, apesar de toda a intenção de proteger a cidadania e a intimidade das pessoas que a nossa Constituição estabelece? Qualquer delegado pode, sozinho, por contá própria, fazer isso?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Correto.

O SR. GERALDO MELO - Já passei, em outro Estado, pela mesma cadeia que V. S^a, mas gostaria que isso ficasse registrado no curso deste processo. As experiências que tivemos antes são muito valiosas, mas é preciso que conste da declaração que está sendo prestada essa informação.

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - No nosso regulamento não existe nenhuma proibição.

O SR. GERALDO MELO - Certo.

Outra pergunta: V. S^a não sabia quem era o Embaixador?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Não, Ex^a.

O SR. GERALDO MELO - Nem o conhecia fisicamente nem tinha noção de que se tratava de uma autoridade?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Não, Ex^a.

O SR. GERALDO MELO - Eu queria saber de duas coisas a esse respeito. Primeiro, como é possível a uma Polícia, com a qualidade e a competência que todos reconhecemos na nossa Polícia Federal, tomar a iniciativa de instalar uma escuta telefônica para esclarecer as suas dúvidas a respeito de uma pessoa, designar um agente para realizar essa tarefa, cumprir todo o ritual de se dirigir à Justiça e não ter o cuidado elementar de procurar saber quem é a pessoa?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Neste caso, sim, Ex^a.

O SR. GERALDO MELO - É natural isso? É da boa prática de investigação isso?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Como falei para V. Ex^{as}, existem várias formas de investigação, devido à nossa falta de recursos humanos, técnicos.

O SR. GERALDO MELO - Veja, Sr. Delegado...

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Nós captamos...

O SR. GERALDO MELO - Já entendi a sua resposta. Mas veja bem: de que maneira foi feita, por exemplo, essa fotografia do avião onde se pretendia encontrar o Embaixador?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - O agente se dirigiu até o aeroporto onde provavelmente iria embarcar, Aeroporto Internacional de Brasília...

O SR. GERALDO MELO - Sim. E aí?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Tentou fotografar, mas foi em vão. Conseguiu fotografar uma parte do avião e só.

O SR. GERALDO MELO - O agente fotografou a partir de onde? Onde ele estava com a câmara?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Não sei.

O SR. GERALDO MELO - Segundo os jornais, estava em outro avião, colocado ao lado daquele onde o Embaixador embarcaria. É certo isso?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Não sei.

O SR. GERALDO MELO - Não sabe. Porque eu queria dizer o seguinte: se há dificuldade de recursos para umas coisas, não há para outras.

Vou encerrar perguntando a V. S^a o seguinte: essa mudança da fita na TELEBRASÍLIA, quantas vezes por dia se operava?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Vinte e quatro horas.

O SR. GERALDO MELO - Uma fita com capacidade de gravar 60 minutos era colocada na TELEBRASÍLIA uma vez a cada 24 horas. Isso uma vez a cada 24 horas, toda manhã. Eu lhe confesso que estou admirado. Mas aí é que está. Se era para gravar 1 hora por dia, a que horas começava isso? A que horas começava a gravação? Acionado, quer dizer, que na casa do Embaixador depois de falar de 60 minutos não se gravava mais nada?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Não, isso.

O SR. GERALDO MELO - É isso?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Isso.

O SR. GERALDO MELO - Pois é. Eu estou realmente surpreendido, se alguém que passe o dia fora, que se ponha uma fita, lá, de manhã - o senhor mesmo declara que os empregados da casa falavam demais no telefone -, ainda que se tenha conseguido gravar 13 conversas desse homem.

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Bem, isso...

O SR. GERALDO MELO - Como é? Só sábado e domingo. Muito bem.

Sr. Presidente, não tenho mais nada a perguntar.

Agradeço ao Delegado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Antes de passar ao Senador Suplicy, quero dizer que quando me gravarem terão que botar uma coisa maior, porque eu falo demais. Uma fita de 60 minutos não dá para mim.

Com a palavra o Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Mário José dos Santos, V. S^a mencionou a precariedade dos instrumentos da Polícia Federal. Mas fico pensando que certamente a capacidade dos delegados de investigação deve ser a melhor possível.

Agora, eu pergunto se constitui procedimento usual atravessar as mais diversas etapas de investigação, como levantamento do local de moradia, de trabalho, das pessoas com as quais a pessoa investigada mantém relações e outras informações, se a tudo isso não deve acompanhar a escuta telefônica? Porque uma coisa é a precariedade de instrumentos mais sofisticados. Mas e os outros procedimentos normais de investigação foram utilizados pela Polícia Federal? Quer dizer, porque seguiu-se a pessoa na hora que ele foi viajar para o exterior. E para o local de trabalho?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Não.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Seguiu-se até ao aeroporto para a identificação.

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Não, para a fundamentação o agente só fez o levantamento no local uma vez, viu onde era e concluiu que não tinha condições de fazer a vigilância, mesmo porque, como eu disse, só tinha esse agente no setor de operações. Então, por isso que eu optei por essa etapa mais rápida que foi a escuta. Eu levei até o juiz e aí o senhor já conhece bem.

Bem, no caso do avião, nós sabíamos, pelas gravações, o horário em que ele iria para o aeroporto.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Para viajar para onde?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Para os Estados Unidos. Nós sabíamos isso pelas gravações, certo?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Neste caso, então, não foi no Aeroporto Internacional de Brasília, nos vôos normais?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Não senhor.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Foi no hangar da Líder?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Da Líder.

Então, ele foi para lá tentar fazer essa fotografia com a máquina comum que não tem despesa. E só o deslocamento do Setor Policial Sul até o Aeroporto.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Por que que não foi na porta da casa fotografar? Seria inadequado?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Não, não é esse o fator. Tentávamos, então,...mas o que nos interessava não era saber...

O SR. EDUARDO SUPLICY - Era a pessoa, era o avião?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Não, não era isso. Não vou responder isso. O que estou querendo dizer é o seguinte: o que nos interessava de início na investigação era de tráfico de drogas e não foi caracterizado. Tentamos ver então, devido a essa possibilidade do tráfico de influência, pegar o momento exato, onde ele estaria entrando no avião para ir para os Estados Unidos.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Em termos de probabilidade - V, S^a é especialista em investigação -, nenhuma das treze fitas, nas conversas aqui gravadas, termina por falta de fita. Normalmente, todas elas são concluídas com um "até logo". Mas há uma delas que não se inicia por "alô, quem fala?", e sim pelo meio da conversa.

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - É deficiência, então, da passagem para a fita, na hora de fazer a gravação. Penso que só há uma conversa nesse sentido, com essa interrupção.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Mas, no começo? Uma coisa seria a interrupção antes de terminar a conversa. Eu gostaria que nos fosse explicada a interrupção antes de iniciar a conversa.

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - A fita que trouxemos, que é a que tenho, teria que ser analisada. Não observei esse detalhe. Teria que se verificar, então.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Penso que seria importante para esclarecimento daquele episódio, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Agora, não vai esclarecer não.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Tudo bem. O Presidente aqui é o Presidente.

Eu gostaria ainda de perguntar se a Polícia Federal tem forma de detectar escuta telefônica de outros. O Sr. José Affonso Assumpção mencionou que

é comum entre empresas de alta tecnologia, com grandes interesses econômicos, a realização de espionagem. Porventura, a Polícia Federal tem meios de detectar quando há escuta telefônica por terceiros?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Infelizmente, não.

O SR. EDUARDO SUPLICY - V. S^a tem conhecimento de que, nos Estados Unidos, por exemplo, o FBI tem tido capacidade de degravar fitas, de recuperar a gravação de fitas que foram depois apagadas por métodos magnéticos? A Polícia Federal tem a capacidade de conseguir - quem sabe o Senador Romeu Tuma, que também conhece bem tudo o que ocorre com a INTERPOL e com o FBI - ou poderia informar à nossa Comissão se fitas degravadas por processo magnético têm possibilidades de serem recuperadas no seu conteúdo? No caso **Watergate**, por exemplo, houve a possibilidade de recuperarem-se as fitas que haviam sido degravadas.

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Essa também foi reutilizada, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Estou encaminhando à Mesa, Sr. Presidente, para concluir, um requerimento no sentido de que seja solicitado o envio das fitas originais de todas as gravações, mesmo que degravadas.

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Já foi reutilizada.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Estou mencionando que, apesar disso, há tecnologia.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Este pedido já foi feito ao Ministério, oficialmente, desde a primeira reunião.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Está bem. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Concedo a palavra ao Senador Geraldo Melo.

O SR. GERALDO MELO - O Delegado não sabia que se tratava de uma autoridade e que a investigação começou na busca de tráfico de drogas. Convencido de que não havia tráfico de drogas, a investigação prosseguiu, pretendendo-se encontrar tráfico de influência. Mas não pode haver, ninguém vai traficar influência se não tiver influência. Se não for uma pessoa influente, que tráfico de influência poderia fazer? Quer dizer, no momento em que mudaram a qualidade da investigação, provavelmente, já sabiam que se tratava de uma pessoa importante no País.

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Isso já estava no décimo-segundo dia, e nós já sabíamos

que se tratava de um Embaixador e que era da Presidência da República, sim, Senhor. Então, sabedor também que ele teria esse procedimento para ir, como estava dentro do prazo, e eu estava levando isso ao conhecimento do Juiz, achei que deveria, pelo menos, nesse aspecto, concluir.

O SR. GERALDO MELO - Muito obrigado, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Vou conceder a palavra ao Senador Bello Parga que abriu mão nas duas vezes anteriores; em seguida, concederei a palavra ao Senador Bernardo Cabral.

O SR. BELLO PARGA - Sr. Delegado, a minha primeira questão se refere aos documentos firmados por V. S^a. No dirigido ao Juiz pedindo autorização, V. S^a falou em tráfico de drogas; no posterior, citou que foram encontrados elementos de tráfico de influência que tinham sido objeto da investigação. Como se explica essa contradição?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Essa contradição é explicada da seguinte forma: ao receber as treze transcrições, passei-as à análise e as entreguei.

O SR. BELLO PARGA - Isso já compreendi, Sr. Delegado. V. S^a declarou que o tráfico de influência tinha sido objeto da investigação anterior.

O SR. MÁRIO JOSÉ - Não.

O SR. BELLO PARGA - Está lá no documento.

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Não. Estou tentando esclarecer isso; é tráfico de drogas, certo? Então, pedi para quê? Como eu já sabia que havia indícios de tráfico de influência, pedi para que a análise me desse um relatório final dessas três degravações, no qual ela disse que o serviço, desde o início - o serviço a que se refere é o da interpretação do tráfico de influência - já havia passado para eles. Não era com referência ao tráfico de drogas, não, que é um relatório final da análise.

O SR. BELLO PARGA - Outra questão. V. S^a diz que está incurso um inquérito, na Polícia Federal, para apurar como a informação chegou ao IN-CRA e que não pode manifestar-se sobre ela. V. S^a afirma isso?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Não, estou dizendo que esse vazamento tem uma sindicância para apurar para saber como se chegou lá. Não se trata de inquérito, e sim de sindicância inicial para apurar o ocorrido.

O SR. BELLO PARGA - Uma sindicância policial?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - É.

O SR. BELLO PARGA - Só existe essa sindicância policial?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Para o tráfico de influência.

O SR. BELLO PARGA - Não, sobre vazamento. Só existe essa para o vazamento como chegou ao INCRA, não é isso? Peço que confirme. É isso?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Sim.

O SR. BELLO PARGA - Quer dizer que não há sindicância para saber como a transcrição chegou a um jornalista, nem como uma cópia da fita chegou à televisão?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - É isso.

O SR. BELLO PARGA - Também está no mesmo processo?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Está no mesmo contexto.

O SR. BELLO PARGA - Está bem, Sr. Presidente, era isso que eu desejava saber.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL - Sr. Presidente, Srs. Senadores, vou registrar o que fiz com os depoimentos anteriores: não tomem nenhuma pergunta com a idéia de causar-lhes desconforto. Quero somente formar o meu juízo. E antes disso, gostaria de saber qual é a sua idade e o tempo que V. S^a tem como Delegado?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Tenho 43 e sou Delegado desde 1988.

O SR. BERNARDO CABRAL - Há sete anos.

Sr. Presidente, temos que nos curvar com um problema lógico. Se alguém se joga do vigésimo andar e diz que vai chegar embaixo são e salvo, pela lógica, ele não chegará em tal condição. Este depoimento, Sr. Presidente, não tem nenhuma lógica.

Quero dizer, Sr. Presidente, que estou constrangido, me sinto constrangido em ver que alguma coisa freia o depoimento do Delegado Mário José dos Santos. Parece-me que S. S^a sabe mais do que diz. Mas, algo mais forte, o está represando.

Veja bem, Sr. Presidente, quando ele formou convencimento, levou ao seu superior imediato. Este é, mais ou menos, o fato. O superior imediato estava viajando, que era o Delegado Superintendente Chelotti, tal qual foi dito aqui. Ele aguardou a volta do Superintendente Chelotti, quando, pela lógica, deveria levar ao Superintendente em exercício. Não o fez.

Um outro assunto, Sr. Presidente, é que ele não falou com o juiz, apesar de passar duas ou três vezes, mas mandou um agente, seu subordinado,

que acabou falando e mostrando. Ora, seria muito mais difícil para um simples agente do que para ele. Na hora em que se indaga do Delegado Mário José dos Santos quem é o agente, ele, e aí não é o **sprit de corps**, declara que não quer revelar, porque pode prejudicar. Mas se ele é o Delegado, muito mais está ele exposto, Sr. Presidente. Pela lógica, não poderíamos estar tomando o depoimento de uma autoridade que está exposta mais do que qualquer agente.

Sr. Presidente, vaza uma conversa que só três pessoas sabem. Ou o Delegado forneceu, ou esse agente, ou aquele outro que o nosso Delegado registrou. Mas há ainda uma quarta pessoa: e o funcionário da Telebrasil? E o juiz?

Sr. Presidente, sou um defensor da Polícia Federal e não posso entender, e não vou entender nunca, que a Polícia Federal seja bisonha. Jamais, em tempo algum! Por isso que perguntei ao Delegado Mário José; há oito anos ou sete, que S. S^a é Delegado. Portanto, após a nossa Constituição de 1988, quando a Polícia Federal foi institucionalizada, quando a ela foi dada competência - e essa mão ajudou -, nenhum policial federal deve temer, Sr. Presidente, de declarar aquilo que sente. A não ser - e por isso que me sinto constrangido - alguém que o Delegado Mário José está poupando. Porque não é crível, não é lógico que não se tome uma fotografia, por mais bisonho que fosse esse agente, na porta, na saída de qualquer lugar, Sr. Presidente. A Polícia Federal tem meios, e é uma Polícia competente. Agora, o que ficou restando no meio do povo, que está ouvindo, é a preocupação do Senador Geraldo Melo de que cada delegado vai pesquisar, vai atrás da vida de qualquer pessoa, com um simples pedido, o que não é verdade. A pergunta é oportuna; a resposta não é lógica. Porque nenhum delegado quer correr esse risco, a não ser que alguma coisa esteja por trás disso. Digo com a experiência de convívio que tive com o Sr. Ministro da Justiça e com o Senador Romeu Tuma quando Superintendente da Polícia Federal. Não vou fazer nenhuma pergunta, Sr. Presidente, ao Delegado para não constrangê-lo mais. Entendo que ou a solidariedade que ele está dando a alguém, ou o receio de qualquer outra coisa, por isso quero poupá-lo. E mim também me poupo por que não vejo lógica no que ouvi.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Com a palavra o nobre Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Delegado Mário José, os meus colegas, Senadores, podem se sur-

prender, mas quero cumprimenta-lo pela iniciativa, pela ação, pela decisão e pela coragem.

Espero que este seu trabalho resulte num esclarecimento definitivo e no encerramento desse capítulo do SIVAM - que ele recomeça de uma forma mais clara e mais limpa.

Eu faria um reparo ao sistema judiciário brasileiro. Acredito que quando um delegado solicitasse escuta telefônica a um juiz, deveria não solicitar a um juiz singular mas, no mínimo, a um colegiado de três juízes, para que este assunto fosse tratado com mais equilíbrio.

Eu tenho orgulho do trabalho desenvolvido por V. S^a, que está nos ajudando a encaminhar o esclarecimento de um escândalo. No entanto, deixo com V. S^a uma pergunta: nesta fita, que não é de uma hora - como tratamos dela até agora - mas de 30 minutos, porque ela é colocada de um lado só e o seu gravador não tem reversão. É uma fita de uma hora que grava 30 minutos ininterruptos. Nesta fita, temos uma gravação telefônica de número 9 que não tem início. Todas elas se iniciam com o sonar da discagem, com o início da conversa e a apresentação dos interlocutores, e esta fita nº 9 aparece sincopada. Por que ela começa abruptamente?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Talvez tenha sido por um defeito na hora de fazer essa transposição.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Eu quero - como o Presidente do INCRA, Sr. Francisco Graziano - dizer a V. S^a que, embora esteja, neste momento, se expondo a essa situação, constrangedora em alguns momentos, V. S^a, Delegado, colaborou, deu um pouco da contribuição possível para o fim da corrupção no País.

Muito obrigado, Delegado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Com a palavra o nobre Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS - Sr. Presidente, quero perguntar ao Delegado Mário José, já que li pela imprensa declaração confirmada pelo ex-Presidente do INCRA, Sr. Francisco Graziano, de que ele teria entregado a fita ao Presidente da República. Se ele entregou, ele recebeu de alguém. A quem o senhor entregou a fita?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Eu vou responder esta pergunta, como já disse, aqui: a informação inicial, eu prestei ao Juiz, quando levei e, depois, quando o Diretor-Geral retornou da viagem, para ele, todo o material; e é objeto de investigação em curso exatamente este outro ponto, que esses nomes serão revelados depois.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - A pergunta é a quem o senhor entregou a fita?

O SR. OSMAR DIAS - A minha pergunta é a quem o senhor entregou a fita?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - O senhor tem que responder a quem entregou a fita - se foi ao Diretor ou a quem foi? Não é para haver sindicância porque senão o senhor não estaria aqui. O senhor entregou ao Diretor-Geral?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Quando ele voltou, eu entreguei o documento ao Diretor-Geral e esse material - a fita ficou comigo. Eu entreguei o material dos resumos.

O SR. OSMAR DIAS - Sr. Delegado, o Dr. Francisco Graziano confirmou que entregou a fita ao Presidente. Alguém entregou ao Sr. Francisco Graziano. Foi o senhor quem entregou ao Sr. Francisco Graziano.

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Isto é objeto da sindicância.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - O senhor tem que responder.

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Isto é objeto da sindicância.

O SR. OSMAR DIAS - Esta aqui - nós estamos fazendo exatamente isto e gostaria de ter a resposta.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - O senhor foi elogiado injustamente e é por isto que o senhor está respondendo assim.

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Não, senhor.

O SR. OSMAR DIAS - Eu gostaria de saber a resposta: se o senhor entregou a fita ao Sr. Francisco Graziano?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Não. Eu não entreguei.

O SR. OSMAR DIAS - A quem o senhor entregou?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Eu não entreguei ao Sr. Francisco Graziano.

O SR. OSMAR DIAS - A quem o senhor entregou a fita?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Isto é objeto da investigação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - O senhor tem que responder.

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Se eu falar aqui a quem eu entreguei - eu vou dizer isto, reservadamente, para V. Ex^{as}.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PEDRO SIMON - Você entregou a fita para o Diretor-Geral quando ele veio? Está dizendo que entregou assim. Você deve ter entregue a fita ao Diretor-Geral quando ele veio. Ou então o Diretor-Geral deve ter-lhe pedido a fita. A primeira coisa que o Diretor-Geral fez foi lhe pedir a fita.

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Quando ele retornou em meados de outubro, eu entreguei para ele essa fita que ele levou ao Ministro da Justiça.

O SR. PEDRO SIMON - Entregou a fita?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Sim, o diálogo, certo?

O SR. ROBERTO REQUIÃO - O senhor poderia ter entregue esta fita ao substituto eventual do Dr. Chelotti. Por que não o fez?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Eu achei melhor aguardar o seu retorno para fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Então, foi entregue ao Dr. Chelotti?

O SR. ROBERTO REQUIÃO - O senhor entregou a fita ao Dr. Chelotti?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Quando ele retornou da viagem.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Antes, tinha entregue alguma cópia a outra pessoa?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Ficou uma cópia comigo.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - E o senhor entregou a outra pessoa essa cópia?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Isso é objeto da sindicância, não é objeto, não, delegado.

O SR. PEDRO SIMON - O que está sendo investigado na polícia é o que aconteceu, como foi parar na IstoÉ, como foi parar no Graziato, quem pediu e quem não pediu.

Estamos pedindo só o seu procedimento. Quer dizer, o senhor não vai contar nada? Nós não estamos pedindo para o senhor delatar nem A, nem B, nem C.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Sr. Presidente, esta Comissão está realizando também uma sindicância.

O SR. BERNARDO CABRAL - Sr. Presidente, desculpe, mas está havendo uma injúria por omissão a todos os Srs. Senadores. V. Ex^a reduza, então, a uma sessão secreta...

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Eu só queria expor, só queria expor...

O SR. BERNARDO CABRAL - Só um minutinho. Sr. Presidente, continuo com a palavra pela ordem. Ou V. Ex^a reduza naquele episódio...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Ele está me dizendo para tirar todos os jornalistas daí, não vou tirar.

O SR. OSMAR DIAS - Sr. Presidente, reconheço que cometi uma indelicadeza quando levantei uma questão de ordem.

O SR. PEDRO SIMON - (Fora do microfone)

O SR. OSMAR DIAS - Sr. Presidente, gostaria de concluir a minha participação dizendo que cometi uma indelicadeza quando levantei a questão de ordem pela presença do Superintendente da Polícia Federal, achando que era ele que estava levando ao constrangimento o depoente. Mas eu cometi uma indelicadeza, esse constrangimento não era a presença. Acho que é mais por aquilo que disse o Senador Bernardo Cabral.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Depois darei conhecimento à Comissão da...

O SR. EDUARDO SUPPLY - Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

V. Ex^a, há pouco, como Presidente da Comissão, mencionou que o Sr. Delegado Mário José...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Ao final, em reunião secreta da Comissão, direi o que me foi dito, mas não direi na presença de jornalistas.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Eu pedi uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Foi um compromisso que assumi com o Delegado.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Mas Sr. Presidente, pedi a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Senador Suplicy, vamos prosseguir porque está muito tarde. Vamos prosseguir com as audiências.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Apenas, Sr. Presidente, gostaria de dizer que V. Ex^a há pouco, como Presidente, mencionou que o depoente foi elogiado injustamente, se eu compreendi bem.

Gostaria de dizer que faço minhas as palavras do Senador Roberto Requião, porque acredito que o Delegado...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - A Ata vai fazer constar o seu elogio também.

O SR. EDUARDO SUPLICY - ...que o Delegado Mário foi elogiado justamente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Com a palavra o Senador José Ignácio.

A Ata fará constar a sua declaração.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - Farei as perguntas bem objetivas.

Houve um técnico da Telebrasília. Como se chama esse técnico?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - O técnico inicial para estabelecer o primeiro contato é o técnico da segurança.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - Sim, mas o senhor pode providenciar e mandar a informação para a comissão?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Sim.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - O senhor mandará o nome dele?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Sim. O senhor pode fazer o requerimento à Telebrasília e ela lhe informará, porque foi esse ofício também do juiz para a Telebrasília, e ela é que designa esse técnico.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - Bom, a segunda é a seguinte: Quantos requerimentos foram feitos a juizes, em Brasília, em situações semelhantes, mesmo que não possa ser respondido agora é evidente que os pedidos ficam arquivados - não é isso? -, eu até diria nos últimos dois anos, é perfeitamente possível se ter aqui uma informação acerca de quantos requerimentos foram feitos em situações idênticas nos últimos dois ou três anos. Se não for destinada ao depoente, já deixo formulado à comissão este pedido, no sentido de que oficie a Polícia Federal. E mais ainda o seguinte: As fitas eram degradadas de quanto em quanto tempo? Quer dizer, elas chegavam e imediatamente entravam no processo de degravação?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Não, porque o agente não tinha só esse serviço, tinha outros serviços a fazer.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - A pergunta é a seguinte: Quem fazia essa degravação? Era o mesmo agente que ia lá fazer a operação?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Sim, senhor.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - Quer dizer que ele datilografava. Ele é datilógrafo, recolhia e degradava.

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Sim, senhor.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - Muito bem. E de quanto em quanto tempo? Quer dizer, isso é perfeitamente possível, se é de semana em semana, porque tem que ter um prazo razoável, não é?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - As primeiras como falei, foi depois da quinta ou sexta retirada lá do PC, do ponto central lá da Telebrasília, e depois disso ele ia fazendo de 24, 48 horas, de acordo com o tempo que ele ia dispondo, porque isso requer muito tempo para fazer.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - Não preciso ir além, porque estas respostas vão ficando para efeito de aferição depois. Agora, finalmente, se V. S^a gravou também no gabinete do Embaixador, no Planalto, porque S. Ex^a disse aqui que foi feita gravação no gabinete dele no Planalto. Inclusive uma das conversas só poderia ter sido gravada lá. Quem disse isso foi o Embaixador; que não poderia ter sido feita em outro lugar, porque S. Ex^a se lembra bem que foi lá.

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - A Telebrasília, melhor dizendo, ele está procurando com isso descaracterizar e desvalorizar...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - V. Ex^a tem que responder ser foi ou não foi no Palácio.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - Sr. Presidente, o Senador Pedro Simon está me sugerindo e passo a V. Ex^a, naturalmente será o juiz da conveniência de fazer, que mais do que só a afirmação do Embaixador existe a voz da telefonista do Palácio do Planalto, que foi quem recebeu a ligação gravada no Palácio do Planalto.

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Não existe esta conversa. Não existe. É a empregada dele, ou namorada, ou alguma pessoa que estivesse na casa dele. O que existe é o seguinte: uma ligação desse empresário para o Sr. Julio César - inicialmente isto pode ser provado, é só pedir à Telerj -, desse empresário que ligou para ele, isso a própria revista que publicou já fez a investigação e já nos mostrou que está lá. Ele ligou para a Presidência da República, dois, três minutos depois está na casa dele a ligação, logo em seguida, onde foi atendida esta conversação que ele falou. Jamais foi feita qualquer gravação em outro lugar a não ser esse lá na Telebrasília, com a participação da Telebrasília, com técnicos e com esses equipamentos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Mas não foi feita no Palácio do Planalto?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - De forma alguma. Em outro lugar não. Só na residência.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - Sr. Presidente, termino convencido de que esta investigação vai permitir realmente uma mudança profunda nisto, inclusive na legislação e saneamos muita coisa, porque tenho consciência de que a Polícia Federal está muito acima dessas coisas. Ela tem um valor muito grande. Não posso entender que as pessoas tomem conhecimento do teor dos assuntos gravados, que sejam, portanto, os juízes da oportunidade e da conveniência, os juízes desse teor, os juízes do que devem apagar e do que devem usar e, quem sabe até, lamentavelmente - disso residualmente tenho consciência, pela importância da Polícia Federal -, daquilo que devem guardar para usar quando for conveniente.

Isso é profundamente lamentável. Digo isso diante de uma pessoa que me parece até uma pessoa séria e que está profundamente constrangida. Percebo, sou promotor, tenho noção dessas coisas. Sei até quando os olhos da pessoa mexem - o olho mexe muito.

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Vou procurar fixar meu olhar, então.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - V. Ex^a sabe que quando se mexe muito o olho para a direita, está-se buscando um lado do cérebro que é o da imaginação. Ninguém busca nesse lado informações. Busca-se na esquerda. É apenas um detalhe a que me leva a prática.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Com a palavra o nobre Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA - Dr. Mário, fixe seu olhar em mim. Eu, sinceramente, conheço seu trabalho, a sua personalidade. Acompanhei vários inquéritos sob a sua direção.

Sei que nós, como dirigentes de equipes, temos o sentido de proteção daqueles que conosco trabalham. Temos essa cautela até para podermos, no futuro, dar as costas àqueles que trabalham conosco, principalmente na missão de combater o crime. Se não pudermos dar as costas a quem trabalha conosco, jamais poderemos chefiar uma equipe.

Compreendo a sua situação, as suas dificuldades. Sei até, eu diria sem sofisma, sem fazer qualquer tipo de gozação, que o senhor teve sorte. Nos trinta dias conseguiu gravar os treze importantes para os indicativos que o senhor buscou. Depois, não sei se foi na décima segunda gravação ou no décimo segundo dia que o senhor soube que se tratava de um Embaixador.

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - No décimo segundo dia, Senador.

O SR. ROMEU TUMA - Então o senhor teve mais dezoito dias, sabedor de que era um Embaixador.

Não entro no mérito, como disse o Senador Roberto Requião, da importância de se trazer a público a possibilidade de alguém trabalhar dentro do Governo fazendo tráfico de influência.

Pergunto - está aí o nosso promotor José Ignácio Ferreira, que sabe - se o senhor teria constrangimento de chegar perante o juiz e pedir um grampo telefônico, baseado num tráfico de influência com gravidade, com corrupção, que iria ferir um bem maior, em que quebraria o bem individual do cidadão, a sua privacidade, para proteger um bem maior, a própria sociedade, que sofre com uma corrupção da envergadura dessa em negócios do Estado. O senhor teria algum constrangimento em levar ao juiz esse pedido, em vez de montar... Não estou dizendo que o senhor montou, mas às vezes se corre o risco de montar uma fachada legal para conseguir o objetivo e não perder a oportunidade.

A história do tráfico de drogas poderia ser uma cortina para conseguir o objetivo do grampo mediante o qual o senhor queria identificar o tráfico de influência. O senhor teria constrangimento de chegar ao juiz e dizer isso?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Sim.

O SR. ROMEU TUMA - Não teria. Ou teria?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Eu ficaria constrangido em fazer uma farsa. Não é isso que V. Ex^a está colocando?

O SR. ROMEU TUMA - Por isso acho que é importante o projeto de V. Ex^a que elenca os crimes.

Agora eu diria, até para ajudar a quebrar o constrangimento, que já é notícia, inclusive de revista, que foi o Cláudio que foi identificar as duas pessoas, e que pegou a fita e provavelmente a fez chegar às mãos das pessoas que a levaram ao Sr. Francisco Graziano.

Pergunto se o senhor confirma o Cláudio ou não? (Pausa.)

Quero que o senhor olhe para mim, eu quero ajudá-lo, eu tenho respeito pelo senhor e sei do seu trabalho. Cumprimento-o também pelo seu trabalho e pela sua coragem de vir aqui e sustentar uma posição. Acho que é válido.

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Sei. Senador Tuma, V. Ex^a, pela imprensa, tomou conhecimento e sabe que tem um procedimento interno...

O SR. ROMEU TUMA - Acho que o procedimento é correto para apurar responsabilidades dentro do órgão. Mas o que pede esta Comissão não é para acusá-lo nem levá-lo a uma responsabilidade,

apenas para identificar os responsáveis pelo fato de se chegar próximo ao Presidente com uma gravação sem o conhecimento de nenhuma das autoridades envolvidas. Até porque eu entendo - e tenho respeito pelo Chelotti - não entregar ao Favetti durante a ausência do Chelotti, que legalmente respondia pela direção do colega.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Estamos entre colegas, de maneira que temos uma linguagem meio...

O SR. ROMEU TUMA - Não, eu estou procurando, desculpe, quebrar esse constrangimento, essa angústia dele para ver se, se soltando, ele faz aquilo que a Comissão deseja e que vai ser do conhecimento do público hoje ou amanhã com a sindicância. Ninguém quer crucificá-lo.

O SR. PEDRO SIMON - Ninguém quer atrapalhar a vida de ninguém.

O SR. ROMEU TUMA - Não, pelo contrário. Ele está recebendo ordem; fez porque tinha uma missão.

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Não, eu fiz, como avisei e como falei no início, eu não fiz recebendo ordem. Eu fiz um requerimento...

O SR. ROMEU TUMA - Não, você tem uma ordem tácita de efetuar esse trabalho. Por isso você está nesse órgão.

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Ah sim, claro, claro.

O SR. ROMEU TUMA - Você não poderia fazer indiscriminadamente; não pode qualquer delegado ir buscar uma ordem, o juiz nem o conhece.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Prezado Senador Romeu Tuma, permita uma pequena observação. V. Ex^a que sempre trata as pessoas com tanto respeito...

O SR. ROMEU TUMA - Eu estou tratando com respeito e com carinho.

O SR. EDUARDO SUPLICY - V. Ex^a está tratando com uma pessoa que foi seu subordinado, por ter sido o principal titular...

O SR. ROMEU TUMA - Estou tratando com um colega - a que o Presidente fez referência. Não o estou desrespeitando.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Está certo. Mas é que fico preocupado que, como V. Ex^a...

O SR. ROMEU TUMA - Estou mais angustiado do que V. Ex^a, porque não gosto de ver um colega na situação em que ele aqui se encontra, no sentido de defender algo. Desculpem-me, eu o estou tratando com respeito e quero passar o sofrimento dele para mim. Por isso é que eu estou absorvendo tudo

isso tentando ajudá-lo, porque o meu caráter é igual ao dele, de policial.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Eu compreendo isso. Mas...

O SR. ROMEU TUMA - Eu não o estou desrespeitando. Desculpe-me, Senador. Tenho admiração por V. Ex^a e estou aqui numa angústia profunda. Não gostaria de fazer uso da palavra; só o fiz para tentar ajudá-lo.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Senador Romeu Tuma, permite-me um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Olha, o Senador Eduardo Suplicy também está no mesmo propósito do...

O SR. ROMEU TUMA - Sou favorável a que coloque ladrão e bandido na cadeia. Não discuto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - E todos nós somos da mesma maneira. Todos nós temos o princípio de apurar. Todos queremos apurar e queremos também tratar o depoente com o maior carinho, até mesmo diante da situação em que ele se encontra. De modo que queremos tratá-lo com o respeito que merece, principalmente...

O SR. ROMEU TUMA - Estou tratando; se exagerei, peço desculpas, Mário, mas é porque eu estou sentindo a sua angústia, querendo transferi-la para mim.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - De modo que vamos passar adiante.

O SR. ROMEU TUMA - Não tem absolutamente sentido algum.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Sr. Presidente, pela ordem. Como eu fiz a pergunta que levou a esse constrangimento, quero dizer ao Delegado que ele não deve se sentir como réu nesse processo. Na verdade...

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Eu não estou me sentindo.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Na verdade, o que estamos querendo conhecer a verdade, porque sabemos que V. S^a estava cumprindo o seu dever. Isso foi dito aqui no começo. Ninguém está aqui condenando o serviço que V. S^a prestou. Muito pelo contrário. Nós estamos aqui querendo saber quem é quem nessa história. Se alguém usou a influência que tinha e se alguém pegou dinheiro de alguém. Penso que o seu trabalho foi muito útil para chegarmos à verdade. Portanto, não se sinta aqui acusado de nada, porque ninguém está fazendo isso.

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Agradeço.

O SR. ROMEU TUMA - Só concluindo, Sr. Presidente. Me desculpe, Mário, se entendeu... Gostaria que essa conversa fosse coloquial. Então, se subi um pouco a temperatura, foi pela transferência da sua angústia.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Concluindo, a pergunta é...

O SR. ROMEU TUMA - Se ele confirma que foi o Cláudio que pegou a fita, que foi identificar e que estava provavelmente trabalhando no Palácio. Então, isso é apenas para furar a bexiga e tentar soltar o ar.

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Estou nesta Casa, que considero a mais séria e onde estão as mais altas representatividades da Nação. O meu comportamento não é de me esconder, de ficar atrás ou proteger alguém. Não é isso. Estou dando aqui o respeito que cada um de V. Ex^{as} merece e demonstrando a admiração que tenho por cada um dos senhores. Mediante isso, volto a insistir com V. Ex^a, que foi nosso chefe por quase 8 anos, que se eu revelar esse nome ou confirmá-lo, estarei já prejulgando ou colocando o agente nessa situação.

O que posso dizer é que ele teve participação em determinado momento, na investigação também. Isso posso afirmar.

O SR. ROMEU TUMA - Doutor, dou-me por satisfeito. Apenas quis ajudá-lo.

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Eu lhe agradeço muito.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Obrigado, Senador Romeu Tuma.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON - Não, não me inscrevi. Mas já que V. Ex^a me citou, faço as perguntas.

Quero dizer que estamos vivendo realmente, Sr. Delegado, um caso que tem várias facetas. Temos que analisar a questão sob vários ângulos. O ângulo sob o qual temos que analisar V. S^a não tem nada a ver com o restante. V. S^a desempenhou seu papel. Está provado que V. S^a esteve lá, fez a gravação, viu que era um embaixador, pegou essa prova, podia ter tentado fazer, vender, trocar por dinheiro e...

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Exatamente.

O SR. PEDRO SIMON - V. S^a não fez isso. Então, V. S^a fez o seu papel. Agora, V. S^a tem que encontrar um momento entre continuar cumprindo seu papel - o Senador Tuma disse isso com muita razão.

Não pode caminhar tendo às costas alguém que pode agredi-lo, mas deve avançar, fazer um esforço no sentido de ajudar esta Comissão buscar o que ela realmente deseja.

O que achamos estranho é que V. S^a viu e entendeu, em determinado momento, que se tratava de um embaixador, que não se tratava de tóxico, que se tratava de tráfico de influência e que envolvia a figura do Presidente da República. Eu gostaria de saber qual foi a razão que levou V. S^a a ficar com esse assunto tanto tempo sem expressar, sem externar ou para o chefe ou para alguma pessoa que estivesse acima? É porque V. S^a não tem confiança nessa pessoa?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Lamentavelmente, tenho que informar a V. Ex^a que lamento mesmo muito eu não ter um conhecimento na área política, na área palaciana. Meu conhecimento se restringe à área de entorpecentes. Dr. Tuma trabalhou conosco e sabe disso.

Desses nomes referidos, eu só conhecia o do Senador Sarney, nem mesmo o do Deputado Gilberto Miranda eu não conhecia, do Senador Gilberto Miranda, perdão, assim como tem outras autoridades que eu não conhecia, como o próprio Embaixador Júlio Cesar, que tentamos - é até bisonho mesmo, concordo plenamente - fotografá-lo e não conseguimos. Tive que utilizar, conforme o Dr. Tuma está tentando me ajudar, uma pessoa que conheceu no Palácio todas aquelas pessoas, que foi o agente Cláudio, que ele citou aí. Esse agente me ajudou a tentar identificar. Ele tomou conhecimento de parte dessa investigação. Certo?

É isso o que tenho a dizer com relação a isso aí. A participação dele, que comecei até a falar com o Senador aqui.

Esse agente Cláudio participou, nesse momento, da investigação - lá pelo dia 29 de setembro, por aí. Ele foi chamado por mim para me ajudar, porque era uma pessoa que conhecia e poderia me dar maiores dados a respeito. Porque eu não conhecia. Infelizmente, confesso isso para os senhores, envergonhado até, porque acho que na nossa formação deveríamos ter um conhecimento maior exatamente dessas autoridades todas, conforme foi colocado. Vergonhosamente, reconheço que estou aquém da capacidade de muitos dos meus colegas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ - Delegado, vou fazer-lhe algumas perguntas rápidas e diretas.

A primeira é a seguinte: V. S^a disse que já procedeu assim em outros casos.

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Sim, senhor.

O SR. ROMERO JUCÁ - V. S^a recebeu denúncias insistentes sobre a questão do JC...

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Sim, senhor.

O SR. ROMERO JUCÁ - Essas denúncias eram direcionadas a V. S^a? V. S^a recebia as informações por qual telefone? Como é que chegava a denúncia até V. S^a?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Lá no meu local de trabalho mesmo. Fui transferido da Superintendência para o SEDOP, que fica na mesma área...

O SR. ROMERO JUCÁ - CEDOP é Centro de?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Serviço de Análise de Dados Operacionais.

O SR. ROMERO JUCÁ - É um centro de operações?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Não, de inteligência, que está ligado à DRE, Divisão de Repressão a Entorpecente.

O SR. ROMERO JUCÁ - V. S^a recebeu várias ligações insistentes, começou a não dar-lhes crédito e depois terminou dando-lhes crédito?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Sim, porque ele começou a dar elementos.

O SR. ROMERO JUCÁ - Certo. Eu lhe perguntaria o seguinte: Nesse Serviço de Inteligência, já que as ligações foram muitas, perguntaria: primeiro, essas denúncias são gravadas? Segundo, há um bina ou qualquer tipo de elemento que identifique as ligações, já que a Polícia Federal deve receber muitas denúncias e deve ter trote misturado com coisas verdadeiras. Há como identificar ou foi identificado de onde viriam essas ligações?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Voltando ao esclarecimento. Eu trabalhava na Superintendência. A Delegacia de Repressão a Entorpecentes recebe essas denúncias, há um telefone inclusive no catálogo telefônico para isso. Lá, no Serviço de Inteligência, não existe. Mas como eu estava recém-chegado, quando se ligava para lá ainda se faziam algumas transferências para mim. Foi por isso que recebi lá as ligações. E essa pessoa que ligou sabia que eu era dessa área operacional na região. Eu estava - não sou mais o chefe de lá -, com uma grande operação, ou melhor, o Centro está com uma grande operação em andamento, grande mesmo, em nível internacional.

Essa denúncia me causou espécie, porque, enfim, tinha que ser.

O SR. ROMERO JUCÁ - Era uma denúncia de grande operação também de tráfico de drogas e V. S^a, em nenhum momento, não se preocupou em gravar; o senhor não tem a voz do denunciante gravada?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Não. E não tenho um aparelho bina, lá, porque esse telefone não é para essa finalidade.

O SR. ROMERO JUCÁ - Isso na Central de Inteligência da Polícia Federal?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Não o tenho.

O SR. ROMERO JUCÁ - O senhor diz que recebeu denúncias e os telefones com endereço, está certo?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Sim.

O SR. ROMERO JUCÁ - Para checar se não era um orfanato, um colégio, uma escola de samba, algo desse tipo, ninguém ligou para saber de onde é que se falava, para saber se esse telefone existia; ninguém atendeu-o dizendo: é da casa do Embaixador Júlio Cesar? Não houve nenhum tipo de checagem?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Houve. Isso eu falei. O agente foi até o local e viu a casa. Só esse tipo de checagem.

O SR. ROMERO JUCÁ - Mas por telefone não sabia que aquele era o mesmo número?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Não, ligou para lá.

O SR. ROMERO JUCÁ - Pegou o número pelo telefone?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Pegou: é aqui que é Júlio Cesar?

O SR. ROMERO JUCÁ - Sim. Se V. S^a tivesse ligado para a casa dele, alguém teria atendido e dito: é da casa do Embaixador Júlio Cesar. Não houve essa checagem?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Não. Não houve. Nesses termos, não.

O SR. ROMERO JUCÁ - V. S^a disse que depois do décimo-segundo dia foi degravando as ligações. O senhor percebeu que tinha uma bomba na mão?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Não senhor.

O SR. ROMERO JUCÁ - Alguém, depois do décimo-segundo dia respondeu: sim, se era o Embaixador, era alguém que falava.

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - É isso que eu tentei esclarecer para V. Ex^{as}, ou seja, que

não tinha conhecimento desses nomes, que essas pessoas estavam ligadas...

O SR. ROMERO JUCÁ - Não, mas a partir do décimo-segundo dia, o senhor...

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Eu sabia que tinha um tráfico de influência, mas não sabia que era uma bomba que viria a explodir, como isso que está explodindo agora.

O SR. ROMERO JUCÁ - Que era o Embaixador?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Não tinha essa consciência. É isso que eu lamento muito.

O SR. ROMERO JUCÁ - Quando tomou conhecimento, V. S^a mesmo disse que ao invés de levar ao Favette(?), que estava respondendo pela instituição da Polícia Federal, esperou para levar para o Chelotti, está certo?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Sim, senhor.

O SR. ROMERO JUCÁ - V. S^a não achou que a bomba era uma questão tão grave que não deveria levar para o Favette(?) e depois para o Ministro da Justiça?

V. S^a esperou o Chelotti chegar por que tinha recebido autorização do Chelotti para proceder ao grampo anteriormente?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Não. A essa altura dos acontecimentos, eu sabia que era tráfico de influência e queria ver a sua avaliação, para poder, se tivesse de adotar qualquer outro prosseguimento, que não fosse

O SR. ROMERO JUCÁ - Isso o Superintendente Titular Geral não poderia responder-lhe? Só o Chelotti poderia responder? O Favette(?), que estava respondendo pela Polícia Federal, e o Ministro da Justiça não podiam dar essa orientação?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Eu achei melhor esperar o Dr. Chelotti chegar, para entregá-lo, a fim de que adotasse a medida. Se quisesse aprofundar nas investigações ou dar um outro setor para nela prosseguir ...

O SR. ROMERO JUCÁ - E V. S^a entregou ao Dr. Chelotti, como já disse, a fita e as gravações?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Não, entreguel a transcrição. A fita ficou comigo.

O SR. ROMERO JUCÁ - Duas últimas questões: uma se refere à questão da legislação, o que me preocupa. O senhor disse que as originais foram apagadas e se fez uma fita matriz?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Sim senhor.

O SR. ROMERO JUCÁ - Então, qualquer um de nós pode ser vítima de uma montagem e depois não vai ter como provar, porque não tem mais fita original; só tem a matriz do jeito que o agente quer montar?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Ex^a, eu não estava com a finalidade...

O SR. ROMERO JUCÁ - Não, estou perguntando só isso, quer dizer, pode ocorrer isso.

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Eu não estava com a finalidade do tráfico de influência; a finalidade era o tráfico de entorpecentes.

Então, isso, para mim, não era fundamental até então.

O SR. ROMERO JUCÁ - Estou perguntando ...

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Reservei essas conversas só para dar um indício a uma futura investigação, com instauração de inquérito ou qualquer um outro procedimento policial.

O SR. ROMERO JUCÁ - Sim, mas estou perguntando em nível geral dos procedimentos da Polícia Federal. Amanhã, se fizerem uma escuta em determinado local, grava-se uma matriz do jeito que quer e depois se apagam as fitas originais. V. S^a não tomou o cuidado de guardar as fitas originais, já que essa questão era uma bomba que mexeria com o Palácio do Planalto?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Ex^a, ao pedirmos essas escutas para o tráfico de entorpecentes nunca, jamais as utilizamos como prova; eu jamais furei com o Juiz esse pacto. Por quê? Ele era o nosso cliente preferencial, retornava para ele. Por isso que nunca teve esse problema. Sempre gozei dessa confiança perante o Judiciário simplesmente por isso. Se soubesse que isso estaria hoje como está, teria guardado desde o espirito até a grande corrupção. Mas eu não tinha essa... Não era esse o meu objetivo principal. Acho que se me fosse passada uma missão, desde o início, e eu embaixado para um Juiz Federal, com a certeza de que teríamos elementos para convencê-lo depois de uma investigação, conforme foi cobrado, com mais aprofundamento, aí, sim, conseguiríamos fazer essa prova robusta e sem contestação. Não estaríamos mais nessa situação. Ele estaria preso, respondendo já a um inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Concedo a palavra à Senadora Marluce Pinto para a última pergunta.

A SRA. MARLUCE PINTO - Dr. Mário, no início V. S^a falou que a Polícia Federal tem o direito de

fazer esse tipo de grampo sem precisar consultar o Diretor-Geral. Correto?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Correto.

A SRA. MARLUCE PINTO - Então, na hora, o senhor só apanhou telefonemas anônimos, porque foram telefonemas anônimos.

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Mas, convincentes.

A SRA. MARLUCE PINTO - Sim. Embora V. S^a tenha acreditado que fossem convincentes.

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Isso.

A SRA. MARLUCE PINTO - Tudo bem. Mas, depois V. S^a descobriu que não se tratava de tráfico de droga e, sim, de tráfico de influência. O senhor é uma pessoa que já tem 7 anos como Delegado, é formado, entende de Direito, principalmente Criminal, Penal; não lhe chamou a atenção o fato de que, em se tratando de uma pessoa com influência, o senhor teria que consultar o Delegado-Geral, na ausência dele, levar ao conhecimento até do Ministro da Justiça? Nunca lhe passou pela cabeça isso?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - No momento em que tomamos conhecimento de se tratar de uma pessoa ligada à Presidência da República, isso também não me dá o direito ou a ilação de dizer que essa pessoa não está sujeita a praticar o crime. O que se deu, o que concretamente o que surgiu, foram indícios fortes de tráfico de influência. Eu tinha uma relação com o Judiciário para o tráfico de entorpecentes. Como aquilo não era tráfico de entorpecentes e sim de influência, procurei estabelecer esse mesmo contato com o Juiz para, depois, dessa conclusão operacional, informar o meu superior, em nível máximo, para que ele adotasse as medidas que julgasse cabíveis. Infelizmente, não tenho outra...

A SRA. MARLUCE PINTO - Uma outra declaração de V. S^a chamou-me a atenção. Quando lhe foi perguntado em qual aeroporto que o senhor havia mandado fotografar o Embaixador, o senhor falou que era o de Brasília, o Internacional. Depois que o Senador lhe perguntou se não era o da Líder o senhor confirmou...

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Estou nesta Casa, que considero a mais séria e onde estão as mais altas representatividades da Nação. O meu comportamento não é de me esconder, de ficar atrás ou proteger alguém. Não é isso. Estou dando aqui o respeito que cada um de V. Ex^{as} merece e demonstrando a admiração que tenho por cada um dos senhores. Mediante isso, volto a insistir com V.

Ex^a, que foi nosso chefe por quase 8 anos, que se eu revelar esse nome ou confirmá-lo, estarei já julgando ou colocando o agente nessa situação.

O que posso dizer é que ele teve participação em determinado momento, na investigação também. Isso posso afirmar.

O SR. ROMEU TUMA - Doutor, dou-me por satisfeito. Apenas quis ajudá-lo.

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Eu lhe agradeço muito.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Obrigado, Senador Romeu Tuma.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON - Não, não me inscrevi. Mas já que V. Ex^a me citou, faço as perguntas.

Quero dizer que estamos vivendo realmente, Sr. Delegado, um caso que tem várias facetas. Temos que analisar a questão sob vários ângulos. O ângulo sob o qual temos que analisar V. S^a não tem nada a ver com o restante. V. S^a desempenhou seu papel. Está provado que V. S^a esteve lá, fez a gravação, viu que era um embaixador, pegou essa prova, podia ter tentado fazer, vender, trocar por dinheiro e...

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Exatamente.

O SR. PEDRO SIMON - V. S^a não fez isso. Então, V. S^a fez o seu papel. Agora, V. S^a tem que encontrar um momento entre continuar cumprindo seu papel - o Senador Tuma disse isso com muita razão. Não pode caminhar tendo às costas alguém que pode agredi-lo, mas deve avançar, fazer um esforço no sentido de ajudar esta Comissão buscar o que ela realmente deseja.

O que achamos estranho é que V. S^a viu e entendeu, em determinado momento, que se tratava de um embaixador, que não se tratava de tóxico, que se tratava de tráfico de influência e que envolvia a figura do Presidente da República. Eu gostaria de saber qual foi a razão que levou V. S^a a ficar com esse assunto tanto tempo sem expressar, sem externar ou para o chefe ou para alguma pessoa que estivesse acima? É porque V. S^a não tem confiança nessa pessoa?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Lamentavelmente, tenho que informar a V. Ex^a que lamento mesmo muito eu não ter um conhecimento na área política, na área palaciana. Meu conhecimento se restringe à área de entorpecentes. Dr. Tuma trabalhou conosco e sabe disso.

Desses nomes referidos, eu só conhecia o do Senador Sarney, nem mesmo o do Deputado Gilberto Miranda eu não conhecia, do Senador Gilberto Mi-

randa, perdão, assim como tem outras autoridades que eu não conhecia, como o próprio Embaixador Júlio Cesar, que tentamos - é até bisonho mesmo, concordo plenamente - fotografá-lo e não conseguimos. Tive que utilizar, conforme o Dr. Tuma está tentando me ajudar, uma pessoa que conheceu no Palácio todas aquelas pessoas, que foi o agente Cláudio, que ele citou aí. Esse agente me ajudou a tentar identificar. Ele tomou conhecimento de parte dessa investigação. Certo?

É isso o que tenho a dizer com relação a isso aí. A participação dele, que comecei até a falar com o Senador aqui.

Esse agente Cláudio participou, nesse momento, da investigação - lá pelo dia 29 de setembro, por aí. Ele foi chamado por mim para me ajudar, porque era uma pessoa que conhecia e poderia me dar maiores dados a respeito. Porque eu não conhecia. Infelizmente, confesso isso para os senhores, envergonhado até, porque acho que na nossa formação deveríamos ter um conhecimento maior exatamente dessas autoridades todas, conforme foi colocado. Vergonhosamente, reconheço que estou aquém da capacidade de muitos dos meus colegas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ - Delegado, vou fazer-lhe algumas perguntas rápidas e diretas.

A primeira é a seguinte: V. S^a disse que já procedeu assim em outros casos.

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Sim, senhor.

O SR. ROMERO JUCÁ - V. S^a recebeu denúncias insistentes sobre a questão do JC...

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Sim, senhor.

O SR. ROMERO JUCÁ - Essas denúncias eram direcionadas a V. S^a ? V. S^a recebia as informações por qual telefone? Como é que chegava a denúncia até V. S^a?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Lá no meu local de trabalho mesmo. Fui transferido da Superintendência para o SEDOP, que fica na mesma área...

O SR. ROMERO JUCÁ - CEDOP é Centro de?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Serviço de Análise de Dados Operacionais.

O SR. ROMERO JUCÁ - É um centro de operações?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Não, de inteligência, que está ligado à DRE, Divisão de Repressão a Entorpecente.

O SR. ROMERO JUCÁ - V. S^a recebeu várias ligações insistentes, começou a não dar-lhes crédito e depois terminou dando-lhes crédito?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Sim, porque ele começou a dar elementos.

O SR. ROMERO JUCÁ - Certo. Eu lhe perguntaria o seguinte: Nesse Serviço de Inteligência, já que as ligações foram muitas, perguntaria: primeiro, essas denúncias são gravadas? Segundo, há um bina ou qualquer tipo de elemento que identifique as ligações, já que a Polícia Federal deve receber muitas denúncias e deve ter trote misturado com coisas verdadeiras. Há como identificar ou foi identificado de onde viriam essas ligações?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Voltando ao esclarecimento. Eu trabalhava na Superintendência. A Delegacia de Repressão a Entorpecentes recebe essas denúncias, há um telefone inclusive no catálogo telefônico para isso. Lá, no Serviço de Inteligência, não existe. Mas como eu estava recém-chegado, quando se ligava para lá ainda se faziam algumas transferências para mim. Foi por isso que recebi lá as ligações. E essa pessoa que ligou sabia que eu era dessa área operacional na região. Eu estava - não sou mais o chefe de lá -, com uma grande operação, ou melhor, o Centro está com uma grande operação em andamento, grande mesmo, em nível internacional.

Essa denúncia me causou espécie, porque, enfim, tinha que ser.

O SR. ROMERO JUCÁ - Era uma denúncia de grande operação também de tráfico de drogas e V. S^a, em nenhum momento, não se preocupou em gravar; o senhor não tem a voz do denunciante gravada?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Não. E não tenho um aparelho bina, lá, porque esse telefone não é para essa finalidade.

O SR. ROMERO JUCÁ - Isso na Central de Inteligência da Polícia Federal?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Não o tenho.

O SR. ROMERO JUCÁ - O senhor diz que recebeu denúncias e os telefones com endereço, está certo?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Sim.

O SR. ROMERO JUCÁ - Para checar se não era um orfanato, um colégio, uma escola de samba, algo desse tipo, ninguém ligou para saber de onde é

que se falava, para saber se esse telefone existia; ninguém atendeu-o dizendo: é da casa do Embaixador Júlio Cesar? Não houve nenhum tipo de checagem?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Houve. Isso eu falei. O agente foi até o local e viu a casa. Só esse tipo de checagem.

O SR. ROMERO JUCÁ - Mas por telefone não sabia que aquele era o mesmo número?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Não, ligou para lá.

O SR. ROMERO JUCÁ - Pegou o número pelo telefone?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Pegou: é aqui que é Júlio Cesar?

O SR. ROMERO JUCÁ - Sim. Se V. S^a tivesse ligado para a casa dele, alguém teria atendido e dito: é da casa do Embaixador Júlio Cesar. Não houve essa checagem?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Não. Não houve. Nesses termos, não.

O SR. ROMERO JUCÁ - V. S^a disse que depois do décimo-segundo dia foi degravando as ligações. O senhor percebeu que tinha uma bomba na mão?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Não senhor.

O SR. ROMERO JUCÁ - Alguém, depois do décimo-segundo dia respondeu: sim, se era o Embaixador, era alguém que falava.

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - É isso que eu tentei esclarecer para V. Ex^{as}, ou seja, que não tinha conhecimento desses nomes, que essas pessoas estavam ligadas...

O SR. ROMERO JUCÁ - Não, mas a partir do décimo-segundo dia, o senhor...

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Eu sabia que tinha um tráfico de influência, mas não sabia que era uma bomba que viria a explodir, como isso que está explodindo agora.

O SR. ROMERO JUCÁ - Que era o Embaixador?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Não tinha essa consciência. É isso que eu lamento muito.

O SR. ROMERO JUCÁ - Quando tomou conhecimento, V. S^a mesmo disse que ao invés de levar ao Favette(?), que estava respondendo pela instituição da Polícia Federal, esperou para levar para o Chelotti, está certo?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Sim, senhor.

O SR. ROMERO JUCÁ - V. S^a não achou que a bomba era uma questão tão grave que não deveria levar para o Favette(?) e depois para o Ministro da Justiça?

V. S^a esperou o Chelotti chegar por que tinha recebido autorização do Chelotti para proceder ao grampo anteriormente?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Não. A essa altura dos acontecimentos, eu sabia que era tráfico de influência e queria ver a sua avaliação, para poder, se tivesse de adotar qualquer outro prosseguimento, que não fosse.

O SR. ROMERO JUCÁ - Isso o Superintendente Titular Geral não poderia responder-lhe? Só o Chelotti poderia responder? O Favette(?), que estava respondendo pela Polícia Federal, e o Ministro da Justiça não podiam dar essa orientação?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Eu achei melhor esperar o Dr. Chelotti chegar, para entregá-lhe, a fim de que adotasse a medida. Se quisesse aprofundar nas investigações ou dar um outro setor para nela prosseguir ..

O SR. ROMERO JUCÁ - E V. S^a entregou ao Dr. Chelotti, como já disse, a fita e as gravações?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Não, entreguei a transcrição. A fita ficou comigo.

O SR. ROMERO JUCÁ - Duas últimas questões: uma se refere à questão da legislação, o que me preocupa. O senhor disse que as originais foram apagadas e se fez uma fita matriz?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Sim senhor.

O SR. ROMERO JUCÁ - Então, qualquer um de nós pode ser vítima de uma montagem e depois não vai ter como provar, porque não tem mais fita original, só tem a matriz do jeito que o agente quer montar?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Ex^a, eu não estava com a finalidade..

O SR. ROMERO JUCÁ - Não, estou perguntando só isso, quer dizer, pode ocorrer isso.

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Eu não estava com a finalidade do tráfico de influência; a finalidade era o tráfico de entorpecentes.

Então, isso, para mim, não era fundamental até então.

O SR. ROMERO JUCÁ - Estou perguntando ..

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Reservei essas conversas só para dar um indício a uma futura investigação, com instauração de inquérito ou qualquer outro procedimento policial.

O SR. ROMERO JUCÁ - Sim, mas estou perguntando em nível geral dos procedimentos da Polícia Federal. Amanhã, se fizerem uma escuta em determinado local, grava-se uma matriz do jeito que quer e depois se apagam as fitas originais. V. S^a não tomou o cuidado de guardar as fitas originais, já que essa questão era uma bomba que mexeria com o Palácio do Planalto?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Ex^a, ao pedirmos essas escutas para o tráfico de entorpecentes nunca, jamais as utilizamos como prova; eu jamais furei com o Juiz esse pacto. Por quê? Ele era o nosso cliente preferencial, retomava para ele. Por isso que nunca teve esse problema. Sempre gozei dessa confiança perante o Judiciário simplesmente por isso. Se soubesse que isso estaria hoje como está, teria guardado desde o espirro até a grande corrupção. Mas eu não tinha essa. Não era esse o meu objetivo principal. Acho que se me fosse passada uma missão, desde o início, e eu embaixado para um Juiz Federal, com a certeza de que teríamos elementos para convencê-lo depois de uma investigação, conforme foi cobrado, com mais aprofundamento, aí, sim, conseguiríamos fazer essa prova robusta e sem contestação. Não estaríamos mais nessa situação. Ele estaria preso, respondendo já a um inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Concedo a palavra à Senadora Marluce Pinto para a última pergunta.

A SRA. MARLUCE PINTO - Dr. Mário, no início V. S^a falou que a Polícia Federal tem o direito de fazer esse tipo de grampo sem precisar consultar o Diretor-Geral. Correto?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Correto.

A SRA. MARLUCE PINTO - Então, na hora, o senhor só apanhou telefonemas anônimos, porque foram telefonemas anônimos.

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Mas, convincentes.

A SRA. MARLUCE PINTO - Sim. Embora V. S^a tenha acreditado que fossem convincentes.

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Isso.

A SRA. MARLUCE PINTO - Tudo bem. Mas, depois V. S^a descobriu que não se tratava de tráfico de droga e, sim, de tráfico de influência. O senhor é uma pessoa que já tem 7 anos como Delegado, é formado, entende de Direito, principalmente Criminal, Penal; não lhe chamou a atenção o fato de que, em se tratando de uma pessoa com influência, o senhor teria que consultar o Delegado-Geral, na au-

sência dele, levar ao conhecimento até do Ministro da Justiça? Nunca lhe passou pela cabeça isso?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - No momento em que tomamos conhecimento de se tratar de uma pessoa ligada à Presidência da República, isso também não me dá o direito ou a ilação de dizer que essa pessoa não está sujeita a praticar o crime. O que se deu, o que concretamente o que surgiu, foram indícios fortes de tráfico de influência. Eu tinha uma relação com o Judiciário para o tráfico de entorpecentes. Como aquilo não era tráfico de entorpecentes e sim de influência, procurei estabelecer esse mesmo contato com o Juiz para, depois, dessa conclusão operacional, informar o meu superior, em nível máximo, para que ele adotasse as medidas que julgasse cabíveis. Infelizmente, não tenho outra..

A SRA. MARLUCE PINTO - Uma outra declaração de V. S^a chamou-me a atenção. Quando lhe foi perguntado em qual aeroporto que o senhor havia mandado fotografar o Embaixador, o senhor falou que era o de Brasília, o Internacional. Depois que o Senador lhe perguntou se não era o da Líder o senhor confirmou..

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Sim, mas o Internacional para mim abrange tudo, abrange tudo, abrange tudo.

A SRA. MARLUCE PINTO - O internacional é o aeroporto grande. A Líder, a UTA e todas elas..

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Então eu retifico isso. Eu retifico, colocando..

A SRA. MARLUCE PINTO - ..todas elas possuem hangares particulares..

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Mas faz parte do aeroporto, faz parte do Aeroporto Internacional, no meu entendimento.

A SRA. MARLUCE PINTO - Que faça parte sim, se você me convencer disso. Agora, o hangar da Líder é como o hangar que a VASP tem, que a UTA tem, assim como tantos outros. Não tem nada a ver com o Aeroporto Internacional. O Aeroporto Internacional é o oficial.

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Está certo, concordo com a senhora. Então, gostaria de retificar e concordo com a senhora.

A SRA. MARLUCE PINTO - Tudo bem. Agora, uma outra pergunta. Nos jornais - isso já não é mais nem segredo -, a imprensa divulga que o agente Paulo foi quem repassou a fita para o ex-Presidente do INCRA. O senhor confirma essa informação?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Ele mesmo confirmou isso em nota oficial ao jornal.

A SRA. MARLUCE PINTO - Ele confirmou, não é? O senhor antes teve contato com esse agente Paulo para fazer essa gravação?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Não, não senhora.

A SRA. MARLUCE PINTO - E por que ele tomou conhecimento da gravação, tanto Cláudio - que está um pouco misterioso ainda, depois o Presidente vai nos informar..

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Não, não está misterioso.

A SRA. MARLUCE PINTO - Não está claro. Até o momento não está claro. O Presidente vai nos repassar.

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Eu acho que até já passel essa informação.

A SRA. MARLUCE PINTO - Então, se houve essa interferência do Cláudio para o Paulo, que é irmão do Diretor-Geral, por que esse interesse do Paulo se nem o irmão dele tinha tomado conhecimento?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Não, o irmão dele tinha.

A SRA. MARLUCE PINTO - ... E se o senhor não havia revelado ainda?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Já, já.

A SRA. MARLUCE PINTO - Mas o senhor não falou que ele estava viajando?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Sim, mas quando foi isso? Olhe as datas, foi em meados de agosto! Quando é que estourou isso? Foi agora, dia 09 de novembro.

A SRA. MARLUCE PINTO - Mas, segundo a imprensa, pelo menos em declaração que eu li, o Diretor-Geral não tinha tomado conhecimento. Os agentes que tinham tomado conhecimento anteriormente.

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Não, não, ele tinha tomado conhecimento, sim Senhora. Isso é fácil de se comprovar. O próprio Diretor-Geral vai dizer isso se a senhora quiser perguntar.

A SRA. MARLUCE PINTO - A última pergunta. Fiquei muito preocupada, não só com os casos já existentes mas também como os casos futuros, porque pelo que se constata da maneira como vocês agem, como delegado, a vida de qualquer cidadão fica bastante vulnerável, porque com um telefonema anônimo faz-se um grampo numa residência particular e depois isso é entregue à imprensa. Então, a Polícia Federal age dessa maneira?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Não, senhora. Não, senhora.

A SRA. MARLUCE PINTO - Um delegado da Polícia Federal?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Não, senhora. Não foi isso que eu falei e jamais afirmei isso aqui. Primeiro, a Polícia Federal não faz esse ..

A SRA. MARLUCE PINTO - Não, não é que V. S^a tenha afirmado; porque nem tudo V. S^a afirmou. Mas, de acordo com os acontecimentos. Isso foi o que ocorreu: V. S^a grampeou um telefonem particular..

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Sim, senhora.

A SRA. MARLUCE PINTO - O que eu ainda acho mais grave do que se fosse numa repartição porque V. S^a violou um lar para saber o que estava se passando ali, simplesmente por receber telefonemas de pessoas que não se identificavam, e o senhor não tinha como comprovar nem de onde partiram os telefonemas, porque não tinha o aparelho, não tinha um bina. E isso tudo chegou para a imprensa, todos nós, brasileiros, não digo político, não, fomos pegos de surpresa de um noticiário já mostrando a fita, já falando do Senador e de todos os acontecimentos. Então, é isso que me preocupa. Será que a Polícia Federal, dentro do seu Regimento, pode tornar público um escândalo dessa natureza?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - De jeito nenhum.

A SRA. MARLUCE PINTO - Sem haver, depois, nenhuma penalidade?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - De jeito nenhum, e é exatamente para isso que foi instaurada a sindicância que vai dar isso aí que a senhora está cobrando. Agora, jamais, o Delegado de Polícia Federal tem autonomia de chegar na Telebrasilíia e fazer o grampo, se ele não tiver antes a autorização do juiz.

A SRA. MARLUCE PINTO - Não, não falo a Telebrasilíia, porque a Telebrasilíia não divulgou.

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Não, estou falando do Judiciário. O Judiciário participou ativamente disso, no momento em que atendeu ao requerimento que fiz. Fiz um requerimento.

A SRA. MARLUCE PINTO - Eu havia falado que era a última pergunta, mas vou lhe fazer a última. Então, essa fita chegou à imprensa à revelia de V. S^a?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Sim.

A SRA. MARLUCE PINTO - Outras pessoas, que tomaram conhecimento, que talvez o senhor te-

nha passado para elas ou não, é que, à revella, levaram ao conhecimento da imprensa?

O SR. MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - Sim, claro.

A SRA. MARLUCE PINTO - Então, está mais do que claro que isso foi uma coisa bastante encomendada para atingir o Embaixador. Esta é a conclusão a que chego.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Quero agradecer a presença do Delegado Mário Santos e vou pedir aos Srs. Senadores que aguardem, porque vamos fazer uma pequena sessão secreta, para efeito de roteiro da Comissão, sessão essa que os Parlamentares presentes poderão participar.

(Levanta-se a sessão às 23h59min.)

COMISSÃO ESPECIAL TEMPORÁRIA

"Destinada a promover ampla discussão acerca de políticas, programas, estratégias e prioridades visando o desenvolvimento do Vale do São Francisco".

Ata da 17ª Reunião, realizada em 23 de novembro de 1995.

Às onze horas e quarenta minutos do dia vinte e três de novembro de mil novecentos e noventa e cinco, na sala número dois da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência dos Senadores ARLINDO PORTO e JOSÉ ALVES, com a presença dos Senadores WALDECK ORNELAS, FRANCELINO PEREIRA, NEY SUASSUNA e OSMAR DIASIRA, reúne-se a Comissão. Havendo número regimental, o Presidente Eventual da Comissão, Senador ARLINDO PORTO, declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Sua Excelência esclarece que a presente reunião destina-se à ouvir as exposições que farão os Senhores Deputado AGOSTINHO PATRUS, Presidente do CIPE São Francisco, Vereador AUGUSTO CESAR DE SOUZA, Presidente do Fórum para o Desenvolvimento do São Francisco, JOSÉ CÉLIO ARAÚJO, Coordenador do SOS São Francisco em Alagoas e JORGE ARAÚJO, Secretário de Agricultura do Estado de Sergipe. Dando início aos trabalhos, o Senhor Presidente da Comissão concede a palavra ao primeiro Expositor. Encerrada as exposições, e já sob a Presidência Eventual do Senhor Senador JOSÉ ALVES, faz uso da palavra o Senhor Senador WALDECK ORNELAS, Relator da Comissão. Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, o Senhor

Presidente Eventual da Comissão, Senador JOSÉ ALVES encerra os trabalhos, e, para constar, eu, Marcos Santos Parente Filho, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será publicada com as notas taquigráficas. - Senador José Alves, Presidente Eventual

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) - Vamos iniciar os trabalhos desta Comissão, destinada a promover a discussão acerca das políticas de interesse do Vale do Rio São Francisco.

Encontram-se presentes os expositores José Célio Araújo; Vereador Augusto César de Souza, Presidente do Fórum para o Desenvolvimento do São Francisco; Prefeito Aristides Salgado, Presidente da União das Prefeituras do Vale do São Francisco; Deputado Agostinho Patrus, Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais e Presidente do CIP São Francisco.

Tomo a liberdade de convidar o Deputado Agostinho Patrus - meu amigo -, Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, que fizesse parte da mesa. S. Ex^a trouxe como assessor um barranqueiro que conhece muito bem o rio São Francisco, como eu conheço, que é o Deputado Cleuber Carneiro.

Gostaríamos de inverter a ordem dos expositores para que o Deputado Agostinho Patrus proferisse a sua exposição.

Como tenho compromissos em duas Comissões e uma reunião com o Presidente José Sarney, pediria ao Deputado Arlindo Porto que presidisse os trabalhos. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Porto) - Temos o privilégio de substituir o Senador Francelino Pereira.

Na condição de Presidente desta reunião, passamos a palavra ao ilustre Deputado Agostinho Patrus, Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, que vem acompanhado do Deputado Cleuber Carneiro, homem de uma enorme vivência, que fez a sua trajetória política, sua vida enquanto cidadão, nas barrancas do rio São Francisco.

Queremos, ilustre presidente e ilustre Deputado, destacar, em nome da Comissão, a alegria de poder receber V. Ex^{as} nesta Comissão, especialmente na condição de representante de Minas Gerais.

O Senador Waldeck Ornelas, como Relator, tem procurado, cada vez mais, debater assuntos e questões pertinentes ao rio São Francisco. Queremos dar-lhe boas-vindas e passar a palavra ao nosso ilustre Deputado.

O SR. AGOSTINHO PATRUS - Muito obrigado, Presidente e Senador Arlindo Porto. Agradeço

também ao Senador Waldeck Ornelas por essa oportunidade.

Em primeiro lugar, portanto, cumpre-nos agradecer esse convite, formulado também pelo Senador Renan Calheiros, para participarmos desta importante audiência.

Nesta oportunidade, manifestamos todo o nosso apoio e confiança aos trabalhos que estão sendo conduzidos por esta Comissão.

A bacia hidrográfica do rio São Francisco corresponde a uma imensa região de 640mil Km² do território brasileiro, abrangendo terras de Minas, Bahia, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e pequenas porções de Goiás e do Distrito Federal.

Senador Arlindo Porto, tendo conhecimento de que V. Ex^a tem compromisso no Palácio do Planalto, na Presidência da República, deixo V. Ex^a à vontade, caso queira se retirar, pois o meu pronunciamento deverá demorar cerca de 15 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Porto) - Não posso perder o privilégio de ouvir V. Ex^a.

O SR. AGOSTINHO PATRUS - Muito obrigado.

Portanto, como dizia, essa bacia do São Francisco corresponde a 640mil Km² do nosso território, abrangendo as terras Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e pequenas porções de Goiás e do Distrito Federal.

O Vale do Rio São Francisco sempre esteve presente no cenário político, econômico, sócio-cultural e ecológico do País. Não obstante, nunca teve uma política de desenvolvimento integrado e de conservação de seus recursos naturais como requer uma bacia hidrográfica de suas dimensões. Até hoje o que se pôde notar é que o incremento das ações privadas e governamentais é direcionada com objetivos específicos e muitas vezes conflitantes.

A geração de energia, as captações para consumo industrial e doméstico, a pesca, a navegação e a irrigação são exemplos de uso que não estão sendo convenientemente coordenados. É de se considerar, também, que a exploração de outros recursos naturais como os bens minerais, o solo e a vegetação é feita de forma desordenada, à margem dos modernos princípios de gerenciamento de uma bacia hidrográfica. O resultado dessa prolongada ação predatória na bacia é a descaracterização do rio e dos ecossistemas associados, com efeitos profundamente negativos sobre os recursos naturais, gerando o empobrecimento econômico, social e cultural da população.

De tais reflexões surgiu a intenção de se criar uma Comissão Interestadual, parlamentar, de estudos para o desenvolvimento sustentável da bacia hidrográfica do rio São Francisco. A criação desta Comissão remonta a 18 de dezembro de 1991, quando os Presidentes das Assembléias Legislativas dos Estados de Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Pernambuco e Sergipe, reunidos em Belo Horizonte, firmaram um protocolo de intenções como instrumento de referência para orientação de seus trabalhos. Em maio de 1992, em Salvador, o Regimento da CIP - São Francisco - foi apreciado e aprovado.

No mesmo mês, 21 de maio de 1992, a Comissão foi instalada em Belo Horizonte, num clima que antecedeu à Conferência Mundial do Meio Ambiente, da Organização das Nações Unidas, CIP/Rio/92. Integram a Comissão: Deputados representantes das Assembléias Legislativas de cinco Estados e irmanados no esforço de procurar soluções conjuntas para o desenvolvimento sustentável dessa extensa bacia hidrográfica que compartilha no território brasileiro.

Em breve retrospecto às sessões da CIP, cumpre-nos lembrar que as nossas primeiras reuniões desenvolveram-se em agosto de 1992, em Recife, oportunidade em que a Comissão estudou a legislação e o gerenciamento de recursos hídricos. O Brasil é um País de muitas leis, sendo raras as oportunidades que os legisladores têm no nível federal ou estadual para propor novos dispositivos legais. Entretanto, no que concerne ao uso múltiplo e racional dos recursos hídricos, a Legislação brasileira é arcaica, remonta ao Código de Águas de 1934. Essa lacuna é, hoje, um dos maiores entraves ao estabelecimento de políticas públicas, voltadas para o desenvolvimento dos recursos hídricos em consonância com as diretrizes de preservação e conservação dos ecossistemas associados. Desde 1991, tramita na Câmara Federal, por iniciativa do Executivo, o Projeto de Lei nº 2.249/91, que dispõe sobre a política nacional de recursos hídricos.

A CIP, como resultado da reunião de Recife, ofereceu ao Relator da matéria, Deputado Fábio Feldmann, treze emendas que foram englobadas no Substitutivo por ele apresentado. Infelizmente, a tramitação do Projeto ainda não chegou ao seu término. O País permanece sem uma lei adequada aos tempos atuais e a clamar pelas diretrizes emanadas de uma política de recursos hídricos, coerente e consciente. Perde, com isso, o Vale do São Francisco e seus sofridos habitantes. Sem o suporte legal, não podem ser criados os comitês e as agências de bacia, necessários ao planejamento e à execução

das ações integradas, voltadas para o desenvolvimento harmônico da região e a preservação e conservação qualitativa e quantitativa dos recursos hídricos regionais. Basta olharmos a atual situação dos grandes reservatórios de água do rio São Francisco, quase todos próximos ao volume crítico de suas reservas para concluirmos pela urgência das medidas necessárias à salvação desse manancial. Está nas mãos do Poder Legislativo Federal ultimar a aprovação do Projeto de Lei nº 2.249/91, dotando a União de instrumentos básicos para implementar o uso racional dos recursos hídricos brasileiros.

Com base nessa nova legislação, deveremos nos preocupar com a compatibilização do uso das águas entre os empreendimentos hidroelétricos - já implantados - e os diversos outros segmentos entre os quais destacamos a produção agrícola irrigada, um dos maiores desafios para o estabelecimento de um plano de utilização integrada dos recursos hídricos da bacia. O potencial de terras irrigáveis no vale, varia entre 2,6 milhões de hectares, levantados pela **U.S. Bio Over Reclamation**, na década de 1960, até os atuais 8 milhões de hectares, conforme estudos mais recentes. Hoje, estima-se que apenas 300 mil hectares de área estão sendo irrigadas. Portanto, menos de 5% das possibilidades totais de aproveitamento.

Na reunião da CIP, em agosto de 1993, o Governador João Alves, em Recife, comparou a situação do Vale do São Francisco com a da Califórnia nos Estados Unidos. Na década de 30, aquele era um dos Estados mais pobres daquele país. A partir de uma decisão do então Presidente Franklin Delano Roosevelt, de investir maciçamente nos projetos de irrigação do rio Colorado, a situação se reverteu, e a Califórnia hoje, isoladamente, é um dos maiores produtores de alimentos do mundo. As terras irrigadas naquela região somam 50% do potencial do Vale do rio São Francisco. Fica evidente que, havendo vontade política, recursos e tecnologias apropriadas, poderemos aperfeiçoar e multiplicar as experiências de Petrolina, Juazeiro, Barreiras, Janaúba, Pirapora e outras tantas, transformando o Vale do São Francisco na Califórnia brasileira. Existe um entendimento unânime entre os que debatem os problemas do São Francisco de que no desenvolvimento da irrigação está a redenção do Vale. Mas isso não é tarefa simples, pois, paradoxalmente, a grande quantidade de água do rio não significa disponibilidade irrestrita para irrigar. Hoje, da vazão média de 2.800 metros cúbicos por segundo, em Sobradinho, 75% estão comprometidos com a geração de energia elétrica pelo sistema CHESF, restando apenas

700 metros cúbicos por segundo, o suficiente para irrigar apenas 700 mil hectares, com os métodos atualmente empregados. Agrava este quadro a constatação de que a maior parte dos 8 milhões de hectares de terras irrigáveis estão acima do lago de Sobradinho e das hidrelétricas a jusante. Esse modelo acarreta a perda de quase toda a água usada na produção de hidroenergia. Fica-nos, então, a seguinte reflexão: se, a exemplo da Califórnia, priorizarmos a irrigação como uso primordial da água, cumpre-nos a busca de alternativas para utilizar o seu aproveitamento e minimizar as perdas de outros usos já implantados. A adoção de novas técnicas de irrigação no lugar das atuais, que favorecem as perdas excessivas por infiltração e evaporação, lado a lado com a preservação e a conservação dos ecossistemas para a melhoria da vazão média do rio são medidas fundamentais para o êxito de um programa de desenvolvimento regional. A expansão da fronteira agrícola no Vale do São Francisco enfrenta outra grande dificuldade: a ausência de transporte rápido, seguro e econômico, que proporcione o escoamento da produção dos pólos de irrigação para os grandes centros consumidores nacionais e internacionais. Não é utópico pensar que, com o desenvolvimento do MERCOSUL, as frutas do Nordeste poderão chegar aos países platinos, aproveitando-se o fenômeno da sazonalidade. Tal oportunidade passa pela implantação de um sistema de transporte multimodal integrado. A integração que preconizamos é geográfica e tecnológica. Tecnológica ao propor o restabelecimento da navegação do São Francisco, articulando essa hidrovia com a do Paraná-Tietê, por meio de ferrovias, rodovias e pontos de transbordo de cargas. Geográfica, também, quando integrada aos demais corredores de transporte do País, deverá proporcionar a união do Sul com o Nordeste, através do São Francisco, reabilitando sua histórica condição de "rio da integração nacional".

A degradação dos ecossistemas terrestres e aquáticos na bacia hidrográfica apontam para a necessidade urgente do estabelecimento de uma política de recuperação dos ecossistemas. Entretanto, mesmo a longo prazo, as modificações irreversíveis, a exemplo da sucessão de barramentos para geração de energia, inviabilizarão a sua recuperação integral. Assim, é pouco provável que retorne ao Vale os imensos cardumes de piracemas. A abundância de pescado nativo do rio dificilmente será a de antes. Apontamos, então, para a necessidade do desenvolvimento da pesquisa, da tecnologia, da produção de peixes em larga escala, por meio do estabelecimento

de um grande programa de aquicultura e piscicultura, destinado ao repovoamento artificial e à criação confinada com interesse econômico. Não se pode deixar as centenas de milhares de hectares de espelho d'água dos reservatórios voltadas apenas à hidroeletricidade improdutiva em relação à ictiofauna.

No Brasil, não existe uma centralização no planejamento e monitoramento do uso múltiplo dos recursos hídricos, bem como na sua proteção. Assim, conforme propõe a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, torna-se necessário, como primeiro passo para a recuperação e desenvolvimento do Vale do São Francisco, o estabelecimento de um plano governamental de ações integradas, congregando os esforços das diversas agências governamentais e entidades não-governamentais, evitando os atuais conflitos de interesses e a dispersão de recursos com um redirecionamento único que racionalize o investimento e some as forças no mesmo sentido.

Por fim, Srs. Senadores, demais autoridades, prezados senhores, é difícil resumir neste curto tempo, hoje reservado à CIP São Francisco, todo o nosso trabalho e toda a nossa experiência de 5 anos de ação parlamentar pela recuperação e desenvolvimento da baía. A importância desse esforço reveste-se na constituição de um bloco parlamentar interestadual e suprapartidário permanente cujo objetivo precípua é o de articular ações dirigidas à recuperação ambiental e desenvolvimento sustentável da região. Consoante nossa missão, apresentamos à apreciação dos senhores as sugestões que julgamos básicas para o equacionamento da recuperação ambiental e do desenvolvimento do Vale do São Francisco.

1. Providências para se agilizar na Câmara dos Deputados a tramitação do Projeto de Lei nº 2.249, que dispõe sobre a política nacional de recursos hídricos, cuja aprovação deverá proporcionar bases legais para a instalação imediata dos comitês e agências de bacias hidrográficas no rio São Francisco e seus afluentes;

2. estabelecimento de um plano integrado de geração de energia e irrigação, compatibilizando estes dois usos economicamente os mais importantes e os mais conflitantes;

3. Implantação de um programa de investimentos governamentais na área da agricultura irrigada, com apoio à pesquisa e geração de tecnologia de novos processos que elimine o atual desperdício de água;

4. estabelecimento da navegação e sua integração com os corredores multimodais de transporte do Sul, do Leste e do Nordeste, facilitando o escoamento da produção regional;

5. desenvolvimento de pesquisa de tecnologia e de produção nas áreas de aquicultura e piscicultura, conforme proposta pela CODEVASF para o Centro de Pesquisa de Desenvolvimento de Aquicultura e dos ecossistemas da Baía de São Francisco em Três Marias, Minas Gerais;

6. desenvolvimento de uma política de recuperação dos ecossistemas com o estabelecimento de programas de recuperação de matas ciliares, reserva legal, matas de topo de morro e áreas protegidas, tendo por base a recuperação de microbacias;

7. desenvolvimento de um programa de monitoramento do uso dos recursos hídricos por meio da ação de agências governamentais e não-governamentais, coordenadas por autoridades de bacias, conforme o disposto na estrutura legal a ser estabelecida por lei federal citada na nossa Regulamentação nº 1; e, finalmente,

8. implementação de um plano governamental de ações integradas para o desenvolvimento sustentável da Baía do São Francisco.

Por fim, passamos à Comissão as publicações da CPI São Francisco, que contém a descrição dos inúmeros problemas detectados ao longo desses 5 anos de trabalho e cuja enumeração demandaria um tempo excessivo. Dessa forma, esperamos estar contribuindo para o conhecimento e para a solução das questões que afligem a população do Vale do rio São Francisco.

Como Presidente da Assembléia Legislativa de Minas e atual Presidente da CIP São Francisco quero aqui deixar, mais uma vez, os nossos agradecimentos a esta Comissão. Muito obrigado. Passo às mãos do Presidente da Comissão os dados, e gostaria de receber mais uma coleção para passar às mãos do Senador Waldeck Ornelas, como Relator.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Porto) - Agradecemos a participação do Deputado Agostinho Patrus e passamos a palavra ao Relator, Senador Waldeck Ornelas.

O SR. RELATOR (Waldeck Ornelas) - Sr. Presidente, senhores participantes, essa reunião começou sob o signo da "mineiridade": dois Senadores mineiros presidindo a reunião. O Presidente da Assembléia de Minas vai retirar-se, assim como o Deputado Carneiro, que nos deu a honra de participar desta reunião. De maneira que também vou quebrar a sistemática e a rotina dessas reuniões - temos

sempre feito os comentários ao final - para render as minhas homenagens a Minas, que não é apenas o tanque de água do Brasil, mas é sobretudo contribuinte de 70% da água do São Francisco. Então a homenagem é perfeitamente justificada. Vamos encerrar esta sessão, que é a última de audiências da Comissão, ouvindo o Secretário da Agricultura de Sergipe. O que eu queria ressaltar era exatamente o caráter inovador e extremamente significativo que tem, para nós, da Comissão do São Francisco, a CIP São Francisco, como uma Comissão Interestadual Parlamentar. Creio que essa realmente é uma iniciativa *sui generis*, uma iniciativa singular no País, que merece de nossa parte uma observação muito precisa. E tem um outro significado: vem mostrar exatamente que na ausência do compromisso da União, que embora desde a Carta de 46 contemplasse o São Francisco, não deu a ele a atenção devida como tem o modelo que o inspirou, que foi a autoridade do vale do Tennessee, estamos vendo que os Estados da bacia é que têm se articulado e se mobilizado para realizar aquilo que a bacia precisa.

Ao elencar as sugestões da CIP São Francisco aqui, o Deputado Agostinho Patrus parece até que tinha assistido e participado de todas as nossas reuniões de trabalho ao longo dos últimos seis meses, porque S. Ex^a realmente enumerou contribuições que são da maior importância.

Quería apenas dizer ao Deputado Agostinho Patrus, e a todos os demais presentes, que a Comissão do São Francisco tem precisamente este significado. E na impossibilidade, por exemplo, de ficarmos aguardando a definição da Política Nacional de Recursos Hídricos, o problema do São Francisco é tão grave, tão emergencial, tão urgente e tão importante para todos nós da bacia e do Nordeste que deveremos apresentar, na próxima semana, no relatório final da Comissão, um novo projeto de lei. A Comissão já aprovou um que diz respeito à Política Nacional de Irrigação e Drenagem. Mas nós vamos, Deputado Agostinho Patrus, propor um projeto de lei que objetive antecipar a criação do Comitê de Gestão dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, de modo que, quando vier depois e quando venha a lei relativa à Política Nacional de Recursos Hídricos, este comitê de bacias já possa estar constituído e possa então ser adaptado e adequado às regras gerais que a lei nacional venha a estabelecer.

De maneira que a Comissão está buscando exatamente antecipar-se e provocar estas providências que a bacia está necessitando e reivindicando.

Vou ter oportunidade, já está agendado, provavelmente no dia 11 de dezembro, de participar de uma reunião da CIP São Francisco para exatamente discutirmos o que foi o trabalho desta Comissão, que, a esta altura, já terá concluído seus trabalhos e quais os desdobramentos que esperamos dela. E, com certeza, a CIP São Francisco, pelo caráter de reunir os legislativos estaduais do âmbito da bacia, terá um papel relevante a cumprir no desdobramento dos estudos, das conclusões e das recomendações que esta Comissão está estabelecendo.

De modo que gostaria de agradecer a presença e a participação do Presidente da Assembléia de Minas, do Deputado Cleuber Carneiro e também dos Senadores mineiros que são membros da Comissão, particularmente o Senador Arlindo Porto, que tem participado ativamente dos nossos trabalhos e que hoje também presidiu as nossas atividades.

O SR. AGOSTINHO PATRUS - Gostaria de pedir desculpas aos demais participantes desta reunião, uma vez que temos uma reunião da Assembléia muito importante, às 15h, em Belo Horizonte - estou aqui com um dos nossos líderes partidários, do PFL. Trata-se de dois projetos que têm uma importância muito grande para todos os Deputados, uma vez que se inicia hoje a emancipação de distritos em nosso Estado. Inclusive estamos até em avião fretado exatamente para que possamos estar na Assembléia em Belo Horizonte às 15h.

Solicito ao Sr. Presidente que nos envie cópias dos pronunciamentos. Gostaria também de enviar cópias do nosso pronunciamento para que V. Ex^{as} possam tomar conhecimento.

Sr. Presidente, quero cumprimentar esta Comissão pelos seus trabalhos, que são importantíssimos para a implantação desta regionalização e do desenvolvimento do Vale do São Francisco.

Peço desculpas, mais uma vez, por ter que me retirar.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Porto) - Transfiro a Presidência ao Senador Osmar Dias.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) - Convido, para fazer parte da Mesa, o Vereador Augusto César de Souza, Presidente do Fórum para Desenvolvimento do São Francisco, que fará uso da palavra por quinze minutos.

O SR. AUGUSTO CÉSAR DE SOUZA - Sr. Presidente, Senador Osmar Dias, Sr. Relator Waldeck Ornelas, demais autoridades presentes...

O SR. RELATOR (Waldeck Omelas) - Vou lhe pedir desculpas, antes de começar, mas vamos ter que suspender a reunião um pouco, porque o Presidente do Congresso está nos convocando, por falta de **quorum**, ao Plenário do Congresso. Estamos também com um problema de uma votação na Comissão de Assuntos Sociais.

Então pediria ao Sr. Presidente para suspender a reunião por 15 minutos e, logo em seguida, retornaremos. Hoje está uma manhã tumultuada, com muitas comissões e ainda sessão do Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) - Como o vereador tinha 15 minutos, nós não começaremos a contar os 15 minutos agora. Fica suspensa a reunião por 15 minutos e voltaremos dentro deste tempo.

(A reunião é suspensa às 12h15min. e reaberta às 12h42min.)

O SR. PRESIDENTE (José Alves) - Está reaberta a reunião.

Concedo a palavra ao Vereador Augusto César de Souza.

O SR. AUGUSTO CÉSAR DE SOUZA - Sr. Presidente, Senador José Alves, Sr. Relator, Senador Waldeck Omelas, demais presentes, venho aqui contar uma experiência, a verdade é essa, no Fórum para o Desenvolvimento da Região São Francisco. Este fórum é permanente e surgiu justamente porque, durante quase 50 anos de existência da , ela investiu naquela região do São Francisco com a construção do Complexo Hidrelétrico de Paulo Afonso, mais Moxotó, Itaparica e, finalmente, Xingó cerca de US\$12 bilhões. E isso sempre foi uma grande mola impulsionadora da economia ali na região.

Só que agora, em 1997, cessam esses investimentos com a fase de operação total da hidrelétrica de Xingó, na sua primeira fase, e com isso essa mola impulsionadora também se acaba. E já em virtude disso, há mais ou menos dois anos, a incentivou a criação desse fórum. Daí convidou 15 prefeitos da região - 5 cidades da Bahia, 6 de Pernambuco, 3 de Alagoas e 1 de Sergipe - 15 Presidentes de Câmara de Vereadores desses municípios, a Igreja Católica, a Igreja Evangélica, , Codevasf, BNB, clube de serviços, no caso o **Lyon, Rotary, OAB**, sindicatos rurais e urbanos, ou seja, toda a sociedade organizada dessa região.

Então, chegou-se à conclusão da criação desse fórum, cujo objetivo constante do estatuto vou ler: "Visa a viabilização e negociação de projetos estruturadores da economia regional junto a investidores nacionais e estrangeiros e órgãos públicos federal, estaduais e municipais, como também discutir a

apresentação de problemas identificados de cada região e propor alternativas, servindo como elemento de interação com os Poderes constituídos."

A reunião desse fórum acontece bimestralmente e qualquer cidadão, além das entidades e dos órgãos que pertencem ao fórum, pode ir lá e participar, discutir e apresentar propostas; participar de qualquer entendimento. Sendo que existe um conselho, formado dentro deste fórum, onde, só para dar um exemplo, a Câmara de Delmiro, juntam-se as três Câmaras de Alagoas e indicam um representante; juntam-se as da Bahia e indicam um representante. E, da mesma maneira, as prefeituras.

Isso tornou possível a existência de um conselho em que há uma diretoria eleita apenas por aqueles que têm direito a voto dentro deste fórum.

Apesar de ser nova a diretoria - a eleição da primeira ocorreu agora no mês de março passado -, depois de uma ampla discussão dentro de fórum, com um estudo aprofundado, foram eleitas - chamamos assim - três âncoras principais. Isso logo após a contratação de três consultores na área de **agribusiness**, pesca e turismo. Esses três consultores foram patrocinados pela Sudene, que também têm assento no conselho do fórum.

Dessas conclusões, a que está mais avançada é justamente a de turismo, que já está no termo de referência. Nos dias 10 a 13 de dezembro próximos, na cidade de Paulo Afonso, ocorrerá um seminário que vai avaliar essa potencialidade - existe um corredor de 100 km, partindo de Xingó até Paulo Afonso -, as dificuldades e as barreiras para a implementação desse corredor turístico.

E num segundo seminário, numa segunda etapa, teremos a busca dos parceiros e dos investidores para investimento nessa região, no tocante ao turismo.

No entanto, temos uma âncora mais específica, que é o aproveitamento do capital social básico existente em Xingó, em virtude da conclusão da obra de Xingó. Essa é uma preocupação mais urgente. Inclusive, os Governadores de Alagoas e de Sergipe já assinaram uma exposição de motivos ao Presidente Fernando Henrique, onde se está propondo a criação de uma fundação que tratará deste assunto, com a coordenação da Sudene.

Na verdade, pretende-se criar naquela região um centro de excelência de serviços públicos, já que a está deixando ali mais de 1.000 residências de boa qualidade, educação, um hospital, telefonia, quartel com segurança pública; e isso tem hoje um aproveitamento quase zero.

Gostaria de dizer que, além dessa proposta inicial, ou essas três âncoras, o fórum também se envolve nas questões de educação e saúde da região.

É bom salientar que é um espaço bastante democrático, bastante aberto, onde qualquer cidadão tem a oportunidade de discutir o problema daquela região. Inclusive já existe uma proposta do Subsecretário de Planejamento de Sergipe com relação à ampliação do fórum. Estou colocando apenas algumas experiências porque o fórum é mais destinado ao desenvolvimento da região.

O SR. RELATOR (Waldeck Ornelas) - Na verdade, o fórum é para o desenvolvimento do submédio do São Francisco.

O SR. AUGUSTO CÉSAR DE SOUZA - Partindo de Santa Maria da Boa Vista até Canindé, em Sergipe, e Piranhas, em Alagoas.

O SR. RELATOR (Waldeck Ornelas) - Realmente, sem dúvida alguma, esses municípios que se situam na área da cascata de Paulo Afonso são os que mais vão se ressentir do encerramento desse ciclo da energia do São Francisco. Esse é, realmente, um problema da maior gravidade, que irá provocar uma paralisação, uma queda muito grande no volume de investimentos existentes na região, volume que tem se sustentado há quatro ou cinco décadas. Essa é uma questão que realmente tem um peso muito importante.

De outro lado, creio que essa iniciativa de formação do fórum dessa área vem a se articular adequadamente, com uma visão que a Comissão tem desenvolvido de que se formem subcomissões e representações por trechos representativos da bacia. Aqui, na Comissão, ao discutirmos, por exemplo, as questões ambientais e de gerência dos recursos hídricos, vimos, por exemplo, que Sergipe e Alagoas enfrentam um problema comum, do ponto de vista ambiental, que é exatamente a redução do ritmo das águas, da velocidade e do volume das águas do São Francisco em direção ao mar, provocando a salinização e toda uma desorganização da atividade de pesca e de produção irrigada naquela região.

De maneira que essa iniciativa do fórum vai ao encontro dessa necessidade de se integrarem os agentes estaduais e municipais, além dos regionais, macrorregionais, num esforço de encontrarem alternativas.

Creio que dentro do item de **agrobusiness** está incluída também a questão da irrigação.

Ainda recentemente, percebi, no caso da Bahia, que conheço mais de perto, que a Prefeitura de Paulo Afonso está neste momento empenhada num

projeto piloto de irrigação, algo como 100 hectares, mas, por sua vez, o Governo do Estado já licitou os levantamentos com um projeto de mais de 700 hectares, e a Codevasf vem realizando estudos para uma área de 13 mil hectares, uma área bruta, que deve dar um líquido de 7 mil hectares irrigados. Com isso, evidentemente, é preciso redefinir a função daquela região, daquela sub-área, buscando identificar novas oportunidades. No caso de Paulo Afonso, trata-se, inclusive, da implantação de uma cervejaria que seria elemento importante para dar uma largada na área industrial, depois de tanto tempo que se vem lutando para conseguir a instalação de empresas fornecedoras da, mesmo nas atividades de manutenção e operação.

De outro lado, vemos que - você chamou a atenção para o turismo, particularmente, - a BR-110, que é a ligação Salvador-Paulo Afonso, nunca chegou a ser pavimentada por inteiro. E agora, quando faltam apenas 12 quilômetros, entre Geremoabo e Cícero Dantas, já o resto da estrada está todo precisando de restauração, particularmente o trecho Cícero Dantas e Beira do Pombal, que está inteiramente destruído. De maneira que a região requer atenção especial, seja ponto focal de preocupações para modificar seu perfil e sua estrutura de desenvolvimento, uma vez encerrado esse ciclo de investimentos da.

De modo que quero cumprimentar todo o fórum pela iniciativa e pelo encaminhamento que vem dando à questão, e creio que os trabalhos da Comissão também vão se refletir no sentido de ajudá-los nessa tarefa.

O SR. AUGUSTO CÉSAR DE SOUZA - Eu gostaria de concluir dizendo o seguinte, Senador: a atenção e o apoio do Hamilton Bastos, Prefeito de Paulo Afonso, V. Ex^a conhece, têm sido muito grandes, e gostaria de convidar - sei das suas ocupações, até porque é no meio da semana, nos dias 12 e 13, é um projeto ambicioso, a Prefeitura de Paulo Afonso nos está apoiando, - para o seminário para o turismo na região, para aproveitamento da capacidade de turismo da região.

Portanto, quero agradecer a oportunidade de vir aqui e particularmente a convocação pelo Senador Renan Calheiros, meu conterrâneo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Alves) - Quero agradecer a participação do Vereador Augusto César, Presidente do Fórum para o Desenvolvimento do São Francisco. Convido o Sr. José Célio Araújo, Coordenador do SOS São Francisco, em Alagoas.

O SR. JOSÉ CÉLIO ARAÚJO - Senador José Alves, Senador Waldeck Ornelas, o Movimento SOS São Francisco, do qual sou apenas o coordenador, foi criado, inclusive, com a participação do Senador Waldeck Ornelas, juntamente com o Dr. Teodomiro. Somos produto de um direito de cidadania exercido pelas populações ribeirinhas. Fiz um trabalho, iria citar alguma coisa sobre o Vale, quando o Deputado por Minas Gerais falou sobre o problema da bacia hidrográfica do São Francisco. Mas o Movimento SOS São Francisco é um movimento do direito de cidadania exercido pelas populações ribeirinhas. E nós, que vivemos no Vale do São Francisco, recebemos um somatório de todas as agressões provocadas no rio São Francisco, agressões estas que começam quando ocorrem as grandes cheias do São Francisco. Essas cheias começaram em 1906, 1926, 36, 49, 60, 69, 79, 85 e 92. A partir de 1979, foi criada comissão interministerial, englobando três Ministérios, que determinou uma série de atividades que deveriam ser realizadas e chegou-se a um ponto de determinar a vazão máxima que o ribeirinho iria conviver com essas cheias tanto do lado de Alagoas como de Sergipe, principalmente no baixo vale. Essas determinações nunca foram cumpridas, e quando vem uma grande cheia lá estão de novo, todos morrendo, em baixo d'água, todos correndo das margens do São Francisco. Acho que a solução para esses problemas poderemos encontrar em fóruns deste tipo, aqui, no Senado Federal.

Além disso, temos as grandes barragens. Hoje em dia, a grande "dona" do Vale do São Francisco chama-se A e a CEMIG tomam conta do Vale do São Francisco. Fazem o que querem. O Presidente da - meu amigo e conterrâneo, lá de Alagoas, numa última reunião ocorrida em Penedo - chegou a ponto de dizer que provocaria uma cheia no São Francisco, contanto que se aumentasse a tarifa de energia dos consumidores. Depois, no outro dia, recebemos um fax em que ele baixava a vazão do São Francisco para 2.500 metros por segundo, salinizando uma grande parte, fazendo com que uma língua salgada entrasse até Piaçabuçu e até a foz do rio Maridú. É importante existir movimentos do tipo SOS São Francisco, que não é ligado a nenhuma organização governamental.

Tivemos agressões, além dessa, provocadas, todos os dias, pela cidade de Belo Horizonte. A cidade de Belo Horizonte joga 40m de esgoto no rio São Francisco. Temos 444 cidades jogando esgoto no rio São Francisco, sem qualquer tratamento. Do jeito que vai, o rio São Francisco, em pouco tempo vai se

transformar em um grande esgoto, o grande esgoto da unidade nacional, cortando sete Estados da Federação.

Além disso, temos os projetos de irrigação no submédio e médio São Francisco, jogando, em sua água de drenagem, agrotóxicos e fertilizantes. Na barragem de Itaparica e na barragem de Moxotó prolifera, hoje, um tipo de alga que dificulta a pesca no São Francisco. Então, são colocações como essas que dizem a favor de movimentos como o SOS São Francisco, que têm que existir para denunciar e, num fórum como este, propor normas para que se discutam tais problemas. Palavras bonitas, termos técnicos, sem qualquer definição não resolvem nada. Os próprios órgãos que deveriam provocar as audiências públicas como o IBAMA e o IMA não fazem audiência pública, muitas vezes até com medo de jogar em determinadas regiões.

São movimentos como esse, do qual participamos lá em Penedo, que visam brigar com esses órgãos para que se acabe com tais agressões.

Então, temos o seguinte: em Penedo, naquela região, tivemos o rio cortado por dois dutos: um gasoduto próximo à cidade de Piaçabuçu - o Vale, o baixo Vale está esquecido, pois fica ligado a dois Estados pequenos, Alagoas e Sergipe. Embora não seja alagoano, vivo lá há 25 anos, sou floresteiro, mas Alagoas e Sergipe estão esquecidos. Então, existe um gasoduto cortando a cidade de Piaçabuçu, sem muita tecnologia, em termos de proteção dos aquedutos. Agora, quanto às populações, não. Esse gasoduto passa a dois metros de profundidade do fundo do rio. Quando houve uma grande cheia, esse gasoduto ficou a descoberto, podendo as embarcações provocarem um grande acidente naquela região. Se Deus é brasileiro, então é alagoano, porque se houver um acidente, a nuvem de gás será lançada sobre Piaçabuçu. E além disso, para completar esse quadro, existe hoje um etenoduto ligando Camaçari a Salgema. Este etenoduto foi construído usando-se determinado tipo de tecnologia que não levou em conta a proteção adequada para as populações ribeirinhas.

Então, são coisas como essas que acontecem, começando com o esgoto, passando pelas grandes barragens, pelos problemas dos projetos de irrigação. Quanto aos projetos de irrigação do Vale do São Francisco, também tivemos agressões provocadas pelas condições dos diques de proteção. Fecharam os berçários onde se reproduziam não só peixes como também crustáceos. As condições ainda

não chegam a ser ideais. Não adianta colocar alevinos no São Francisco quando se baixa a lâmina d'água em 80 cm, como a fez agora. E a justificativa da é que o rio já teve essa vazão baixa. Já teve uma vazão baixa, sim, mas agora, no início de novembro e de dezembro começavam os grandes repiquetes. Todos os que são ribeirinhos, inclusive o Senador pelo Nordeste, e outros Senadores aqui presentes conhecem esse processo de cheia, de baixa e de aumento de vazão do São Francisco. Tudo isso está ocorrendo. Temos que tomar uma providência, porque senão vamos acabar com o rio São Francisco. E providência séria, porque as populações estão sofrendo e vão continuar sofrendo.

Em relação ao problema de berçário, às lagoas marginais, a maioria das lagoas marginais hoje está fechada. Há o problema de matas ciliares. Não podemos fazê-las no Estado de Alagoas e no Estado de Sergipe, porque como é que se vai fazer mata ciliar em cima de solo pedregoso? De Penedo até Paulo Afonso, só há pedra, de um lado e de outro. Não dá para plantar, a não ser que se criem as condições naturais da caatinga. A caatinga, simplesmente, pela condição dela, consegue existir lá.

Muitas vezes tenho conhecimento de proposta de reflorestar as margens do São Francisco, na região do Baixo São Francisco. Não dá para reflorestar, porque seria feito em cima de pedras.

Hoje está sendo criado o Instituto Manoel Novaes, em Salvador. O Dr. Teodomiro me convidou para participar, mas acho que é mais importante continuar com um movimento, uma ONG, que seria o movimento SOS São Francisco. Porque o Instituto, queira ou não, vai ter um vínculo governamental, e com o vínculo governamental, muitas vezes, há restrições por parte de quem participa.

Já naquela época, fizemos uma proposta, uma vez que houve uma cheia no São Francisco, em 1992. Fizemos algumas propostas, que foram esquecidas, como a maioria das propostas que são colocadas sobre o São Francisco. Fizemos propostas a médio e a longo prazo. Precisamos de saneamento básico para as cidades, porque temos que limpar a água do São Francisco; saneamento básico com tratamento de água de esgoto, porque, senão, a cada dia, aumentando as populações dessas cidades, vai aumentar a poluição do rio.

Precisamos criar um Fundo com os lucros dessas companhias que exploram o São Francisco, como a , como as companhias d'água para que os recursos desse Fundo sejam revertidos em termos de não só ressarcir os prejuízos provocados pelas grandes cheias, como criar um Fundo que seja ad-

ministrado por um órgão não governamental, para começar a implantar as obras que foram determinadas pela Comissão Interministerial e que até hoje não foram feitas. E, na próxima cheia, que vai acontecer daqui para o fim do século, serão novamente inundadas as cidades dos Estados de Alagoas e de Sergipe, deixando três mil pessoas desabrigadas em Penedo. Até hoje o Governo do Estado de Alagoas, na administração do Sr. Geraldo Bulhões, não pagou ainda o combustível que foi utilizado pelas embarcações naquela região. Colocações como esta precisam ser feitas num fórum como este.

A curto prazo, o que precisamos colocar? Revisão do que ficou estabelecido pelas Comissões Interministeriais, que façam cumprir o que foi assinado e determinado. A , na última reunião, em Penedo, diz que não cumpre mais a vazão máxima de 8 mil m por segundo. Basta dizer que em cima de 8 mil m por segundo a Codevasf fez um projeto e teve que reformular o Projeto de Marituba, para aumentar a proteção do dique, levando em consideração essa determinação que foi assinada e pactuada por três Ministérios naquela época. E a Codevasf teve, muitas vezes, que reformular o projeto de dique de proteção, passar para 10 mil m por segundo, ou 12 mil m por segundo, em função dessa determinação que aconteceu. E agora temos um rebaixamento de 80 centímetros, lá. A , levando em consideração a turbina que colocou, a terceira turbina de Xingó, uma turbina de maior rendimento, baixou o nível do rio; é coisa diferente. Quer dizer, ela coloca uma turbina para funcionar e baixou o nível do rio, dizendo que antigamente o rio já existia com aquela quota. O que aconteceu? Deixou o projeto da Codevasf também, como foi calculado, em função do nível de 2 mil metros por segundo, colocou ali toda a sua estrutura de funcionamento. Há projeto, hoje, que está com a válvula de pé da sua bomba descoberta. A captação d'água da cidade de Aracaju tem problema porque o nível baixou. Vai ter o problema de recalcular toda a estrutura que existe lá. Penedo, não. Penedo não sofreu.

Estava dizendo que em Penedo há uma ginca de pesca, uma gincana que acontece na foz do rio São Francisco. Disse que qualquer dia vai ser em Penedo mesmo, porque lá já estão chegando siris, caranguejos, porque a água está ficando salina.

Portanto, foi muito boa essa oportunidade que me foi dada para vir participar desse fórum, porque é aqui que devem ser discutidas essas questões.

Disse, no fórum em Penedo, que não adiantava estar conversando lá, porque essas coisas entram por um ouvido e saem pelo outro e não são cumpridas. Falei até ao Presidente da Federação

dos Pescadores, que é meu amigo, que agora foi condecorado com o Prêmio Romero, que é um prêmio conferido pelos católicos austríacos - ele está na Áustria, hoje - e foi dado aos povos do São Francisco. Então, ele ficou pensando. Disse: "Seu Toninho, cantar passarinho e cantar coisa de peixe não adianta, porque o pessoal vai simplesmente massacrar o ribeirinho como está massacrando o tempo todo".

Estou há vinte e cinco anos no São Francisco. Não nasci às margens do São Francisco. Nasci numa cidade que não tem água, que é Caruaru, em Pernambuco; água, lá, é salgada. Nesse local vivo hoje; se formos fazer a análise do São Francisco entre o que era há vinte e cinco anos e o que é hoje, veremos que hoje é bem diferente.

Atravessei de balsa - anteontem estava em Gararuba - lá, em Penedo; é o maior problema de balsas, de proas, que existe hoje no rio São Francisco.

Tudo isso, esse movimento é muito importante.

Quero agradecer ao Senador Waldeck Ornelas, que foi um dos fundadores, juntamente com o Dr. Teodomiro, do Movimento SOS São Francisco. Dr. Teodomiro, desculpe-me, mas vamos continuar sendo do Movimento SOS São Francisco, por mais que se crie instituto naquele tipo de colocações. Institutos, muitas vezes, têm dotações de verbas governamentais e, muitas vezes, a pessoa fica sem poder falar determinadas colocações em termos disso, quando se liga às áreas governamentais.

São essas as minhas colocações.

Quero agradecer a todos vocês, ao pessoal da Codevasf, a todas as pessoas presentes e ao Senador Waldeck Ornelas, que está presidindo esta reunião, bem como o pessoal da Coordenação, que enviou este convite à minha pessoa, indicado possivelmente pelo Dr. Teodomiro, colocando-me à disposição de V. Ex^{as} para qualquer tipo de pergunta.

O SR. PRESIDENTE (José Alves) - Está franqueada a palavra.

O SR. RELATOR (Waldeck Ornelas) - José Célio, mais uma vez, vejo que chamam a atenção os problemas bem específicos e, mais uma vez, consolida-se a nossa avaliação de que a bacia do São Francisco tem efetivamente problemas diferenciados ao longo do seu curso. Tem-se um conjunto de problemas, de providências e de questões a serem resolvidas no alto rio São Francisco. O médio e o submédio têm outras características, e o baixo tem também os seus problemas bem característicos, bem específicos.

Gostaria de fazer esse comentário, mais uma vez, a fim de chamar a atenção para o fato de que nesse trabalho ambiental, nesse trabalho de gestão

de recursos hídricos, nesse trabalho da política de desenvolvimento, temos de fazer esse seccionamento do rio e também uma articulação muito grande. Vejo mais uma vez reafirmados aqui os problemas que os Estados de Sergipe e Alagoas enfrentam em relação a essas intervenções feitas a montante do rio.

Também quero assinalar a importância, já que V. S^a é o último orador nesse painel, desses movimentos da sociedade civil e de entidades institucionais, como também o das assembleias legislativas e das prefeituras municipais - vejo que o Prefeito e Presidente da União das Prefeituras do Vale do São Francisco não chegou ainda; acredito que houve um desentendimento quanto ao horário da reunião hoje. Essas instituições têm realmente papel muito importante a cumprir, sobretudo nessa reestruturação ou reordenamento que se quer promover para a política de desenvolvimento do Vale.

Quanto ao SOS São Francisco, V. S^a representa a coordenação do Estado de Alagoas, mas o SOS é um movimento que se estende por toda a bacia. Gostaria que essa questão fosse enfocada para sabermos se ela está localizada na área de Sergipe e Alagoas.

O SR. JOSÉ CÉLIO ARAÚJO - Sou coordenador do Movimento do SOS São Francisco naquela região do lado de Alagoas e aqui quero deixar presente que, por conta do movimento SOS São Francisco estamos criando a Univale e vim aqui representando-a, pelo lado de Alagoas. Isso é muito importante porque será uma associação de 43 municípios e prefeitos que começarão a falar não em nome de uma pessoa só mas em nome de 43 prefeitos.

Então, no movimento SOS São Francisco há representantes de Propiá, Neópolis e represento o Vale na parte baixa do São Francisco do lado de Alagoas, onde sou coordenador.

O SR. PRESIDENTE (José Alves) - Não havendo mais questionamentos ao Sr. José Célio Araújo, agradeço sua participação e adianto que aqui está comissão do Vale do São Francisco, criada e inspirada basicamente por Senadores da região do Nordeste, que têm como Relator o Dr. Waldeck Ornelas, tem-se preocupado bastante.

O uso da água hoje é uma preocupação mundial. A escassez da água será, no século XXI, um dos grandes problemas da humanidade e hoje já sabemos, estamos sentindo, que ela está diminuindo e é fundamental que movimentos tipo SOS São Francisco e outros da comunidade têm uma importância muito grande para que o Governo comece a pensar

e transforme em lei o que tem sido pensado e discutido ao longo do tempo.

Então, a Comissão do Vale do São Francisco agradece a sua participação pela paixão pela causa.

Declaro encerrado o primeiro painel.

Dando continuidade aos nossos trabalhos, convido o Dr. Jorge Araújo, Secretário de Agricultura do Estado de Sergipe, que vem trazer para a nossa Comissão a experiência de seu Estado no que diz respeito à irrigação e ao seu uso mais nobre da água, que é a produção de alimentos.

O SR. JORGE ARAÚJO - Exm^o Sr. Senador José Alves, que preside a reunião, Senador Waldeck Ornelas, Relator da Comissão, minhas Senhoras e meus Senhores, além de agradecer o convite, gostaria de registrar as presenças do Dr. Anselmo Goes, que é Diretor de Planejamento da Codevasf e que prestigia a reunião e particularmente este Secretário. Dr. Anselmo poderá auxiliar-nos nos debates, como também da presença do Dr. Eduardo Barreto, Diretor de Irrigação e Abastecimento da Cohidro, que é uma empresa estadual de Sergipe, que trata da questão de irrigação e coordena todos os trabalhos de irrigação a nível do Estado, e também poderá ser utilizada para qualquer outras informações.

Apesar do convite de Sergipe, exatamente para mostrar a experiência de Sergipe em irrigação, não poderíamos deixar de tecer alguns comentários, tanto agora como depois, sobre a apresentação que faremos, sobre a questão mais ampla do São Francisco. Até porque se não existir o São Francisco, não existirá nenhuma experiência de irrigação em Sergipe, ou seja, um fato está ligado diretamente ao outro, e os problemas que são comuns para todos, que foram tão bem expostos aqui pelo companheiro vereador como pelo Coordenador do SOS São Francisco, no Estado de Alagoas.

Foi proposto para Sergipe exatamente a experiência do nosso Estado. Todos sabemos da importância que deve merecer a irrigação, principalmente para o Nordeste brasileiro, e não é preciso ser especialista para se fazer referência da realidade que hoje estamos experimentando, por exemplo, o médio São Francisco, mais especificamente as regiões abrangidas pelos projetos de Petrolina, em Pernambuco, e Juazeiro, na Bahia. Onde outrora era uma região de pobreza e miséria no campo e nas cidades, com o advento da agricultura irrigada, as plantações vicejam, cresce a economia, amplia-se a oferta de emprego e as cidades têm vulgar progresso.

Estamos vivendo um momento especial em nosso País, onde há uma incorporação de mais de

dois milhões de jovens no mercado de trabalho, o que corresponde mais da metade da população do Uruguai. É um desafio muito grande para aqueles que estão incumbidos de traçar a estratégia de desenvolvimento, gerar emprego e renda para as gerações atuais e futuras, como única forma de evitar conflitos internos e do avassalador meio de cultura para o aumento da delinqüência, pela via do desemprego no campo e nas cidades.

A irrigação desempenhada nesse enfoque papel de extraordinária importância porque, além de multiplicar o emprego no campo, pela capacidade de fazer gerar dois empregos diretos por hectare implantado, é responsável por mais 4 a 5 empregos indiretos, graças a um formidável efeito multiplicador, engendrado na produção de equipamentos e insumos, na dinamização do comércio e dos serviços especializados afins.

A irrigação em Sergipe.

A experiência com irrigação iniciou-se em Sergipe, no baixo São Francisco na época da Comissão do Vale do São Francisco e depois SUVALE. A exploração da cultura do arroz era desenvolvidas nas grandes várzeas, nos municípios de Propriá, Neópolis, Ilha das Flores e Brejo Grande, no processo de refluxo das águas da vazante do rio, depois das grandes cheias que inundavam e fertilizavam, naturalmente, as terras de aluvião, garantindo, dessa forma, a colheita seguinte.

Geralmente as terras pertenciam a pouquíssimos senhores, e o sistema de meação lhes dava, como o próprio nome diz, a metade de todo o volume de produção. Esse sistema perdurou até o início da década de 70, quando se iniciara as mudanças do regime do rio. Com a necessidade de expansão da produção de energia, tendo como força motriz as águas do São Francisco, surgiu a necessidade de regularização da vazão do mesmo, e para isso foi necessário construir o grande lago de acumulação de Sobradinho.

Hoje, o complexo energético compreende também o sistema de Paulo Afonso, Itaparica e Xingó, exigindo um grande esforço de monitoramento da vazão do São Francisco e alterou o nível das águas no baixo São Francisco, o que inviabilizou o velho sistema de produção nas várzeas, exigindo, a partir daí, a sistematização das terras para irrigação. Já com a Codevasf - Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - foram implantados do lado sergipano os projetos Propriá, Cotiguiaba, Pindoba e Betume.

Srs. Senadores, o Estado de Sergipe possui mais da metade do seu território inserido no chama-

do Polígono das Secas no Nordeste. A principal caracterização climática é a ocorrência de um período de 7 a 8 meses sem chuvas e de um período chuvoso, concentrado em apenas 3 a 4 meses por ano. As precipitações que ocorrem, fora do período chuvoso, são bastante esparsas, principalmente no semi-árido. Apesar disso, o Estado de Sergipe possui excelente vocação para o desenvolvimento da fruticultura, sendo o primeiro produtor de laranja do Nordeste e o segundo do Brasil; coco, maracujá, acerola, mamão, manga, banana e mangaba são algumas das frutículas de expressão que apresentam opções de cultivo.

Ademais, o Estado de Sergipe, com seus 21.900 quilômetros quadrados conta com cinco bacias hidrográficas a saber: Bacia do Rio Real, Rio Sergipe, Vasa Barris, Japarutuba e São Francisco, esta última mais importante, uma vez que se situa ao longo da maior faixa semi-árida.

Um dos fatores que influenciaram o poder público a investir em irrigação é a constatação de que no semi-árido a agricultura de sequeiro, num ciclo de 10 anos, apresenta 2 colheitas boas, 5 colheitas com restrições e 3 colheitas frustradas. Dessa forma, a vulnerabilidade é bastante elevada, tomando a exploração agrícola naquela região uma atividade pouco atrativa e de alto risco.

Finalmente, a questão do desemprego no campo foi considerada como um dos pontos fundamentais face à constatação do elevado êxodo-imigração-campo-cidade, nos últimos anos, refletindo no aumento da miséria urbana por falta de opções de trabalho no campo.

Existe em Sergipe, aproximadamente - obviamente aqui são dados teóricos -, cerca de 160 mil hectares irrigáveis, dos quais 16.167 hectares já se encontram em operação, representando 9.9% sobre o potencial total. Quando forem adicionadas às áreas irrigadas a implantação e a que se encontra com estudos básicos elaborados, somente a espera de recursos financeiros para execução, o Estado efetivará uma área da ordem de 41.753 hectares, atingindo um percentual sobre o potencial irrigável de 25.6%.

A irrigação pública em Sergipe, está a cargo, a nível federal, da Codevasf, e estadual, da Cohidro. Outras áreas irrigadas estiveram a cargo de projetos especiais, como o Projeto Sertanejo, Pólo Nordeste, Pró-Várzeas, hoje áreas assistidas pela INDAGRO que é a nossa Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, que junto com outros programas, a maioria deles de agricultores, proprietários autônomos que com o auxílio de linhas de créditos oficiais

e da assistência técnica prestada pela Extensão Rural, globaliza uma área de cerca 6.013 de hectares irrigados.

As áreas irrigadas implantadas pela Codevasf, apesar de observar aqui que o Presidente da Codevasf foi o primeiro que foi ouvido aqui nesta Comissão, mas temos procurado esse trabalho de parceria, por isso, que aqui estamos citando. Essas áreas representam hoje cerca de 6.514 hectares, distribuídos em 3 projetos: Propriá, Cotiguiva-Pindoba e Betume. E ainda, por iniciativa própria, foram desenvolvidos pela Companhia diversos estudos de viabilidade de aproveitamento hidro-agrícola de área potenciais, para pequena irrigação, correspondente a 8.319 hectares. No âmbito estadual, a irrigação pública teve o seu início com a conclusão das principais obras em 5 projetos: Califórnia, em Canindé do São Francisco, Jabiberi, Jacarecica, Piauí e Porção da Ribeira, no início do ano de 87, beneficiando uma área de 3.640 hectares.

Com a futura inclusão dos projetos Platô de Neópolis, já em início de atividade e Jacarecica II que recentemente foram liberados recursos para a sua conclusão de 1.600 hectares, ambos desenvolvidos com a parceria empresarial, a irrigação pública atingirá a marca dos 18.984 hectares irrigados.

No elenco dos instrumentos utilizados pelo Governo de Sergipe, a irrigação vem nos últimos anos assumindo papel dos mais relevantes, com resultados significativos sobretudo sob o ponto de vista social, o que vem estimular novas iniciativas nessa área

O objetivo do Governo do estado agora é de ampliar seu campo de ação, de criar novos núcleos de desenvolvimento rural, para tanto, mais 7 projetos já se encontram com os estudos básicos elaborados: Jacaré-Curituba, o Governo de Sergipe, inclusive, atualmente, luta para que seja aprovado no Orçamento da União recursos para esse projeto, Cruirí, Entre-Rios, Estancinha, Ladeirinha, Supirapu e Quixabeira, beneficiando uma área de 8.537 hectares.

Com efeito, o financiamento desse programa em consonância com as políticas nacional e regional de desenvolvimento, possibilitará o Governo do Estado de Sergipe dar continuidade a um trabalho fundamental para o seu desenvolvimento, ou seja, de promoção de uma agricultura estável, tecnificada e de levada produtividade que se refletirá na realização econômica-social do homem do campo.

É de incontestável importância para o desenvolvimento do Estado, a contribuição que tem dado a irrigação, cujo esforço tem transformado áreas an-

teriormente fadadas ao esquecimento em áreas de produção intensiva, dando vida nova tanto sob o aspecto social, assim como no econômico.

Há de se citar o grande exemplo do Projeto Califórnia, situado em uma área que era mais atrasada e pobre do Estado, sem a menor perspectiva de desenvolvimento e que tem produzido, exportado alimentos, gerado empregos e atraído outras atividades, como os PETs, que transformaram completamente o destino do extremo noroeste do Estado.

Com a construção da Barragem de Xingó e a elevação do nível da água para uma cota de mais 140 metros a montante da barragem, abre-se uma excelente oportunidade para a ampliação da área irrigada, mediante a celebração de acordo com, para instalação de tomadas de água. Assim sendo, estudos já estão sendo efetivados para a instalação do Projeto Jacaré-Curituba, já citado, com aproximadamente 3.700 hectares. Os demais projetos ou perímetros instalados, todos eles têm apresentados bons resultados, merecendo destaque o Projeto Poção da Ribeira, na cidade de Itabalana, cuja concepção foi totalmente inovadora sob o aspecto fundiário. Nesse projeto não foi necessário recursos à desapropriação. Por ser uma área de minifúndios, com até 5 hectares, seus proprietários não foram deslocados. Apenas receberam o ponto de água em frente à sua respectiva propriedade, e, a partir daí, desenvolveram os seus projetos, com produção de hortaliças, tornando-se o município o mais expressivo produtor de olerícolas do Estado, exportando excedentes para a Bahia e Alagoas.

Evidentemente, tendo-se em conta um esforço dessa magnitude, que já envolveu muitas dezenas de milhões de dólares dos governos federal e estadual, a tarefa carece de constantes ajustamentos e de assistência, por tratar-se de uma ação inteiramente nova. Há de se convir que em todas as regiões do mundo onde se pratica a agricultura irrigada ela é sempre alvo de atenção especial.

Primeiramente, a principal colocação hoje seria o modelo implantado em cada caso, envolvendo o público beneficiário. Por um lado, temos casos de pequenos produtores selecionados sem critérios mais aprofundados, que vieram de uma experiência totalmente diferente desse novo desafio. Geralmente, são trabalhadores descapitalizados e desinformados e que carecem de uma compacta assistência do Governo até a sua emancipação.

Como substrato dessa experiência, o Governo de Sergipe iniciou uma experiência nova, com a implantação do Projeto Platão de Neópolis, com seus 7.249 hectares de área irrigável. A concepção desse

projeto é de ser formado por empresas com lotes com áreas predominantes na faixa de 50, 100, e 200 a 600 hectares. As inversões públicas constam de estações de bombeamento, canais principais e secundários, adutoras, rede elétrica e estações secundárias de distribuição, cabendo aos empresários os investimentos dentro de cada parcela. Dentro dessa mesma concepção, deverá acontecer a instalação do Projeto Jacaré-Curituba, com águas a serem captadas a montante da Barragem de Xingó.

Dentre os problemas já vividos durante os últimos 8 anos de funcionamento dos 5 primeiros projetos irrigados, destacam-se os seguintes:

A visão de mercado.

Em face da recente e tênue experiência acumulada, a questão do que produzir, para quem produzir, quando produzir e como produzir é um grande desafio. Estamos vivendo momentos importantíssimos de transformação no mundo, que alteram sua evolução histórica dentro do enfoque atual dos processos de internacionalização e globalização do mercado agroalimentar. Assim, com a formação de grandes blocos econômicos, tais como a Comunidade Européia, o Nafta e o Mercosul, que buscam eliminar as barreiras inter-regionais, abre-se um novo rumo, uma nova perspectiva em termos de mercado e de tendências, com a livre circulação de bens, capitais e serviços, com a criação de um mercado supranacional que permita uma maior complementaridade, um maior intercâmbio, aumento de produtividade, de economia de escala, trazendo como consequência o incremento da capacidade competitiva com o resto do mundo.

Assim sendo, o estudo de mercado se coloca como um dos mais proeminentes, uma vez que o volume de produção a ser gerado com a atividade de irrigação deverá ser efetivado tendo em vista sua plena colocação no mercado, em nível de competitividade que garanta êxito aos empreendimentos.

A integração agroindustrial.

Modernamente tem-se verificado que em todo o mundo há uma tendência de consumo de produtos semi-manufaturados, ou mesmo completamente industrializados. Com a globalização dos mercados e com a mudança de costume dos consumidores, o consumo de produtos *in natura* vai cedendo espaço, até por questões de economia, dando-se preferência ao produto elaborado. De outra forma, quando se vende o produto *in natura*, perde-se a oportunidade de se gerar valor agregado internamente. A idéia prevalecente tende a se atrelar à produção pela via da integração, com grandes complexos de transformação, ou, quando isso for possível, deve-se

fazer a verticalização com as próprias unidades locais de transformação, como forma de gerar mais emprego e renda.

O fortalecimento do mercado interno.

Temos hoje um mercado interno com mais de 160 milhões de consumidores, sendo que boa parte deles, infelizmente, ainda está à margem do acesso ao consumo. São os excluídos. No entanto, evidencia-se como bastante promissora a elevação dos níveis de consumo, mormente a partir da consolidação do plano econômico, fator que permitirá a melhoria do acesso a maiores e melhores níveis de consumo. Para tanto, faz-se necessário um grande trabalho de **marketing**, como se faz no Chile, com frutas temperadas, e em Israel, com uma gama imensa de produtos, aspecto que assegura demanda firme nos mercados da Europa. O mesmo pode ser experimentado no Nordeste brasileiro.

Estímulos à produção irrigada.

É verdade que produzir com o concurso da irrigação é garantia da produção em termos normais. É verdade, porém, que produzir em áreas onde se faz necessária a irrigação exige esforços muito elevados e dispêndios vultosos. Em todo o mundo, em todos os continentes, a agricultura irrigada tem sido merecedora de mecanismos compensatórios. Há países que subsidiam até 80 ou mesmo 100% dos investimentos em equipamentos e obras de captação e acumulação de água.

No Brasil, os mecanismos de estímulos, praticamente, não existem. Paga-se caro para contar com água para irrigação a nível de cada unidade de produção. Os custos de energia são elevados, até mesmo considerando-se as tarifas especiais vigentes. Os equipamentos são onerosos e de custo de manutenção extremamente altos, por isso a tarifa d'água termina onerando e pesando muito na composição de custo do produto a nível de produtor.

Particularmente, nós da Secretaria de Agricultura de Sergipe, apresentamos moção recente no Fórum Nacional dos Secretários de Agricultura, propondo a ampliação dos benefícios da redução de tarifa de energia elétrica para 10% do custo, na faixa horária compreendida entre as 23h até às 11h, em todo o Nordeste, desde quando atualmente esse benefício é das 23h às 5h, desde que a curva de demanda de energia da concessionária assim o permita.

Aproveitamos, também, o ensejo para solicitar, não só desta Comissão, especificamente, mas dos Srs. Senadores que se somem com essas reivindicações junto ao DNAEE, no sentido de que seja es-

tudada essa possibilidade da ampliação da utilização dessa água.

Uso múltiplo da água e gerenciamento de recursos hídricos.

A água é um recurso essencial à vida e imprescindível ao desenvolvimento sócio-econômico e ao bem-estar da sociedade. Portanto, faz-se necessário que o planejamento e a administração dos recursos hídricos aconteçam de maneira eficiente, com medidas e mecanismos capazes de promover a conservação, restauração e equilíbrio da biodiversidade dos ecossistemas.

No caso específico do São Francisco, considerado o rio da integração nacional, desde muito tempo tem sido utilizado para vários fins, atendendo a interesses de diversos segmentos, tais como: abastecimento de populações, produção de energia e projeto de irrigação, gerando riquezas para regiões banhadas ou não por suas águas. Isso seria normal e salutar se todos os Estados, à medida em que utilizassem esse recurso natural, tivessem ao mesmo tempo a preocupação de mantê-los, conservando suas margens e evitando outras formas de depredação que vem comprometendo o volume do curso de água em tela, prejudicando os projetos, hoje, em desenvolvimento na área, além da população ribeirinha que vive da pesca.

Por ser um rio que banha cinco Estados, inclusive duas regiões do País, em que considerável número de pessoas tem o seu sustento direta ou indiretamente relacionado a ele, a situação que hoje se apresenta merece atenção da sociedade, de forma que o rio passe a ser visto como um todo, e os projetos a serem implementados têm uma análise mais ampla, cujo interesse é meramente setorial, energético, agrícola ou para abastecimento, separadamente, sem se considerar que há outros setores de atividade humana, que também desenvolvem projetos e dependem desses recursos para continuar existindo.

Torna-se necessário, portanto, que qualquer projeto a ser desenvolvido, cuja fonte hídrica seja o Rio São Francisco, passe por uma análise criteriosa de viabilidade, considerando os projetos já instalados e em desenvolvimento em todo o seu curso, bem como o interesse das populações ribeirinhas, cujo meio de vida é o velho Chico. Ao tempo em que se implementa medidas concretas para recuperá-lo dos impactos sofridos por ações, cujo retorno econômico e imediato é quase sempre o único aspecto a ser considerado.

Srs. Senadores, o Estado de Sergipe promulgou a lei estadual sob o nº 3.595, de 19 de janeiro

de 1995, que dispõe sobre a política estadual de recursos hídricos - que poderemos, encaminhar também para a Comissão a seguir - e institui o sistema integrado de gerenciamento de recursos hídricos que, a nível do território sergipano, será norteadora do uso múltiplo e racional da água, congregando órgãos estaduais e municipais e a sociedade civil, nos termos da constituição do Estado.

Srs. Senadores, meus companheiros, a par dessas colocações que aqui foram formuladas pela nossa equipe, eu gostaria de aproveitar a oportunidade para tecer alguns comentários e algumas reivindicações que são de fundamental importância, não só para essa Comissão temporária e oficial, mas que também os seus membros, a nível de cada Estado, possam exercer essa parceria e a soma de esforços.

Aqui foi colocada a questão recente da vazão do São Francisco, em função da entrada em funcionamento da terceira usina de Xingó, como disse o nosso companheiro Araújo, quando deveria soltar mais água eles estão fechando a saída para poder funcionar em função da falta de chuva nas cabeceiras. Isso vem a propósito da questão polêmica do projeto da transposição das águas do São Francisco. Em vários fóruns de secretários, esse assunto tem sido discutido, e os Estados de Sergipe e Alagoas estamos no final do corredor.

Recentemente, o Fórum de Secretários da Agricultura transferiu para a Câmara dos Deputados e para o Senado Federal essas decisões. Mas esse fato relacionado à , preocupante, nos leva para essa grande realidade: a havia se comprometido com a Codevasf, inicialmente, a garantir uma vazão em torno de 2.060 metros cúbicos por segundo, estava operando com 1.800 e está baixando agora para 1.400 e 1.200 metros cúbicos por segundo.

Esse é um fato preocupante. Pessoalmente, o Secretário de Agricultura de Sergipe encaminhou um ofício, do qual vamos deixar aqui cópias com V. Ex^{as}, para a Diretoria de Operações da mostrando a nossa preocupação: no caso específico da agricultura e da irrigação, com os nossos projetos de irrigação, os Projetos Califórnia e Platô de Neópolis, que está em fase inicial de atividades; com os projetos da Codevasf, cuja parceria com o Estado tem sido da maior importância; e com o próprio abastecimento de água da população da cidade de Aracaju.

A propósito, deixarei também aqui com V. Ex^{as} a cópia de um ofício do Sr. Presidente da Codevasf, Dr. Airson Bezerra Lócio, endereçado ao Presidente da , em que ele demonstra preocupação e mostra inclusive os dados e comprometimentos; mostra que

os projetos hidráulicos de irrigação e drenagem, construídos com essa finalidade, foram dimensionados para funcionamento com descarga de 2.060 metros cúbicos, fixados pela própria .

Como foi dito aqui anteriormente, parece-me que a não está muito preocupada com essas outras questões. Mas nós devemos nos preocupar não só com a geração de energia, mas também com o abastecimento das populações e com os próprios projetos de irrigação.

Não podemos prescindir desta Casa do Congresso Nacional, independentemente de uma Comissão como esta. Gostaria também de frisar aqui que para a redução das tarifas de energia, com a ampliação do horário, nós precisamos muito da ajuda dos Srs. Senadores. V. Ex^{as} nos ajudariam a tentar viabilizar junto ao Ministério das Minas e Energia estudos para que seja possibilitada essa maior utilização.

Por outro lado, como foi citado aqui na minha apresentação, o aspecto social desses projetos de irrigação deve ser analisado, obviamente após as análises de preservação do rio.

Pessoal e particularmente, Senador José Alves, nosso conterrâneo, e Senador Waldeck Ornelas, após dez meses à frente da Secretaria da Agricultura temos a oportunidade hoje de ter uma visão mais aprofundada do significado de determinados projetos. Aqui está o Dr. Eduardo que poderá depois fornecer mais dados. Mas eu citaria não só o Projeto Califórnia, que é na Baía do rio São Francisco, mas o Projeto da Ribeira, no Município de Itabaiana, que utiliza a Baía da Ribeira.

Nós não podemos, Sr. Presidente, Srs. Senadores, deixar de verificar o lado social. Fala-se muito no custo dessa água, mas seriam importantes visitas também a empreendimentos dessa natureza. Chega-se a um projeto como esse, lá na área de Itabaiana, com cerca de seiscentos hectares, divididos em trezentos e poucos lotes, e pequenos proprietários com dois, três hectares estão trabalhando, estão produzindo e gerando receita para o Estado e, acima de tudo, não estão na porta das prefeituras, não estão invadindo as grandes cidades, não estão atrás de carros-pipas nem atrás de cestas de alimentos.

Eu penso, e faço questão de dizer, que é muito mais barato os Governos ajudarem projetos dessa natureza do que financiar micarenes, carnaval, trio elétrico, São João, etc. O povo, obviamente, precisa também dessa diversão, mas é preciso contabilizar isso e ver a sua importância.

Temos pequenos produtores nesses projetos, de dois hectares, produzindo batata, por exemplo, e

de três em três meses eles estão tendo lucro líquido de R\$5 mil. Chega-se num local desses e já se vê que alguém comprou uma moto, alguém comprou uma televisão; um outro comprou um carrinho velho; o outro, cujo filho tinha ido embora para São Paulo à procura de emprego e não tinha encontrado, já está pleiteando a expansão de sua área irrigada.

Não podemos fugir dessa verdade. Ela é comum na nossa região. E nós - e eu, que também sou político - devemos enfrentar essa verdade. Normalmente, não faltam recursos para os carnavais, portanto, por que faltam recursos para uma área produtiva como é a área de irrigação? Acreditamos plenamente na irrigação e a visão que temos hoje, e que é comum ouvirmos - mas é preciso fugir, sair do discurso para a prática -, é que não alcançaremos o desenvolvimento se não for através da agricultura. E não vemos outra saída. Precisamos apenas realmente sair do discurso para a prática.

E, por final, apesar de ter sabido que o Presidente da Codevasf foi o primeiro a ser ouvido aqui e que a Comissão está em sua fase final, gostaria de dizer que a Codevasf hoje já ampliou um pouco os seus estudos, dispõe de uma proposta para o desenvolvimento do semi-árido nordestino e do Vale do São, que muda a visão da questão da transposição pura e simples. Quero sugerir - não sei se da própria Comissão ou dos técnicos da Codevasf - uma exposição sobre essa nova proposta que eles têm, que pode ser útil e importante para os trabalhos que esta Comissão desenvolve.

Finalizo dizendo ser importante a questão do reflorestamento, conforme foi colocado pelo companheiro. Há muitas áreas que podem ser reflorestadas, onde nada se planta. Precisamos nos preocupar com essa área e, dentro do que for possível, fazer alguma coisa.

Parabenizo a todos pela idéia e pela oportunidade que me dão de tratar de tão importante segmento. Na verdade, esse assunto precisa ser coordenado e estudado, aplicando-se soluções que venham garantir o desenvolvimento de nossa região.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Alves) - Agradeço ao Secretário Jorge Araújo a clareza com que coloca as questões do setor agrícola do Estado do Sergipe. Sabemos que, nos Estados Unidos, na Europa, em quase todo o mundo civilizado e produtivo, como na Rússia e na China, a agricultura é subsidiada. A agricultura da Califórnia, que é a mais competitiva do mundo e a maior produtora, é subsidiada.

O Governo brasileiro, de alguns anos para cá, tem entendido e norteado, em mais de um ano e meio de Plano Real, que a agricultura não precisa de subsídio. Mas já se delinea e começa a securitização da dívida agrícola. É isso que nos move a participar do PFL, partido que vivamente tem apoiado o Governo do Presidente Fernando Henrique, mas sem esquecer as graves questões que Jorge Araújo, por exemplo, traz hoje a esta Comissão.

O Estado de Sergipe é um Estado que já está com sua reforma agrária naturalmente feita. Lá, estamos fazendo hoje, como no resto do Brasil, uma reforma agrária reversa, porque estamos tirando o pequeno e médio produtores de suas terras pela crise, pela falta de subsídio. Nesse projeto, em que temos 600 hectares e temos 300 produtores. São produtores de 2 hectares que estão em dificuldades, pois não têm nenhum apoio do Governo quanto ao crédito concreto. O Governo Federal precisa se unir a todos nós nesse ponto. Quanto à questão da criação do emprego e da renda, não se tem a menor dúvida em concordar plenamente com a clareza de Jorge Araújo, quando diz que a solução do País passa pelo campo e, do Brasil, passa pelo Nordeste. Daqui a algum tempo, quando nos voltarmos para o nosso País a fim de resolver suas graves questões, deveremos nos voltar para o Nordeste. Lá sabemos se o Brasil fracassou ou não.

Agradeço a participação do Secretário Jorge Araújo e franqueio a palavra.

Concedo a palavra ao Dr. Waldeck Ornelas.

O SR. RELATOR (Waldeck Ornelas) - Sr. Presidente, o interesse de ouvirmos hoje o Secretário da Agricultura de Sergipe decorreu exatamente das amplas discussões que a Comissão realizou, examinando os vários painéis que foram feitos e, em particular, a questão da irrigação. Tanto assim que, no primeiro relatório parcial da Comissão, resultou uma nova proposta a um Projeto de Lei, que se encontra em tramitação, visando atualizar, modernizar a Política Nacional de Irrigação e Drenagem.

Examinamos a questão dos custos e do financiamento de irrigação. Vimos que havia uma grande dificuldade e um grande enrijecimento, sobretudo com a irrigação pública. O que se observa é que, na implantação do projeto do Platô de Neópolis, em particular, o Estado de Sergipe avançou, foi além do que a legislação hoje estabelece, fazendo um modelo em que concilia o investimento público com a exploração privada de áreas de irrigação. De outro lado, no caso do projeto Califórnia, também já havia uma experiência anterior de projeto apoiado apenas

no assentamento de colonos, com áreas até inferiores ao mínimo que a Codevasf tem adotado, que tem sido em torno de quatro hectares, como um índice considerado necessário para a subsistência de uma família. De maneira que o fato de existirem, lá no Estado de Sergipe, essas duas experiências levou-nos a ouvir hoje o Secretário Jorge Araújo, para podermos avaliar melhor o retorno econômico e social e a forma como tem sido equacionado o modelo de implantação do Projeto Platô de Neópolis e essa nova equação na participação pública e privada nos projetos.

De maneira que gostaria de ter um comentário do Secretário, ou de algum de seus coladores aqui presentes, sobre o modelo de financiamento do Projeto Califórnia de um lado e o Projeto Platô de Neópolis de outro, do modelo de financiamento, de implantação, de gestão e dos aspectos econômicos e sociais envolvidos em cada um desses dois projetos. Isso seria extremamente importante para que pudéssemos considerar, em face das discussões que foram realizadas do ponto de vista da irrigação.

Allás, quero ressaltar que o Senador José Alves, participante ativo dos trabalhos desta Comissão, tendo percebido que o seu Estado, Sergipe, se constituía num laboratório onde os dois modelos já haviam sido anotados, ou que, em face do modelo anterior, Sergipe tinha evoluído, avançado para um novo modelo, sugeriu - e nós acolhemos essa exposição hoje -, para que pudéssemos considerar essa experiência. Não poderíamos, efetivamente, encerrar os nossos trabalhos sem conhecer essa experiência.

O SR. RELATOR (Waldeck Ornelas) - Antes de pedir ao Dr. Eduardo, que poderá dar maiores detalhes sobre os dois projetos, farei um breve comentário. Obviamente, eles são distintos. O Platô de Neópolis é um Projeto que surgiu graças a clarividência e, sobretudo, a dinâmica do ex-Governador João Alves. Temos dito que o Platô de Neópolis, pela sua magnitude, devia ser até um projeto de Governo Federal, não Governo de Estado, pela sua importância, pelos recursos que são necessários.

No Projeto Califórnia, são proprietários, diferente do Platô, que são concessionários. É um projeto empresarial e que houve realmente, pela sua inovação, a necessidade de algumas correções, o que é natural. Não só no seu dia-a-dia, como até mesmo de suas obras, é um projeto gigantesco.

Então, quando alguém diz que o Platô não começou, digo que já. Aconteceram dificuldades, aconteceram críticas. Inclusive eu, pessoalmente, participei de alguma forma dessas críticas, do seu modelo

inicial, mas que foi feito porque assim a legislação permitia. Por exemplo, na concepção inicial do Platô, não houve terras desapropriadas. O Governo, ao desapropriar as terras, não promoveu uma licitação para a ocupação delas. Então, foram escolhidos grupos empresariais. O tempo terminou provando que isso foi perigoso. Na medida em que alguns grupos não se interessaram por esse aspecto - talvez porque tudo aquilo que é dado parece que não tem muita importância - o que houve? Um determinado grupo de empresários de fora do Estado que tinha condições financeiras e que não ia depender de recursos externos e de financiamentos - parece - não se interessaram pelo projeto. De outro lado, grupos menores do próprio Estado que tinham interesse em desenvolver o projeto, mas não tinham recursos, precisavam de recursos bancários. O que houve? Como todos sabem, principalmente V. Ex^{as}, da demora que houve na definição dos critérios do crédito rural, somente em agosto deste ano foram definidos, quando os projetos foram encaminhados aos bancos. Então, a realidade do Platô hoje é a seguinte: eram 22 lotes, mas será aumentado para 31 lotes - depois explicaremos o porquê. Tomamos as seguintes providências: havia problema com a questão de garantia nos projetos encaminhados ao Banco do Nordeste. Os proprietários queriam dar aos funcionários a terra como garantia, o que não era possível, porque, na concessão, a terra não era propriedade. Depois de uma participação efetiva do Governador Albano Franco, conseguiu-se flexibilizar essa questão e o Banco do Nordeste passou a aceitar os bens financiados como garantia. Além dos bens financiados, os bens dos próprios concessionários.

A seguir, temos a realidade de quatro concessionários já em atividades no Platô de Neópolis. Especificamente um grupo local, Saman, com uma produção de coco, a Frutene, que é um grupo da Bahia, mas que tem indústria de suco em Sergipe, com laranja, mais Escarassate (?), H. Dantas. Há 4 grupos em atividades, treze projetos sendo analisados pelo Banco do Nordeste do Brasil. Com dois lotes que estavam vagos, Sr. Presidente, Sr. Relator, procedemos à licitação pública, portanto nessa nova sistemática. Um já foi feita a licitação, na última semana, um lote, salvo engano, de 59 hectares, que foi ganho por um empresário de Sergipe.

Vamos abrir, agora, nova licitação para um outro lote de cento e poucos hectares e retomamos um grande lote de cerca de 853 hectares, que tinha sido entregue ao grupo, que depois da morte de seu mandatário houve uma falta de interesse e nós tomamos a iniciativa de proceder a essa retomada.

Agora para isso tudo é demorado, porque não podemos simplesmente mandar fazer. Tivemos que

mandar encaminhar para a Procuradoria-Geral do Estado, para que nos fossem dadas as vias legais para isso. Nesse lote, porque era muito grande, nós também inovamos agora. Os técnicos da (?) já fizeram a análise e um lote de 853 hectares vai ser dividido em três, porque achamos muito grande.

Experiência outras, como a de Petrolina, mostram que uma área menor talvez fosse ideal. Então, esse lote da está sendo dividido em três, porque cada lote tem que ter um reservatório de água e esse de 853 vai ficar em três lotes, sendo um de 500. Então, vamos proceder à licitação para isso.

Eu creio que quando esses projetos forem aprovados pelo Banco do Nordeste, quer dizer, havia... não podemos fugir, Senador José Alves, da realidade e da verdade. Nós não podemos fugir da verdade, porque senão não podemos consertar nada, se é que existe... Se houve equívocos, que sejam corrigidos aqui.

Então, houve um certo descrédito em função da falta de recursos, em função da falta de definição de crédito, em função de concessionários que não tinham compromisso com o projeto e por isso o Governo atual está procedendo dessa forma, para a retomada desses lotes. Mas não tenho nenhuma dúvida de que esses quatro projetos já em implantação, com treze, o Banco do Nordeste finalizando, agilizando a análise desses projetos, quando esses projetos se iniciar, agora, no início de 96, que o projeto Platô de Neópolis vai deslanchar. Afinal de contas, irrigação tem sido sucesso em qualquer parte e não seria diferente em Sergipe. Ficará apenas um grande problema lá, de recursos para a efetuação das desapropriações, o pagamento das desapropriações que, todavia, não influenciará no dia-a-dia do projeto. Será um outro fato que o Governo do Estado terá que tocar em outro lado, em outro âmbito de negociação, que não tem nada a ver com o projeto.

Nós, pessoalmente, acreditamos no projeto, o Governador Albano Franco está empenhado nesse projeto, recentemente, durante a campanha eleitoral, o próprio Presidente Fernando Henrique visitou aquela área, ficou entusiasmado, e recentemente esteve em Sergipe o Ministro José Serra, que visitou, também, o projeto Platô de Neópolis e ficou impressionado com a sua grandiosidade. Evidentemente, esses pequenos equívocos estão sendo corrigidos e acreditamos piamente no seu sucesso.

O SR. PRESIDENTE (José Alves) - Aproveitando uma janela na pergunta do Dr. Waldeck Ornelas, eu perguntaria ao Dr. Jorge Araújo: esses quatro lotes em atividade correspondem a quantos por cento da área do platô?

O SR. JORGE ARAÚJO - Esses quatro lotes, hoje, representam em torno de 1.500 hectares, num projeto de 7.230 hectares.

O SR. RELATOR (Waldeck Ornelas) - Mas com os treze somados nós vamos chegar à metade do projeto, ou vamos ultrapassar?

O SR. JORGE ARAÚJO - Exatamente. Com os projetos que estão em análise, chegam a mais de 50% do projeto.

O SR. RELATOR (Waldeck Ornelas) - O BNDES tem alguma participação no financiamento desse projeto?

O SR. JORGE ARAÚJO - O BNDES também está disponível, Sr. Relator, o Banco do Nordeste diretamente e o BNDES. Agora, para os nossos concessionários, tem sido mais viável via Banco do Nordeste.

O SR. RELATOR (Waldeck Ornelas) - O problema é que o Banco do Nordeste opera com os recursos do FNE, que tem um custo mais baixo.

O SR. JORGE ARAÚJO - Exato.

O SR. RELATOR (Waldeck Ornelas) - Quer dizer, uma das coisas que nós temos que buscar é fazer um mix de recursos, porque os recursos do FNE são insuficientes para alavancar a economia nordestina.

O SR. JORGE ARAÚJO - Eu acrescentaria, também, que foi assinado um protocolo de intenções do Governo do Estado do Sergipe com o Banco do Nordeste para o Platô de Neópolis, para onde estão destinados cerca de R\$35 milhões, especificamente para projetos do Platô de Neópolis, o que, talvez, seja ainda pequeno, em função do número de projetos que estão sendo analisados. Mas, para essa primeira fase, será da maior importância.

O SR. PRESIDENTE (José Alves) - Então, esses quatro lotes dariam um número razoável. Esses quatro lotes em atividade, somados a esses trezes, quer dizer, já tornariam significativa.

Era apenas para o esclarecimento do Relator e nosso.

Então, esse é um lado da medalha, é o lado de um modelo.

Vamos falar, agora, do modelo do Califórnia e do modelo do baixo São Francisco, que são os modelos da Codevasf, para saber qual é a situação dele ao longo dos anos. A Codevasf, com mais de, sem sombra de vida, vinte e cinco anos para os projetos que tem, como Propriá, Betume e o Califórnia, que é mais recente.

Eu agradecería se V. S^a nos fornecesse os dados desses dois projetos.

O SR. JORGE ARAÚJO - Nós vamos pedir ajuda ao Dr. Anselmo Góes, mas eu queria dizer o seguinte: claro está, é outra verdade de que não se pode fugir, que ao longo dos anos a Suvale, hoje a Codevasf, receberam inúmeras crítica em função de suas atividades.

Atualmente, nós temos procurado manter e estabelecer uma parceria importante com a Codevasf. Recentemente, assinamos convênio para assistência técnica em projetos da Codevasf, na região de Propriá e Neópolis e, inclusive, abrimos dois escritórios da nossa Empresa de extensão rural, dentro dos perímetros da Codevasf, visando, exatamente, o aperfeiçoamento dessas atividades. Atrás desse convênio, a Indago passa a dar, também, assistência à Secretaria da Codevasf. Recentemente, também, por ação do Governo do Estado, assinamos outro protocolo de intenções, envolvendo o Governo, por intermédio da Secretaria da Agricultura, seus órgãos, a Codevasf e as Associações de produtores do baixo São Francisco.

Os problemas são vários e um dos principais é a questão de crédito. Assinamos um protocolo de intenções com o Banco do Nordeste, e foram alocados, para três anos, recursos da ordem de R\$44 milhões, que já estão sendo objeto de análise para financiamento aos pequenos irrigantes da área da Codevasf, que precisava, também, dessa ajuda. Então, somamos essa preocupação e conseguimos com o Banco do Nordeste a destinação de recursos para financiamentos aos pequenos produtores lá do baixo São Francisco que são assistidas pela Codevasf.

Mas eu pediria permissão aos Srs. Senadores para que o companheiro Dr. Anselmo Góes, Diretor da Codevasf, pudesse dar maiores esclarecimentos sobre a ação específica da Codevasf, lá no Estado de Sergipe.

O SR. PRESIDENTE (José Alves) - Especificamente, qual é o percentual da sua área e o que, efetivamente, está produzindo. Para nós compararmos o modelo acho importante para a Comissão.

O SR. ANSELMO GÓES - A Codevasf tem enfrentado uma parceria de forma muito intensa com o Governo do Estado, principalmente nos últimos dois anos.

Com relação, especificamente, à ação específica, eu quero, primeiro, dizer algumas coisas sobre o Platô de Neópolis. Nessa parceria, só neste ano de 1995, a Codevasf repassou para o Governo do Estado, R\$3,328 milhões para o Projeto de Platô de Neópolis. Igualmente, a Secretaria de Recursos Hídricos

repassou uma soma um pouco maior - R\$4 milhões, somente no exercício de 1995. Não é somente com a iniciativa do Governo do Estado, mas uma parceria com o Governo Federal que o Projeto Platô de Neópolis está sendo executado.

Nos projetos do Baixo São Francisco, especificamente no de Propriá, Cotiguiba, Pindoba e Betume, que dá uma área, hoje, em torno de 6.500 hectares - mais de 95% dessa área está em plena operação. Ocorre que esses projetos começaram a ser construídos - com exceção do de Propriá - em 1979 e 1980 com recursos financiados pelo Banco Mundial que, também, entrou com cerca de...

O SR. PRESIDENTE (José Alves) - O de Propriá é de 1970?

O SR. ANSELMO GÓES - O Propriá foi um projeto piloto, juntamente com o Projeto (?) foi de 1973 - foram projetos pilotos do baixo São Francisco. Mesmo assim, esses projetos estão com um índice de aproveitamento superior a 95%. É claro que com esse tempo de 15 ou 18 anos, sempre há algo que precisa ser recuperado e reabilitado. Infelizmente, recentemente, em 1988 ou 1989, a Codevasf tentou, como experiência, emancipar esses projetos por decreto. Não se emancipa nada por decreto. A experiência não foi bem sucedida, nós aproveitamos muito com isto, e a verdade é que, hoje, o baixo São Francisco, mais uma vez, serviu como cobala porque estamos aprendendo e, também, fazendo. A irrigação no País é uma atividade recente.

A irrigação no Brasil e, especialmente no Nordeste, começou em 1970 - 1969/70 - com o Projeto Bebedouro, ainda com iniciativa da Sudene e, em 25 anos, já existe no Nordeste cerca de 750 mil hectares, em operação, hoje, dos quais cerca de 300 mil no baixo São Francisco. Então, esses projetos precisam ser recuperados. Como disse o Secretário José Célio Araújo, foi assinado, recentemente, um protocolo de intenções do Governo do Estado, com a participação do BNB para que nós possamos, aí sim, aproveitando a experiência da emancipação fracassada de 1988/89, traçar e planejar uma forma de transferir a responsabilidade gerencial desse projeto numa parceria com os próprios produtores, assinando com eles, por meio de distritos de irrigação que estão sendo organizados. Até meados do próximo ano, com certeza, esses distritos já estarão em operação, de forma que os próprios agricultores possam gerenciar os seus empreendimentos, os seus lotes, e a Codevasf partir para novas áreas.

Srs. Senadores Waldeck Ornelas e José Alves, a Codevasf já vem desenvolvendo modelo seme-

lhante ao de Platô de Neópolis, com algumas nuances, no fórum de Juazeiro-Petrolina, onde a iniciativa privada está participando com mais de 50% dos recursos investidos. O Governo Federal, através da Codevasf, tem investido cerca de 50%, no projeto do Senador Lúdio Coelho, que é um projeto de 20 mil hectares, dos quais hoje em operação tem cerca de 16 mil hectares. O Governo Federal e a iniciativa privada investem cerca de 50% cada qual. Os 50% do Governo Federal são recuperados pela Codevasf e pelo Governo Federal através do que nós chamamos da tarifa de água, que tem duas parcelas de recuperação: uma relativa ao investimento feito pelo Governo Federal, e a outra, relativa aos custos de operação e manutenção desses empreendimentos.

Os investimentos feitos pelo Governo Federal não são a fundo perdido, mas investimentos recuperados ao longo de 23 anos, como manda a atual Lei de Irrigação, que precisa ser modificada, aperfeiçoada, porque é excessivamente paternalista. Não estamos mais em estágio de manter permanentemente os produtores, os empresários e pequenos colonos no regime paternalista.

O SR. PRESIDENTE (José Alves) - Peço ao Dr. Eduardo Barretto que faça um arrazoado sobre o Projeto Califórnia, principalmente o número de produtores, as principais culturas.

O SR. EDUARDO BARRETTO - Sr. Presidente, eu gostaria, inicialmente, de tecer alguns comentários rápidos, complementando o que o Secretário da Agricultura colocou aqui sobre o Projeto Platô de Neópolis. Inicialmente, a área foi desapropriada em 10.400 hectares. Mais de 50% desta área era composta por plantio de cana-de-açúcar, inclusive dentro de uma usina que realmente estava falida. A população, em grande parte, era desempregada. O Projeto Platô de Neópolis incorporou essa área, realmente inativa, sabidamente uma das mais pobres do Estado de Sergipe.

Temos 7.230 hectares irrigáveis. O projeto hoje custou, no seu total, R\$40 milhões. Dividindo-se pela área irrigada, tem-se um custo de plantação relativamente baixo para o volume de produção que vai ser conseguido e o número de empregos a serem gerados. É muito importante que seja dito. O Empresariado vai entrar com quase o dobro de investimento no seu lote. As obras de uso comum foram feitas pelo Governo, mas o investimento na área de irrigação, construção, máquinas e equipamentos vai ser feito pelo empresário.

Para o Projeto Califórnia temos um outro modelo. Foram desapropriados dois grandes latifúndios, uma área total de 3.600 hectares, e hoje temos

uma área irrigada de 1.360 hectares. Temos também um trabalho com lotes de sequeiro em 1.800 hectares. São dois tipos de exploração diferentes: a irrigada e a área de sequeiro. Na área de sequeiro, 60 proprietários recebem sua área e um ponto de água. Atualmente, parte deles explora a pecuária de leite, com tecnologias disponíveis para a convivência do homem com a seca.

Mil trezentos e sessenta hectares são explorados por 260 produtores, divididos entre pequenos produtores, técnicos agrícolas, com alguns lotes Empresariais. É uma experiência para quem conheceu o Município de Canindé de São Francisco. Antes da implantação do Projeto Califórnia, Canindé de São Francisco não passava de um arruado de no máximo 50 casas, hoje é um município bastante desenvolvido. Já vemos um reflexo do Projeto Califórnia em todos os municípios circunvizinhos. Foi um impacto bastante grande na região.

Agora, com a Barragem do Xingó, automaticamente vai-se diminuir a altura e recalque da água, que hoje é de 140 metros. Já existem no corpo da Barragem do Xingó duas tomadas de água, onde vão ser colocadas adutoras para diminuir esse recalque. Vão viabilizar, também, a implantação do Projeto Jacaré/Curutuba, previsto para 3.600 hectares

O SR. PRESIDENTE (José Alves) - Agradecendo as explicações, darei alguns detalhes. Há 23 anos - agradeço ao Dr. Anselmo a correção -, quando foi implantado o projeto da Codevasf, o baixo São Francisco tinha uma qualidade de vida que hoje não existe. Nós fazemos uma reunião com os colonos que moram lá há 10, 15 anos e eles reclamam que o Governo não lhes deu nada. O modelo que a Codevasf implantou, que era o vigente à época, quando o País tinha recurso, obtido por intermédio de financiamentos externos, era um modelo que dava o lote, água, energia e um salário mínimo. Isso acabou, mas o colono que lá está acredita que o Governo ainda tem essa obrigação.

Há um grande embate ideológico, O modelo proposto, no Platô de Neópolis, foi motivo de uma grande luta ideológica no Estado, porque é a questão do modelo. O modelo do Platô é Empresarial, e estamos convencido de que esse modelo é o que vai andar no Brasil.

Em relação à questão do porto de Sergipe foi a mesma coisa. O mundo desabou! O Presidente Itamar Franco tinha confirmado sua presença mas ficou com receio, porque sua inauguração seria proibida pela CUT e outras forças que acreditam que aquele modelo é fracassado.

Estamos percebendo aqui, Senador Waldeck Ornelas - entendo a sua pergunta - que, em Sergipe, o modelo que nos parece dará resultado, que vai gerar renda e bem estar para o campo é o Empresarial. O baixo São Francisco ainda tem uma gravidade: o produto. O arroz é um produto de preço baixo. Hoje entra na região arroz vindo do Afeganistão e outros lugares. Nós temos lá lotes sem produzir. Negociam-se preços, e os lotes estão prontos para produzir, mas não posso plantar porque não tenho preço, porque não pago banco. E renegociam-se as dívidas. Quer dizer, a miséria e a situação social do baixo São Francisco continuam muito grave, apesar de todo o investimento feito ao longo de mais de duas décadas.

O SR. JORGE ARAÚJO - O nobre Senador falou sobre a questão da dificuldade da importação do arroz. Realmente a atividade agrícola é muito complexa. Temos também tentado atuar envolvendo o projeto da merenda escolar. Na região de Propiá, a cooperativa tem estocado toneladas de arroz, mas, quando se vai a um supermercado de lá, vê-se pessoas comprando arroz de fora. Às vezes, o próprio Estado e a prefeitura fornecem a merenda escolar com arroz vindo de fora, quando há arroz estocado na cooperativa.

É preciso atuar em todas as frentes ao mesmo tempo. O Governo brasileiro deve estar atento principalmente a ações a ser desenvolvidas em nível de Congresso e da Câmara Federal, para reestudar essa questão das importações.

Recentemente tivemos um fato muito grave quanto à cultura do coco. As alíquotas baixíssimas do produto, as indústrias importando tudo e o nosso produtor brasileiro, principalmente do Nordeste, praticamente entregando sua produção. Depois de muita luta as alíquotas foram elevadas, em média de 185%, e também o Ministério da Agricultura, graças a um trabalho da EMBRAPA de Sergipe, mostrou que a maioria dessas importações estavam vindo de países onde existem certos tipos de doenças que não temos e que, possivelmente, estivéssemos importando doenças para ao País. O Ministério da Agricultura normatizou, recentemente, uma exigência de que toda entrada seja precedida de exames de laboratório.

Isso é muito importante. É preciso que ações - inclusive não tem nada a ver - mas aproveito esta oportunidade, porque estamos aqui na Casa Maior para que ações de proteção ao nosso produtor e à nossa agricultura sejam desenvolvidas. É o que acontece com arroz que tem a alíquota baixa: trazem arroz de fora e o produtor fica penalizado.

O SR. PRESIDENTE (José Alves) - Concedo a palavra ao nobre Senador Waldeck Ornelas.

O SR. RELATOR (Waldeck Ornelas) - Apenas para fazer alguns comentários finais, Sr. Presidente, pois estivemos discutindo a questão das alíquotas, das tarifas, em relação ao milho produzido na bacia do São Francisco.

A exposição do Secretário de Agricultura do Sergipe trouxe alguns comentários interessantes, não apenas com relação a essa questão do arroz, mas em relação a duas outras coisas que gostaria de enfatizar: uma, que é a tarifa preferencial para irrigação, da proposta de ampliação do horário e, de outro lado, o reflexo do projeto da proposta de transposição sobre a vazão no baixo São Francisco. Essa é uma questão que haveremos de considerar, mas eu sugeriria que também fosse levada aos órgãos técnicos, já que na exposição feita aqui pelo Ministro das Minas e Energia, foi mencionado que o Ministério está providenciando um relatório de impacto de meio-ambiente. Por isso, seria da maior importância que se tivesse acesso a essas ponderações para que o aspecto fosse analisado.

De resto, o que se observa é que, no caso do platô de Neópolis, o projeto ganha o caráter de um distrito de irrigação nos moldes em que o poder público sempre fez os distritos industriais, quer dizer, atraindo empreendedores para se implantarem aí. É diverso do conceito de distrito de irrigação que tem sido utilizado como meio de emancipação dos projetos.

Na verdade, na linha de trabalho da Comissão, temos entendido que a emancipação dos projetos deveria se dar mediante o sistema de concessões públicas do sistema de irrigação. De modo que os produtores - sobretudo os colonos, os pequenos produtores - possam deixar de ter a proteção do agente público que executou o projeto, seja a Codevasf, no caso do São Francisco, mas também o DENOCS ou a antiga Secretaria de Irrigação, hoje Secretaria de Recursos Hídricos; mas que houvesse um outro agente que operasse essa compatibilização dos planos de produção, dos projetos de produção de cada um, da manutenção e operação dos sistemas etc.

Com isso, daríamos uma maior transparência a essa questão da recuperação do investimento público. Todos sabemos que as resistências que hoje existem no Ministério do Planejamento e no próprio Banco Mundial em relação aos financiamentos para os projetos de irrigação estão relacionados com a questão de que o investimento público retorna via política de cobrança de água - K1, K2 etc. -, mas ele

não tem servido para fazer com que os agentes públicos invistam em novos projetos de irrigação, mas, de certa forma, a reinvestir no próprio projeto. Na prática, não há uma recuperação do investimento, mas uma política paternalista de atenção constante a esses perímetros que, de resto, terminam nunca de emancipando. Com isso, ficamos com uma relação muito baixa dos projetos públicos vis à vis o total de projetos irrigados no São Francisco. Quer dizer, de cerca de 300 mil hectares, 73 mil são públicos, ou seja, em cada quatro hectares irrigados no São Francisco, apenas um é público - a presença do Poder Público está deixando a desejar.

De outro lado, não se têm linhas de financiamento que permitam maior avanço do setor privado, o que tem feito com que se procure, de um lado, estimular uma maior presença do setor privado e, de outro lado, agilizar a atuação do setor público.

Eram esses os comentários finais que gostaria de fazer, agradecendo a todos os expositores e ressaltando mais uma vez que esta é a última reunião de audiência que a Comissão realiza, já que o nosso prazo regimental se esgota no próximo dia 30.

Na próxima semana, nos dedicaremos à apresentação e discussão do relatório final.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Alves) - Vamos encerrar a nossa reunião, agradecendo a paciência de

todos pelo adiantado da hora. Agradeço ao Dr. Araújo, Presidente da SOS Alagoas, pela sua paixão e pela sua defesa do São Francisco; ao Vereador Augusto César, ao Secretário da Agricultura.

Gostaria de dizer que nesta Comissão temos tido depoimentos contrastantes, como os da Bahia e Sergipe, estados vizinhos. Ouvimos depoimentos de empresários que estão no oeste, no cerrado, produzindo soja sem energia e sem estrada, e o Governo tem, até o momento, estado insensível a essa questão.

Por outro lado, temos Sergipe, onde o Governo tem participado - quando me refiro ao Governo, refiro-me a ele como um todo; a questão da falta de política agrícola. São exemplos diferentes. Sergipe tem uma experiência grande em irrigação pública. No São Francisco, sem dúvida, é o Estado que tem mais experiência.

Faço votos de sucesso ao nosso Secretário Jorge Araújo, ao governo Albano Franco para que encarnem essa luta, pois estamos convencidos de que é por meio da irrigação que vamos gerar emprego, vamos gerar renda no campo, e, conseqüentemente, bem-estar para o nosso povo.

Antes de encerrar, convoco V. Ex^{as} para uma reunião da Comissão na próxima terça-feira, às 10h.

Muito grato.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 14h25min.)

MESA**Presidente**

José Samey – PMDB – AP

1º Vice-Presidente

Teotônio Vilela Filho – PSDB – AL

2º Vice-Presidente

Júlio Campos – PFL – MT

1º Secretário

Odacir Soares – PFL – RO

2º Secretário

Renan Calheiros – PMDB – AL

3º Secretário

Levy Dias – PPB – MS

4º Secretário

Emandes Amorim – – RO

Suplentes de Secretário

Antonio Carlos Valadares – PSB – SE

José Eduardo Dutra – PT – SE

Luiz Alberto de Oliveira – PTB – PR

Ney Suassuna – PMDB – PB

CORREGEDORIA PARLAMENTAR**Corregedor**

(Eleito em 16-3-95)

Romeu Tuma – – SP

Corregedores Substitutos

(Eleitos em 16-3-95)

1º) Senador Ramez Tebet – PMDB – MS

2º) Senador Joel de Holanda – PFL – PE

3º) Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior – PMDB – AC

Waldeck Ornelas – PFL – BA

Emília Fernandes – PTB – RS

José Ignácio Ferreira – PSDB – ES

Lauro Campos – PT – DF

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Elcio Alvares – PFL – ES

Vice-Líderes

José Roberto Arruda – PSDB – DF

Vilson Kleinübing – PFL – SC

Ramez Tebet – PMDB – MS

Luiz Alberto de Oliveira – PTB – PR

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Ronaldo Cunha Lima

- Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvan Borges

Fernando Bezerra

Gilberto Miranda

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Hugo Napoleão

Vice-Líderes

Edison Lobão

Francelino Pereira

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Sérgio Machado

Vice-Líderes

Geraldo Melo

José Ignácio Ferreira

Lúdio Coelho

LIDERANÇA DO PPB**Líder**

Epitácio Cafeteira

Vice-Líderes

Leomar Quintanilha

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PDT**Líder**

Júnia Marise

LIDERANÇA DO PT**Líder**

Eduardo Suplicy

Vice-Líder

Benedita da Silva

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Valmir Campelo

Vice-Líder

Arlindo Porto

LIDERANÇA DO PPS**Líder**

Roberto Freire

LIDERANÇA DO PSB**Líder**

Ademir Andrade

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Eleito em 19-4-95)

Presidente:

Vice-Presidente:

Titulares

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. Elcio Alvares
2. Francelino Pereira
3. Waldack Ornelas
4. José Alves

1. Lúcio Alcântara
2. Pedro Piva

1. Epiácio Cafeteira

1. Emília Fernandes

1. Osmar Dias

1. Marina Silva

1. Darcy Ribeiro

PMDB

PFL

PSDB

PPB

PTB

PP

PT

PDT

Suplentes

1. Onofre Quinan
2. Gerson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleinübing
4. José Bianco

1. Jefferson Peres
2. José Ignácio Ferreira

1. Lucídio Portella

1. Arlindo Porto

1. Antônio Carlos Valadares

1. Lauro Campos

1. Sebastião Rocha

Membro Nato

Romeu Tuma (Corregedor)

SECRETARIA LEGISLATIVA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
 Diretora: SÔNIA DE ANDRADE PEIXOTO (Ramais: 3490 - 3491)
SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES
 Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO (Ramais: 4638 - 3492)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR PEDRO PIVA

(27 TITULARES E 27 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
GILVAN BORGES	AP-2151/52	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2- MAURO MIRANDA	GO-2091/92
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-FLAVIANO MELO	AC-3493/94
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/22
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
FERNANDO BEZERRA	RN-2481/82	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
PFL			
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	3- WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
BELLO PARGA	MA-3089/70	4-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	6-ELCIO ALVARES	ES-3130/31
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69	7-HUGO NAPOLEÃO	PI- 1504/05
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-VAGO	
JEFFERSON PERES	AM-2081/82	2-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
PEDRO PIVA	SP-2351/52	3-SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
GERALDO MELO	RN-2371/72	4-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
PPB			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/08	1-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56
PT			
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	1- JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/92
EDUARDO SUPPLY	SP-3213/15	2- ADEMIR ANDRADE +1	PA -2101/02
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146	1-VAGO	
ARLINDO PORTO	MG-2321/22	2-LUIZ ALBERTO OLIVEIRA	PR-4059/80
PP			
JOÃO FRANÇA	RR-3067/3068	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/82
OSMAR DIAS +2	PR-2121/22	2-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
PDT			
JÚNIA MARISE	MG-4751/52	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46

OBS: +1 - ADEMIR ANDRADE(PSB) - VAGA CEDIDA PELO PT.

+2 - OSMAR DIAS - DESLIGOU-SE DO PP EM 22/06/95

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
 SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3518/4605

SALA Nº 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-4344
 FAX: 311-4344

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR EDISON LOBÃO

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES

(17 TITULARES E 09 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
COUTINHO JORGE	PA-3050/1266	1-GILVAN BORGES	AP-2151/52
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
FLAVIANO MELO	AC-3493/84		
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
JADER BARBALHO	PA-2441/42		
PFL			
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOSÉ ALVES	SE-4055/56		
EDISON LOBÃO	MA-2311/12		
PSDB			
PEDRO PIVA	SP-2351/52	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/22
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85		
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72
PT			
EDUARDO SUPPLY	SP-3215/16	1-LAURO CAMPOS	DF-2341/42
PP			
ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SE-2202/02	1-JOÃO FRANÇA	RR-3067/68
PTB			
LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA	PR-4059/60	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1346
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30		
PSB / PL / PPS			

vago

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:30 HORAS
SECRETÁRIO: IZAIAS FARIA DE ABREU
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

SALA Nº 08 ALA SENADOR NILO COELHO
TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3264
FAX: 311-1095

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ AGRIPINO MAIA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ARLINDO PORTO

(23 TITULARES E 23 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
ONOFRE QUINAN	GO-3148/3150	2-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	4-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/3106
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467	5-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	6-VAGO	
PFL			
FREITAS NETO	PI-2131/2137	1-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/4069
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3-JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
VILSON KLEINUBING	SC-2041/2047	4-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
ELCIO ALVARES	ES-3130/3132	5-WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
VAGO		6-JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-PEDRO PIVA	SP-2351/2353
LÚDIO COELHO	MS-2381/2387	2-GERALDO MELO	RN-2371/2377
VAGO		3-CARLOS WLS. JN	PE2451/2457
PPB			
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/3057	1-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/2077
PP			
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2017	1-OSMAR DIAS *1	PR-2121/2127
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/2247	1-DARCY RIBEIRO	RJ-4229/4231
PTB			
ARLINDO PORTO	MG-2321/2321	1-EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/2334
PT			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/2397	1-MARINA SILVA	AC-2181/2187
PSB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/2107	1-VAGO	
PL			
ROMEU TUMA *2	SP-2051/2052	1-VAGO	
PPS			
ROBERTO FREIRE	PE-2161/2162	1-VAGO	

OBS: *1 - OSMAR DIAS - DESLIGOU-SE DO PP EM 22/06/95

*2 - ROMEU TUMA - DESLIGOU-SE DO PL EM 07/06/95

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: CELSO PARENTE
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/7284/4607SALA Nº 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3286 (FAX)

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS
 VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON
 (29 TITULARES E 29 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PMDB			
CARLOS BEZERRA	MT-2291/97	1-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
GILVAN BORGES	AP-2151/57	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/50
PEDRO SIMON	RS-3230/32	3-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	5-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
MAURO MIRANDA	GO-2091/97	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-VAGO	
VAGO		8-VAGO	
PFL			
ROMERO JUCA	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/17
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	4-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
BELLO PARGA	MA-3069/72	5-FREITAS NETO	PI-2131/37
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	6-JOEL DE HOLANDA	PE-3197/99
VAGO		7-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/37
LÚCIO ALCANTARA	CE-2301/07	2-GERALDO MELO	RN-2371/77
CARLOS WILSON	PE-2451/67	3-JEFFERSON PERES	AM-2061/67
VAGO		4-LÚDIO COELHO	MS-2381/87
PPB			
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77	1-ESPERIDIAO AMIN	SC-4208/07
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/57	2-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/87	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	2-VAGO	
PP			
ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SE-2201/04	1-JOÃO FRANÇA	RR-3067/68
OSMAR DIAS *1	PR-2121/27	2-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/17
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34	1-VAGO	
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348	2-LUIZ ALBERTO OLIVEIRA	PR-4059/60
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/31	1-JUNIA MARISE	MG-7453/4018
PSB / PL / PPS			
VAGO		1-VAGO	

OBS: *1 - OSMAR DIAS - DESLIGOU-SE DO PP EM 22/06/95

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
 FONES DA SECRETARIA: 311-4608/3515

SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÕES: 311-3652
 FAX 311 3652

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR IRIS REZENDE
VICE-PRESIDENTE: SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA
(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PMDB			
IRIS REZENDE	GO-2031/37	1-JADER BARBALHO	PA-3081/83
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	2-PEDRO SIMON	RS-3230/32
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-GILVAN BORGES	AP-2151/87
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	4-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/08
NEY SUASSUNA	PB-4345/48	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/47
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	2-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3-HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80
ELCIO ALVARES	ES-3130/32	4-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-FREITAS NETO	PI-2131/37
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27	1-SÉRGIO MACHADO	CE-2284/87
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-BENI VERAS	CE-3242/43
JEFFERSON PERES	AM-2061/87	3-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36
PPB			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07	1-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
PT			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77
PP			
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	1-ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SE-2201/04
PTB			
LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA	PR-4069/60	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/27
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-JUNIA MARISE	MG-4761/82
PSB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/07	1-EDUARDO SUPPLY *1	SP-3216/16
PL			
ROMEU TUMA *2	SP-2061/87	1-VAGO	
PPS			
ROBERTO FREIRE	PE-2161/87	1-VAGO	

OBS: *1 - EDUARDO SUPPLY (PT) - VAGA CEDIDA PELO PSB

*2 - ROMEU TUMA - DESLIGOU-SE DO PL EM 07/06/95

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311.3972/4612
FAX: 311-4318

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-4316

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE

PRESIDENTE: SENADOR ROBERTO REQUIÃO

VICE-PRESIDENTE: SENADORA EMÍLIA FERNANDES

(27 TITULARES E 27 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
IRIS REZENDE	GO-2031/32	3-FLAVIANO MELO	AC-3493/94
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	4-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
GERSON CAMATA	ES-3203/04	5-vago	
JADER BARBALHO	PA-2441/42	6-vago	
vago		7-vago	
PFL			
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	1-vago	
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	2-VILSON KLEINUBING	SC-2041/42
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	4-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92
JOSÉ BIANÇO	RO-2231/32	5-BELLO PARGA	MA-3069/70
vago		6-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
vago		7-vago	
PSDB			
ARTHUR DA TÁVOLA	RJ-2431/32	1-BENI VERAS	CE-3242/43
CARLOS WILSON	PE-2451/52	2-JEFFERSON PERES	AM-2081/82
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
vago		4-vago	
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4208/07
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/82	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/72
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	2-ROBERTO FREIRE *1	PE-2161/67
PP			
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	1-OSMAR DIAS *2	PR-2121/22
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	2-BERNARDO CABRAL	AM-2081/82
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/22
MARLUCE PINTO *3	RR-1101/1201	2-VALMIR CAMPELO	DF-1348/1248
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46

OBS: *1 - ROBERTO FREIRE (PPS) - VAGA CEDIDA PELO PT

*2 - OSMAR DIAS - DESLIGOU-SE DO PP EM 22/06/95

*3 - MARLUCE PINTO - DESLIGOU-SE DO PTB EM 1º/06/95

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: ANTÔNIO CARLOS P. FONSECA
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3121
 FAX: 311-3121

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

VICE-PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

(19 TITULARES E 19 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
NABOR JUNIOR	AC-1378/1478	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	3-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27
PEDRO SIMON	RS-3230/31	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	5-IRIS REZENDE	GO-2031/37
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1- JONAS PINHEIRO	MT-2271/77
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA -2191/97	2- BELLO PARGA	MA-3069/72
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86	3-JOÃO ROCHA	TO-4071/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
PSDB			
GERALDO MELO	RN-2371/77	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36	2-CARLOS WILSON	PE-2451/57
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-PEDRO PIVA	SP-2381/53
PFB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-LEOMAR QUINTANILHA	TO-3055/57
PT			
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	1-MARINA SILVA	AC-2181/87
PP			
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	1-ANTONIO CARLOS VALADARES	SE-2201/04
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/22
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47	1-DARCY RIBEIRO	RJ-3188/89
PSB / PL / PPS			
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57	1-ADEMIR ANDRADE	PA-2101/07

OBS: *1 - ROMEU TUMA - DESLIGOU-SE DO PL EM 07/06/95

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: PAULO ROBERTO A. CAMPOS
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3498/4777SALA Nº 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3548
FAX 311.3548

**COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(SEÇÃO BRASILEIRA)**

(Designada em 25-4-95)

Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN

Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER

Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO

Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGÉRIO SILVA

SENADORES

Titulares		Suplentes
	PMDB	
José Fogaça Casildo Maldaner		Marluce Pinto Roberto Requião
	PFL	
Wilson Kleinübing Romero Jucá		Joel de Hollanda Júlio Campos
	PSDB	
Lúdio Coelho		Geraldo Melo
	PPB	
Esperidião Amin		
	PTB	
Emília Fernandes		

Titulares		Suplentes
Osmar Dias ²	PP	
	PT	Benedita da Silva Eduardo Suphcy Lauro Campos
DEPUTADOS		
Bloco Parlamentar PFL/PTB		
Luciano Pizzatto Paulo Bornhausen		Antônio Ueno José Carlos Vieira
	PMDB	
Paulo Ritzel Valdir Colatto		Elias Abranches Rivaldo Macari
	PSDB	
Franco Montoro		Yeda Crusius
	PPB	
Rogério Silva		João Pizzolatti
	PP	
Dilceu Sperafico		Augustinho Freitas
	PT	
Miguel Rosetto		Luiz Mainardi

1 Pedro Simon substituído por Marluce Pinto, em 2-10-95.

2 Filiado ao PSDB em 22-6-95.

Novas publicações

CANUDOS E OUTROS TEMAS (R\$ 10,00)

Euclides da Cunha.

Edição de 1994 comemorativa dos 90 anos de publicação de *Os Sertões*.

CONSTITUIÇÃO DE 1988 (R\$ 5,00)

Edição atualizada em 1995 contendo as Emendas Constitucionais e as Emendas Constitucionais de Revisão.

CONSTITUTION DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL / CONSTITUTION OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL (R\$ 5,00)

Tradução para o francês de Jacques Villemain e Jean-François Cleaver (Tradutor do Senado Federal) da edição atualizada em 1994, contendo as Emendas Constitucionais e as Emendas Constitucionais de Revisão.

Tradução para o inglês de Istvan Vajda, Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres e Vanira Tavares de Souza, tradutores dos Senado Federal, da edição atualizada em 1994, contendo as Emendas Constitucionais e as Emendas Constitucionais de Revisão.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Lei nº 8.069 e as alterações da Lei nº 8.242 e Legislação Correlata.

GUIA DAS ELEIÇÕES DE 1994 (R\$ 3,00)

Edição de 1994.

Comentários à Lei nº 8.713/93 e informações complementares.

LEGISLAÇÃO INDIGENISTA (R\$ 5,00)

Edição de 1993.

Coletânea de textos jurídicos e legislação correlata relativos aos direitos indígenas.

LICITAÇÕES, CONCESSÕES E PERMISSÕES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Leis 8.666/93, 8.883/94, 8.987/95, texto da Constituição federal sobre matéria e Legislação Complementar.

RELATORIA DA REVISÃO CONSTITUCIONAL (R\$ 45,00 a coleção)

Edição de 1994.

Série com 03 volumes – Pareceres produzidos (histórico)

REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Dispõe sobre o regime jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais e Legislação Complementar.

Pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal, Praça dos Três Poderes, Via N-2, Unidade de Apoio III, CEP 70165-900, Brasília-DF. Telefones: (061) 311-4258 e 321-7333. Telex: (061) 1357

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

nº 128 · abril/junho – 1995

Leia neste número:

Uma visão crítica do Direito – André Franco Montoro

Processo orçamentário federal: problemas, causas e indicativos de solução – Osvaldo Maldonado Sanches

Expropriação dos bens utilizados para fins de tráfico ilícito de entorpecentes – Edilson Pereira Nobre Júnior

Ministério Público do Trabalho: prerrogativas do ofício são comunicáveis à sua atuação como parte? –

José Pitas

Barreira legal nos sistemas eleitorais proporcionais – Ricardo Rodrigues

A imunidade dos fundos de pensão e o mercado de capitais – Arnold Wald

Pena sem prisão: prestação de serviços à comunidade – Fernando da Costa Tourinho Neto

O recurso especial e as decisões interlocutórias desafiadoras por agravo de instrumento – Demócrito

Ramos Reinaldo

Consulta e parecer – René Ariel Dotti

A exoneração tributária dos aposentados e pensionistas – Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho

Evolução do Direito Constitucional brasileiro e o controle de constitucionalidade da lei – Gilmar Ferreira

Mendes

Considerações acerca da constitucionalidade na expedição de medidas provisórias versando matéria

orçamentária pública (Nota técnica nº 1/95) – Robison Gonçalves de Castro

Requisitos par Ministro e Conselheiro de Tribunal de Contas – Jorge Ulisses Jacoby Fernandes

Os princípios informadores do contrato de compra e venda internacional na Convenção de Viena de

1980 – Judith Martins-Costa

A defesa da concorrência no Mercosul – José Matias Pereira

Ônus sucumbenciais. Situações controvertidas. – Élio Wanderley de Siqueira Filho

Das Disposições Constitucionais Transitórias (uma redução teórica) – Ivo Dantas

Notas sobre a execução do artigo 102, I, n, da Constituição Federal – Antônio Vital Ramos de Vasconcelos

O civilista Arnold Wald – Fernando Whitaker da Cunha

Derecho penal como tecnologia social (Notas sobre las contradicciones del sistema penal) – Juan Marcos

Rivero Sanchez

Da codificação à lei civil brasileira – Fernando Braga

O direito eleitoral português – Jorge Miranda

Licitação: pontos polêmicos – Toshio Mukai

A intervenção do Estado brasileiro e a política oligárquica na república velha – Maria Elizabeth Guilma-

res Telzela Rocha

Biblioteca e constituição – Sueli Angelica do Amaral

O princípio da responsabilidade objetiva do Estado e a teoria do risco administrativo – Heleno Taveira

Torres

A legitimação do Parlamento para função fiscal – Iris Eliete Teixeira Neves de Pinho Tavares

Liderança: uma nova visão – Tânia Mara Botelho

Agamemnon Magalhães. O estadista do social, o administrador, o pensamento político – Jarbas Maranhão

Da Jurisprudência como ciência compreensiva. A dialética do compreender mediante o interpretar –

Miracy Barbosa de Sousa Gustin

ASSINATURA DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Números 125 a 128: R\$ 50,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à agência APT-Senado. Neste valor já estão incluídos os preços postais referentes à remessa através da ECT.

Nome:

Endereço:

Cidade: UF: Telefone: Fax: Telex:

Data: Assinatura:

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SESSÃO CONJUNTA

PREÇO DE ASSINATURA

SEMESTRAL

Assinatura s/ o porte.....	R\$31,00
Porte do Correio	R\$ 60,00
Assinatura c/porte	R\$ 91,00 (cada)
Valor do número avulso	R\$ 0,30

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386 – PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil – Agência 0452-9 – CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes – Brasília – DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações – Coordenação de Atendimento ao Usuário.



EDIÇÃO DE HOJE: 152 PÁGINAS